

**UNIVERSIDADE DO VALE DO RIO DOS SINOS - UNISINOS
UNIDADE ACADÊMICA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA
NÍVEL DOUTORADO**

MARIANA COUTO GONÇALVES

**“ANDEI, SEMPRE TENDO O QUE VER E AINDA NÃO FORA VISTO”:
A MODERNIZAÇÃO URBANA PELOTENSE A PARTIR DE CRÔNICAS E
FOTOGRAFIAS (1912-1930)**

SÃO LEOPOLDO

2018

Mariana Couto Gonçalves

“ANDEI, SEMPRE TENDO O QUE VER E AINDA NÃO FORA VISTO”:
A MODERNIZAÇÃO URBANA PELOTENSE A PARTIR DE CRÔNICAS E
FOTOGRAFIAS (1912-1930)

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

Orientadora: Prof. Dr.^a Eliane Cristina
Deckmann Fleck

São Leopoldo

2018

G635a Gonçalves, Mariana Couto.

“Andei, sempre tendo o que ver e ainda não fora visto”: a modernização urbana pelotense a partir de crônicas e fotografias (1912-1930) / Mariana Couto Gonçalves. – 2018.

283 f.: il., 30 cm.

Tese (doutorado) – Universidade do Vale do Rio dos Sinos, Programa de Pós-Graduação em História, 2018.

“Orientadora: Prof^a. Dra. Eliane Cristina Deckmann Fleck”.

1. Pelotas (RS). 2. Desenvolvimento urbano. 3. História Cultural. 4. Urbanização. I. Título.

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
(Silvana Teresinha Dornelles Studzinski – CRB 10/2524)

Mariana Couto Gonçalves

“ANDEI, SEMPRE TENDO O QUE VER E AINDA NÃO FORA VISTO”:
A MODERNIZAÇÃO URBANA PELOTENSE A PARTIR DE CRÔNICAS E
FOTOGRAFIAS (1912-1930)

Tese apresentada como requisito parcial para
obtenção do título de Doutora em História, pelo
Programa de Pós-Graduação em História da
Universidade do Vale do Rio dos Sinos –
UNISINOS.

BANCA EXAMINADORA

Prof.^a Dr.^a Eliane Cristina Deckmann Fleck (Orientadora)

Prof. Dr. Aristeu Elisandro Machado Lopes (UFPel)

Prof. Dr. Charles Monteiro (PUCRS)

Prof. Dr. Cláudio Pereira Elmir

Prof.^a Dr.^a Eloisa Helena Capovilla da Luz Ramos (UNISINOS)

São Leopoldo
2018

*Dedico este trabalho à minha família. Eles
também escreveram histórias pelas ruas da
Princesa do Sul.*

AGRADECIMENTOS

Confesso que uma das minhas partes preferidas nos trabalhos acadêmicos corresponde aos agradecimentos. Neles, ao deixarmos de lado as referências bibliográficas, as fontes e as notas de rodapé, transparece efetivamente o nosso papel de autor, traduzindo os sentimentos em singelas palavras.

Primeiramente, agradeço aos meus pais Ivan e Marilda que, há quatro anos, quando eu soube da aprovação no doutorado não me deixaram desistir porque a conquista não havia sido da forma que eu imaginava. Lá em Pelotas, decepcionada, vocês disseram que não mediriam esforços para me ajudar, como sempre foi. Sou muito grata a tudo que vocês fizeram (e ainda fazem) por mim. No mesmo sentido, agradeço à minha irmã Lilian, pelo ombro amigo e acalentador nas horas difíceis, pela leitura atenta de cada página (ou mensagem) enviada e pelas discussões sobre a tese, a vida e o Grêmio. Agradeço aos meus avós, Ivo e Zilma, que sempre contaram histórias sobre a cidade antiga, o bonde, o carnaval e os contratemplos nas ruas do Areal. Estendo esses agradecimentos à tia Ieda. Meu obrigada pela preocupação e pelo carinho, mesmo nos momentos de ausência.

Eu me considero uma pessoa privilegiada, pois ao longo do doutorado eu pude contar com dois orientadores dedicados. Primeiro, agradeço ao Prof. Cláudio Pereira Elmir por aceitar me orientar, mesmo em um momento complicado, agradeço pelas leituras atentas e pelas constantes trocas de ideias. Agradeço também a Prof.^a Eliane Fleck, por abraçar o meu projeto e a proposta de tese. Por embarcar, ao meu lado, nas personagens da Princesa do Sul e por me incentivar a ir além. Aproveito para agradecer aos colegas discentes, funcionários e professores do Programa de Pós-Graduação em História da Unisinos.

Agradeço aos professores Aristeu Lopes e Charles Monteiro pela participação na banca de qualificação. As contribuições de vocês foram fundamentais para os novos rumos que a tese tomou e, mais do que isso, obrigada pelas indicações e conversas ao longo da minha trajetória acadêmica. Agradeço, ainda, a professora Eloisa Capovilla Ramos, que aceitou o convite para compor a banca e colaborar com sua leitura da versão final.

Às amigas de longa data, Aline e Melissa, mesmo com as distâncias impostas pela vida. Vocês sempre estiveram próximas com afeto, compreensão e risadas. Às amigas Lidi e a Mica, pela paciência, escuta e carinho. À Ana, pelas conversas e diversões na noite porto-alegrense. À Gabe, pela amizade e pela ajuda com as transcrições e fotografias das fontes. Teu apoio foi imprescindível.

Aos amigos Rodrigo e Victor, por compartilharem comigo muitas alegrias e, principalmente, os títulos do Grêmio. Mais do que isso, agradeço pela parceria de tantos anos, pelos momentos de descontração e risadas que deixaram tudo mais leve nessa etapa tão complexa.

Aos meus colegas de trabalho Ana Lúcia, Débora, João, Luciano e, em especial, à Ana Fraga. Vocês me mostraram que, apesar de todos os contratemplos da profissão, ainda vale a pena lutar por algo melhor. Aos meus alunos, obrigada por me ensinarem diariamente a ser uma profissional e uma pessoa melhor.

Aos funcionários dos arquivos consultados: “acervos especiais” da PUC e Bibliotheca Pública Pelotense.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES) e à Unisinos pela bolsa concedida ao longo dos anos de Doutorado.

Por fim, agradeço às personagens que circularam por Pelotas e que inspiraram a escrita dessa tese.

Porto Alegre, julho de 2018.

*“[...] Só, caminho pelas ruas
Como quem repete um mantra
O vento encharca os olhos
O frio me traz alegria
Faço um filme da cidade
Sob a lente do meu olho verde
Nada escapa da minha visão.
Muito antes das charqueadas
Da invasão de Zeca Netto
Eu existo em Satolep
E nela serei pra sempre
O nome de cada pedra
E as luzes perdidas na neblina
Quem viver verá que estou ali.”*

(Vitor Ramil)

RESUMO

Na virada do século XIX para o XX, o Brasil vivenciou a instalação de um governo republicano que priorizou a modernização da nação, através da implantação de reformas urbanísticas que implicaram na iluminação e pavimentação das ruas, ajardinamento das praças e vias públicas, instalação de bondes elétricos, tratamento da água e do esgoto e na edificação de residências salubres, bem como em medidas de higienização. Na presente tese, analisamos o processo de modernização ocorrido na cidade de Pelotas (RS), entre as décadas de 1910 e 1920, a partir da análise de crônicas e fotografias que nos trazem informações tanto sobre as transformações operadas no ambiente urbano, quanto sobre como foram vivenciadas pelos diferentes indivíduos que circularam por seus bairros e ruas. As narrativas textuais – obtidas a partir dos jornais *A Opinião Pública*, *Correio Mercantil*, *Diário Popular*, *O Libertador* e *O Rebate* – e as imagéticas – extraídas do *Álbum de Pelotas*, *Ilustração Pelotense* e *Almanach de Pelotas* – foram compreendidas à luz dos referenciais da História Cultural, com o propósito de identificar como foi efetivado esse processo, quais os atores sociais envolvidos e de que forma ele foi representado nas fontes históricas analisadas. A investigação que realizamos demonstrou que o processo de modernização desencadeado pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos e vivenciado cotidianamente pelos pelotenses consolidou a existência de múltiplas cidades contidas em uma única Princesa do Sul.

Palavras-chave: Pelotas, modernização, reformas urbanísticas, fotografias, crônicas.

ABSTRACT

At the turn of the nineteenth century to the twentieth, Brazil experienced the installation of a republican government that prioritized the modernization of the nation, through the implementation of urban reforms that implied lighting and paving of the streets, gardening of squares and public roads, installation of trams electrical, water and sewage treatment and in the construction of healthy residences, as well as hygiene measures. In the present thesis, we analyze the modernization process that took place in the city of Pelotas (RS), between the decades of 1910 and 1920, based on the analysis of chronicles and photographs that give us information on both the transformations in the urban environment and on how were experienced by the different individuals that circulated through their neighborhoods and streets. The textual narratives - obtained from the newspapers *A Opinião Pública*, *Correio Mercantil*, *Diário Popular*, *O Libertador* e *O Rebate* - and the images - extracted from the *Álbum de Pelotas*, *Ilustração Pelotense* e *Almanach de Pelotas* - were understood in the light of the references of History Cultural, with the purpose of identifying how this process was carried out, which social actors were involved and how it was represented in the historical sources analyzed. Our research has shown that the process of modernization triggered by the Mayor Cypriano Corrêa Barcellos and experienced daily by the Pelotenses consolidated the existence of multiple cities contained in a single Princesa do Sul.

Key words: Pelotas, modernization, urban reforms, photographs, chronicles.

LISTA DE FIGURAS

Figura 01	Planta do Canal São Gonçalo (1838).....	34
Figura 02	Principais produtos de exportação (1915).....	45
Figura 03	Recenseamento de Pelotas (1911).....	47
Figura 04	Planta da ampliação da cidade de Pelotas (1924).....	84
Figura 05	Planta da ampliação da cidade de Pelotas (1926-1927).....	89
Figura 06	Estação Ferroviária	97
Figura 07	Chegada de Idelfonso Simões Lopes.....	100
Figura 08	Chegada de Idelfonso Simões Lopes.....	100
Figura 09	Rua 07 de Abril.....	103
Figura 10	Rua General Osório.....	107
Figura 11	Rua XV de Novembro.....	111
Figura 12	Rua XV de Novembro.....	111
Figura 13	Rua XV de Novembro.....	116
Figura 14	Rua Félix da Cunha	120
Figura 15	Rua Félix da Cunha.....	121
Figura 16	Panorâmica da Praça da República.....	126
Figura 17	Chafariz da Praça da República.....	129
Figura 18	Pelotas vista do aeroplano.....	130
Figura 19	Praça da República – Intendência Municipal e Bibliotheca Pública.....	133
Figura 20	Lago da Praça da República.....	135
Figura 21	Clube Caixeiral.....	136
Figura 22	Clube Caixeiral	137
Figura 23	Antiga Praça da República.....	139
Figura 24	Praça da República.....	141
Figura 25	Theatro Sete de Abril.....	145
Figura 26	Theatro Guarany.....	147
Figura 27	Praça da República após a vespéral do Guarany.....	153
Figura 28	Saída da matinê.....	155
Figura 29	Senhoras na Praça.....	156
Figura 30	Senhoras na Praça.....	156
Figura 31	Senhoras no Chafariz.....	156

Figura 32	Mercado Central de Pelotas.....	161
Figura 33	Sanitário público do Mercado Central.....	162
Figura 34	Torre do Mercado Central.....	164
Figura 35	Mercado Central.....	167
Figura 36	Acidente de trânsito.....	170
Figura 37	Praça da Matriz.....	173
Figura 38	Praça Marechal Floriano.....	175
Figura 39	Praça Piratinino de Almeida	176
Figura 40	Planta da cidade.....	178
Figura 41	Planta da cidade de Pelotas (1835).....	186
Figura 42	Porto de Pelotas.....	191
Figura 43	Porto de Pelotas.....	192
Figura 44	Mercado do Porto.....	195
Figura 45	Fábrica Lang (1861).....	203
Figura 46	Fiação e Tecidos Pelotense.....	212
Figura 47	Frigorífico de Pelotas.....	214
Figura 48	Rua Benjamin Constant.....	216
Figura 49	Operárias da Ilustração Pelotense.....	224
Figura 50	Avenida 20 de Setembro.....	237
Figura 51	Avenida 20 de Setembro.....	238
Figura 52	Parque Pelotense Souza Soares.....	240
Figura 53	Bairro Augusto Simões Lopes.....	242
Figura 54	Castelo Simões Lopes.....	243
Figura 55	Planta da Vila São Francisco de Paula.....	245
Figura 56	Planta da Vila Hilda.....	247
Figura 57	Vila do Prado.....	248
Figura 58	Vila do Prado	248

LISTA DE TABELAS

Tabela 01	Localização das fábricas de Pelotas (1922).....	209
-----------	---	-----

SUMÁRIO

CONSIDERAÇÕES INICIAIS.....	15
CAPÍTULO I: “PELOTAS POSSUI TODOS OS ELEMENTOS QUE EXIGE UMA CIDADE MODERNA”	30
1.1 Prelúdio: De Freguesia de São Francisco de Paula à Princesa do Sul	32
1.2 A Belle Époque urbana: O contexto nacional e a cidade de Pelotas	49
1.2.1 Iluminação.....	58
1.2.2 Pavimentação.....	63
1.2.3 Transporte.....	67
1.2.4 Embelezamento.....	72
1.2.5 Higiene e habitação.....	77
1.2.6 Planos para o crescimento da cidade.....	83
1.3 Epílogo: O cenário construído para as personagens.....	91
CAPÍTULO II: O MODERNO CIRCUNSCRITO AO CENTRO: A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO.....	94
2.1 “Sai cedo, para rever a cidade”	96
2.2 “Ruas retas, direitas, limpas, bem calçadas, higiênicas revivia novamente pra mim”	102
2.3 “Sorri, contente, às fachadas dos palacetes elegantes”	119
2.4 “E no coração da urbs a Praça da República, desdobrava-se ainda mais bela”	125
2.5 “Alegrei-me ante o aspecto do nosso teatro renovado”	144
2.6 “A cidade maravilhosa dos jardins ambulantes”	154
2.7 “O mercado apresentava-se outro, na elegância de seus torrões”	160

2.8 “Sentindo a vida nova nos elétricos que passam velozes, atestando a ideia de pressa e energia”	168
2.9 “As praças alinhadas”	172
2.10 Epílogo: “Foi um perambular cotidiano”	178

CAPÍTULO III: NA MARGEM DO ESPAÇO URBANO: A CIDADE PERIFÉRICA..... 182

3.1 “Saí cedo, para rever a cidade”	184
3.2 “Em arrabaldes, como no Porto, surgiram fábricas, centros de produção manufatureira”	200
3.3 “Uma colmeia intensa de esforço e labor”	217
3.4 “Cada arrabalde destes é uma outra localidade”	227
3.5 “Criaturas dignificadas pelo trabalho e por ele tornadas honestas”	252
3.6 Epílogo: “Foi um perambular cotidiano”	258

CONSIDERAÇÕES FINAIS..... 261

FONTES..... 270

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS..... 273

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

“Seguem minhas visões de Satolep em ruínas.”

(Vitor Ramil)

O romance do escritor Vitor Ramil intitulado *Satolep* – anagrama de Pelotas – evidencia a imagem da úmida e melancólica cidade na qual a personagem principal Selbor¹ busca se reencontrar. Em suas memórias longínquas, relembra que na época de criança bafejava as vidraças do intenso inverno de junho para escrever o seu nome, levava uma lata de álcool para aquecer o banheiro frio e esperava longas tardes para que a sua camisa secasse no varal e deixasse de lado as marcas da umidade. Selbor decidira ausentar-se de Satolep, em busca do sol e do calor, de novas memórias e, também, de si mesmo. No entanto, após percorrer diversos países e cidades, seu corpo clamava pelo regresso, a fim de sentir novamente o frio batendo em seu rosto.

Ao descer na estação férrea, já em Satolep, Selbor percebe o movimento dos transeuntes, o som dos automóveis, os bondes elétricos, as charretes, os cheiros e a luminosidade. A cidade pulsava, se movimentava, apresentava aspectos de urbanização, além de novas possibilidades de vivência e recordações. Em sua primeira noite, já hospedado no Hotel Aliança², resolve sair e caminhar pelas ruas de paralelepípedo, adentrando no famoso Café Aquários.³ Ao chegar naquele espaço, culturalmente frequentado por homens, toma uma taça de vinho e brinda a solidão, reescrevendo seu nome no vidro embaçado pela umidade. A cidade lhe pertencia novamente. Mas seria a mesma de outrora?

¹ Anagrama de Robles – principal fotógrafo da cidade de Pelotas (século XX). Sobre o fotógrafo, ver: SOARES, Taís Castro. **A fotografia entre o distinto e o popular**: uma memória dos estúdios Foto Robles e Del Fiol em Pelotas/RS (Século XX). 2007. 64 f. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2007).

² O Hotel Aliança localizava-se na Rua XV de Novembro (entre as ruas General Neto e Voluntários da Pátria). O empreendimento foi inaugurado em 1843 e terminou as suas atividades em meados de 1968.

³ O Café Aquários, criado em 1942, ocupa a parte térrea da Associação Comercial de Pelotas junto a Rua XV de Novembro. O estabelecimento ainda é, hoje em dia, um espaço de encontro dos pelotenses.

Selbor era fotógrafo profissional e o seu primeiro trabalho em Satolep foi capturar a imagem de uma família junto ao seu respectivo sobrado. Essa composição imagética evocava os seus tempos de menino, na medida em que rememorava a sua infância e, principalmente, fazia-o lembrar de seu irmão que, repetidas vezes, dizia para ele “aprender a ver” a cidade e as pessoas. Nesta ocasião, ainda criança, ele não conseguia enxergar além do seu olhar ingênuo e crítico: “Satolep demorava a passar. Eu temia que não passasse nunca.”⁴

Apesar de dedicar-se à fotografia, Selbor não conseguia visualizar além do que a lente lhe proporcionava. Ele apenas registrava, reproduzia e congelava uma imagem a posteriori. Constantemente, estava atrás de algo na penumbra, nas entrelinhas do frio, porém esbarrava no mesmo questionamento: era necessário aprender a ver além. Através de uma artimanha do destino, ele encontra uma pasta deixada na estação de trem. Dentro dela estavam fragmentos de textos datilografados que afirmavam logo na primeira linha: *seguem minhas visões de Satolep em ruínas*.

Essa frase intrigava o fotógrafo: será que Satolep estava desmoronando? Temeroso, ele parte ao encontro da urbe para fotografá-la pensando em deixar para o futuro as imagens de uma cidade particular, com ladrilhos, escaiolas, sobrados, literatura, música e uma infinidade de aspectos geometrizados pelo frio. Na realidade, Selbor queria registrar não apenas a localidade em si, mas circunscrever nela a sua própria memória. No entanto, se Satolep deixasse de existir literalmente, ele gostaria de transpor a sua memória individual para algo coletivo, através de suas fotografias. A partir desse momento, ele percorre ruas, praças, casas, esquinas, formando o seu registro documental.

A motivação de Selbor encontra-se no âmago da fotografia: o desejo de registrar algo em uma determinada época e lugar. A *intenção* dele era inscrever Satolep no tempo, para que ela existisse, tal qual um documento. Assim, ele se propõe a materializar o espaço através do *ato de registro fotográfico* e, por fim, espera que essa imagem encontre os seus *caminhos*.⁵ E este caminho seria a criação de uma exposição intitulada “Nascer leva tempo”. A mostra era o seu próprio

⁴ RAMIL, Vitor. **Satolep**. São Paulo: Cosac Naify, 2008, p.11.

⁵ As perspectivas utilizadas dizem respeito aos três estágios da fotografia defendidos por Boris Kossoy. Cf. KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

reflexo, afinal, perceber, compreender e fotografar a cidade demandava tempo. Selbor precisou retornar à cidade para compreendê-la em seu interior.

Através dessa exposição, os demais indivíduos de Satolep poderiam apreender a urbe a partir de sua memória, pois se a cidade ruísse – tanto literalmente, quanto a partir de uma metáfora memorialística – não desmoronaria para os seus apreciadores, uma vez que a memória também poderia ser entendida como um fenômeno social construído coletivamente.⁶ Sendo assim, Satolep era visível a todos os olhares e nas memórias de seus moradores e viajantes.

Os percursos de Selbor por *Satolep* serviram de inspiração para a escrita da presente tese, na medida em que compreendemos que pensar uma cidade é acima de tudo entender que ela é construída a partir de um conjunto de experiências e memórias individuais, ou seja, uma urbe é feita de pessoas. Sem elas, a cidade seria reduzida a concreto e asfalto. Partindo desse pressuposto, a Pelotas que passamos a narrar nesse trabalho é a cidade de múltiplas personagens, que, a partir das suas interpretações e representações, apresentam ao leitor uma visão da Princesa do Sul.⁷ O condutor dessa narrativa será Abadie Faria Rosa⁸, um pelotense que havia deixado o município, assim como Selbor, e retornava para experimentar não mais aquele ambiente centrado na cultura do charque, mas, sim, uma urbe moderna.

O novo Município desenhou-se outro para Abadie que ainda visualizava, no cerne de suas lembranças, uma cidade com ares coloniais. Da antiga Princesa do Sul, permaneciam as belas construções arquitetônicas que encantavam os viajantes desde o século XIX – a Bibliotheca Pública, o Theatro Sete de Abril, a Intendência

⁶ POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, 1992, p. 200.

⁷ Essa expressão foi divulgada através dos versos do poeta Antônio Soares da Silva, recitados em 1863 e, atualmente, incorporados a bandeira da cidade. Existem controvérsias se efetivamente foi o poeta que criou esse epíteto para a cidade, na medida em que o alcance social do termo foi tão grande que possivelmente não teria surgido em uma página literária. Magalhães conclui que provavelmente o termo, presente no imaginário social, já estaria consagrado em 1863 sendo apenas referenciado pelo autor. Cf. MAGALHÃES, Mario Osório. Princesa do Sul. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.228.

⁸ Alexandre Abadie Faria Rosa nasceu em Pelotas (RS), em 1889, e faleceu em 1945. Bacharel em Direito pela Faculdade de São Paulo (1910), foi oficial da Secretaria de Justiça e Negócios Interiores, Presidente da Sociedade Brasileira de Autores Teatrais (SBAT), jornalista, crítico teatral e teatrólogo. Organizou e dirigiu durante quinze anos o Serviço Nacional de Teatro. Além disso, trabalhou na "Gazeta de Notícias" e no "Diário Carioca". Cf. Guia de Coleções de Manuscritos da Fundação Biblioteca Nacional.

Municipal e o Club Comercial. No entanto, esse ambiente com ares europeus ganhou contornos de modernidade. Por intermédio do projeto de modernização efetivado pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos, em 1912, as ruas de Pelotas foram tomadas por automóveis e bondes elétricos que aceleravam o viver cotidiano; as damas percorriam os jardins geometrizados da Praça da República; os cavalheiros discutiam política nos cafés e confeitarias da Rua XV de Novembro; o ambiente urbano era experimentado noite adentro, pois os postes de iluminação permitiam até mesmo o flunar noturno.

Conhecer essa cidade experimentada pelo narrador é um dos objetivos da tese, cujo problema central é analisar o processo de modernização urbana e os seus reflexos na sociedade pelotense, durante o transcurso da década de 1910 e 1920, através das representações propostas por cronistas e fotógrafos – entendidos como personagens/*flâneurs* da urbe. Partindo disso, algumas questões nortearam a presente tese: Quais foram os atores sociais afetados pela modernização urbana e de que forma isso ocorreu? Como o ideal de modernidade foi representado nas fotografias e nas crônicas? Será que esses discursos se assemelhavam? Nesse sentido, a hipótese da tese é que o processo de modernização potencializou e/ou consolidou barreiras sociais e econômicas entre os moradores mediante a marginalização geográfica, formando, assim, cidades paralelas dentro de uma única Princesa do Sul.

Dois autores foram fundamentais para a formulação da hipótese. O primeiro foi o crítico literário Franco Moretti, que pontua a importância do espaço geográfico para o enredo e para o deslocamento das personagens nos ambientes citadinos, formando novas interpretações e aprofundando a narrativa literária. Nesse sentido, trabalharemos com a perspectiva do deslocamento dos literatos e fotógrafos pelo centro e pela margem da urbe pelotense.⁹ O segundo foi o escritor Italo Calvino, que propõe a análise de múltiplas cidades a partir do relato do viajante Marco Polo e das descrições feitas ao Imperador Kublai Khan. Será, portanto, a partir das perspectivas de análise adotadas por estes dois autores referenciais que abordaremos a questão da cidade multifacetada.¹⁰

⁹ MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu (1800-1900)**. São Paulo: Boitempo, 2003.

¹⁰ CALVINO, Italo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

A escolha do recorte temporal vincula-se, principalmente, à pesquisa prévia no *Álbum de Pelotas* (1922), que abordou a modernização pelotense através dos textos e imagens nele divulgados. Optou-se por estudar o início da década de 1910 – período de implementação do projeto de modernização urbana – e toda a década de 1920, a fim de perceber quais as referências utilizadas para o enaltecimento desse discurso de modernidade e quais os reflexos das obras realizadas para os habitantes do município. Além disso, o período desenha-se como um processo de intensas mudanças no cenário local – em virtude da decadência das charqueadas –; no âmbito nacional – devido ao movimento Tenentista, às greves operárias, à Semana de Arte Moderna, à criação do Partido Comunista Brasileiro, às reformas urbanas nas principais capitais, ao crescimento da industrialização, à Revolução de 1923 no Rio Grande do Sul, entre outros – e no âmbito internacional, pois o mundo vivenciava o término da Primeira Guerra (1914-1918) e buscava superar seus efeitos na economia e na sociedade europeia, administrando os seus reflexos globais. No âmbito cultural, o Brasil experimentava a propagação das revistas ilustradas, do cinema, da música, da fotografia, dos almanaques e dos anuários. Por consequência, o período proporcionou uma efervescência cultural disseminada dentro das cidades, reiterando a sua importância para a sociedade, visto que era nesses locais que os indivíduos se percebiam enquanto agentes culturais, sociais e políticos.

Conforme Michel de Certeau, “[...] tudo começa com o gesto de separar, de reunir, de transformar em documentos certos objetos distribuídos de outra maneira”.¹¹ Nesta tese, entende-se que a literatura e a fotografia apresentam-se como vestígios das cidades, que são passíveis de serem analisados e problematizados, pois a urbe é por excelência o “lugar do homem” e, por conta disso, enseja uma multiplicidade de olhares entrecruzados.¹² Afinal, como destacado por Marc Bloch, seria uma grande ilusão acreditar que cada problema histórico corresponde a um tipo de documento específico para respondê-lo, tendo em vista

¹¹ CERTEAU, Michel de. **A escrita da história**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982, p. 81.

¹² PESAVENTO, Sandra. **O imaginário da cidade: Visões literárias do urbano**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999, p. 09.

que “tudo que o homem diz ou escreve, tudo que fabrica, tudo que toca pode e deve informar sobre ele”.¹³

Nesse sentido, torna-se evidente que o cenário urbano serviu de inspiração para os mais variados tipos de interpretação. A opção pela narrativa literária e imagética diz respeito à particularidade de suas representações, envolvidas pela sensibilidade de quem as produziu. João do Rio, Mario Quintana e Vitor Ramil, por exemplo, criaram as suas versões sobre os ambientes citadinos que vivenciaram.¹⁴ Da mesma forma, Charles Marville, Virgílio Calegari e Amoretty transpuseram o seu entendimento sobre as cidades a partir do olhar da lente fotográfica.¹⁵ Como essas fontes históricas encontram-se envolvidas de aspectos subjetivos, cabe ao historiador resistir à tentação de tratá-los como espelhos do passado, tornando necessária uma crítica atenta e apurada a respeito delas. A literatura pode oferecer a armadilha fundamentada na conquista narrativa, deixando de lado os aspectos de *contexto*, *intenção* e *produção* da referida obra. Igualmente, pode ser tentador analisar uma imagem como uma cópia do real – tratá-la como aquilo que realmente aconteceu, uma “expressão da verdade”¹⁶, deixando de lado as finalidades por detrás de sua elaboração. Em virtude disso, torna-se importante saber os motivos que levaram à criação das fontes históricas e quais foram seus objetivos.

A pesquisa imagética centrou-se na análise de três publicações distintas. A primeira foi o *Álbum de Pelotas*¹⁷, editado por Clodomiro Carriconde¹⁸, e publicado

¹³ BLOCH, Marc. **Apologia da história ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001, p. 79.

¹⁴ Rio de Janeiro, Porto Alegre e Pelotas, respectivamente.

¹⁵ Paris, Porto Alegre e Pelotas, respectivamente.

¹⁶ Termo utilizado por Boris Kossoy ao criticar os trabalhos que visualizavam a fotografia como algo imparcial. Cf. KOSSOY, *op. cit.*, p.31.

¹⁷ Estruturalmente, a obra conta com um formato retangular e vertical de 31 cm de largura e 45 centímetros de altura impressa em papel *couché*. Apresenta uma capa dura, forrada com tecido na cor vermelha, com o título gravado em letras douradas. A folha de rosto comporta as informações da publicação e os ornamentos gráficos – como, por exemplo, o brasão do estado do Rio Grande do Sul. Ao longo de 252 páginas, o editor perpassa a história da cidade de Pelotas, os seus aspectos econômicos, políticos, sociais e culturais, dividindo a obra em artigos referentes à urbe, apontamentos sobre instituições – públicas e privadas – poesias, notícias, fotografias, propagandas comerciais, entre outros. Em números, o álbum oferece ao leitor 70 textos, 119 poesias, 159 anúncios comerciais e 472 imagens. Apesar de contemplar outros suportes, pode-se comprovar que o álbum possui um caráter nitidamente fotográfico, pois abrange um número substancial de imagens. No que tange à preferência das fotografias, Clodomiro Carriconde não segue uma escolha específica de temática, ou seja, a obra caracteriza-se principalmente pela pluralidade visual. Ele cria uma narrativa da cidade a partir da sua subjetividade e do seu entendimento. O ordenamento pode ser analisado ao folhar o álbum, percebendo a narrativa que o editor propõe a partir da disposição das fotografias ao longo das laudas.

em volume único no ano de 1922, a partir do desejo do autor de “sublinhar-lhe as belezas e os progressos”¹⁹ e exibi-las na exposição comemorativa do centenário da Independência do Brasil (1822-1922), que seria realizada na cidade do Rio de Janeiro.

A segunda foi o *Almanach de Pelotas*²⁰ (1920-1930) criado, em 1913, pelos editores Antonio Gomes da Silva, Ignácio Alves Ferreira e Florentino Paradedda organizados sob a firma Ferreira & Companhia.²¹ O periódico foi editado anualmente, em volume único, perdurando até o ano de 1935. O intento da obra era de “tornar-se útil”²² ao leitor, sendo que o acompanhava no transcurso de todo o ano.²³ Além disso, a obra também se propunha a expor o desenvolvimento da cidade mediante a utilização de fotografias e de artigos que demonstrassem os avanços da administração municipal, realizando uma “propaganda de sua querida terra, do seu progresso e à exaltação de suas virtudes, dos atributos e dos alevantados atos dos conterrâneos que tal preito tivessem feito e hajam de fazer jus”.²⁴

¹⁸ Clodomiro Carriconde também editou as obras: *Porto Alegre em revista* (1926) e o *Rio Grande do Sul em revista* (1928, 1930, 1932 e 1933).

¹⁹ **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p. 02.

²⁰ Estruturalmente, o almanaque contava com um formato retangular e vertical de 22 cm de altura x 14,5 de largura. A quantidade de páginas variava anualmente, por exemplo, o primeiro exemplar, em 1913, possui 149 laudas enquanto o fascículo de 1925 apresenta 300 páginas. Era comum, a cada novo volume, os editores apontarem as dificuldades encontradas para confeccionar a obra, como por exemplo, o acréscimo no valor do papel, o encarecimento da mão de obra, a diminuição de anunciantes e a elevação no custo das ilustrações. A capa era maleável, geralmente colorida, com o título impresso no topo da página concomitante com uma imagem ou ilustração central. A folha de rosto comporta as informações da publicação e alguns ornamentos gráficos. Até o ano de 1920, a obra era impressa na tipografia do *Diário Popular*, entre os anos de 1921 até 1928, pela tipografia Guarany, e até 1935 foi impresso pela livraria do Globo.

²¹ Florentino Paradedda assume, em 1919, a direção e a propriedade do impresso.

²² **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano I, 1913, p. 03.

²³ “É ele, leitor amigo, quem te indica o santo dia, se ainda conservas intactas as tuas velhas crenças católicas; é ele quem te anuncia as fases da lua e as revoluções do tempo, indo até ao excesso de amabilidade de dizer-te quando deves plantar os feijões e podar as vinhas; é ele ainda quem te lembra o cumprimento dos teus deveres de cidadão e dos teus encargos de contribuinte, e, para amenizar-te os ócios de chefe de família e de homem de trabalho, entremeia tudo isso de pilherias e facécias de receitas culinárias e de charadas e logogrifos, de máximas e reflexões morais – sempre proveitosas – de anedotas e ditos célebres. [...] O *Almanach de Pelotas* [...] apenas ambiciona um cantinho modesto, prometendo em troca cultivar todas as virtudes acima apontadas, que tornam interessantes e procuradas as publicações desse gênero.” Cf. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano I, 1913, p. 03 e 04.

²⁴ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XIV, 1926, p.03.

Finalmente, a última fonte imagética pesquisada foi a *Ilustração Pelotense* (1920-1927), que surgiu em janeiro de 1919²⁵, elaborada pelo diretor Bruno de Mendonça Lima, juntamente com a redação de Pedro Vergara e a direção de arte de Luiz Lanzetta e de Brisolara da Silva.²⁶ A obra era publicada quinzenalmente e poderia ser adquirida pelos leitores – de Pelotas e de outros municípios gaúchos²⁷ – mediante a compra avulsa ou através da assinatura mensal.²⁸ Conforme o prefácio de seu primeiro exemplar, o propósito da obra era disponibilizar um espaço para a literatura local, além de reproduzir fotografias do cotidiano da urbe, tornando-se a publicação do mundo elegante pelotense.

O corpus imagético analisado na tese constitui-se de 47 fotografias, formando uma série conjunta de registros visuais sobre a cidade.²⁹ Entende-se, como proposto por Ana Maria Mauad, que para compreender a narrativa visual faz-se necessário trabalhar com uma série extensa e homogênea, a fim de constatar as semelhanças e diferenças do conjunto imagético, além de ultrapassar a vertente da simples ilustração³⁰ – duramente criticada pela historiografia que lida com as imagens como fonte histórica. Ademais, a partir de uma investigação conjunta das publicações é possível observar a circularidade das imagens através da repetição das fotografias

²⁵ A obra sofreu um hiato em sua publicação entre os meses de abril a setembro de 1919. Um segundo momento de interrupção ocorre em 1924, posteriormente a obra retorna na metade do ano com uma nova diagramação, formato (25 x 55 cm) e proprietário – Echenique e Cia.

²⁶ Pedro Vergara participou apenas das duas primeiras edições, pois foi nomeado para o cargo de promotor público na comarca de Camaquã e deixou a publicação. A partir de 1920, Coelho da Costa assumiu a redação da revista que perdurou até o ano de 1927.

²⁷ Era vendida no Alegrete, Bagé, Camaquã, Canguçu, Caxias, Dom Pedrito, Herval, Itaqui, Jaguarão, Livramento, Piratini, Passo Fundo, Pinheiro Machado, Porto Alegre, Quaraí, Rio grande, Rosário, São Borja, São Gabriel, São Luiz Gonzaga, São Lourenço, Santa Maria, Santa Vitória e Uruguaiana. Cf. **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n. 12, 16 jun. 1920, s/p.

²⁸ Estruturalmente, a obra contava com um formato retangular e vertical de 15,5 cm de altura x 25 de largura – até o ano de 1923. A quantidade de páginas variava entre 17 a 33 laudas dependendo do exemplar, mas praticamente em todas as edições, a capa apresentava a figura de alguma senhorinha da sociedade local com uma bela pose e com vestimentas de altivez. Ao redor de sua imagem, existia um trabalho gráfico de cores e molduras para embelezar a página. Na extremidade da primeira folha eram divulgados dos detalhes da obra, como por exemplo, ano, número, edição e a direção. Além disso, o nome da Revista era elucidado através de um grafismo, demonstrando os avanços tipográficos do período. No que se refere às imagens, a revista normalmente publicava-as no meio dos textos, todavia sem manter uma relação direta com eles. Por intermédio das reproduções visuais, a obra enfatizava aspectos da beleza, da moda e de comportamento, principalmente das mulheres, a julgar pelo amplo destaque que elas ganharam nos exemplares – a começar pelo frontispício. Da mesma forma, as propagandas também se destinavam para esse público consumidor, pois diziam respeito a joias, calçados e roupas de luxo, cremes para manter a beleza do rosto e o corpo firme, entre outros anúncios.

²⁹ Das 47 imagens analisadas, 19 fotografias foram extraídas do *Álbum de Pelotas*, 18 da *Ilustração Pelotense* e 10 do *Almanach de Pelotas*.

³⁰ MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: a fotografia e história, interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, 1996, p.89.

nas obras examinadas. Um elemento importante que merece ser destacado diz respeito à ausência da assinatura do fotógrafo nas imagens estudadas.³¹

As crônicas analisadas na tese foram extraídas dos jornais *A Opinião Pública* (1920-1930), *Correio Mercantil* (1929-1930), *Diário Popular* (1920-1930), *O Libertador* (1926-1930) e o *Rebate* (1920-1923). A opção por estes cinco periódicos³² decorre de sua distribuição e circulação durante a década de 1920.³³ Nesse caso, os textos não foram publicados em colunas específicas, sendo que algumas estavam no espaço reservado aos folhetins e outras em páginas diversas ao longo da edição. Contudo, em todas elas predominam a temática da cidade e contam com a assinatura de seus autores, mesmo que sob a forma de pseudônimos.

Dada a natureza do corpus documental analisado, o conceito de representação permeia a tese, uma vez que ele se expressa como uma construção realizada a partir do real, ou seja, não é o real em si, mas uma interpretação construída a partir dele. Apesar disso, uma representação mantém com o objeto representado relações de verossimilhança. Essas representações do mundo social, vale lembrar, são construídas e determinadas pelos interesses de um grupo que as forjam, logo não são neutras, pois produzem práticas e estratégias que legitimam ou justificam algo.³⁴ Tendo como base esse conceito, as crônicas e as fotografias

³¹ De acordo com o jornal *A Opinião Pública*, o *Álbum de Pelotas* teria contado com a colaboração do fotógrafo Carmello dos Santos Lopes. Todavia, em algumas fotografias, inclusive de outras publicações, é possível observar a assinatura – Brisol – provavelmente do fotógrafo ou estúdio Brisolara que atuava na cidade, mas não foi possível comprovar a relação entre ambos devido à ausência de fontes. É viável pensar, como hipótese, que de fato houve a vinda de um profissional para fotografar o município exclusivamente para o álbum, mas que também foram utilizadas imagens já realizadas anteriormente para outras finalidades – como ficará comprovado na análise de algumas imagens. Cf. **A Opinião Pública**, Pelotas, 17 nov. 1921, p.01.

³² *A Opinião Pública* intitulava-se órgão de interesses gerais (1896-1913), depois transformou-se em anticlerical (1913-1915), fazendo oposição ao partido republicano (1916-1924) e, na sequência, tornando-se situação (1924-1929). O *Diário Popular* defendia ideais republicanos. O *Rebate* era independente de partido, mas opunha-se ao Partido Republicano Rio-Grandense. O *Libertador* vinculava-se à Aliança Libertadora e, por fim, o *Correio Mercantil* era ligado a um grupo de empresários defendendo seus interesses próprios. Esses aspectos demonstram os posicionamentos frente às causas políticas, sociais, culturais e, principalmente, cotidianas. Por um lado, os periódicos vinculados ao Partido Republicano defendiam abertamente a Intendência Municipal, pois comungavam a mesma linha política. Por outro lado, os jornais oposicionistas dedicavam diversas laudas para criticar e questionar o governo municipal. Diante disso, a imprensa apresenta-se como um vestígio histórico muito rico, ampliando os questionamentos e hipóteses sobre as relações políticas e sociais do município a partir dos debates realizados entre as publicações.

³³ Alguns semestres não foram possíveis de serem consultados em virtude do estado de conservação em que se encontravam, uma vez que a Bibliotheca Pública Pelotense retirou-os de consulta.

³⁴ Essa perspectiva desenvolvida por Roger Chartier torna-se evidente ao tratarmos das particularidades das fontes históricas. Elas foram produzidas por um grupo específico de editores,

analisadas no presente trabalho serão consideradas enquanto criações feitas por determinados indivíduos em uma determinada época. Roger Chartier destaca, ainda, que a luta de representações é extremamente importante para compreender porque um determinado grupo se impõe ou tenta impor o seu domínio.³⁵ Com isso, as representações que nos chegam apresentam uma simbologia definida e são carregadas de intenções.

Não obstante, estamos conscientes de que examinar um objeto histórico apenas por intermédio de um único viés documental – neste caso, as fotografias e crônicas – culmina em uma perspectiva parcial, tendo em vista que a apreciação de diversos vestígios do passado amplia a nossa visão e compreensão acerca temática abordada. Em razão disso, cotejamos as fontes principais com documentos municipais, tais como as Atas da Intendência e da Câmara Municipal, os relatórios administrativos, os Códigos de Postura, o Boletim de Estatística do Município e os Códigos de Construções e Reconstruções, bem como com relatos de viagem, notícias e editoriais da imprensa, a Revista *do 1º Centenário de Pelotas* (1911-1912), a obra literária *A Vertigem*, plantas e mapas da urbe, planos de ampliação do município, entre outros.

Ainda assim, um trabalho historiográfico não é realizado apenas a partir de fontes históricas. Conseqüentemente, foi necessário dialogar com a produção bibliográfica já existente sobre o tema da presente tese. Na historiografia pelotense, destaca-se o trabalho de Mario Osório Magalhães, no qual o autor trabalha a hipótese de a localidade ter atingido o seu econômico, cultural e social entre as décadas de 1860 e 1890, devido ao desenvolvimento e consolidação das charqueadas. Nessa obra, o autor prioriza o estudo da elite pelotense e dos mecanismos de poder centrado ao redor da aristocracia.³⁶

O livro *A cidade de Pelotas*, de Fernando Osório, por sua vez, caracteriza-se pelo tom de exaltação da história do município e dos grandes expoentes de sua sociedade, sendo que a cada final de capítulo o autor apresenta notas biográficas

servindo para um determinado público leitor. CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. IN: CHARTIER, Roger. **A história cultural entre práticas e representações**. Portugal: DIFEL, 2002, p. 16-17.

³⁵ *Idem, ibidem*, p.17.

³⁶ MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPEl, 1993.

dessas grandes personagens locais.³⁷ A obra, contudo, apresenta-se como uma fonte de pesquisa interessante, pois a sua primeira versão foi publicada no início da década de 1920, em virtude da comemoração do centenário da Independência do Brasil, podendo, em razão disso, ser também compreendida como uma fonte de pesquisa.

Outra abordagem importante para a tese, por focar a elite pelotense e a expansão dos saladeiros, é a pesquisa realizada por Jonas Vargas, que propõe uma reflexão sobre o mito fundador de que a seca no Ceará desencadeou o desenvolvimento dos saladeiros na região pelotense. Além disso, o autor faz um levantamento sobre os estabelecimentos e a fortuna gerada para a aristocracia a partir dos inventários *post-mortem*, focalizando as estratégias familiares e econômicas desse grupo social para manter a sua influência política na cidade e região.³⁸

Uma pesquisa de fôlego e extremamente relevante para a nossa investigação é a tese de Paulo Roberto Rodrigues Soares. Em seu trabalho, o autor propõe um exame da morfologia urbana de Pelotas desde 1812 até 2000, a fim de perceber os principais agentes de intervenção no espaço, bem como as relações entre os indivíduos e suas estratégias para gerir o ambiente citadino.³⁹ Merece também ser destacado o texto de Glenda Pereira da Cruz, que se detém na construção do espaço pelotense no início da Primeira República a partir de três perspectivas, o sistema econômico, o político-institucional e o ideológico.⁴⁰

Foram também importantes para a tese as obras de Sandra Pesavento. A autora possui uma gama de pesquisas cujo foco central encontra-se a cidade de Porto Alegre. No livro *O espetáculo da rua*, Pesavento propõe uma reflexão acerca do imaginário burguês construído, através da nova ordem capitalista, que culmina

³⁷ OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo: Editora do globo, 1962.

³⁸ VARGAS, Jonas. **Os Barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

³⁹ SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. **Del proyecto urbano a la producción del espacio**: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil, 1812-2000. Barcelona. 2002. 507 f. Tese (Doutorado em Pensamento Geográfico e Organização de Território). Universitat de Barcelona, Barcelona, 2002.

⁴⁰ CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas espaço construído no início da República. In: WEIMER, Gunter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p.109-134. .

com a percepção da rua enquanto espaço público de poder.⁴¹ No entanto, em suas pesquisas, a autora buscou identificar os espaços populares dentro do ambiente urbano. Esse viés fica evidente no livro *Os pobres da cidade*, no qual Pesavento destaca os indivíduos que estavam à margem da sociedade porto-alegrense.⁴² Ademais, ela também apresenta algumas reflexões sobre a urbanização de Porto Alegre que corrobora com o presente trabalho.

No mesmo segmento, Charles Monteiro analisa o projeto de modernização urbana e social da capital gaúcha durante a década de 1920. Para compreender esse desenvolvimento, o autor propõe uma reflexão acerca do processo histórico de criação e consolidação do município a fim de entender de que forma se consolidou a proposta de reforma urbana do Partido Republicano Rio-grandense.⁴³

No que se refere à pesquisa com fotografias, Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho realizaram um estudo sobre álbuns fotográficos da cidade de São Paulo produzidos entre os anos de 1887 e 1919, e entre 1951 e 1954.⁴⁴ As autoras afirmam que a criação de álbuns assume um papel na construção de sentidos, apresentando uma síntese daquilo que foi tido como mais representativo para um determinado grupo de indivíduos, revelando, portanto, os valores associados às cidades. Para isso, as pesquisadoras criaram alguns padrões (icônicos e formais) de análise.

Também os trabalhos de Zita Possamai acerca dos álbuns fotográficos de Porto Alegre entre as décadas de 1920 e 1930, apontam um caminho para a pesquisa na área. Segundo a autora, o álbum configura-se a partir de uma seleção de determinadas fotografias e essa organização opera da mesma maneira que a criação de uma imagem fotográfica, na medida em que é elaborada pelo fotógrafo, a partir de sua visão de mundo e das concepções de toda ordem que o norteiam. A autora ressalta que desde o surgimento da fotografia, as cidades tiveram um olhar privilegiado por parte dos fotógrafos culminando na criação de álbuns sobre estas

⁴¹ PESAVENTO, Sandra. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

⁴² PESAVENTO, Sandra. **Os pobres da cidade: Vida e trabalho (1880-1920)**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

⁴³ MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

⁴⁴ LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão à lógica de consumo: Álbuns de São Paulo (1887-1954)**. São Paulo: FAPESP, 1997.

vistas urbanas.⁴⁵ Ainda sobre a capital gaúcha, a dissertação de Carolina Etcheverry contribui para o entendimento dos álbuns de vistas urbanas através da investigação acerca das obras dos irmãos Ferrari e de Virgílio Calegari.⁴⁶

Francisca Michelin analisou as fotografias produzidas sobre Pelotas durante o período de 1913 a 1930, com o propósito de compreender as relações entre a modernidade e as imagens. Em sua pesquisa, a autora destaca que, durante os dezessete anos pesquisados, a urbe foi mostrada a partir da ótica do progresso e do moderno.⁴⁷ Nesse trabalho, ela se detém em algumas imagens que também serão analisadas na presente tese, porém, cabe esclarecer que examinamos uma série específica, selecionada a partir das três publicações anteriormente referenciadas, e que as mesmas serão cotejadas com as crônicas literárias, visando ao aprofundamento do debate sobre a urbe e sobre os discursos produzidos sobre ela.

Da mesma forma que a imagem, a literatura apresenta representações da vida cotidiana, na medida em que, no caso específico da crônica, predomina a narrativa de um determinado acontecimento diário. Antonio Candido, em seu célebre texto *A vida ao rés-do-chão*, define a crônica como um gênero menor, pois não se conseguiria imaginar a literatura feita por grandes cronistas ou nem se pensaria em atribuir um Prêmio Nobel a um cronista. Assim, para o autor, a crônica, além de acercar-se do nosso cotidiano, constitui-se em “gênero menor” por ser veiculada através dos jornais, o que a torna uma leitura de rápida produção e consumo. Afirma, ainda, que ela não é escrita para ficar na posteridade, já que sua perspectiva não é a dos escritores que escrevem “em cima de montanhas”, mas do “simples rés-do-chão”.⁴⁸

Margarida Neves, Sidney Chalhoub e Leonardo Pereira apresentam algumas reflexões importantes sobre a crônica. Primeiramente, nos esclarecem que ela utiliza como matéria-prima os pequenos acontecimentos do dia a dia. Justamente, em

⁴⁵ POSSAMAI, Zita. **Cidade fotografada: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930.** 2005. 287 f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

⁴⁶ ETCHEVERRY, Carolina Martins. **Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912).** 2007, 161 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

⁴⁷ MICHELON, **Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930).** 2001. 547 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

⁴⁸ CANDIDO, Antonio. *A vida ao rés-do-chão.* In: CANDIDO, Antonio (org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992, p.13-22.

função disso, apresenta-se como um texto leve e efêmero. Na visão dos pesquisadores, esse tipo de documentação caracteriza-se como uma literatura com data de validade, na medida em que ela está intimamente ligada com o contexto histórico de produção. Precisamente por isso, a crônica estabelece uma cumplicidade com o leitor, uma vez que o autor tenta analisar a sociedade e, por vezes, transformá-la.⁴⁹

Para Sandra Pesavento, a crônica não tem maiores pretensões, pois fala dos acontecimentos miúdos do cotidiano, sendo que seu autor deve ser percebido como um indivíduo especial, dotado de sensibilidade. Nesse sentido, a autora acredita que a crônica deve ser entendida como um gênero de fronteira entre a história e a literatura, a partir do qual o historiador pode acessar as representações sobre o mundo e sobre si. A crônica ofereceria, assim, ao pesquisador subsídios que ele não encontraria em outras fontes, na medida em que “Através do texto literário, Clio pode enxergar mais longe.”⁵⁰

Os autores acima elencados mereceram ser destacados por seus estudos tanto sobre a fotografia, quanto sobre a crônica. Ao longo da tese, no entanto, serão acionados outras referências e textos sobre as temáticas contempladas, aprofundando e enriquecendo o debate a respeito da história da cidade e suas representações.

A presente tese está estruturada em três capítulos. O primeiro visa estudar a formação urbana de Pelotas, durante dos séculos XVIII e XIX, e o processo de modernização citadina realizada a partir do século XX. Ademais, esse capítulo é entendido como a construção de um cenário para que o narrador Abadie Faria Rosa e as demais personagens construam as suas narrativas sobre a Princesa do Sul nos capítulos seguintes.

O capítulo dois tem como objetivo discutir a modernização da cidade a partir da chegada hipotética do narrador à Pelotas pela Estação Férrea. As formas como ele e as demais personagens perceberam as mudanças ocorridas no centro da cidade foram aspectos trabalhados nesse capítulo, que considerou os documentos

⁴⁹ CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **História em cousas miúdas**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005, p. 11-22.

⁵⁰ PESAVENTO, Sandra. Com os olhos de Clio ou a literatura sob o olhar da história a partir do conto O alienista, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, vol. 16, nº 31 e 32, 1996, p. 117.

oficiais, as fotografias e as crônicas produzidas no período abarcado na tese. Já o capítulo três almeja pensar a modernização do município a partir do suposto desembarque do viajante no Porto de Pelotas e como foram compreendidas as reformas urbanas realizadas nas áreas marginais ao centro, levando em consideração o conjunto variado de fontes que levantamos.

A relevância e a originalidade da tese residem tanto na perspectiva analítica que adotamos, pois recorreremos às narrativas literárias e visuais para discutir o processo de modernização experimentado pela cidade de Pelotas no século XX, quanto no recorte temporal que privilegiamos, haja vista o reduzido número de pesquisas existentes sobre a Princesa do Sul nesse período.⁵¹

Ao final desta Introdução, convidamos o leitor – assim como Selbor propôs ao seu irmão – a conhecer as diversas cidades contidas em uma única Pelotas através dos caminhos que hipoteticamente Abadie Faria Rosa percorreu.

⁵¹ Principalmente se compararmos com a extensa produção historiográfica sobre a cidade durante o século XIX.

CAPÍTULO I

“PELOTAS POSSUI TODOS OS ELEMENTOS QUE EXIGE UMA CIDADE MODERNA”⁵²

“Mas a cidade não conta o seu passado, ela o contém como as linhas da mão, escrito nos ângulos das ruas, nas grades das janelas, nos corrimãos das escadas, nas antenas dos para-raios, nos mastros das bandeiras, cada segmento riscado por arranhões, serradelas, entalhes, esfoladuras.”⁵³

Italo Calvino, no livro *Cidades invisíveis*, afirma que “[...] cada pessoa tem em mente uma cidade feita exclusivamente de diferenças, uma cidade sem figuras e sem forma, preenchida pelas cidades particulares.”⁵⁴ No sentido atribuído pelo escritor, as urbes comportam múltiplos olhares e discursos, cabendo ao observador percebê-la e visualizá-la ao seu modo. Ao longo da história, músicos, pintores, fotógrafos, literatos, cineastas, teatrólogos, cronistas, poetas, desenhistas, buscaram captar um pouco a essência desses locais e, a partir de suas obras, criaram representações e discursos para explicá-la ou evidenciá-la. Contudo, isso não quer dizer que esses enunciados se hierarquizam, não obstante eles se “justapõem, compõem ou se contradizem, sem, por isso, serem uns mais verdadeiros ou importantes que outros”.⁵⁵ Assim sendo, torna-se viável investigar uma localidade a partir de diversos pormenores e formas de representação.

No entanto, o que caracteriza uma cidade? É a sua área urbanizada, as ruas, os prédios, as vilas, as praças, os monumentos, o comércio, a indústria ou, simplesmente, os transeuntes que por ela circulam? Na verdade, todos esses aspectos a evidenciam, entretanto ela não se faz apenas pelo visível, mas, também, pelo não visível. Nesse sentido, abrange igualmente os indivíduos e suas relações sociais, comportamentos, hábitos, atores políticos, personagens, identidades, imaginários, tradições, relações de poder, desigualdades sociais e conflitos. Nesse

⁵² Município de Pelotas. **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.09.

⁵³ CALVINO, *op. cit.*, p.14-15.

⁵⁴ *Idem, Ibidem*, p.34.

⁵⁵ PESAVENTO, *O imaginário...*, p.09.

caso, o urbano é “polifônico, polimorfo e polissêmico”.⁵⁶ Logo, pensar a cidade em si é algo complexo, pois ela circunda muitas questões, contradições e particularidades.

Franco Moretti, no livro *Atlas do romance europeu*, propõe um método para pensar a relação entre a literatura e a geografia. Após analisar diversos romances, ele elaborou os chamados “mapas literários”, além de tabelas e gráficos, objetivando perceber e visualizar os locais em que as personagens circulavam, identificando os enredos e os cenários das obras. Para Moretti, a geografia não pode ser compreendida como um receptáculo inerte, mas, sim, como um espaço que absorve o campo literário e o aprofunda. Ao estudar as criações de Jane Austen, o crítico literário percebe que diversas partes do Reino Unido estão ausentes das obras da escritora – Irlanda, País de Gales, Escócia, Cornualha –, pois a autora foca-se apenas na Inglaterra. Ao aprofundar o olhar, Moretti identifica que as cidades representadas pela escritora são restritas e, geralmente, ficam perto umas das outras – facilitando o deslocamento das personagens.

Franco Moretti entende que a geografia – o espaço – é o ambiente onde as coisas acontecem, lugar em que as personagens se deslocam e o enredo se realiza. Deste modo, o seu *Atlas* servirá como inspiração metodológica para a escrita da tese, na medida em que priorizaremos a análise de alguns espaços da cidade de Pelotas e das personagens que por ela circularam – literatos e fotógrafos – a partir do viés geográfico – o centro e a margem da cidade, por entendermos que o ambiente influencia a lógica das narrativas. Esclarecemos que nesse primeiro capítulo, o foco recairá sobre o processo de formação histórica do município (séculos XVIII e XIX) e a sua modernização (século XX). Metaforicamente, nosso objetivo ao apresentar estes elementos é o de estabelecer um cenário – um “palco” – para que nele as personagens possam construir as suas histórias sobre a Princesa do Sul nos capítulos subsequentes.

⁵⁶ PESAVENTO, Sandra. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano na cidade de Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: República Velha (1889-1930). v. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007.

1.1: Prelúdio: De Freguesia de São Francisco de Paula à Princesa do Sul

A ocupação do território pelotense principiou oficialmente a partir das doações de sesmarias – Rincão de Pelotas, na margem esquerda do Arroio Pelotas, e do Monte Bonito, na margem direita. Entretanto, a região tornou-se próspera a partir do desenvolvimento das charqueadas⁵⁷, transformando-se na principal produtora de carne salgada do Império luso-brasileiro.⁵⁸ No primeiro momento, a urbe pelotense contava com a concorrência externa – de Montevideu e Buenos Aires –, além do mercado interno localizado, principalmente, no Ceará. Esse território, no entanto, sofreu uma grave crise em virtude da seca ocorrida entre os anos de 1770 e 1790, o que possibilitou a consolidação do mercado pelotense no âmbito nacional.

Como comumente referido pela historiografia⁵⁹, a primeira charqueada foi construída às margens do Arroio Pelotas, pelo português José Pinto Martins, no final do século XVIII, após fugir da seca cearense de 1777. Contudo, para Jonas Vargas, esse “mito fundador” pode ser desconstruído, uma vez que já existiam charqueadas em Pelotas antes mesmo da crise cearense. Para o autor, foi somente a partir da década de 1790 que a carne salgada fabricada na Província do Rio Grande do Sul superou o mercado nordestino, inserindo-se com força na economia brasileira.⁶⁰ Diante disso, a funcionalidade da região foi completamente modificada, na medida em que houve um tráfego fluvial frequente, além do emprego de uma série de indivíduos que contribuíram, posteriormente, para a formação de diversos ranchos

⁵⁷ Eram estabelecimentos onde se preparava a carne salgada (charque) seca ao sol. Para realizar o trabalho houve o predomínio da mão de obra escrava, utilizada em larga escala, tornando-se o principal motivo da entrada de negros na região. A safra do charque era sazonal e compreendia os meses de novembro a maio, e no restante do ano, durante o período da entressafra, os escravos trabalhavam em outros estabelecimentos como olarias, fábricas de sabão e de velas. Esses produtos proporcionavam outra fonte de renda e, também, possibilitavam o aproveitamento completo da mão de obra, ou seja, o objetivo era manter os escravos ocupados durante o ano inteiro, gerando um retorno financeiro para os senhores e um amplo aproveitamento dos cativos. O consumo da carne salgada era destinado aos escravos.

⁵⁸ VARGAS, *op. cit.*, p.29.

⁵⁹ MAESTRI, Mario. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993; MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPEl, 1993; OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Porto Alegre: Ed. do Globo, 1922.

⁶⁰ VARGAS, *op. cit.*, p.29.

nos arredores dos saladeiros⁶¹, ou seja, a cidade começou a ser construída e estruturada a partir da criação e organização das charqueadas.

A nova indústria foi percebida pelos seus contemporâneos como um empreendimento extremamente vantajoso e promissor. Diversos estabelecimentos foram fundados contemplando também as margens do Canal São Gonçalo e do Arroio Santa Bárbara (Figura 01), expandindo o território, incentivando a ocupação populacional e demandando um grande percentual de escravizados para o processo produtivo. Para Glenda Pereira da Cruz, o êxito dos saladeiros pode ser explicado pela abundância de matéria prima; pela localização, ou seja, devido à proximidade com o porto de Rio Grande, que facilitou as trocas comerciais com outras Províncias do centro e do norte do país; pela existência de uma demanda nesses mercados e, ainda, pela possibilidade de suprir a mão de obra escrava através da importação.⁶²

Fábio Kühn também assinala como fatores importantes: a assinatura do Tratado de Santo Ildefonso, em 1777, que permitiu a expansão das estâncias de criação sobre novas terras, e a seca no Ceará, já que a Província ocupou um lugar no mercado deixado pelo Nordeste, como referido anteriormente. Em consequência disso, a produção foi intensificada em um curto espaço de tempo, transformando-se em uma das áreas de crescimento mais acelerado do Império português no período de 1780 a 1820, além de integrar-se ao mercado interno brasileiro⁶³ e de transformar Pelotas no grande centro charqueador gaúcho.⁶⁴

⁶¹ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 25 nov. 1911, n. 02, p. 04.

⁶² CRUZ, *op. cit.*, p.110.

⁶³ KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011, p. 61.

⁶⁴ O produto foi exportado em larga escala, abastecendo os mercados mais longínquos, como por exemplo, o Rio de Janeiro, Bahia, Antilhas e Estados Unidos. Entretanto, a mercadoria não saía diretamente do Porto de Pelotas, pois ele sofria com uma obstrução que dificultava o acesso e atraque de navios pesados. Desse modo, a produção era escoada para a zona portuária de São José do Norte e de Rio Grande que realizava o transporte do produto para o seu destino final. Cf. Pelotas antiga. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano III, 1915, p. 68.

Figura 01: Planta do Canal São Gonçalo (1838)



Fonte: Banco de dados do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA) da Universidade Federal de Pelotas.

Em decorrência destes fatores, rapidamente ocorreu o crescimento populacional na parte ribeirinha – às margens do Arroio Pelotas, Canal São Gonçalo e Arroio Santa Bárbara – concomitante com o desenvolvimento e a expansão da indústria do charque. Como assinalou o *Almanach de Pelotas*, “onde quer que um estabelecimento de charqueada existisse, tinha se adensado um pequeno agrupamento [...] cujo viver estava na dependência da movimentação da fábrica”.⁶⁵

⁶⁵ Cidade de Pelotas: Notícia histórica. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano II, 1914, p. 66.

Apesar de o desenvolvimento citadino estar interligado com os saladeiros, os habitantes buscaram alternativas para fugir do ininterrupto movimento das tropas de gado, das possíveis enchentes e de uma potencial revolta de escravos.⁶⁶

Esta população, que gravitava em torno dos saladeiros, e que, muito provavelmente, era composta por familiares dos charqueadores, buscou, assim, outro espaço para instalar o povoado, bem longe do curso das águas. Vale lembrar, também, como apontado por Ester Gutierrez, que o ambiente ao redor das charqueadas era imundo, cheio de excrementos, sangue, vísceras e mal cheiroso⁶⁷, não sendo, assim, muito adequado e convidativo para os moradores.

Sob esta perspectiva, as charqueadas possuíram um papel fundamental na estruturação da malha urbana e na sua decorrente evolução⁶⁸, já que para fugir desse espaço insalubre, a população fundou o pequeno povoado afastado dos saladeiros e de todo o seu complexo produtivo. De acordo com o arquiteto Leonardo Benevolo, a cidade é uma criação histórica particular, na medida em que sua concepção esteve condicionada a um momento específico de evolução social e a uma necessidade dos indivíduos.⁶⁹ Nesse sentido, a formação de Pelotas encontra-se vinculada aos saladeiros.

De acordo com Fernando Osório, Pelotas nasceu da ação espontânea da sua coletividade e da iniciativa particular.⁷⁰ Esse crescimento – em média 60 habitantes por ano⁷¹ – culminou com a solicitação, por parte da população, da criação da Freguesia de São Francisco de Paula, através do alvará de 07 de julho de 1812. Esse título levou em consideração o fato de o povoado contar com “150 famílias das mais abastadas da fronteira e consideráveis fábricas de carne salgada”.⁷² Ou seja, as terras situadas na zona ribeirinha demonstravam ao poder público a potencialidade de vir a tornar-se uma cidade. Ainda assim, o novo *status* político conferiu apenas a autonomia religiosa para a localidade, uma vez que, administrativamente, ela ainda dependia da Vila do Rio Grande. Da mesma forma,

⁶⁶ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 25 nov. 1911, n.02, p. 04.

⁶⁷ GUTIERREZ, Ester. **Negros, charqueadas e olarias: um estudo sobre o espaço pelotense**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011, p. 272.

⁶⁸ CRUZ, *op. cit.*, p.114.

⁶⁹ BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

⁷⁰ OSÓRIO, *op. cit.*, p. 45.

⁷¹ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 25 nov. 1911, n.02, p. 05.

⁷² OSÓRIO, *op. cit.*, p.31.

muitos charqueadores possuíam casas e seguiam mantendo relações comerciais com a cidade vizinha.

Em virtude disso, a ampliação da Freguesia foi regida pelo Código de Posturas Policiais da Vila de Rio Grande (1829). Com a implantação do código, o cotidiano da população passou a ser normatizado e disciplinado, no que diz respeito à saúde pública (proibição da venda de frutas verdes, gêneros “corruptos”, viciados ou alterados), ao comércio (toque de silêncio para o fechamento de bilhares, botequins, tabernas e boticas), à segurança (todos os cidadãos livres deveriam prestar ronda quando escalados pela câmara), à construção de casas (regulamentação das novas edificações), à presença de escravos (proibição de ficarem conversando ou jogando nas tabernas), ao trânsito (obrigatoriedade do uso de guias para as carretas) e às rendas (determinação dos tributos pagos por cada estabelecimento comercial), entre outros aspectos.⁷³ Sendo assim, a Freguesia estava sujeita à jurisdição da Vila do Rio Grande, não possuindo autonomia sobre a normatização do seu território.

Por intermédio dessa legislação, se deu, não apenas a formalização do dia a dia dos pelotenses, condicionando o desenvolvimento do sítio urbano, como também melhorias que possibilitaram que a Freguesia fosse elevada à Vila de São Francisco de Paula, em 07 de dezembro de 1830, resultando na emancipação de Rio Grande. Essa condição, no entanto, perdurou por pouco tempo, visto que em 27 de junho de 1835, a localidade foi promovida à categoria de cidade, intitulando-se Pelotas.⁷⁴ Como destacado por Ana Fani Carlos, “a cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim”.⁷⁵ O município surgiu, portanto, para favorecer a expansão das nascentes indústrias dos saladeiros⁷⁶, o que fez com que nos primeiros decênios do século XIX, Pelotas passasse de “incipiente povoação à próspera cidade”.⁷⁷

⁷³ VILA DO RIO GRANDE. Posturas Policiais adotadas para o regime do município da Câmara Municipal da Vila do Rio Grande de São Pedro do Sul (1829) *apud* LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, mai-abr., n.07 e 08, 1912, p. 109-116.

⁷⁴ O nome Pelotas teria origem a partir da embarcação de couro, chamada *pelota*, que realizava a travessia dos rios.

⁷⁵ CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005, p.57.

⁷⁶ CRUZ, *op. cit.*, p.118.

⁷⁷ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 52.

Essa questão encontra-se interligada a três aspectos que, somados, condicionaram o surgimento de uma elite⁷⁸ aristocrática e escravocrata. O primeiro refere-se à constituição de aproximadamente quarenta charqueadas instaladas na localidade durante mais de um século. Segundo os dados arrolados por Jonas Vargas, em 1822, havia 22 saladeiros na Freguesia, em 1850, esse número estaria na casa dos 30 estabelecimentos, em 1873, chegava a marca de 35 e, por fim, em 1880, haveria 38 indústrias do charque na cidade.⁷⁹ Constata-se um crescente desenvolvimento desse empreendimento econômico, gerando uma ampla circulação monetária na cidade, além de proporcionar o enriquecimento para os seus respectivos proprietários. Conforme João Simões Lopes Neto, foram abatidas mais de 45 milhões de reses, movimentando cerca de dois milhões e meio de contos de réis.⁸⁰ Como resultado, os saladeiros, em um curto espaço de tempo, tornaram Pelotas, a mais importante cidade do cenário urbano e social da Província rio-grandense, firmando-se como centro econômico, comercial e cultural, além de destacar-se nacionalmente como produtora de carne salgada no século XIX.

O segundo aspecto diz respeito ao desenvolvimento urbano. Em 1832, Pelotas já contava com 34 ruas largas, retas e espaçosas sob o formato de uma espécie de tabuleiro de xadrez⁸¹ – desenho que se mantém até os dias atuais na área central. Nas vias públicas, verificou-se um salto nas construções: eram 217 em 1822⁸², número que passou para 544 prédios em 1833.⁸³ Ocorreu também um aumento no que tange ao comércio local, uma vez que em 1820, a cidade contava com 45 estabelecimentos, e doze anos depois, existiam mais de 80 lojas comerciais

⁷⁸ Segundo Flávio Heinz, o termo elite é empregado em um sentido amplo e descritivo, fazendo alusão a grupos ou categorias que aparentam ocupar o “topo” de estruturas de autoridade ou distribuição de recursos. Sendo assim, podemos apontar como elite, por exemplo, pessoas influentes na sociedade, dirigentes políticos, presidentes e vice-presidentes das Províncias, entre outros, enfatizando a distinção social que esses indivíduos possuem perante os outros que não compõem essa camada social. Cf. HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006, p. 07.

⁷⁹ VARGAS, *op.cit.*, p.15.

⁸⁰ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 30 dez. 1911, n.03. p. 46.

⁸¹ De acordo com Leonardo Benevolo, tanto Portugal quanto a Espanha, ao chegarem aos novos territórios conquistados no contexto das Grandes Navegações, estabeleceram como padrão urbano: “[...] um modelo uniforme: um tabuleiro de ruas retilíneas, que definem uma série de quarteirões iguais, quase sempre quadrados; no centro da cidade, suprimindo ou reduzindo alguns quarteirões, consegue-se uma praça, sobre a qual se debruçam os edifícios mais importantes: a igreja, o paço municipal, as casas de mercadores e dos colonos mais ricos.” Cf. BENEVOLO, *op. cit.*, p.487.

⁸² CUNHA, Alberto Coelho da. Antigas Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 19 out. 1928, p.01.

⁸³ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, n.03, 30 dez.1911. p. 41.

que se diversificavam entre alfaiatarias, boticas, carpintaria, funilarias, marcenarias, entre outros.⁸⁴

Por fim, o último elemento diz respeito ao crescimento populacional. O primeiro recenseamento realizado na Freguesia, em 1814, registrou uma população total de 2.419 habitantes, dos quais 1.225 eram escravizados.⁸⁵ Os números refletem a importância conquistada pelas charqueadas, visto que mais da metade da população era composta por cativos que haviam sido trazidos para atuar nas diversas etapas da produção⁸⁶, exercendo as funções de carneadores, salgadores, descarneadores, graxeiros, sebeiros, aprendizes e tripeiros. Por conta disso, o número de escravizados crescia anualmente, chegando a marca de 5.623 indivíduos, em 1833, sendo que a população somava 10.873 habitantes.⁸⁷ Esses dados reafirmam a importância do trabalhador negro para o desenvolvimento econômico da urbe, pois conforme aumentava o número de habitantes, elevava-se também o número de escravizados. De acordo com Jonas Vargas, esse índice refletia os anos de tráfico atlântico e o maior poder aquisitivo entre os charqueadores.⁸⁸

Evidentemente, o percentual de cativos variava conforme o tamanho de cada estabelecimento dedicado à produção de charque. A própria historiografia aponta essas alternâncias. Ester Gutierrez sugere uma média de 54 trabalhadores negros por charqueadas.⁸⁹ Para Mario Maestri, esse percentual subia para 60 cativos⁹⁰ e, segundo Mario Osório Magalhães, esse índice médio chegava a 80 escravizados.⁹¹ Denise Ognibeni apresenta uma distinção no número de trabalhadores, levando em consideração um determinado período histórico. De acordo com a autora, em meados de 1840, a média era de 82,25 escravos por saladeiro e, após 1870, esse

⁸⁴ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigas de Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 19 out. 1928, p.01.

⁸⁵ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, n.02, 25 nov. 1911, p.05.

⁸⁶ Primeiramente, a Província do Rio Grande do Sul não encontrava-se vinculada a este sistema escravista por conta de sua colonização tardia. Posteriormente, os escravos foram de suma importância, a partir do desenvolvimento da agricultura extensiva e do comércio de carne salgada. Além disso, a fundação da Vila do Rio Grande, em 1737, acentuou a presença de negros escravizados na Província. Cf. BAKOS, Margareth Marchiori. **Rio Grande do Sul: Escravidão e Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982, p. 13.

⁸⁷ VARGAS, *op. cit.*, p.37.

⁸⁸ *Idem, ibidem*, p.37.

⁸⁹ GUTIERREZ, Ester. A arquitetura pelotense: charqueada e cidade. In: MAESTRI, Mario. ORTIZ, Helen (org.). **Grilhão Negro: Ensaios sobre a escravidão colonial no Brasil**. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 202-203.

⁹⁰ MAESTRI, *op. cit.*, p.40.

⁹¹ MAGALHÃES, *op. cit.*, p.33.

número diminuiria para 29,5 por “fábrica”.⁹² Embora os dados variem, o que fica evidente é a relevância dos escravizados para a indústria do charque e para a consolidação de uma cidade com um amplo percentual de negros na sua formação histórica e social.

Diante disso, notabiliza-se um crescimento gradual de São Francisco de Paula a partir das charqueadas, da malha urbana e da população. Conseqüentemente, esses três aspectos, em conjunto, demonstram o desenvolvimento de Pelotas nas primeiras décadas do século XIX. No entanto, esse avanço ficou comprometido pela eclosão e duração da Guerra dos Farrapos⁹³ na Província do Rio Grande do Sul. O território pelotense foi disputado em virtude da sua localização privilegiada – geograficamente perto do porto de Rio Grande. Essa conjuntura política acarretou certo “atraso” no seu desenvolvimento, pois a Câmara de vereadores permaneceu fechada (1837-1843), sendo que o Theatro Sete de Abril virou quartel de infantaria e a população, temerosa, deixou as ruas praticamente desertas.⁹⁴ Ademais, os índices populacionais da cidade caem, pela primeira vez, em decorrência do embate. De 12.425 habitantes, em 1835, para 11.244 indivíduos, em 1846.⁹⁵

Em relação às charqueadas, após o conflito, ocorreu um processo de modernização estimulado pela concorrência platina. Nesse contexto, surgem estruturas complementares, como os curtumes e as olarias, diversificando o capital investido, além de reaproveitar a mão de obra e gerar mais riquezas aos proprietários, uma vez que a produção de charque concentrava-se apenas entre os meses de novembro até maio. No tempo restante, durante a entressafra, os proprietários deslocavam os trabalhadores escravizados para essas atividades sazonais, visando evitar possíveis revoltas e fugas. Todavia colocar o cativo para labutar o ano inteiro não garantia a sua “passividade”, visto que ocorriam fugas e a

⁹² OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento**. 2005. 277 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2005, p. 72.

⁹³ A Guerra dos Farrapos (1835-1845) teve como causa principal a insatisfação com os altos impostos sobre os produtos, fazendo o charque gaúcho tornar-se mais caro que o uruguaio e o argentino, prejudicando a sua comercialização. Sobre a temática, ver: LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

⁹⁴ NASCIMENTO *apud* MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 63.

⁹⁵ ARRIADA, Eduardo. **Pelotas – gênese e desenvolvimento urbano**. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1994, p.155.

formação de quilombos, por exemplo. Para auxiliar no controle, existia um grande aparato repressivo na cidade, com a presença de capitães do mato⁹⁶, feitores e também de uma força⁹⁷, entre outros.

Apesar do desenvolvimento nas primeiras cinco décadas do século XIX, Mario Osório Magalhães defende a tese de que foi apenas entre os anos de 1860 a 1890 que Pelotas efetivamente viveu o seu período áureo, tendo em vista a pujança econômica, social e cultural que alcançou. Esse ápice foi possível somente por conta do acúmulo financeiro proveniente da indústria da carne salgada que movia a economia pelotense. Corroborar com essa visão a análise de Jonas Vargas sobre os inventários *post-mortem* dos charqueadores, segundo a qual a partir de 1855, ocorreu um enriquecimento dessa elite. “Se entre 1810 e 1835, os mais ricos tinham um patrimônio 11 vezes superior ao dos menos ricos, entre 1871-1885, este índice foi de 59 vezes, e no último período ele atingiu 89 vezes”.⁹⁸ Foi devido a este expressivo enriquecimento que a cidade recebeu a denominação de *Princesa do Sul* atraindo, por isso, diversos visitantes, dentre os quais se encontra o Conde D’eu, que, ao desembarcar, afirmou:

Pelotas aparece aos olhos encantados do viajante como uma bela e próspera cidade. As suas ruas largas e bem alinhadas, as carruagens que as percorrem (fenômeno único na província), sobretudo os seus edifícios, quase todos de mais de um andar, com as suas elegantes fachadas, dão ideia de uma população opulenta. De fato, é Pelotas a cidade predileta do que eu chamarei a aristocracia rio-grandense, se é que se pode empregar a palavra aristocracia falando-se de um país do novo continente. Aqui é que o estancieiro, o gaúcho cansado de criar bois e matar cavalos no interior da campanha, vem gozar as onças e os patações que ajuntou em tal mister.⁹⁹

Verifica-se, através dessa passagem, que o município, sob a ótica do ilustre visitante, já apresentava um espaço urbano bem avançado tanto do ponto de vista das vias públicas, quanto pela grandeza de suas edificações. Para complementar

⁹⁶ Segundo o Código de Posturas Policiais de 1829, a Câmara Municipal nomearia capitães do mato para capturarem escravos fugidos e destruir os quilombos. LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, mai-abr., n.07 e 08, 1912, p.110.

⁹⁷ Sobre a temática, ver: AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa**: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857). Pelotas: Ed. do autor, 2008.

⁹⁸ VARGAS, *op. cit.*, p.243.

⁹⁹ D’EU, Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. da USP, 1981, p.212.

essa visão, ele afirma que o rápido progresso era “um fato notável” e que não se encontrava em nenhum outro território. Ele destaca, ainda, que a urbe pelotense se igualava à capital porto-alegrense em número de habitantes e deixava Rio Grande muito atrás em termos de desenvolvimento. Por conta de todas essas particularidades, ele defendia que Pelotas poderia tranquilamente ser a capital da Província do Rio Grande do Sul.

A opulência proporcionada pelo acúmulo de riquezas oriundas do charque e o desenvolvimento urbano viabilizou e atraiu a vinda de outros estrangeiros para Pelotas, como abordou Marcos Hallal dos Anjos. O autor destaca que houve uma leva de imigrantes – portugueses, franceses, espanhóis, italianos, alemães, entre outros – que atuavam em diversas áreas – como pintores, fotógrafos, professores, escritores, redatores, comerciantes, maestros e construtores – ampliando a troca cultural entre Pelotas e a Europa. Conforme o historiador, mesmo sem radicarem-se na localidade, muitos desses estrangeiros participaram do processo de modernização da mesma, atuando como arquitetos e engenheiros – como, por exemplo, o francês Bonnafona, que dirigiu a construção da estrada de ferro, e o norte-americano Kreschmar, que atuou na desobstrução da foz do Canal São Gonçalo. Além disso, eles se dedicaram ao comércio – tanto no interior da Província, quanto no exterior – oferecendo artigos de luxo para a população. A comercialização de produtos e a presença estrangeira eram vistas como sinônimo de qualidade entre os habitantes.¹⁰⁰

Apesar de reconhecermos que a suntuosidade pelotense foi proporcionada pelo charque, a cidade contou com uma economia diversificada que também contribuiu para conquistar melhorias urbanas e manter o crescimento econômico nos primeiros decênios do século XX. No que diz respeito ao comércio, João Simões Lopes Neto destaca que é possível computar algo em torno de seis mil firmas comerciais desde 1835¹⁰¹ até a década de 1910, deixando de fora os saladeiros. Sublinha-se que boa parte desses estabelecimentos contava com capital estrangeiro, principalmente de alemães, portugueses e franceses. Não obstante, um dos maiores problemas enfrentados pelos comerciantes e produtores locais era o

¹⁰⁰ ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização**: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX. Pelotas: Ed. Universitária, 2000.

¹⁰¹ LOPES, NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 15 out. 1911, n. 02, p. 13.

contrabando, especialmente através da fronteira com o Uruguai, prejudicando o comércio pelotense até meados de 1930. Além disso, outras adversidades enfrentadas pelos negociantes eram a ausência de um transporte férreo que ligasse Pelotas a Porto Alegre – a construção da Estação Ferroviária, em 1884, ligava Rio Grande, Pelotas e Bagé – e o porto da cidade que era frequentemente preterido devido à infraestrutura, dragagem e impostos.¹⁰²

Independente dos contratempos, o comércio pelotense foi competitivo durante alguns anos, mas, com o tempo, perdeu espaço para Porto Alegre. No que diz respeito à indústria, para além das charqueadas, Pelotas contava com um diversificado número de manufaturas, oficinas artesanais e fábricas ligadas à pecuária. O município dispunha de uma produção de sabão e velas (Fábrica Lang), cervejas (Cervejaria Haertel e Ritter), tecidos (Fábrica de Fiação e Tecidos Pelotense), couro (Fábrica de couro Cardoso & Sielburger), chapéus (Fábrica de Chapéus Pelotense) e fumo (Fabrica de Fumos Santa Barbara). Desfrutando também de vidrarias, funilarias, produtos químicos e farmacêuticos, oficinas e fábricas de carruagens, entre outros serviços.

Com isso, Pelotas formava no final do século XIX, juntamente com Rio Grande, o principal polo industrial do estado do Rio Grande do Sul. Entretanto, as fábricas pelotenses sofreram com os mesmos problemas enfrentados pelo comércio local, uma vez que o contrabando era uma dificuldade constante. Com o advento da República (1889), ambas as cidades perderam espaço para Porto Alegre, que passou a se configurar como o principal núcleo industrial do estado.

No entanto, a urbe pelotense saiu seriamente prejudicada porque a sua industrialização estava pautada no investimento oriundo das charqueadas que sofriam um processo de desestruturação após a promulgação da Abolição dos escravos (1888).¹⁰³ Ademais, a escravidão possuía uma relação intrínseca com os

¹⁰² AQUINI, Daniel. LONER, Beatriz. Economia. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.112.

¹⁰³ O processo de libertação dos escravos no Brasil foi conquistado a partir de uma luta constante, principalmente na década de 1880, pelos membros da imprensa, dos clubes abolicionistas e dos próprios escravizados. Por isso, erroneamente, tem-se a visão que a Lei Áurea foi um “presente” da Princesa Isabel e não resultado de uma conquista que foi construída há anos por vários agentes sociais. Sobre a temática, ver: CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade**: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte. São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

saladeiros, visto que a funcionalidade desses estabelecimentos dependia quase que exclusivamente do trabalhador cativo, como abordado anteriormente.

Entretanto, como assinala Sandra Pesavento¹⁰⁴, no período anterior, já havia ocorrido uma “crise dos braços”, em virtude da promulgação da lei Euzébio de Queiroz (1850), que proibia o tráfico de escravos. Nessa situação, o mercado interno brasileiro se rearticulou para manter a mão de obra negra, considerando que a elite, naquele momento, lutava pela manutenção da escravidão. Em contrapartida, no mesmo período, o saladeiro platino se modernizou, empregou trabalhadores assalariados, aproveitou melhor seus rebanhos, realizou melhorias sanitárias, construiu vias férreas e fez uma intensa propaganda de seu produto na Europa. O resultado desse processo foi uma empresa tecnificada, com um incremento de produtividade e a colocação no mercado brasileiro de um produto com preço mais acessível do que o gaúcho.¹⁰⁵ Portanto, a concorrência estrangeira foi intensificada e o produto sulino experimentou quedas em seu consumo, em virtude da possibilidade de aquisição do mesmo artigo, com melhor qualidade e com um valor mais reduzido, na região do Prata.

Não se pode afirmar que necessariamente as charqueadas foram extintas em decorrência da emancipação dos escravizados, mas, sim, que as crises que vivenciaram se deveram na não modernização da indústria da carne salgada e à insuficiência de trabalhadores após 1888. Consequentemente, o principal “propulsor da força econômica de Pelotas”¹⁰⁶, o charque, perdia anualmente a sua importância tanto pela concorrência uruguaia, quanto pelo advento dos frigoríficos – que também contribuiu para o colapso dos saladeiros. Em dados, no ano de 1873, a cidade contava com 35 charqueadas funcionando simultaneamente. O reflexo imediato da Abolição pode ser vislumbrado a partir da derrocada desse empreendimento, pois a cidade dispunha de apenas 18 charqueadas em 1900¹⁰⁷, ou seja, os estabelecimentos reduziram praticamente à metade. Ano após ano, o número foi

¹⁰⁴ PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980, p.42.

¹⁰⁵ *Idem, ibidem*, p. 30-32.

¹⁰⁶ ABREU, Gonçalo. A indústria do charque em Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VIII, 1920, p. 293.

¹⁰⁷ LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em revista**. Pelotas: UFPel, v.5, p. 01-17, dez., 1999, p.07.

decrecendo, culminando com a marca de apenas 5 saladeiros em 1918.¹⁰⁸ Esses índices também são refletidos na quantidade de gado abatido pela indústria charqueadora: 5.016.006 entre os anos de 1871 até 1885 e somente 1.837.095 entre 1905 a 1919.¹⁰⁹

Ainda assim, houve uma tentativa de rearticulação com a organização da União dos Criadores, em 1912, visando modernizar a pecuária gaúcha. Com o advento da Primeira Guerra Mundial (1914-1918), os produtores ficaram novamente eufóricos, em razão do aumento do preço e da demanda internacional.¹¹⁰ Contudo, esse entusiasmo durou pouco tempo, pois findada a guerra, houve um recuo na procura pelo produto e uma intensa recessão econômica.¹¹¹ A queda na produção de carne também estava associada ao novo viés econômico no qual o estado sul-rio-grandense se ancorava naquele contexto. Se em 1861, o charque e o couro representavam 74,6% das exportações sulinas, em 1927, esse número decresceu consideravelmente para 24,5%. Em compensação, a soma dos produtos agrícolas exportados em 1861 era de apenas 5,4%, saltando para 43,9% em 1927.¹¹² Esses dados refletem o deslocamento do eixo econômico, sendo que o principal produto explorado até então na cidade de Pelotas perdeu importância no cenário regional, nacional e até internacional.

Por conta disso, a cidade precisou se “reinventar” e articular novas propostas econômicas a fim de suprir a falta de sua principal fonte de renda, visto que além de assegurar a manutenção de uma elite aristocrática, como observado por Jonas Vargas, o município também era dependente desse capital. Nesse sentido, no início do século XX, visando a reinserção na economia do estado e almejando arrecadar novos proventos, ocorreu um incentivo à agricultura, principalmente, através do cultivo de arroz e da produção de frutas – com destaque para o pêssego. Em um balanço realizado em 1915, pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos, verifica-se esse rearranjo econômico através do número de exportações realizadas entre os anos de 1900 até 1914 (figura 02).

¹⁰⁸ ABREU, Gonçalo. A indústria do charque em Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VIII, 1920, p. 294.

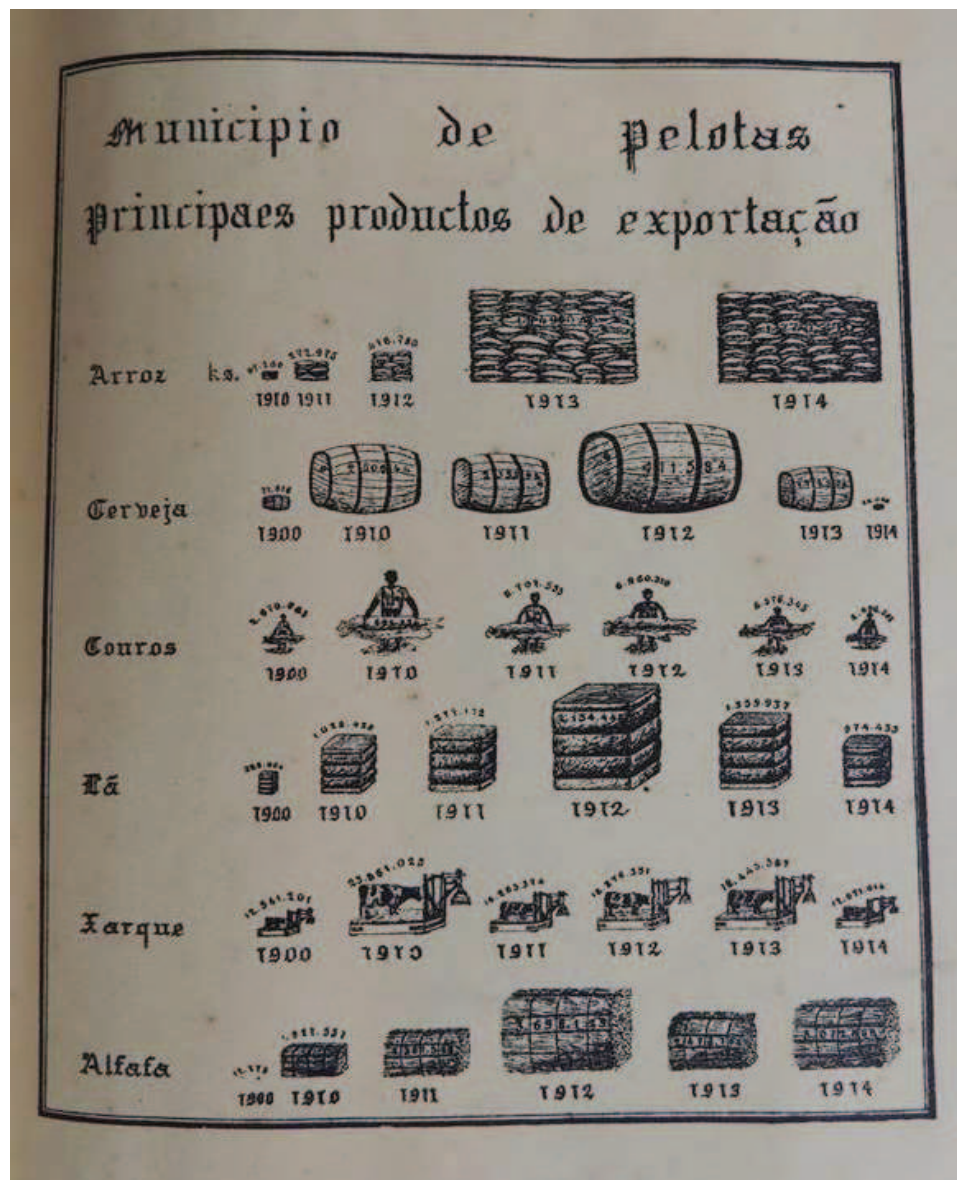
¹⁰⁹ *Idem, ibidem*, p. 294-295.

¹¹⁰ PESAVENTO, *História...*, p. 48-50.

¹¹¹ KÜHN, *op.cit.*, p.111.

¹¹² ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, vol.13, n.02, p.546-577, 1992, p. 553.

Figura 02: Principais produtos de exportação (1915)



Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos, s/p.

Analisando a tabela das exportações da cidade, constata-se um progressivo aumento da venda de arroz entre os anos de 1910 até 1914. Em contrapartida, no mesmo período, o charque vai diminuir o seu percentual de vendas, assim como o couro, que também vai apresentar uma queda nos negócios.

Embora a figura 02 não seja numericamente precisa, ela é interessante para demonstrar o rearranjo econômico que Pelotas realizou após a queda nas negociações comerciais envolvendo a carne salgada. Dessa forma, o município ofertou outros produtos para o comércio externo. Além dos supracitados, foram também exportados lã, alfafa e cerveja. No entanto, nenhuma dessas atividades proporcionou tantas riquezas à economia local como o charque. Em virtude disso, houve a tentativa de modernizar a indústria do charque a partir da criação do Frigorífico Sul Riograndense, em 1918.

Essas transformações econômicas também refletiram no índice populacional do município, pois diversos trabalhadores foram atraídos para Pelotas em virtude das novas fábricas e devido ao comércio local, o que provocou um novo crescimento demográfico. No recenseamento realizado em 1911, verificam-se alguns dados importantes no que diz respeito aos habitantes de Pelotas e seus respectivos distritos (figura 03).

Figura 03: Recenseamento de Pelotas (1911)



Fonte: Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos, s/p.

O recenseamento realizado no ano de 1911 enfatizou a distribuição da população nos distritos da cidade, levando em conta a nacionalidade, a religião, a profissão, o sexo, os nascimentos e os óbitos. Ao que tudo indica, o objetivo do censo era traçar um perfil dos habitantes de Pelotas naquele ano. Primeiramente, destaca-se, no centro da imagem, um mapa do município e os seus respectivos distritos. A população, em 1911, totalizava 62.701 indivíduos e encontrava-se dividida da seguinte forma: 36.243 habitantes na zona urbana e 26.458 na zona rural (05 distritos).¹¹³

A figura apresenta também um gráfico demonstrativo do crescimento do número de moradores: 2.419 habitantes em 1814, 7.253 em 1845, 12.003 em 1858, 21.258 em 1872, 37.220 em 1890 e 42.091 em 1889. Constata-se, ainda, que existia um predomínio de brasileiros (87,5%) em relação aos estrangeiros (12,5%). No que corresponde à profissão dos indivíduos, existe um preponderância de “pessoas de família”¹¹⁴ (61%). O restante dividia-se em operários (10,5%), serviços domésticos (5,6%), diversos (20%) e negociantes (2,9%).

Ao analisar os dados referentes à população, nota-se um salto no número de indivíduos que habitavam Pelotas, principalmente no final do século XIX e no início do século XX. Além das oportunidades de emprego provenientes da agricultura, da indústria e do comércio, a década de 1910 ofereceu à cidade um ideário de modernidade, a partir das melhorias propostas pelo Intendente Municipal Cypriano Corrêa Barcellos. Sob a sua liderança, “começa o período do grande desenvolvimento da *urbs*”¹¹⁵, no qual foram instalados e/ou consolidados os principais “confortos” urbanos para a população, como por exemplo, a energia elétrica, ajardinamento, higiene, calçamento, água encanada, rede de esgotos, telefone, transporte público, entre outros. Contudo, a demanda pela modernização urbana não foi uma exclusividade pelotense.

¹¹³ O primeiro distrito refere-se à zona urbana de Pelotas. O segundo corresponde ao Areal (criado através do Ato n.12 de 27 de agosto de 1893). O terceiro diz respeito ao Retiro (criado através do Ato n.12 de 27 de agosto de 1893). O quarto refere-se ao Capão do Leão (criado através do Ato n.12 de 27 de agosto de 1893). O quinto corresponde à Santa Eulália (criado através do Ato n.82 de 19 de agosto de 1896). O sexto diz respeito a Salta Silvana (criado através do Ato n.345 de 15 de agosto de 1905). Posteriormente, em 1924, foi criado o sétimo distrito (Ato n. 1.196 de 31 de agosto de 1924), intitulado Quilombo. Cf. PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940, p. 17.

¹¹⁴ O Relatório da Intendência não esclarece o que seria essa categoria de “pessoas de família”. Considerando o elevado percentual, deveria abarcar várias profissões voltadas para a família, talvez os agricultores dos distritos ao redor de Pelotas e os ricos da zona central.

¹¹⁵ Progresso de Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, p.276.

1.2: A Belle Époque urbana: O contexto nacional e a cidade de Pelotas

A virada do século XIX para o século XX modificou a história do Brasil, principalmente em decorrência da transição política da Monarquia para a República (1889). A consolidação do novo regime foi visto pela elite brasileira como uma oportunidade de “acertar o relógio do Império”¹¹⁶, haja vista que o Brasil foi último país a abolir a escravidão. Com o incipiente programa político do Partido Republicano, entrou em vigor no território nacional uma crença no progresso a partir de um ideal de civilização baseado na modernização, afinal não era à toa que o lema do novo regime era “ordem e progresso”. No entanto, esse procedimento foi ambíguo, segundo Marta Scherer, pois, de um lado, acelerou a urbanização e a industrialização, mas, por outro, manteve a tradição colonialista, o sistema oligárquico e os latifundiários.¹¹⁷ Nesse sentido, percebem-se as dualidades existentes no Brasil: se na capital nacional buscava a aproximação dos ideais europeus, no interior, essas ideias nem chegavam e a população era completamente esquecida.

De todo o modo, o Rio de Janeiro assistiu na virada do século XIX e na primeira década do século XX a chamada *Belle Époque*. Fransérgio Follis caracteriza esse momento como uma expressão do entusiasmo advindo da sociedade capitalista em virtude das conquistas materiais e tecnológicas – como, por exemplo, o automóvel, fotografia, cinema, telefone, telégrafo, rádio, etc. – proporcionadas pela nova economia em vigor no mundo – o capitalismo. Na visão do autor, existia uma crença no Brasil de que o progresso material amenizaria os problemas vigentes e, diante disso, as cidades atuavam como o espaço de maior expressão desse processo.¹¹⁸ Vale lembrar as reflexões feitas por Marshall Berman sobre a modernidade:

¹¹⁶ NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016, p.43.

¹¹⁷ SCHERER, Marta. **Imprensa e Belle Époque: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias**. Palhoça: Editora Unisul, 2012, p. 42.

¹¹⁸ FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: UNESP, 2004, p.15.

[...] para tentar identificar os timbres e ritmos peculiares do século XIX, a primeira coisa que observaremos será a nova paisagem, altamente desenvolvida, diferenciada e dinâmica, a qual tem lugar a experiência moderna. Trata-se de uma paisagem de engenhos a vapor, fábricas automatizadas, ferrovias, amplas novas zonas industriais; prolíficas cidades que cresceram do dia para a noite, quase sempre com aterradoras consequências para o ser humano; jornais diários, telégrafos, telefones e outros instrumentos de mídia, que se comunicam em escala cada vez maior; Estados nacionais cada vez mais fortes e conglomerados; multinacionais de capital; movimentos sociais de massa, que lutam contra essas modernizações de cima para baixo, contando só com seus próprios meios de modernização de baixo para cima; um mercado mundial a que tudo abarca, em crescente expansão, capaz de estarrecedor desperdício de devastação, capaz de tudo exceto solidez e estabilidade.¹¹⁹

Para Marshall Berman, a modernidade é fruto de uma série de mudanças econômicas, sociais e estruturais ocorridas no século XIX a partir do desenvolvimento capitalista europeu. Dessa forma, a nova paisagem visível aos espectadores passou a ser dinâmica e ágil, com processos e mecanismos que facilitaram a vida dos indivíduos, mas ao mesmo tempo, dificultam a sua solidez dentro do sistema social – afinal, “tudo que é sólido desmancha no ar”. Para ele, a modernidade foi alimentada por uma variedade de fatores, tais como a explosão demográfica, industrialização, grandes descobertas científicas, crescimento urbano, sistemas de comunicação em massa, movimentos sociais, entre outros. Somados, esses elementos contribuíram para o crescimento e desenvolvimento das cidades contemporâneas em detrimento das urbes tradicionais. A partir dos apontamentos suscitados por Berman, pode-se contextualizar a modernidade como um processo de aceleração do tempo vivido que facilitou a vida dos indivíduos, principalmente após a Revolução Industrial.

Sob essa perspectiva, o século XIX marca o momento de transição das sociedades tradicionais para a modernização ancorada no viés capitalista, sendo que a cidade atua como um receptáculo desse processo. Na França, o prefeito Georges-Eugène Haussmann, com o apoio de Napoleão III, foi o responsável por realizar uma ampla reformulação na capital parisiense entre os anos de 1853 e 1859. A sua proposta pautava-se em três perspectivas basilares: higienização,

¹¹⁹ BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar**: a aventura da modernidade. São Paulo: Companhia das letras, 2007, p.28.

embelezamento e racionalização.¹²⁰ Amparado nessas concepções, Haussmann transformaria a “velha cidade medieval”¹²¹ em uma urbe moderna, introduzindo um novo sistema de circulação urbana – com vias e artérias direcionadas para o centro da cidade e a criação de mercados centrais – como, por exemplo, cafés e restaurantes; a construção de pontes, rede de esgoto, abastecimento de água, monumentos; a elaboração de calçadas amplas, arborizadas e com bancos para a população. Ou seja, “todas essas características ajudaram a transformar Paris em um espetáculo particularmente sedutor, uma festa para os olhos e para os sentidos”.¹²²

Haussmann elaborou um plano de organização citadina que revolucionou Paris e serviu de modelo para o mundo todo, tanto por suas implicações positivas, ao criar uma estrutura que possibilitou aos habitantes viverem confortavelmente na cidade, quanto por seus desdobramentos negativos. Para realizar todas as transformações, foram destruídas milhares de habitações consideradas miseráveis a fim de construir espaços livres para a urbe moderna, excluindo, desta forma, a população empobrecida e expulsando-a para os subúrbios desestruturados nos quais a modernização não se fez presente. Conforme destaca Marshall Berman, por volta de 1880, os padrões criados por Haussmann foram aclamados mundialmente como o “verdadeiro modelo de urbanismo moderno. Como tal, logo passou a ser reproduzido em cidades de crescimento emergente, em todas as partes do mundo, de Santiago a Saigon.”¹²³

Invariavelmente, a República brasileira também incorporou esse novo conceito urbano parisiense, afinal o principiante status político requeria novos ideais para a sociedade e a França foi o “grande modelo civilizatório”¹²⁴ observado no processo de modernização das cidades brasileiras. O presidente Rodrigues Alves, governante entre os anos de 1900 a 1902, elaborou um projeto para tornar o Rio de Janeiro uma vitrine nacional. O programa de governo pautava-se em três pilares: a modernização do porto carioca, que ficou a cargo do engenheiro Lauro Müller, o saneamento da cidade, sob responsabilidade do médico sanitário Oswaldo Cruz e,

¹²⁰ FOLLIS, *op.cit.*, p.24.

¹²¹ BERMAN, *op.cit.*, p.180.

¹²² *Idem, ibidem*, p.181

¹²³ *Idem, ibidem*, p.181-182.

¹²⁴ SCHWARCZ, Lilia. Introdução: As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.19.

por fim, a reforma urbana, que esteve aos cuidados do engenheiro e prefeito Pereira Passos.¹²⁵ “A Cidade Velha, deteriorada, estreita, abafada e confusa, foi transformada [...]”.¹²⁶ Destaca-se que Passos era um apreciador do modelo francês, pois viveu em Paris durante alguns anos como funcionário da embaixada brasileira e acompanhou de perto as reformas de Haussmann.¹²⁷

As alterações mais significativas implementadas por Pereira Passos foram a criação de novas avenidas, o alargamento e calçamento das antigas vias públicas, a destruição de prédios obsoletos, a criação de jardins e praças. Contudo, a principal obra do período foi, sem dúvida, a construção da Avenida Central (1905), que se tornaria um típico bulevar parisiense, após a demolição de cerca de seiscentas edificações.¹²⁸ Ademais, essa obra foi a responsável por expulsar os pobres da cidade para as áreas mais afastadas da zona central, contribuindo tanto para a formação das favelas nos morros como também para agravar a exclusão social vigente no Rio de Janeiro. Para construir uma capital moderna, com ares parisienses, o antigo centro foi praticamente destruído, por isso esse processo também ficou conhecido pelo termo “bota abaixo” de Pereira Passos. No entanto, historicamente, os detentores do poder político pouco se preocuparam com a população pobre, como se constatou no completo descaso com os negros após o processo de Abolição, uma vez que nenhuma medida foi tomada para inserir socialmente e economicamente esses trabalhadores na nova República.¹²⁹

Nas palavras de José Murilo de Carvalho, no “Rio reformado circulava o mundo *Belle Époque* fascinado com a Europa, envergonhado do Brasil, em particular do Brasil pobre e do Brasil negro”.¹³⁰ A proposta era deixar esvair da memória o passado brasileiro, ruralista e escravocrata, trazendo à tona a Nação moderna e progressista. Lilia Schwarcz e Heloisa Starling traçam uma analogia interessante a partir do hino da República, escrito em 1890, que dizia: “Nós nem cremos que escravos outrora / Tenha havido em tão nobre país”. Para as autoras,

¹²⁵ SCHWARCZ, *op.cit.*, p. 45.

¹²⁶ MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994, p.58.

¹²⁷ *Idem, Ibidem*, p.57

¹²⁸ *Idem, Ibidem*, p.58.

¹²⁹ Sobre a temática, ver: RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. O Pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 05, n. 08, jan.-jun, p.170-198, 2004.

¹³⁰ CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987, p. 41.

“outrora fora um ano e meio antes, mas ninguém mais fazia questão de recordar”.¹³¹ Nesse caso, percebe-se a preocupação em construir um novo país, deixando de lado as mazelas do passado e, principalmente, a parcela da população não elitizada.

A modernização da capital brasileira seguiu, portanto, quase que fielmente o modelo francês, adotando a política de higienização e embelezamento como elementos prioritários. Segundo a análise de Sandra Pesavento, essa transformação pode ser entendida como um “projeto político” que correspondia às preocupações do regime republicano que buscava demonstrar a sua presença através da requalificação da paisagem das cidades, proporcionando uma nova identidade para o país.¹³² Todavia, essas modificações não ficaram restritas à capital do país à época. São Paulo, importante centro econômico, havia se modernizado a partir de três fatores determinantes: a produção cafeeira, a criação da estrada de ferro e a atuação dos imigrantes como mão de obra. Também na capital paulista, houve a criação de novos bairros e ruas, conseqüentemente, favelas e casebres foram destruídos para a ampliação de largos e praças.¹³³ Talvez a única exceção, na zona central do país, tenha sido a cidade de Belo Horizonte, que foi planejada e pensada para ser a capital de Minas Gerais, ou seja, todos os problemas de crescimento que acometeram as outras urbes não foram vislumbrados nesse espaço, pois ela contava com ruas espaçosas, saneamento básico e ferrovias, entre outros elementos.¹³⁴

Essas idealizações espalharam-se pelo Brasil, chegando também ao sul do país. A atuação política do Partido Republicano Rio-Grandense (PRR) no estado do Rio Grande do Sul influenciou diretamente nas alterações que a capital gaúcha experimentou, em sintonia, portanto, com o lema “conservar melhorando” atribuído ao grupo que detinha o poder local. Em Porto Alegre, coube ao Intendente Otávio Rocha e ao seu vice Alberto Bins, promover o desenvolvimento e a urbanização do município, entre os anos de 1924 a 1928. De acordo com Charles Monteiro, uma das primeiras medidas adotadas pela administração municipal foi nomear uma Comissão para estudar os problemas que acometiam a capital gaúcha, dividindo-a em

¹³¹ SCHWARCZ, Lilia. STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das letras, 2015, p. 342.

¹³² PESAVENTO, *Espaço...*, p. 166.

¹³³ SCHWARCZ, Lilia. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p. 46-47.

¹³⁴ MORAES, *op.cit.*, p.63.

subcomissões especializadas – viação urbana; embelezamento; iluminação, telefonia, tração; abastecimento público; finanças e a legislação. Conforme ressalta Monteiro, Otávio Rocha propôs três medidas administrativas: créditos suplementares a partir de empréstimos, criação de um imposto adicional e de uma taxa ouro para assegurar as obras de vulto.¹³⁵ Essas disposições serviriam justamente para que a administração obtivesse o dinheiro necessário para a realização das reformas urbanas.

Em um artigo mais recente, Charles Monteiro divide o processo de modernização porto-alegrense em dois períodos: 1890-1910 e 1910-1930. O primeiro recorte temporal é marcado pela ascensão do Partido Republicano Rio-Grandense ao poder, pelo início do processo de industrialização e pelas obras de aperfeiçoamento e embelezamento da cidade, tais como o alargamento e pavimentação das vias públicas, melhorias no abastecimento de água, limpeza pública, bondes elétricos, iluminação do centro, ajardinamento, etc. Em contraponto, o segundo período é marcado pela liderança da capital no setor industrial e comercial do Rio Grande do Sul, pela aceleração das construções prediais, pela ligação do centro com os bairros, a criação de novas praças, entre outros. Conforme o historiador, a burguesia porto-alegrense utilizou recursos para criar um novo e moderno cenário urbano para a zona central da capital gaúcha, que pudesse ser desfrutado pelas classes privilegiadas. Enquanto isso, a população desprovida de posses, afastada do centro, carecia dos serviços de luz, água e esgoto.¹³⁶

Sandra Pesavento, em seus estudos sobre a urbanização da capital gaúcha, afirma que existia uma “cidade do desejo”, ou seja, a Porto Alegre sonhada e pensada pela elite e pelos políticos locais, trazendo os “ecos de Haussmann”. Contudo, essa localidade deveria tornar-se, na visão da historiadora, a “cidade possível” e não a “cidade ideal”. Considerando as possibilidades, a mais viável era fornecer um desenvolvimento urbano focalizado no centro do município beneficiando, principalmente, a elite local.¹³⁷

¹³⁵ MONTEIRO, *op. cit.*, 1995.

¹³⁶ MONTEIRO, Charles. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. v. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007. p. 229-259.

¹³⁷ PESAVENTO, *Espaço...*, p.173-195.

Incontestavelmente, as grandes cidades brasileiras acima referenciadas possuíam mais recursos financeiros que a interiorana Pelotas. Apesar disso, a urbe pelotense desfrutou também dos benefícios trazidos pela modernidade, o que, contudo, levou alguns anos para se efetivar. Não obstante, para Mario Osório Magalhães, o período da *Belle Époque* pelotense teria ocorrido no século XIX, uma vez que na sua visão não houve uma grande transformação na Princesa do Sul. Para ele, o século XX vai presenciar a “miragem do declínio”¹³⁸, posto que Pelotas perderá a liderança para outros municípios.

Apesar da visão pessimista de Magalhães, notam-se grandes melhorias na cidade, principalmente para os seus habitantes. O engenheiro republicano Cypriano Corrêa Barcellos¹³⁹ foi o principal idealizador do projeto que propunha uma reformulação de Pelotas pautada nos ideais de “higiene e civilização”.¹⁴⁰ Ele exerceu dois mandados consecutivos entre 1912 a 1920 – anteriormente, ele havia desempenhado a mesma função entre os anos de 1904 a 1908, tendo atuado também como vice-intendente nos anos de 1896 a 1900. De acordo com o *Almanach de Pelotas*:

A ele, principalmente, devemos a realização de obras vultuosas e cometimentos que, no último decênio, transformaram esta cidade, de modo quase surpreendente, de burgo provinciano rotineiro em centro progressista, estrela de primeira grandeza no céu do Rio Grande do Sul.¹⁴¹

Naquele momento, Pelotas deixava de ser um município antigo – idealizado e estruturado ao redor das charqueadas – para se tornar uma cidade moderna. As obras destacadas pelo *Almanach* diziam respeito ao acesso à energia, ao telefone e aos bondes elétricos; à criação de uma rede de água e esgoto; ao desenvolvimento de uma estética para a cidade com jardins e ruas amplas e, principalmente, à uma

¹³⁸ MAGALHÃES, *op. cit.*, p. 296-297.

¹³⁹ Cypriano Corrêa Barcellos nasceu no 2º distrito de Pelotas (Areal) em 23 de janeiro de 1858. O seu pai, Cypriano Joaquim Rodrigues Barcellos, era charqueador e enviou o filho para estudar engenharia na Bélgica. Após regressar para o Brasil, Cypriano colaborou, durante dois anos, com a construção da estrada de ferro Santa Maria-Itararé. Dedicado a causa republicana, candidatou-se para a Intendência de Pelotas exercendo três mandatos. Cf. Dr. Cypriano Corrêa Barcellos. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, p. II.

¹⁴⁰ Pelotas na atualidade. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano I, 1913, p. 45.

¹⁴¹ Dr. Cypriano Corrêa Barcellos. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, p. III.

preocupação maior com medidas de higiene para a urbe pelotense. Dentro desse contexto econômico e social, destaca-se a participação da imprensa como um elemento extremamente importante para o debate e entendimento sobre o processo que a cidade vivenciava. Ademais, essa fonte histórica nos permite identificar de que forma a urbanização foi compreendida e percebida pelos seus contemporâneos, trazendo também à tona os problemas gerados por esse processo imposto pelo Partido Republicano.

Do mesmo modo que as cidades, a imprensa também se modernizou nos primeiros decênios do século XX, estampando em suas páginas os efeitos da *Belle Époque*. De acordo com Maria de Lourdes Eleutério, nesse período, a imprensa passou por um processo de modificação em múltiplos sentidos, pois houve a introdução massiva da propaganda publicitária – gerando renda aos editores – o aumento das tiragens e a melhoria na qualidade de impressão – proporcionando a inclusão de charges e fotografias – com um custo menor de produção. Essas medidas transformaram a imprensa em uma grande empresa, que sustentava-se na evolução técnica, nos incentivos para a aquisição e/ou fabricação de papel e no investimento em alfabetização.¹⁴²

Tania Regina de Luca, por sua vez, sublinha que esse período foi marcado por intensas alterações na sociedade brasileira e isso acabou se refletindo nos periódicos. Logo, “eficiência, pressa, velocidade e mobilidade tornaram-se marcas distintas do modo de vida urbano, e a imprensa tomou parte ativa nesse processo de aceleração”.¹⁴³ Por conta disso, a autora destaca a criação das folhas vespertinas e dos anúncios publicitários que retratavam essa efervescência da vida moderna. Além disso, em consonância com as melhorias editoriais, houve no Brasil a criação de uma série de revistas ilustradas¹⁴⁴ que abarcavam diversas temáticas e públicos,

¹⁴² ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto: 2008, p.83-84.

¹⁴³ LUCA, Tania Regina de. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto: 2008, p.150.

¹⁴⁴ A partir de 1900, as principais revistas ilustradas do país, como a *Kosmos* (1904), *Revista da Semana* (1906), *Fon Fon* (1907), *Careta* (1908), entre outras, passaram a utilizar as fotografias – além de uma intensa gama de cores, literatos, caricaturas, charges, crônicas, etc. – para retratar o “progresso” da *Belle Époque*. Sobre a temática, ver: MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

tais como: as mulheres, esportes, trabalhadores, crianças, instituições, religiões, entre outras.

Essa nova fase das tipografias brasileiras colocava-se em oposição ao período antecessor cujo mote central era a questão política. Durante o decurso do século XIX, os jornais atuaram como um “teatro performático”¹⁴⁵, ou seja, como um espaço de embates, lutas, conquistas e disputas de poder, fortemente marcado por posicionamentos ideológicos dos seus editores, redatores e jornalistas.¹⁴⁶ O novo século não deixava de lado essa perspectiva, todavia, ela não era mais o fator determinante. Nesse sentido, as publicações passaram a conter reportagens especiais, entrevistas, fotografias¹⁴⁷, crônicas¹⁴⁸, colunas especializadas – esportivas, femininas, policiais, internacionais – entre outros.

¹⁴⁵ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa**: Brasil, 1800-1900. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010, p. 49.

¹⁴⁶ Foram justamente essas características marcantes da imprensa periódica do século XIX fizeram com que fosse, por muito tempo, renegada como fonte histórica, pois, segundo alguns historiadores, não apresentava a verdade dos fatos, tampouco oferecia credibilidade e legitimidade. Todavia, entendemos que informações sobre redatores, editores, jornalistas, partidos políticos, tiragens e a relação com o governo, podem nos revelar muito sobre a postura de um periódico frente a uma determinada notícia e época.

¹⁴⁷ Primeiramente, a imagem foi introduzida a partir da imprensa ilustrada cuja técnica utilizada era a litografia. Conforme Joaquim de Andrade, “A litografia baseia-se na repulsão que a água tem pela gordura e vice-versa. Numa pedra calcária, o desenho é feito por lápis gorduroso (o chamado *crayon litográfico*) ou tinta, também gordurosa, aplicada a pincel ou caneta. Uma solução ácida fixa a gordura à pedra. A impressão é planográfica, realizada numa prensa litográfica que, assim como a prensa calcográfica, se compõe de uma “cama” com movimentos de vai-e-vem, onde se coloca a pedra. Sobre a pedra entintada é colocado o papel, bem liso, a receber a impressão e, por cima, um cartão de proteção. Antes de se proceder à entintagem, a pedra é molhada. A parte sem gordura absorve a água, ficando úmida, enquanto a parte engordurada repele-a. A tinta gordurosa é espalhada sobre a pedra por meio de um rolo, sendo retida apenas onde está traçado o desenho – que é onde a pedra se manteve engordurada. Nas áreas da pedra sem desenho, que permaneceram úmidas, a tinta é recusada.” Esse procedimento exigia mais recursos, tanto dos periódicos como dos jornalistas, além de contar com uma parcela significativa de trabalhadores estrangeiros, pois eles compreendiam o processo de transposição manual das imagens para uma matriz. A passagem da reprodução imagética da matriz litográfica para os processos fotomecânicos despontou apenas no século XX. Essa introdução tardia no mundo dos periódicos decorreu, segundo Joaquim Ferreira Andrade, devido aos problemas de estabilidade da imagem e de permanência – afinal as fotos esmaeciam com o tempo – além dos obstáculos para a sua reprodução em série. Cf. ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil**: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004, p. 83. ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. Do gráfico ao fotográfico: a presença da fotografia nos impressos. In: CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design**: aspectos da história gráfica, 1870-1960. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p. 60-61.

¹⁴⁸ De acordo com Antonio Candido, a crônica é considerada um gênero brasileiro, pois apresenta uma boa história no Brasil, possui uma naturalidade na imprensa e desenvolveu uma forma original de escrita no território. Contudo, o principal motivo para ampla divulgação do gênero e o crescimento dele no Brasil ocorreu devido ao suporte: o jornal. A relação da crônica com a imprensa é indiscutível, na medida em que o texto é fruto de embates, disputas e diálogos de um dado período, ou seja, não se pode descontextualizá-la da folha tipográfica. Autores como Machado de Assis, Olavo Bilac, João

Portanto, o século XX passou a contar com um jornalismo mais informativo, empresarial e menos político, sendo que suas colunas mais do que estampar o progresso, seguiam atuando como “os olhos e ouvidos da sociedade”.¹⁴⁹ Conseqüentemente, todo o processo de modernização da cidade de Pelotas pode ser analisado e compreendido a partir da imprensa periódica.¹⁵⁰ A fim de darmos a devida atenção a cada elemento introduzido ou modernizado pela reforma urbana de Pelotas, optou-se por separá-los em tópicos, facilitando, na nossa compreensão, o entendimento e o diálogo com as fontes.

1.2.1: Iluminação:

“Assim, toda a cidade que se preze de ser moderna, de ter progresso e marchar à frente das cidades de renome, não poderá deixar de olhar, com especial cuidado, para o sistema de sua iluminação pública.”¹⁵¹

A luminosidade apresentava-se como um fator indispensável para a vida moderna nas cidades. Por intermédio da luz, as pessoas poderiam usufruir melhor as noites nos teatros, cinemas, confeitarias, as vitrines comerciais e as praças. De acordo com Júlio César Assis Kühl, a energia elétrica foi introduzida no território brasileiro simultaneamente à sua implantação nos países desenvolvidos. No mesmo ano em que Thomas Edison demonstrava publicamente a lâmpada elétrica, em 1879, inaugurava-se a iluminação da estação central da Estrada de Ferro D. Pedro II na cidade do Rio de Janeiro. Quatro anos mais tarde, era instalada a primeira usina hidrelétrica do país em Diamantina, Minas Gerais, e a primeira linha de bondes

do Rio, Lima Barreto, foram alguns letrados que escreveram sobre as transformações da cidade maravilhosa. Cf. CANDIDO, *op. cit.*, p.13-22.

¹⁴⁹ BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007, p. 49.

¹⁵⁰ A maioria das matérias analisadas e citadas nos capítulos da tese não apresenta autoria identificada. Diante disso, elas são compreendidas como editoriais do jornal, ou seja, são “a voz do jornal, sua tribuna”, nas palavras de Luiz Beltrão. De acordo com Bartolomé Mostaza, os editoriais são uma das três dimensões básicas do jornalismo, justamente pelo caráter de profundidade, uma vez que oferecem ao periódico autoridade, consistência e hierarquiza os seus conteúdos, ou seja, sem eles o jornal seria reduzido a mera superfície. Cf. BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1980, p. 52; MOSTAZA, Bartolomé. Editoriales. In: RUIZ, Nicolás Gonzáles (org.). **El periodismo: teoría y práctica**. Barcelona-México: Editorial Noguer, 1960, p.175.

¹⁵¹ Iluminação Pública. **Correio Mercantil**, Pelotas, 17 ago. 1929, p.01.

movidos à eletricidade na capital carioca. Em 1887, Porto Alegre receberia a energia elétrica por meio de uma usina térmica.¹⁵²

Dois anos depois, em 1889, inaugurava-se a *São Paulo Tramway, Light & Power Company Limited*, que iria transformar o mercado da energia elétrica no Brasil. A empresa contava com a iniciativa canadense, engenharia americana e capital europeu¹⁵³, monopolizando tanto o comércio da iluminação como o serviço de bondes. Posteriormente, em 1904, a empresa fundou no Rio de Janeiro a *The Rio Tramway Light and Power Company Limited*. Em Porto Alegre, a iluminação passou a ser fornecida, em 1891, pela usina da *Cia. Fiat Lux*. Nota-se que a instalação da iluminação foi praticamente concomitante nas principais capitais brasileiras. Contudo, na urbe pelotense, essa tecnologia tardou mais uns anos para que pudesse ser desfrutada pela população.

Em Pelotas, a energia elétrica foi distribuída pela empresa *The Rio Grandense Light & Power Syndicate Limited*, inaugurada no dia 28 de junho de 1914.¹⁵⁴ Os primeiros focos de luz foram instalados e distribuídos nas Praças da República e 07 de Julho (Mercado Central), na Rua XV de Novembro (apenas em 02 quadras), no porto e no largo da Estação Férrea.¹⁵⁵ Até 1921, a iluminação ficou restrita apenas ao centro, quando o Intendente Pedro Luís Osório¹⁵⁶ propôs uma ampliação da área atendida pela empresa.¹⁵⁷ Embora limitada, a luz modificou o cotidiano da cidade, visto que o público passou a frequentar os espaços urbanos também à noite, alterando significativamente o comportamento dos pelotenses.

De acordo com Núncia Santoro de Constantino, a iluminação, e a consequente circulação noturna, associadas às reformas urbanas ocorridas em Porto Alegre, tornaram as ruas agradáveis e seguras, atuando como um prolongamento dos ambientes privados. Se antigamente os habitantes da capital gaúcha se divertiam em saraus particulares, com músicas tocadas ao piano e jogos de adivinhação, a virada do século XIX para o século XX proporcionou o

¹⁵² KÜHL, Júlio César Assis. Energia elétrica. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: Uma perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994, p.255-256.

¹⁵³ MCDOWALL, Duncan. **Light: A história da empresa que modernizou o Brasil**. Rio de Janeiro: Eudiouro, 2008, p.16.

¹⁵⁴ Light & Power. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.140.

¹⁵⁵ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p.112.

¹⁵⁶ Pedro Luís Osório governou a cidade durante os anos de 1920 até 1924.

¹⁵⁷ MICHELON, *op. cit.*, p.250.

deslocamento do ambiente doméstico para o espaço público.¹⁵⁸ Isto, aliás, pode ser observado no *Diário Popular*: “A nossa cidade está vibrando de alegria [...] As horas escolhidas pela população e mais próprias para as diversões são as noturnas”.¹⁵⁹

Diante disso:

[...] a iluminação pública modernizada e convenientemente distribuída concorre, não somente para realçar, ainda mais, à noite, qualquer melhoramento de caráter urbano como, também, para o bem-estar público. É que um sistema de iluminação perfeitamente feito, a fisionomia – digamos assim – de uma cidade, sobressai melhor a noite: as linhas arquitetônicas de seus edifícios, o traçado de suas avenidas e ruas, a sua arborização e as suas próprias belezas naturais, como que se revelam melhor ao transeunte. E o povo, em meio de tanta luz, como que aprenderá a querer, ainda mais, a sua cidade.¹⁶⁰

Se antes, a noite trazia consigo perigos e o medo do desconhecido, uma vez que “Os lampiões, em geral, bruxuleiam, com uma luz mortiça, que mal espanta as trevas da noite [...]”¹⁶¹, a iluminação passou a ser percebida como sinônimo de modernidade, pois ela possibilitava que as melhorias urbanas realizadas na cidade ficassem ainda mais evidentes para os habitantes que circulavam por seus espaços – ruas e praças – desde o anoitecer. A luminosidade, no entanto, não se estendia a totalidade das ruas paralelas e perpendiculares do centro de Pelotas, nas quais os grupos “temidos” pela sociedade – gatunos, prostitutas, mendigos, jogadores e vadios – encontravam um espaço e ambiente favorável para os seus divertimentos:

[...] trechos ocupados em grande parte por meretrizes, que se entregam a toda a sorte de excessos, dando diariamente escândalos públicos, que ofendem o pudor das famílias que são obrigadas a transitar por aqueles lugares. Especialmente à noite, o espetáculo que apresentam aquelas zonas é deveras deprimente da nossa civilização e afrontoso as próprias autoridades.¹⁶²

¹⁵⁸ CONSTANTINO, Núncia. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, PUCRS, v. XX, n.02, p. 65-84, dez. 1994, p.65-77.

¹⁵⁹ **Diário Popular**, Pelotas, 04 mar 1924, p.03.

¹⁶⁰ Iluminação pública. **Correio Mercantil**, Pelotas, 17 ago. 1929, p.01.

¹⁶¹ Interesses locais. **O Libertador**, Pelotas, 15 dez. 1927, p.02.

¹⁶² As ruas duvidosas e o seu despoliciamento. **A Opinião Pública**, Pelotas, 30 jul. 1929, p.03.

[...] Acrescente ainda o perigo decorrente dos malfeitores e gatunos, [...] faltam garantias para a gente circular livremente [...] A escuridão é completa, absoluta, pavorosa. [...] Há ruas que lembram coisas pavorosas, visões satânicas.¹⁶³

De acordo com os dois fragmentos acima, percebe-se uma preocupação com a segurança e o medo da escuridão por alguns setores da sociedade, principalmente, dos mais conservadores. Nesse sentido, existe uma dualidade na implantação da iluminação. Se, de um lado, ela possibilita a visualização do belo – dos jardins, dos prédios e dos espetáculos noturnos, por outro, ao não se estender por toda a cidade, ela expõe a existência daqueles elementos que a cidade quer deixar de lado, na invisibilidade – a prostituição, a vadiagem, os jogos, os gatunos, os bêbados – o lado “obscuro” dos ambientes citadinos.

Essas “classes perigosas” estavam presentes em todas as cidades, incluindo a Paris¹⁶⁴ de Haussmann, por isso era tão importante, no plano das reformas, expulsar esses elementos para longe dos holofotes, para os subúrbios. Ao pesquisar o jornal intitulado *O Independente*, Anderson Vargas percebeu um discurso conservador e autoritário sobre Porto Alegre. Por intermédio desse periódico, o autor constatou que a publicação almejava transformar a capital e os seus costumes, criando, para isso, uma imagem dos “subterrâneos” – uma alusão às áreas e às pessoas que eram consideradas ameaçadoras para a sociedade porto-alegrense da *Belle Époque*.¹⁶⁵ Nesse caso, reitera-se novamente a importância da imprensa como um agente social que, por vezes, corrobora com os discursos políticos de reestruturação urbana e expulsão dos indivíduos tidos como à margem.

Esses problemas sociais ficavam evidenciados justamente porque a iluminação elétrica estava restrita às principais ruas e praças pelotenses. Em virtude disso, no ano de 1922, a Intendência realizou um projeto, idealizado por Roberto Marinho, que propunha substituir os grandes focos de luz por lâmpadas de menor

¹⁶³ Aspectos locais: O que necessitamos – Luz! Luz! **O Rebate**, Pelotas, 07 dez. 1920, p.02.

¹⁶⁴ Sobre a capital francesa, a autora Maria Stella Bresciani pontua que Paris na metade do século XIX apresenta-se de duas formas. A primeira, a cidade diurna, é tomada por trabalhadores. No entanto, a “noite encantadora” parisiense era amiga dos criminosos, das prostitutas, dos ladrões e dos trabalhadores que regressam para o interior de suas residências. Um aspecto interessante que a autora destaca refere-se a diferença dos sons noturnos, em razão do ruído das mesas de jogos, da algazarra nos teatros, o troar das orquestras, entre outros. Cf. BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2013, p.12-13.

¹⁶⁵ VARGAS, Anderson Zalewski. **Os subterrâneos de Porto Alegre: Imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919)**. Porto Alegre: Ed. Letra1, 2017.

intensidade, distribuídas em maior número pela cidade. O motivo para essa mudança seria a grande extensão da zona habitada, que extrapolava a área central, tornando-se muito custosa para a administração municipal. Por intermédio desse projeto, a cidade ficou dividida em três zonas. A primeira, circunscrita ao centro, receberia o sistema de 250 velas “Nova Luz”, seguindo os modelos empregados no Rio de Janeiro, São Paulo e Estados Unidos. A segunda zona, ainda na área central, ganharia um mecanismo de 100 velas e, por fim, a última zona, mais afastada do centro, seria iluminada com lâmpadas de 60 velas.¹⁶⁶ A prioridade inicialmente era iluminar o centro do município, pois nesse espaço circulava o maior número de transeuntes. No ano seguinte, após essa proposta de Marinho, 873 lâmpadas encontravam-se em pleno funcionamento na cidade.¹⁶⁷

Embora o projeto tenha dividido a cidade em três zonas, o centro da urbe ainda receberia as melhores lâmpadas e a iluminação mais moderna. A *Light & Power* encaminhou a luz elétrica para os bairros distantes da zona central somente em 1923. Como a edificação era menos condensada, a empresa considerava mais complicada a efetivação do serviço público nos arrabaldes do município.¹⁶⁸ Ao assumir a Intendência de Pelotas, Augusto Simões Lopes¹⁶⁹ dedicou-se à expansão da iluminação pública, porém reclamava que alguns malfeitores prejudicavam o trabalho, quebrando as lâmpadas, por exemplo. Durante o seu governo, a *Light* forneceu energia elétrica pública e particular para 4.626 consumidores.¹⁷⁰ Era um número ínfimo, se consideramos a totalidade da população no mesmo período, que chegava aos 45 mil indivíduos.¹⁷¹

¹⁶⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p.111-112.

¹⁶⁷ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1923 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1923, p.85.

¹⁶⁸ *Idem, ibidem*, p.85.

¹⁶⁹ Augusto Simões Lopes nasceu em 15 de julho de 1880 em Pelotas. Ele estudou na Faculdade de Direito do Rio de Janeiro e governou a cidade de Pelotas entre os anos de 1924 até 1928. Posteriormente, atuou como Deputado Federal (1933-1935) e Senador (1935-1937) falecendo em 1941. Cf. <https://www25.senado.leg.br/web/senadores/senador/-/perfil/1499> Acesso em 24 abr. 2018.

¹⁷⁰ PARADEDA, Florentino. Pelotas por alto. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVI, 1928, p.68.

¹⁷¹ BEM, Emmanuel de. População. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.217.

1.2.2: Pavimentação:

“Inegavelmente, hoje em dia, a pavimentação das cidades constitui um dos fatores mais essenciais para a prosperidade higiênica e econômica de suas populações, sem levarmos em linha de conta o que se consegue sob o ponto de vista estético. [...] Não só os terrenos que marginam esses calçamentos adquirem uma valorização formidável, como outras vantagens de ordem administrativa e econômica vão surgindo em benefício da coletividade.”¹⁷²

O calçamento, sem dúvida, contribuiu enormemente para o convívio social nas cidades – pois facilitava o *footing* e evitava que o pó das vias entranhasse nas roupas dos habitantes –, assim como facilitou o escoamento das águas pluviais, a limpeza das vias, além da implantação de bondes elétricos e a circulação de automóveis. Conforme anunciou o periódico *Correio Mercantil*, havia uma série de vantagens em pavimentar o sítio urbano tanto sob o ponto de vista econômico, quanto estético. Na perspectiva de Francisca Michelin, esse item era indispensável para a vida na cidade, uma vez que “deixar o solo cru para trás e sentir sob os pés (ou sob as rodas do veículo) a dureza incondicional do revestimento de pedra, indicava, de imediato, que o indivíduo saíra do ermo rural [...]”¹⁷³ Ao abandonar as características que a prendiam ao século passado, surgia uma Pelotas moderna, uma cidade em sintonia com a *Belle Époque*.

Ao assumir a Intendência Municipal, Cypriano Corrêa Barcellos ampliou a área pavimentada de Pelotas, que anteriormente era de 11.426m²¹⁷⁴ para 17.546m².¹⁷⁵ Ele argumentava que esse número ínfimo decorria da abertura de galerias e valas¹⁷⁶ para disponibilizar aos habitantes os serviços de água e esgoto – elementos também indispensáveis para o desenvolvimento de uma localidade higienizada. Ao longo de seus dois mandatos, o governante preocupou-se em investir nesse segmento, culminando com a pavimentação das ruas XV de

¹⁷² O calçamento da cidade. *Correio Mercantil*, Pelotas, 09 abr. 1930, p.01.

¹⁷³ MICHELON, *op. cit.*, p.260-261.

¹⁷⁴ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1912 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, p.25.

¹⁷⁵ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, p.30.

¹⁷⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, p.57.

Novembro, Andrade Neves, General Osório, Sete de Setembro – todas na zona central – além das Praças da República, Piratinino e a da Matriz.¹⁷⁷ Para dar continuidade a essa política de expansão e melhoramentos urbanos, Pedro Luís Osório realizou, em 1920, um empréstimo no valor de 2.000:000\$000 destinados exclusivamente ao (re)calçamento da cidade.¹⁷⁸ No ano seguinte, autorizou a colocação de um pavimento lisbonense (“*petit-pavé*”) nos refúgios e praças visando ao embelezamento da urbe.¹⁷⁹

Segundo os dados arrolados pela Intendência Municipal, no ano de 1922, Pelotas contava com 59 ruas divididas em 562 quadras – somente 198 estavam calçadas em sua totalidade com pedras irregulares, 26 com paralelepípedo e 56 só com sarjetas.¹⁸⁰ Por intermédio desses dados, percebe-se que apenas metade delas (280 ao todo – 49,82%) estava pavimentada com algum tipo de material. A administração também buscou construir passeios públicos com ladrilhos de cimento para a população.¹⁸¹ Dois anos depois, foram executados 21.722,80 metros¹⁸² de calçamento na urbe, demonstrando um constante investimento nesse setor urbano. No mesmo sentido, conforme constatou o Intendente Pedro Luís Osório, a cidade possuía espaço para ampliar o tamanho das ruas¹⁸³, devido ao plano arquitetônico em xadrez.¹⁸⁴

Contudo, embora a Intendência almejasse empreender esforços para ampliar a área calçada da cidade, existiam alguns contratempos característicos do sítio urbano pelotense. Conforme denunciou o jornal *O Libertador*, Pelotas apresentava uma dificuldade técnica causada pelo solo argiloso¹⁸⁵ e, por conta disso, as vias não pavimentadas estavam sempre alagadas em decorrência da falta de declive para o

¹⁷⁷ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo intendente Pedro Luís Osório.** Pelotas, 1920, p. 40.

¹⁷⁸ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo intendente Pedro Luís Osório.** Pelotas, 1920, p. 09.

¹⁷⁹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1921 pelo intendente Pedro Luís Osório.** Pelotas, 1921, p.57.

¹⁸⁰ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório.** Pelotas, 1922, p.93.

¹⁸¹ *Idem, Ibidem*, p. 90.

¹⁸² MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Pedro Luís Osório.** Pelotas, 1924, p.74.

¹⁸³ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório.** Pelotas, 1922, p.91.

¹⁸⁴ De acordo com o arquiteto Leonardo Benevolo, o sistema em tabuleiro de xadrez possibilitava o crescimento em todos os sentidos, pois “o limite externo da cidade é sempre provisório”. Cf. BENEVOLO, *op. cit.*, p.488.

¹⁸⁵ O calçamento. *O Libertador*, Pelotas, 29 set. 1928, p. 02.

escoamento das águas pluviais¹⁸⁶, gerando também um problema de saúde pública. Outra adversidade relatada pelo periódico refere-se ao investimento que vinha sendo feito em calçamento de paralelepípedo, modalidade de pavimentação que, segundo o jornal, não apresentava grande simetria ou dimensões uniformes¹⁸⁷, além de ser ultrapassado, já que em lugares como os Estados Unidos e Porto Alegre o modelo de “concreto armado” estava sendo adotado pela sua rapidez na execução, já que ele era mais elegante, moderno, liso e de agradável aspecto¹⁸⁸, além de econômico.

Além dessas dificuldades, outro ponto crucial era a necessidade de uma manutenção constante das vias públicas, devido ao incessante deslocamento de pedestres, bondes e automóveis. Diversas notícias foram publicadas sobre a falta de fiscalização do serviço de calçamento, causando indignação nos redatores e editores dos periódicos locais:

Em confronto com o embelezamento da cidade, é um verdadeiro contraste o estado lastimável, quase intransitável, em que encontram diversos trechos das ruas centrais. Em alguns [...] encontram-se profundos buracos, verdadeiros sumidouros [...]. É de urgência, pois, que o Sr. Dr. Intendente, agora tão preocupado com o embelezamento da cidade, destaque alguns dos seus auxiliares para os locais [...] verificando [...] o que apontamos, faça sanar esse contraste com o embelezamento da Princesa do Sul, que não pode conservar abismos em seu seio.¹⁸⁹

Numa cidade moderna, que se diz e se intitula Princesa do Sul, numa cidade moderna, em que seus administradores são cheios de altos voos [...], calçadas esburacadas, perigosas, como as que temos no centro, até, da cidade é um perfeito contrassenso. Todos nós somos vítimas dos buracos, das poças d'água que nos encharcam os pés, que nos sujaram de barro as calças e que tornam um suplício o simples trânsito pedestre [sic]. Se não fosse uma cidade toda cheia de foros de estética, toda insuflada de urbanismo, essas coisas seriam admissíveis. Mas o nosso caso é outro. Portanto, aos Srs. competentes, a quem está adstrito tomar conhecimento e providências sobre o caso, que não percam o seu precioso tempo em coisas menos necessárias e falam um obsequio ao povo, revolvendo o leito do tráfego pedestre.¹⁹⁰

¹⁸⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p.91.

¹⁸⁷ Interesses locais. **O Libertador**, Pelotas, 19 abr. 1928, p. 01.

¹⁸⁸ Interesses locais: O calçamento. **O Libertador**, Pelotas, 07 dez. 1927, p.01.

¹⁸⁹ As ruas e os sumidouros. **O Rebate**, Pelotas, 17 ago. 1921, p.02.

¹⁹⁰ As calçadas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 22 jul. 1929, p.01.

Os dois fragmentos acima transcritos fazem uma crítica ao descaso com o calçamento do município. Todavia, a parte mais interessante diz respeito ao uso irônico do termo “Princesa do Sul”, ou seja, como uma cidade que se autoproclamava dessa maneira podia contar com tão péssimas condições de pavimentação nas vias públicas? Mais do que isso, como Pelotas podia ser moderna e ao mesmo tempo apresentar para os seus habitantes esses problemas cotidianos? Inclusive no centro da cidade? Lembrando que as reformas urbanas, tanto a proposta por Pereira Passos para o Rio de Janeiro como a de Otávio Rocha para Porto Alegre, pautavam-se no embelezamento do centro da urbe. Em Pelotas, esta ideia foi seguida à risca. Logo, como a zona central apresentava esses contratempos? “Não é só nos subúrbios, nas ruas mais afastadas onde o caso toma aspectos mais graves, é o centro, o coração da cidade que sofre da mesma falta de cuidado, do mesmo desleixo. [...] Pobre, Princesa!”¹⁹¹ Vale observar que mesmo que este problema não estivesse restrito apenas a centralidade citadina, eram as condições em que o centro se encontrava que mais preocupavam os jornalistas, na medida em que era nesse espaço que circulava o maior número de viajantes e onde estavam concentrados os maiores investimentos municipais.

Para solucionar essas adversidades, o Intendente João Py Crespo¹⁹² assinou um contrato com a empresa Dahne, Conceição & Cia. substituindo a antiga Engenheiros & Empreiteiros.¹⁹³ A nova firma adotou o concreto armado nas vias públicas, o que garantiria maior durabilidade e conforto: “[...] é uma verdadeira delícia correr de automóvel sobre essas ruas, há alguns meses quase intransitáveis.”¹⁹⁴ Sob a ótica dos articulistas do *Correio Mercantil*, a realização destas melhorias possibilitaria que Pelotas fosse descrita como aprazível e progressista.¹⁹⁵ Mas para manter-se bela e moderna, era necessário que a administração municipal destinasse verbas para essa finalidade.

¹⁹¹ O estado da cidade reclama providências urgentes. **A Opinião Pública**, Pelotas, 04 set. 1929, p.01.

¹⁹² João Py Crespo nasceu em Pelotas e formou-se na Faculdade de Direito de São Paulo (1888). Entre os anos de 1893 e 1896 atuou como deputado estadual e, em 1897, foi eleito para o cargo de deputado federal atuando até 1899. Regressando a Pelotas, tornou-se Intendente em 1929, no qual permaneceu até 1932. Cf. SILVA, Izabel Pimentel da. Crespo, João Py. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRESPO,%20Jo%C3%A3o%20Py.pdf> Acesso em 24 abr. 2018.

¹⁹³ Interesses locais: O novo calçamento. **O Libertador**, Pelotas, 19 nov. 1929, p.01.

¹⁹⁴ Melhoramentos municipais. **Correio Mercantil**, Pelotas, 02 fev. 1930, p.01.

¹⁹⁵ O calçamento da cidade. **Correio Mercantil**, Pelotas, 24 set. 1930, p. 01.

1.2.3: Transporte:

“[...] luz e tração elétrica, que virão dar às nossas ruas outro aspecto, mais movimento e ruído, pondo-nos ao mesmo tempo em comunicação rápida e direta com os lindos e pitorescos arrabaldes da cidade.”¹⁹⁶

Após a edificação do calçamento, foi possível a implementação dos bondes elétricos. Eles foram introduzidos pela companhia *Light & Power* no dia 20 de outubro de 1915¹⁹⁷ com o objetivo de interligar o centro da cidade com os arrabaldes, conforme destaca o *Almanach de Pelotas*. Em seu primeiro ano, a instituição oferecia aos pelotenses cinco coletivos fechados (“*Brush*”) que trafegavam entre a Praça da República, a estrada de ferro e o porto. Provavelmente, devido ao seu trajeto, esses veículos eram destinados aos trabalhadores, diminuindo assim a distância entre suas residências e a atividade profissional. Somavam-se a estes mais cinco bondes, de dois andares (“*Imperial*”), que percorriam a Praça da República, o cemitério e o parque.¹⁹⁸ Como se pode constatar, esta linha ligava os pelotenses às zonas mais afastadas do centro, como o parque para os momentos de lazer e o cemitério para homenagens e práticas religiosas. Ademais, a partir da década de 1920 essa região vai abrigar uma série de habitações, em sua maioria, de operários¹⁹⁹, logo era imprescindível a presença de meios de transporte. A partir da disposição das linhas, percebe-se que todos os veículos passavam e/ou partiam da Praça da República, reforçando a sua importância no cotidiano local.

Os bondes que circulavam nas vias públicas eram de fabricação inglesa e transportaram apenas na inauguração um total de 3.194 passageiros, culminando com o número de 37.620 usuários em apenas vinte dias de atividade.²⁰⁰ A importância desse veículo encontrava-se justamente no fato de diminuir as distâncias entre o centro do município e o bairro, expandindo a circulação de indivíduos em praticamente todos os espaços de Pelotas. Além disso, ele também era mais acessível, abarcando um número cada vez maior de usuários, como pode

¹⁹⁶ Pelotas na atualidade. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano I, 1913, p.45.

¹⁹⁷ A Light & Power. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.140.

¹⁹⁸ *Idem, Ibidem*, p.140.

¹⁹⁹ A linha de bondes do Parque: As reclamações se acumulam. **A Opinião Pública**, Pelotas, 28 jun. 1922, p. 02.

²⁰⁰ Progresso de Pelotas: Bondes elétricos. **Diário Popular**, Pelotas, 23 out. 1923, p.02.

ser vislumbrado nos dados de 1923. Nesse ano, o município já contava com a soma de vinte e quatro veículos percorrendo as ruas, com uma média diária de 8.777 passageiros e cerca de 271.866 indivíduos circulando mensalmente. Dessa forma, nota-se, por intermédio dos números, a importância das linhas de bonde para o transporte urbano pelotense.

Dentro do plano de ampliação de suas atividades no segmento da mobilidade urbana, a *Light & Power* inaugurou um novo tipo de coletivo denominado “*Safety*” para gradativamente substituir o “*Imperial*”, que era muito pesado e desconfortável aos usuários.²⁰¹ O veículo foi empregado nos Estados Unidos e oferecia maior segurança aos passageiros por possuir freios e portas automáticas. No entanto, eles deveriam obedecer a uma norma básica de conduta e segurança: não embarcar ou desembarcar ao longo do percurso, o que poderia evitar acidentes em uma cidade que ainda se adaptava aos novos meios de mobilidade. Esse aspecto era importante, uma vez que, ocasionalmente, a imprensa registrava acidentes, principalmente devido ao excesso de velocidade dos bondes, o que fez com que um dos articulistas do jornal *O Rebate* escrevesse, com certo ar nostálgico, sobre o transporte movido por muare:

[...] assistimos cheios de saudades dos belos tempos dos bondes a tração animal, com os seus pachorrentos burrinhos em que possuíamos um serviço rotineiro, é certo, mas metódico, seguro e infalível. [...] O material rodante da *Light* ameaça desmanchar-se nos trilhos, reduzindo a bifes os míseros e arrojados passageiros. Rara é a viagem em que não se dá um incidente, mais ou menos maçante, mercê do qual o horário (que nunca existiu) torna-se anarquizado e, com ele o tráfego nas poucas linhas em funcionamento.²⁰²

A coluna faz referência a vários problemas enfrentados pelos passageiros do transporte coletivo, principalmente, àqueles decorrentes da defasagem da frota, e que, por isso, colocavam em risco a vida dos usuários, e do não cumprimento da tabela de horários, que causava tumultos entre motoristas e passageiros. Apesar de denunciar a precariedade da estrutura de transporte oferecida pela *Light & Power*, a imprensa não descuidou de chamar a atenção dos usuários, que pagavam uma

²⁰¹ Os bondes em Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 08 mai. 1921, p.01.

²⁰² Aspectos locais: O que necessitamos – bondes. **O Rebate**, Pelotas, 10 dez. 1920, p.01.

quantia irrisória (200 réis), segundo a publicação, para usufruir do serviço urbano, quanto às suas obrigações:

[...] O público exige o máximo, sem indagar da procedência e visibilidade de suas pretensões e, o que toca a sua parte [...], dá o mínimo, quando dá. Em geral os passageiros de bondes, com a exígua contribuição de 200 réis, querem, além de um serviço irrepreensível, sem falhas e sem senões, o direito arbitrário de depredarem a propriedade, estragando os veículos, emporcalhando-os, queimando os assentos com fogo dos cigarros, partindo vidros, etc., isso por meio prazer de destruição, sem motivo algum que o autorize.²⁰³

De acordo com o jornal, a relação do usuário com o veículo era uma via de mão dupla: ambos deveriam fazer a sua parte para preservar os bondes e assim assegurar a sua utilização pelo maior número de habitantes.

Em 1927, a *Light & Power* passou a oferecer cinco linhas, quatro delas partiam da Praça da República com destino ao Porto, ao Fragata, ao Parque, e um circular. Além do deslocamento dos indivíduos, os bondes também foram responsáveis pela ampliação do perímetro urbano da cidade, visto que em função da edificação dos seus trilhos, no sentido do centro para o bairro Três Vendas, aconteceu uma propagação de construções e a valorização de prédios, chácaras e terras.²⁰⁴ No ano seguinte, a empresa passou a contar também com linhas para o bairro da Luz, Sanga Funda e Areal²⁰⁵ – novos arrabaldes do sítio urbano.

O serviço de bondes elétricos da *Light & Power* ganhou novamente destaque na imprensa local, em 1928, devido ao acordo firmado entre a empresa e a municipalidade. O motivo das manchetes era que o contrato previa um aumento da passagem (para 300 réis) a partir do momento em que a *Light* inaugurasse novas linhas para o tráfego. A crítica feita nos periódicos encontrava-se justamente na precariedade dos veículos, no número reduzido de carros para atender toda a demanda e o empobrecimento da população (principalmente os operários) que necessitava desse meio de locomoção:

²⁰³ Os bondes. **O Rebate**, Pelotas, 03 jan. 1922, p. 01.

²⁰⁴ PARADEDADA, Florentino. Vida da cidade. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XV, 1927, p.171.

²⁰⁵ A light: Novos bondes e novos ônibus. **A Opinião Pública**, Pelotas, 25 jan. 1928, p. 02.

[...] não possuindo a Light carros suficientes para tais prolongamentos, isto é, não havendo outros carros mais, além dos pouquíssimos calhambeques que por ai andam a largar os pedaços, - o aumento das passagens só reduzirá em prejuízo do povo que, em última análise, é o único prejudicado. – Quanto custa o quilo da batata? Quanto custa o quilo de carne (osso e pelancas)? E um cafezinho continua pelo mesmo preço? – Você não compra bonde não é não?²⁰⁶

Em todo o caso, há também uma cláusula, naquele contrato, pela qual a empresa se obriga a fornecer “bonde operário” que, como é sabido, muito viria favorecer aos trabalhadores que são obrigados a viajar de bonde, em virtude da distância em que residem quase sempre afastados do centro da cidade.²⁰⁷

Em ambos os fragmentos, nota-se a preocupação com o aumento do valor da passagem e com o número insuficiente de bondes para atender a nova demanda. O periódico *A Opinião Pública* faz também referência a um coletivo destinado especificamente para os operários, com passagem mais barata (100 réis), que havia sido assegurado no acordo firmado entre a Intendência e a empresa prestadora do serviço. No entanto, “a Light só se lembra do contrato quando lhe diz respeito, trazendo-lhe benefícios, mas quando tem que auxiliar o povo, faz-se de surda que nem uma porta.”²⁰⁸

Mas, interessada em ampliar seus lucros, a *Light & Power* criou uma linha especial destinada aos amantes do teatro e das diversões noturnas: o “*Extraordinário*”. Esse veículo circulava nas principais ruas da cidade para que todos os moradores pudessem frequentar a noite pelotense, os teatros, os cinemas e os jardins. Contudo, para usufruir desse conforto, o usuário precisava desembolsar a quantia de 500 réis.²⁰⁹ Os usuários que podiam pagar este valor para uma viagem de bonde, com certeza, se diferenciavam dos moradores dos arrabaldes de Pelotas que se viram prejudicados com o aumento das passagens de 200 para 300 réis. Diante disso, comprova-se que as melhorias realizadas no transporte público – a partir da oferta de um novo modelo de carro – beneficiavam um grupo seletivo de pessoas.

²⁰⁶ Trezentos réis a passagem nos calhambeques da Light. **A Opinião Pública**, Pelotas, 20 nov. 1929, p.01.

²⁰⁷ E o bonde para os operários? **A Opinião Pública**, Pelotas, 22 nov. 1929, p. 01.

²⁰⁸ O preço da passagem de bonde. **A Opinião Pública**, Pelotas, 14 jan. 1930, p. 01.

²⁰⁹ Serviço de bondes: Linha para os teatros. **O Rebate**, Pelotas, 16 dez. 1921, p. 03.

Apesar dos protestos, é importante sublinhar que o bonde elétrico associava-se à ideia de cidade “maravilhosa, organizada e asseada. Ao vê-lo passar, o habitante [...] podia admirar-se com o desenvolvimento tecnológico que sua cidade alcançara e quando ele andava, era participante e testemunha desse progresso”.²¹⁰ Este meio de transporte trazia a ideia de modernidade, em função de sua velocidade, rapidez e eficiência. Embora a prestação de serviços recebesse críticas, ele era imprescindível para a locomoção da população mais empobrecida, que não possuía condições, por exemplo, de adquirir um veículo ou alugar um.

No início do século XX, o automóvel surge no Brasil claramente com ideário de modernidade, era ágil e veloz, como o bonde elétrico, mas era destinado a um grupo seleto de pessoas, pois apenas os que integravam uma elite tinham acesso a esse símbolo do progresso. Mais do que isso, o carro permitia que seus usuários andassem por qualquer espaço do sítio urbano, na medida em que não estava limitado pelos trilhos, fios e motoneiros. Em função disso, a elite pelotense passou a importar automóveis a partir de 1910, culminando com o registro de 111 veículos em 1916.²¹¹ Esses números cresceram progressivamente, ultrapassando 1.100 veículos no ano de 1927.²¹² O culto ao carro foi tão intenso que, em 1925, foi fundado o “Automóvel Club”, que visava “impulsionar o gosto pelas boas estradas e auxiliar o seu custeio e conservação [...]”²¹³, congregando em uma associação os poucos pelotenses que possuíam automóvel à época. Para Nicolau Sevcenko, os veículos automotores eram encarados como “brinquedo de ricos”, devido aos seus custos de compra, importação e manutenção. Apesar disso, eles tiveram um *boom* ao longo da década de 1920.²¹⁴

Em Pelotas havia, também, uma quantidade significativa de carroças que percorriam as ruas e se concentravam ao redor do Mercado Público, aspecto que será abordado nos capítulos posteriores. Acredita-se que os habitantes dos outros distritos da cidade recorriam a esse meio de locomoção, que, segundo dados

²¹⁰ NASCIMENTO, Mara Regina do. No movimento do bonde, a festa e a modernidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina do. TORRESINI, Elizabeth (org.). **Modernidade e Urbanização no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.125.

²¹¹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1916, p.47.

²¹² PARADEDA, Florentino. Pelotas por alto. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVI, 1928, p.69.

²¹³ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1925 pelo intendente Augusto Simões Lopes**. Pelotas, 1925, p.43.

²¹⁴ SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole**: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20. São Paulo: Companhia das Letras, 1992, p.74.

extraídos do *Almanach* de 1928, totalizava 1.084²¹⁵, número, aliás, bastante expressivo, se compararmos com o percentual de bondes e de automóveis, utilizados pelos pelotenses para circular pelo município.

1.2.4: Embelezamento:

“Se das cidades as ruas são corredores e as praças são salas: a Praça da República é bem, e merecidamente, o luxuoso salão de honra de Pelotas.”²¹⁶

Historicamente, a praça era vista como um símbolo da cidade, por exemplo, a *Ágora* grega era um espaço destinado às discussões políticas da *pólis* e exercia um papel vital no cotidiano dos indivíduos. No entanto, apesar de ser um ambiente tão antigo quanto a humanidade, a ideia de praças ajardinadas é mais contemporânea. Em seus estudos sobre os jardins brasileiros, o arquiteto Hugo Segawa afirma que “a praça é um espaço ancestral que se confunde com a própria origem do conceito ocidental de urbano. O mesmo não se pode afirmar do jardim ou do parque público [...]”²¹⁷ De acordo com o autor, a ideia de jardim surgiu a partir do século XVII, com uma nova mentalidade na Europa e na América, que deixava para trás o entendimento da natureza como um espaço de refúgio de seres perigosos e selvagens para tornar-se um ambiente de lazer presente no cotidiano.

Para ocorrer essa mudança, o arquiteto destaca a importância da pintura como um elemento de educação do olhar. Hugo Segawa defende a tese de que o jardim público é a antítese da praça medieval, uma vez que no medievo esse espaço era sinônimo de espontaneidade, de festa e do escárnio. Todavia, o jardim moderno transforma-se em um ambiente de disciplina, com intervenções urbanas – avenidas, chafarizes, obeliscos, escadarias, etc. – tornando-se:

[...] um monumento ao verde – espaço ao culto e ao repositório de significados da natureza idealizada pelo ser humano. O passeio

²¹⁵ PARADEDADA, Florentino. Pelotas por alto. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVI, 1928, p.69.

²¹⁶ **A Opinião Pública**, Pelotas, 16 nov. 1927, p.01.

²¹⁷ SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1996, p.31.

ajardinado será a instância radical do estabelecimento da ordem pública, o grande teatro onde os homens vão se “comportar como atores a fim de serem sociáveis uns com os outros na cidade”, na visão de Sennett. Os atores e os figurinos estão definidos: não mais a massa popular, mas segmentos privilegiados com a expansão das classes mercantil e burguesa (e seus subprodutos) nas grandes cidades do século 18, em busca de promoção social mediante novas formas de sociabilidade, cuja prática contemplou palcos e plateias calcados nos modelos de aristocracia francesa ou britânica.²¹⁸

Assim sendo, o autor observa uma mudança no entendimento dos espaços urbanos, tanto do ponto de vista estético como pelo viés do público que circulava naquele recinto. Nesse momento, constituía-se uma nova mentalidade para o cotidiano das grandes cidades. Portanto, no Brasil a implementação desses ambientes se deu com o mesmo objetivo dos jardins europeus: o de ser um espaço de lazer e sociabilidade para as elites. De acordo com Carlos Gonçalves Terra, nos primeiros séculos após o “descobrimento” não existiu no Brasil uma tradição de implantação de jardins públicos, sendo que somente a partir do final do século XVIII o governo preocupou-se em criá-los²¹⁹ – como o Passeio Público e o Campo de Santana, ambos no Rio de Janeiro. Pode-se inferir que esse desinteresse relaciona-se ao fato de a natureza brasileira ser tão rica e estar presente no dia a dia da população.

Conforme Hugo Segawa, foi a partir do século XX que aconteceu as grandes transformações nas fisionomias urbanas das cidades – ajardinamento de praças e avenidas, criação de bulevares e recintos ajardinados, entre outros – produzindo no Brasil um efeito tardio de sociabilidades.²²⁰ Em Pelotas, foi durante o governo de Cypriano Corrêa Barcellos que se verificou uma intensa preocupação com a estética, principalmente, no âmbito dos jardins públicos. A primeira medida efetivada pelo administrador foi remodelar esses ambientes, seguindo um estilo inglês.²²¹ O propósito da reestruturação era o de aproximar os recintos pelotenses aos jardins

²¹⁸ SEGAWA, *op. cit.*, p.49.

²¹⁹ TERRA, Carlos Gonçalves. O prazer no jardim. In: MARZANO, Andrea. MELO, Victor Andrade de (org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010, p.82.

²²⁰ SEGAWA, *op. cit.*, p.74.

²²¹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1912 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1912, p.25.

públicos dos grandes centros urbanos brasileiro.²²² Nesse sentido, percebe-se a clara preocupação de inserir Pelotas no contexto nacional, oportunizando aos habitantes locais a vivência de práticas semelhantes adotadas em outros municípios do estado e do país.

Em 1913, Cypriano Corrêa Barcellos autorizou uma grande reforma na Praça da República: todo o lado oeste foi alinhado, houve a colocação de tijoletas em mosaico e revestimento no cordão da calçada, realizou-se o ajardinamento em modo artístico, além da reforma nas oito entradas da praça, visando torná-la “digna da apreciação dos forasteiros e refúgio predileto dos nossos co-municipais [sic.]”²²³ Posteriormente, ocorreu a substituição dos grandes eucaliptos – que poluíam a visão dos prédios ao redor da praça – por árvores menores e por flores²²⁴; efetuou-se uma reforma completa para levantar o chafariz central, “deixando-o mais alteroso” e proporcionando “uma vasta área do redondo”²²⁵; reformou-se o lago, a ilha e a gruta, instalou-se um *water-closet*²²⁶ e duzentos bancos de ferro.²²⁷ Por fim, pintaram de bronze os ornamentos do chafariz.²²⁸

Comprova-se, através desses aspectos, que a Praça da República recebeu grandes investimentos financeiros e atenções da Intendência, sendo considerada “a menina dos olhos do Dr. Cypriano Barcellos”²²⁹, justamente porque abrigava as instituições de prestígio político, social e cultural do município, tais como a Intendência, a Bibliotheca Pública e o Theatro Sete de Abril. O aformoseamento das praças era algo tão importante que o Intendente contratou um profissional de Buenos Aires exclusivamente para tomar conta e completar o serviço de arborização e ajardinamento.²³⁰ Existiu, no entanto, uma discrepância em relação aos

²²² MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1913, p.34.

²²³ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1913, p.34.

²²⁴ Pelotas na atualidade. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p.226.

²²⁵ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1913, p.51.

²²⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1916, p.48.

²²⁷ As nossas lindas praças e o conforto do público: A Praça da República com 393 bancos. **Diário Popular**, Pelotas, 03 mar. 1927, p. 01.

²²⁸ Melhoramentos municipais nos jardins e praças. **Diário Popular**, Pelotas, 30 mar. 1926, p.01.

²²⁹ A Praça da República: Decadência. **A Opinião Pública**, Pelotas, 11 mai. 1926, p.01.

²³⁰ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1915, p.51.

investimentos feitos no embelezamento das demais praças – Floriano Peixoto²³¹, Júlio de Castilhos²³², Domingos Rodrigues²³³, Piratinino de Almeida e a da Matriz²³⁴ – para que a Praça da República pudesse receber todas as melhorias.

Na Praça da Matriz, também conhecida como a pracinha da Rua XV de Novembro, ocorreu a substituição do chafariz – instalado em 1873 – por um pequeno refúgio ajardinado, calçado, com bancos e iluminação.²³⁵

Enquanto isso, na Praça Júlio de Castilhos realizava-se a instalação de um chalé com *water-closet*, mictórios e banheiros públicos visando à comodidade e higiene da população.²³⁶ Subsequentemente, o Intendente Pedro Luís Osório escolheu esse recinto para efetivar a criação do primeiro roseiral da cidade, com 848 mudas, a fim de rememorar os jardins clássicos.²³⁷ Apesar de todas as melhorias realizadas, faltava um item primordial para que a população pudesse usufruir por completo dessa área: a iluminação elétrica. Inaugurada apenas em 1927, ela tornou o ambiente “acessível à noite, como magnífico ponto de recreio da zona norte”.²³⁸ Seguindo o plano de aperfeiçoamento do espaço, no ano seguinte, a administração municipal optou por aterrar o lago e transformá-lo em um grande canteiro.²³⁹ O Intendente Augusto Simões Lopes, em 1925, havia proposto transformar esse ambiente em um parque, o que, no entanto, só se tornou realidade há pouco tempo atrás, no ano 2000.

A Praça Domingos Rodrigues foi ajardinada em 1914 pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos. Ela contava com um chafariz, que havia sido importado da França, em 1874. Com o projeto de remodelamento – que incluiu a instalação de

²³¹ Atual Praça Cypriano Corrêa Barcellos.

²³² Atual Parque Dom Antônio Zattera.

²³³ O nome da Praça homenageia um antigo charqueador da cidade cujo terreno foi doado pela sua família com a condição de nunca alterar a nomeação da mesma. Diante disso, atualmente, a Praça mantém o mesmo nome. Cf. MAGALHÃES, Mario Osório. Praças. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.222.

²³⁴ Atualmente intitula-se Praça José Bonifácio.

²³⁵ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1916, p.48.

²³⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1918 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1918, p.55.

²³⁷ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luis Osório**. Pelotas, 1922, p.89.

²³⁸ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Dr. Augusto Simões Lopes**. Pelotas, 1927, p.84.

²³⁹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1929 pelo intendente Dr. João Py Crespo**. Pelotas, 1929, p. 101.

banheiros públicos, em 1920 – ele foi removido e alocado no calçadão da Rua Andrade Neves, em 1981. Também a Praça Floriano Peixoto contava com um chafariz e ambos foram pintados e decorados em bronze, visando sobressair as suas linhas ornamentais.²⁴⁰

Por fim, a Praça Piratinino de Almeida ostentava, desde 1875, uma caixa d'água francesa que atuava como um elemento importante de adorno, mas que foi ajardinada em 1914. Posteriormente, em 1921, criou-se a Praça Conselheiro Maciel, em um terreno doado pela sua família, reunindo canteiros, gabinete sanitário e bancos.²⁴¹ O objetivo era tornar esse local um ponto de recreio com todos os tipos de instalações modernas.²⁴²

“Todos os jardins públicos, assim cuidados e reformados, oferecem, a par de elegante aspecto, refúgios e recreios a população, que tem se habituado a frequentá-los e a zelar pelas suas [...] plantas”²⁴³, tornando-se, assim, ambientes de sociabilidade. A população poderia, desta maneira, desfrutar dos passeios ao entardecer e à noite, pois o recinto era dotado de iluminação para o amplo desfrute. Os articulistas, logo poderiam anunciar nos jornais: “Com o calor reinante as nossas praças regurgitam, a noite, de gente [...]”²⁴⁴

Além disso, os intendentes também se preocuparam em arborizar as ruas e avenidas de Pelotas. Segundo relatou Pedro Luís Osório, as árvores melhoravam a aparência das paisagens urbanas e proporcionavam um espaço com sombra para os moradores do município. Por isso, ele investiu no Horto Municipal, a fim de estudar quais espécies se adaptariam melhor ao terreno pelotense, a incidência de luz e a largura da rua.²⁴⁵ As Avenidas 20 de Setembro e Bento Gonçalves foram dotadas de jardins desde 1913, com a intenção de transformá-las em grandes *boulevards*, como era a Avenida Central do Rio de Janeiro ou as criadas por Haussmann, em Paris.

²⁴⁰ Melhoramentos municipais nos jardins e praças. **Diário Popular**, Pelotas, 30 mar. 1926, p.01.

²⁴¹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Dr. Augusto Simões Lopes**. Pelotas, 1927, p.84.

²⁴² Os jardins de Pelotas: A remodelação das praças Júlio de Castilhos e Conselheiro Maciel. **Diário Popular**, Pelotas, 24 abr. 1925, p.02.

²⁴³ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1917 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1917, p.57.

²⁴⁴ O calor. **A Opinião Pública**, Pelotas, 18 jan.1928, p.03.

²⁴⁵ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p.89.

1.2.5: Higiene e habitação:

“Além das vantagens de ordem higiênica, há as de ordem estética, porque a limpeza sempre alegra o espírito e um povo que a desame é povo triste, doente atolambado...”²⁴⁶

A partir de 1910, em virtude do aumento populacional, o poder público passou a discutir o saneamento de Pelotas. De acordo com Paulo Rodrigues Soares, a ênfase recaía nos arroios, no traçado urbano que dificultava a circulação do ar e a necessidade de constituir instrumentos para controlar as condições de salubridade dos habitantes.²⁴⁷ Entretanto, essa preocupação também estava pautada nas enfermidades que haviam assolado Pelotas no início do século XX. Conforme o levantamento realizado por Lorena Gill, a cidade teve surtos de febre tifoide (entre 1891 a 1916), varíola (de 1915 a 1916), gripe espanhola (em 1918), peste bubônica (entre 1919 a 1921) e de tuberculose (1848-1930).²⁴⁸ Por conta disso, era necessário que a Intendência tomasse algumas providências, tais como limpar as ruas, praças, sarjetas, cortiços; vigiar as águas e os portos; vacinar os indivíduos; deslocar médicos para os distritos; controlar a visita aos doentes nos hospitais; entre outras medidas a fim de evitar novos contágios e óbitos. Além dos enfermos locais, a cidade também recebia doentes de outras localidades que buscavam tratamento médico na Santa Casa de Misericórdia.²⁴⁹

Para que houvesse a diminuição do número de doentes, a Intendência traçou um plano que surtiu efeitos, pois, segundo o *Diário Popular*, os índices melhoraram significativamente.²⁵⁰ Vale lembrar que uma urbe moderna era sinônimo de uma cidade limpa. No século XIX, as grandes cidades europeias – como, por exemplo, Paris e Londres – sofreram com epidemias que geraram uma preocupação constante nos seus governantes, razão pela qual as reformas urbanas ocorridas

²⁴⁶ A limpeza da cidade. *Diário Popular*, Pelotas, 23 set. 1920, p.01.

²⁴⁷ SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: O saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. *Anos 90*. Porto Alegre, n.14, p.184-201, dez. 2000, p.189.

²⁴⁸ GILL, Lorena Almeida. *O mal do século: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890-1930*. Pelotas: Educat, 2007, p.53-60.

²⁴⁹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. *Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1921 pelo intendente Pedro Luís Osório*. Pelotas, 1921, p.46.

²⁵⁰ Esse plano estava centrado na aplicação de regulamentos de higiene, organizados pelo Instituto de Higiene da cidade. *Diário Popular*, Pelotas, 29 set. 1923, p.01.

nessas capitais europeias investiram na higienização, como destaca Fransérgio Follis.²⁵¹

Conseqüentemente, um dos pilares da reforma de Haussmann foi a higienização, mediante a destruição das moradias insalubres, tidas como focos de disseminação de todo o tipo de doenças. Este, aliás, foi o mesmo plano adotado por Pereira Passos no Rio de Janeiro. Conforme José Murilo de Carvalho, os primeiros anos da República trouxeram para a capital um aumento significativo de pessoas, gerando um agravamento do déficit habitacional. Os problemas de saneamento básico ficaram evidentes e a cidade sofreu, nas palavras do historiador, o mais violento surto de epidemias da história do Rio de Janeiro²⁵², com destaque para a febre amarela, varíola, malária e tuberculose, que acometeram a população carioca. A solução encontrada pelas autoridades foi combater essas doenças através de melhorias na saúde pública.

Nessa conjuntura, o sanitarista Oswaldo Cruz – nomeado diretor do Serviço de Saúde Pública – buscou erradicar as doenças por intermédio de algumas medidas impositivas. A primeira enfermidade tratada por ele foi a febre amarela. Para combatê-la, ele priorizou o extermínio de mosquitos e o isolamento de doentes nos hospitais. Depois, lidou com a peste bubônica cujo combate exigia a limpeza das ruas e casas (basicamente nas áreas pobres), além da eliminação dos ratos e pulgas. Essas determinações geraram incômodos entre os proprietários das habitações e seus inquilinos, que eram forçados a sair das moradias em prol da limpeza ou até mesmo abandonar o local com vistas a demolição.²⁵³ Em conjunto, esses elementos trouxeram um clima nada amistoso entre os moradores do Rio de Janeiro e os agentes sanitários, culminando com a Revolta da Vacina (1904).

A fim de eliminar a varíola, terceira enfermidade que acometia a população do Rio de Janeiro, Oswaldo Cruz propôs uma medida autoritária, que previa a vacinação obrigatória da população pobre, que reagiu com veemência à imposição, promovendo ataques aos agentes públicos e aos meios de transporte, além da depredação de edifícios.²⁵⁴ Para José Murilo de Carvalho, a revolta foi um movimento popular baseado na defesa dos direitos de cidadania. Embora não

²⁵¹ FOLLIS, *op. cit.*, p.23.

²⁵² CARVALHO, *op. cit.*, p.19.

²⁵³ *Idem, ibidem*, p.94-95.

²⁵⁴ STARLING; SCHWARCZ, *op. cit.*, p. 329.

tenham ocorrido mudanças políticas significativas, a campanha de vacinação foi suspensa.²⁵⁵ De todo o modo, esse acontecimento serve também para compreender como se deu a ação do governo a fim de realizar medidas de higienização e como foram percebidas pela população, sobretudo, a mais empobrecida.

Como mencionado anteriormente, na virada do século XIX para o século XX, a cidade de Pelotas também enfrentou surtos de diversas enfermidades e buscou saná-las com medidas semelhantes às propostas no Rio de Janeiro. No primeiro momento, a Intendência Municipal instalou, em 1914, o serviço de água e esgoto – banheiros e bebedouros públicos, rede de esgoto e abastecimento de água. Em seguida, Cypriano Corrêa Barcellos determinou a construção de um sanitário público – atrás do Mercado Central. O governante objetivava “habituar o público com os preceitos da higiene, educando os não acostumados, [...] de modo que suas moradias adquiram os mesmos costumes.”²⁵⁶ É preciso, no entanto, ressaltar que essas medidas poderiam ser observadas apenas no centro da localidade, que era a única região da cidade que contava com a estrutura de saneamento básico. A zona norte (bairro da Luz) e a Várzea (região do porto) passaram a contar com sistema de esgoto somente em 1920.²⁵⁷ Conforme alguns dados, em 1928, Pelotas contava com 4.735 prédios com rede de esgoto e 7.294 abastecidos com água proveniente dos Arroios Moreira e Quilombo (4º e 7º distritos, respectivamente).²⁵⁸ Números ínfimos se comparados ao tamanho da cidade e ao crescimento visível da população.

Ainda assim, era importante que a cidade começasse a adotar medidas paliativas para combater as enfermidades e melhorar a vida dos seus habitantes. Houve, em razão disso, a construção de mais dois banheiros públicos – nas praças Júlio de Castilhos e Domingos Rodrigues, anteriormente referenciadas – bem como a criação de bebedouros municipais para animais e para os habitantes – localizados ao redor do Mercado Central. De acordo com o *Diário Popular*, essa construção:

²⁵⁵ CARVALHO, *op.cit.*, p.138-139.

²⁵⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1915, p.52.

²⁵⁷ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1920, p.53.

²⁵⁸ PARADEDA, Florentino. Pelotas por alto. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVI, 1928, p.68.

[...] resulta num melhoramento inapreciável, se além da sua utilidade prática encarmos pelo lado higiênico. Na verdade, esse aparelho vem evitar o contágio entre aqueles que do mesmo se utilizarem. [...] A água que ali se absorve é transmitida pura e não poderá jamais ser contaminada no aparelho, pois este é perfeitamente asseado. [...] É por isso que dissemos acima que o melhoramento adotado pelo operoso administrador do município, que pensa em levá-lo até as escolas e a outros próprios, é de relevante importância higiênica [...]²⁵⁹

Fica evidente a preocupação em relação a questão da higiene. Por esse motivo, foi elaborado o Código de Construções e Reconstruções (1920), visando atender os critérios de salubridade dado o expressivo crescimento das edificações. Para cumprir esse propósito, o Intendente Pedro Luís Osório, em 1922, defendeu que fossem construídas habitações baratas, para que as classes mais pobres pudessem dispor de residências que contassem com as melhorias que as moradias da elite já possuíam. Segundo Rosa Maria Rolim de Moura, foi somente a partir da década de 1920 que o governo do município reconheceu a existência de uma demanda por moradia popular²⁶⁰, como se observa neste trecho do relatório municipal de 1922:

Julgo de vantagem promover o digno conselho favores especiais aos construtores de casas particulares, ou melhor, de baixo aluguel, compatíveis com os salários dos operários, construções essas que proporcionem os mesmos juros e amortização remuneradora do capital empregado. É dever dos dirigentes procurar, nesse caso, as iniciativas particulares [...] As classes pobres e laboriosas, além do mais, necessitam de habitações higiênicas, saindo de casas insalubres – ponto de partida de todos os vícios, de todas as calamidades que afligem o seu estado social, como já disse alguém, concluindo com essas palavras: “não há reforma que mereça em mais alto grau a atenção e a dedicação dos amigos da humanidade”. Felizmente, entre nós, já há quem tenha compreendido o problema a resolver-se. Mais de uma associação está organizada para a venda de terrenos, adotando medidas análogas as de outros países, o que permite a família operária adquirir um pequeno lote para construir sua futura morada, não com o caráter de ato de beneficência, mas nas condições de operação comercial.²⁶¹

²⁵⁹ Os bebedouros públicos. **Diário Popular**, Pelotas, 25 jan. 1925, p.05.

²⁶⁰ MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Moradia popular e expansão urbana – as vilas proletárias pelotenses. **História em Revista**, Pelotas, v.12/13, p.79-96, dez.2006/dez.2007, p.83.

²⁶¹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p. 36.

Assim como ocorreu em outras cidades que foram alvo de programas de reforma urbanística, a preocupação da Intendência pelotense, neste caso, foi com as habitações da população pobre, pois acreditavam que desses locais se propagavam as epidemias. Um ambiente limpo e organizado traria, com certeza, mais benefícios para os habitantes e diminuiria o risco de propagação de algumas enfermidades. Para tanto, era necessário que a administração do município investisse na construção de casas populares, no calçamento das vias públicas nos bairros e na diminuição dos impostos, por exemplo. Apesar disso, Pedro Luís Osório delegava esse problema para a iniciativa particular, defendendo que eles poderiam contribuir, em especial, na construção das moradias populares.

Acatando essa proposta, Augusto Simões Lopes propôs a criação de uma vila operária, a “São Francisco de Paula”, que contaria com 250 edificações. O pagamento do imóvel seria realizado ao longo de dez anos a partir de aluguéis mensais.²⁶² De acordo com a análise feita pelo *Diário Popular*, essas habitações apresentavam grandes vantagens:

O primeiro benefício coletivo, por conseguinte, que advirá, será esse de descongestionar as habitações superlotadas, ocupadas, em grande número, por duas ou três famílias. Em segundo lugar, os efeitos benéficos da benemérita obra [...] no abaixamento dos aluguéis que terão que sofrer forçosamente, as habitações desocupadas, isto é, aquelas habitações procuradas geralmente pelo operário. [...] as condições de salubridade e decrescimento de moléstias contagiosas acentuar-se-ão, dado o abandono de casas insuficientes à quantidade de habitantes e a consequente ocupação dos prédios novos, bem ventilados e bem arejados da Vila.²⁶³

Destaca-se que a proposta da construção da nova vila operária implicava justamente na desocupação dos espaços superpovoados – aqui, é possível traçar um paralelo com os cortiços em cidades como o Rio de Janeiro – e na oferta de espaços higiênicos para a população mais necessitada. Reiterava-se a ideia de que o acúmulo de pessoas traria e/ou causaria enfermidades nos municípios. A implementação da proposta de Augusto Simões Lopes parece ter garantido a ele vantagens políticas, visto que logo em seguida foi eleito para a Intendência

²⁶² Nova vila proletariada “S. Francisco de Paula”. *Diário Popular*, Pelotas, 05 jan. 1923, p.01.

²⁶³ Habitações operárias. *Diário Popular*, Pelotas, 06 jan. 1923, p.01.

Municipal. Além das implicações sociais e para a saúde pública, a Vila contribuiu também para direcionar a ampliação da cidade, rumo ao bairro Fragata, centrada na Avenida 20 de Setembro.

Vale aqui retomar o Código de Construções e Reedificações (1920), que definia que nenhuma obra poderia ser erguida ou, então, restaurada dentro dos limites urbanos, sem a licença prévia do município que seria o responsável pela fiscalização quanto à segurança e o embelezamento. O proprietário poderia escolher livremente o estilo arquitetônico do edifício, este, no entanto, deveria estar em sintonia com os padrões estéticos, além de respeitar as regras gerais para uma construção moderna.²⁶⁴ Assim, “as antigas e acanhadas edificações vão desaparecendo e em seu lugar surgem, triunfantes, palácios, palacetes, sobrados e elegantes vivendas, ao lado de imponentes edifícios para a indústria e comércio”.²⁶⁵

Independentemente do regramento, o número de construções aumentou expressivamente na virada do século XIX para o XX. Entre os anos de 1896 a 1897, houve a construção de 216 novos prédios, enquanto que no período de 1912 até 1914 foram erguidos 611.²⁶⁶ As novas edificações apesar de serem erguidas em diferentes estilos, como permitido pelo Código, mantinham como característica geral a elegância, especialmente porque “embelezam nossas ruas com seus novos e atraentes aspectos.”²⁶⁷ As restaurações eram feitas em estruturas muito antigas, transformando-as em “belas e higiênicas vivendas.”²⁶⁸

De acordo com o levantamento predial realizado por Alberto Coelho da Cunha, ao longo do século XIX (1818-1900), foram erguidas 5.283 edificações e nas primeiras décadas do século XX (1901-1928) foram construídos 4.427 imóveis.²⁶⁹ Nota-se que, em apenas 27 anos, Pelotas ampliou o número de imóveis quase que na totalidade das construções do período anterior, reafirmando sua expansão e adequação aos padrões urbanísticos do novo século. Isto, efetivamente, implicou em um planejamento para melhor orientar o crescimento da cidade.

²⁶⁴ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Código de Construções e Reconstruções do Município de Pelotas**. Pelotas: Tipografia Fábrica Guarany, 1920, p.07-12.

²⁶⁵ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano V, 1917, p.173.

²⁶⁶ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**, p.47.

²⁶⁷ *Idem, ibidem*, p.47.

²⁶⁸ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1916, p.47.

²⁶⁹ CUNHA, Alberto Coelho da. **Estatística predial da cidade de Pelotas a começar o ano de 1818**. Pelotas, 192?, 8f. (Manuscrito).

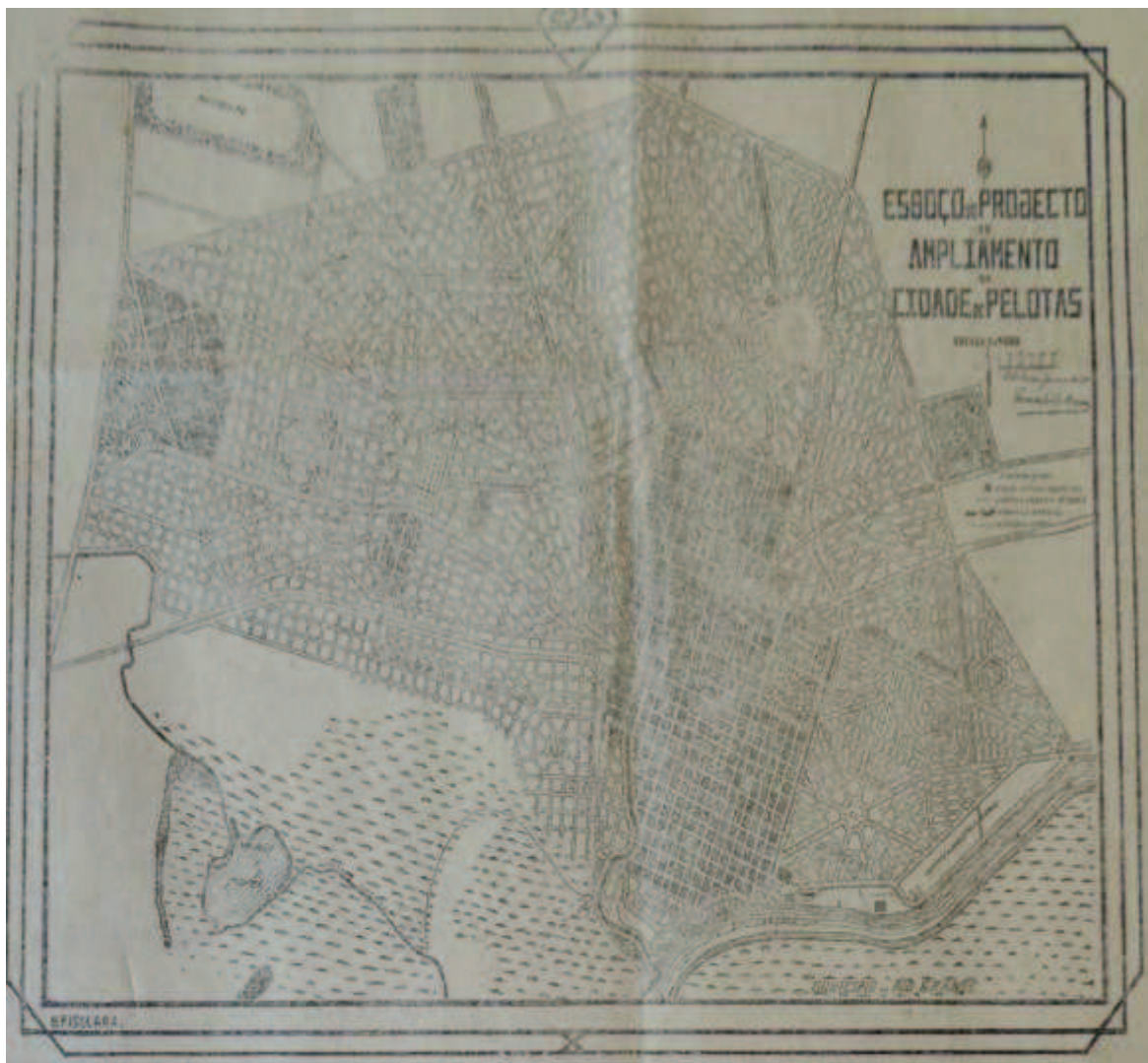
1.2.6: Planos para o crescimento da cidade:

Em 1924, após o desenvolvimento ocorrido durante a administração de Cypriano Corrêa Barcellos, o Intendente Pedro Luís Osório propôs um “Plano Geral de Pelotas” com a finalidade de ampliar a área urbana pelotense nos anos subsequentes. Os técnicos municipais que trabalharam na criação desse projeto foram os engenheiros Idelfonso Simões Lopes e Manoel Luís Osório, além do arquiteto e coordenador Fernando Rullmann.²⁷⁰ Era “preciso um plano geral que preveja as futuras exigências do nosso florescente progresso e que esteja em condições de satisfazê-las”.²⁷¹ Além de constar no Relatório da Intendência (1924), também o *Diário Popular* publicou o esboço do projeto de ampliação da área urbana (figura 04).

²⁷⁰ MUNICIPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1924, p.63.

²⁷¹ Plano geral de Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 20 abr. 1924, p.05.

Figura 04: Planta de ampliação da cidade de Pelotas (1924)



Fonte: **Diário Popular**, Pelotas, 20 abr. 1924, p.05.²⁷²

O plano objetivava dotar a cidade não apenas de melhorias estéticas, mas também promover maior conforto para os moradores, mediante o prolongamento do município para as zonas periféricas. Uma das pautas do plano aludia às edificações nos arrabaldes, tendo em vista a preocupação com a construção descontrolada nestes espaços, uma vez que dispersavam a população no território e encareciam os serviços públicos básicos em virtude da distância. A fim de organizar as

²⁷² A qualidade da imagem não se encontra boa em virtude do estado de conservação do jornal.

transformações necessárias na ótica do Intendente, o arquiteto Fernando Rullmann traçou um panorama da cidade recorrendo ao roteiro provável que um viajante recém-chegado a Pelotas faria:

[...] há tempo, cognominaram a cidade de Pelotas - “Princesa do Sul”, título de nobreza que ela cada vez mais merece devido as obras de embelezamento e melhoramento que vindes executando, com o elevado critério e gesto que caracterizam vossa administração. **Porém o prazer de contemplar uma cidade bonita como Pelotas cujas praças, calçamentos, ruas arborizadas e edifícios modernos provocam a admiração do forasteiro não se deve só experimentar, depois de penetrar-se no coração da cidade, como aqui acontece.** Chegando ao nosso porto, as vistas do viajante deparam com a vasta e monótona planície da várzea, que, com escassas edificações, margem ao canal S. Gonçalo, deparam mais com um cais insignificante e desaparelhado para atender ao movimento marítimo. O viajante, vindo do interior pela estrada de ferro, vê, qual um membro decepado do corpo da cidade, as edificações aglomeradas ao longo da Avenida 20 de Setembro, separas da outra parte (sul) pelo banhado do Santa Bárbara, muitas vezes apresentando o aspecto triste de uma enchente completa. **Porém estas desvantagens de panorama e obstáculos que a própria natureza criou, nestes dois pontos dos arrabaldes de Pelotas, facilmente serão sanados para o futuro, graças ao vosso espírito progressista [...]**²⁷³ (grifo nosso)

Como se constata nesta avaliação feita por Fernando Rullmann, os visitantes que desembarcavam em Pelotas percebiam a sua beleza e o amplo progresso somente na área central, pois a zona portuária apresentava poucas edificações e havia uma separação geográfica imposta pelo Canal Santa Bárbara. Diante disso, o plano de ampliação do município foi pensado em duas etapas. A primeira intitulava-se “*A cidade atual e os melhoramentos de que carece*” e baseava-se no discurso acima exposto. Primeiramente, o arquiteto alertava sobre a deficiência do cais e a necessidade de modernizar e construir um novo porto capaz de estimular a navegação, além de manter a salubridade local. A ideia do projeto era abarcar todo o entorno do Canal São Gonçalo finalizando a obra em um parque que contaria com a foz do Arroio Pelotas. Outra intervenção indispensável era canalizar o Arroio Santa Bárbara, a fim de que servisse como uma doca para as embarcações menores.

²⁷³ Plano geral de Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 20 abr. 1924, p.05.

Provavelmente, o ponto mais polêmico da primeira parte do projeto refere-se às ruas da cidade. Fernando Rullmann reclamava da monotonia do traçado original (em xadrez) das vias públicas, todas retangulares e apresentando praticamente a mesma largura. Na sua visão, faltavam artérias principais para embelezar a cidade, tanto do ponto de vista arquitetônico quanto em termos de salubridade. Para resolver esse problema, ele propôs a construção de uma avenida diagonal – desde a Praça Domingos Rodrigues (no Porto) até a Praça da República – e recomendou a alteração da Rua Andrade Neves, transformando-a em uma avenida. Essas obras, no entanto, não foram realizadas, pois gerariam verdadeiras “cirurgias urbanas”, além de afetar diretamente o comércio e o patrimônio das famílias pelotenses. Ademais, o discurso do Intendente Pedro Luís Osório pautava-se na ideia de modernizar a cidade, mas conservando o seu passado histórico através da fisionomia urbana.²⁷⁴

Em compensação, a segunda etapa do projeto, intitulado “*O ampliamiento [sic] da cidade futura*”, levava em consideração o crescimento da cidade no que concerne à indústria, às edificações e ao comércio, ou seja, era necessário pensar no futuro de Pelotas. Esse desenvolvimento baseou-se no sistema de artérias principais com avenidas arborizadas, facilitando o acesso a todos os pontos da cidade. Para Fernando Rullmann, a expansão pelotense deveria estar em consonância com o que era mais moderno naquele contexto, ou seja, era indispensável deixar no passado o antigo traçado geométrico. Nesse sentido, as novas vias públicas seriam projetadas seguindo o formato *radial* ou em leque, com edifícios, parques e *boulevards* ao redor. Elas dividiriam e ligariam a cidade em oito quarteirões projetados pelo arquiteto.

A ideia de Rullmann era de manter os serviços administrativos na área central, mas deslocar os especializados – tais como hospitais, cemitérios, matadouros, etc. – para as zonas periféricas. A divisão dos quarteirões estava organizada da seguinte forma: centro comercial (na zona portuária), centro industrial (na Várzea), zona da indústria da carne (margem do São Gonçalo), centro de habitação operária (ao lado do centro industrial), centro de cultura cívica e intelectual, centro de cultura física (parque esportivo), cidade jardim (lado norte

²⁷⁴ Aspectos comuns no discurso do Partido Republicano Rio-Grandense. Cf. SOARES, *Del...*, p.132-133.

abarcando as casas da elite) e habitação burguesa (terreno ao redor do Arroio Santa Bárbara).

Os dois primeiros quarteirões se interligavam. O centro comercial foi pensado a partir das referidas reformas no porto para ampliar a navegação e, por conseguinte, a exportação e importação de produtos. Já o centro industrial estava localizado no bairro da Várzea, região portuária, e era servido por estradas e pelas fábricas da cidade. Segundo Rullmann, essa região havia sido desprezada em prol de outros terrenos mais altos e afastada do ambiente portuário. Em relação à zona da indústria da carne, ela seria edificada a partir da margem do Canal São Gonçalo e levaria em conta as charqueadas remanescentes e o Frigorífico Pelotense instalado na encosta do mesmo Canal. Ligado com essa zona industrial estaria o centro de habitação operária que objetivava fornecer moradia para os trabalhadores desse setor econômico.

O centro de cultura cívica e intelectual seria o setor responsável por abarcar os prédios públicos, tais como a Intendência, a Bibliotheca Pública, os teatros e a escola de ensino superior. A ideia do arquiteto era inserir essas edificações no espaço mais alto da cidade, para que tivessem um maior destaque. Com isso, eles seriam deslocados para a Avenida Bento Gonçalves, que ligava a cidade desde o Canal São Gonçalo até a Vila Gotuzzo (no Fragata). O centro da cultura física, interligado ao anterior, contemplaria a construção de um parque municipal e de um estádio esportivo para proporcionar atividades de lazer aos pelotenses.

A elite seria agraciada com a zona chamada “cidade jardim”, localizada ao norte da cidade, contando com vias em que as edificações deveriam estar recuadas e isoladas do alinhamento das ruas por jardins, trazendo a ideia de uma grande praça edificada com o máximo possível de beleza e conforto. Por fim, a área das habitações burguesas abrangeria o quarteirão dos terrenos canalizados e drenados do Arroio Santa Bárbara ao longo da Avenida 20 de Setembro e do bairro Simões Lopes.

A ideia era, portanto, a de setorizar os espaços urbanos a fim de construir edificações que respeitassem o Código de Construções, tanto em termos estéticos quanto daqueles relacionados com a salubridade. A proposta de Fernando Rullmann acabava, no entanto, segregando os indivíduos: um espaço para as moradias da burguesia e outro para as do proletariado, o norte para a elite e o sul para os

populares. Apesar dessa distinção, o arquiteto acreditava que os moradores, em todos os arrabaldes de Pelotas, deveriam usufruir dos serviços de saneamento, iluminação, transporte público, afinal era preciso que a cidade fosse “compatível com as necessidades da vida moderna”.²⁷⁵

A ampliação da cidade proposta por Fernando Rullmann era ousada, pois acarretava uma ampla modificação da organização urbana, envolvia um grande investimento financeiro, além de ser projetada para execução ao longo de muitos anos. Como bem observado por Leonardo Benevolo, é possível projetar parques públicos e alterar os ambientes centrais das cidades projetadas no formato de tabuleiro de xadrez, contudo sua estrutura rígida revela-se muito complexa para ser alterada.²⁷⁶

Por conta disso, a administração seguinte solicitou ao engenheiro Saturnino de Brito a elaboração de um novo projeto de expansão urbana (1926-1927). O objetivo seria complementar o primeiro plano, principalmente em termos de saneamento, mas sem realizar grandes mudanças na estrutura da cidade (figura 05). De acordo com Paulo Rodrigues Soares, podem ser formuladas duas hipóteses para a elaboração tão próxima de dois projetos com o mesmo objetivo: a primeira refere-se à falta de continuidade da administração municipal – Pedro Luís Osório encomenda o projeto (1922), sendo sucedido por Augusto Simões Lopes (1924-1928) – e a segunda diz respeito ao excesso de modificações propostas por Fernando Rullmann, o que teria inviabilizado o projeto.²⁷⁷ Ademais, esse projeto foi pensando em longo prazo, no entanto, havia uma urgência para adequar a cidade com pressupostos modernos.

²⁷⁵ Plano geral de Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 20 abr. 1924, p.05.

²⁷⁶ BENEVOLO, *op. cit.*, p. 607.

²⁷⁷ SOARES, *Del...*, p.142.

Figura 05: Planta de ampliação da cidade de Pelotas (1926-1927)



Fonte: BRITO, Saturnino de. **Obras completas de Saturnino de Brito, vol. XIII.** Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944, p. 30.

A análise da planta nos revela que Saturnino de Brito não projetou uma larga ampliação da cidade, ficando mais restrito às preocupações com os aspectos sanitários. Assim como Fernando Rullmann, Brito reclamava da monotonia do traçado geométrico em xadrez e defendia que deveriam ser criadas diagonais para facilitar o trânsito, como por exemplo, na zona portuária. Além disso, como o terreno era baixo, ele acreditava que era preciso construir canaletas para auxiliar no escoamento da água das chuvas. De acordo com o engenheiro, algumas vias da cidade apresentavam um bom calçamento, além de serem limpas, contudo, o trânsito de veículos e de indivíduos era comprometido nos subúrbios por conta da

ausência de pavimento – as ruas eram tomadas de poeira no verão e lama no inverno – e de tratamento de esgotos.

Outra questão abordada por Saturnino de Brito refere-se às edificações. Na sua percepção, na margem direita do Arroio Santa Bárbara, a cidade crescia desordenadamente, formando aglomerações de pequenas propriedades com vielas, sem manter uma organização, dificultando os serviços de tráfego e de saneamento básico. Para o engenheiro, essas construções eram inconvenientes sob todos os pontos de vista, inclusive em termos econômicos, pois não eram repassadas à Intendência as contribuições referentes a essas obras. Analisando a planta central, ele constatou que as áreas interiores das edificações geralmente eram fechadas, com pouca luminosidade e ventilação:

[...] a cidade não poderá ser considerada saneada [...] se não forem as habitações tornadas salubres pelo permanente asseio, pelos melhoramentos que devem ser introduzidos nas existentes (entre eles as claraboias) e pela ação firme conducente a reforma progressista, adotando-se novas e sensatas disposições para as novas construções [...]²⁷⁸

Para ele, as condições hidrográficas, topográficas e geológicas de Pelotas eram favoráveis à salubridade, mas era necessário realizar alguns melhoramentos, tais como: as obras de drenagem, aumentar a rede de esgotos e de água potável, inspecionar poços e cacimbas nos limites da cidade, examinar a água que era utilizada para irrigar as verduras e legumes, limpar e drenar o Arroio Pepino, higienizar e canalizar o Arroio Santa Bárbara, registrar as lavadeiras, inspecionar os curtumes, estabelecer fossas sanitárias e construir um novo Matadouro, entre as muitas iniciativas que deveriam ser tomadas.

O programa da Intendência poderia ser, segundo Brito, considerado utópico em um primeiro momento, mas era perfeitamente realizável, uma vez que as obras sugeridas eram compatíveis com os recursos financeiros disponíveis. Para justificar a viabilidade do projeto, ele afirmou, ainda, que confiava na continuidade do projeto

²⁷⁸ BRITO, *op. cit.*, p.31.

pelas novas administrações públicas, afinal “as cidades são eternas, como Roma, e essa não se fez num dia”.²⁷⁹

Sem efetivar as grandes reformas, em 1928, o Intendente João Py Crespo estabeleceu, através do Decreto n. 1780, a ampliação dos limites urbanos de Pelotas. Ele utilizou como justificativa o aumento da população e a consequente construção de prédios nas áreas suburbanas que necessitavam de serviços de higiene, comunicação e adequação estética.²⁸⁰ Na visão do periódico *O Libertador*, esse decreto não resolveria o problema da higiene da cidade, uma vez que as vilas surgidas nos arrabaldes não obedeciam aos regulamentos de construções. “[...] ao lado na inestética [sic] dessas vilas – que surgem, apenas, para ganância de felizes proprietários de terrenos – há o completo descaso pelas condições de higiene e de comodidade, [...] não há sequer a água [...]”²⁸¹

Durante a década de 1920, dois projetos foram encaminhados para dar início à ampliação da cidade de Pelotas, observando-se uma clara distinção entre a proposta de Fernando Rullmann e o de Saturnino de Brito. O arquiteto Rullmann estava mais preocupado com o embelezamento da cidade, enquanto que as apreensões do engenheiro se voltavam para o saneamento do município. Esses planos, efetivamente, representavam uma tentativa de ajustar a cidade às necessidades decorrentes do desordenado crescimento urbano e da demanda por serviços básicos aos pelotenses que não compunham a elite local.²⁸² Mas é preciso considerar que mais do que o pragmatismo orientado para o atendimento das necessidades acima apontadas, existia uma cidade sonhada e idealizada pelos políticos e pela elite cuja inspiração estava em Paris, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

1.3: Epílogo: O cenário construído para as personagens

Mesmo edificada no interior do Rio Grande do Sul, longe das capitais, Pelotas apresenta marcas e memórias de um passado histórico muito particular

²⁷⁹ BRITO, *op.cit.*, p.35.

²⁸⁰ Interesses locais: Limites urbanos. *O Libertador*, Pelotas, 23 nov. 1928, p.01.

²⁸¹ Pelotas e sua área urbana. *O Libertador*, Pelotas, 24 nov. 1928, p.01.

²⁸² SOARES, *Del...*, p.148.

relacionado com a produção do charque. Como mencionado, esta especial condição sublinhou a formação urbana do município, promoveu o trabalho escravo nos saladeiros, além de proporcionar o acúmulo de riquezas por uma elite e o seu contato com a Europa. No transcurso do século XIX, a importância dos saladeiros era inegável para o êxito econômico da cidade, resultando na pujança da localidade. No final do século, no entanto, a urbe sofreu com a desvalorização da carne salgada no mercado interno e externo e com a abolição da escravidão, culminando com a diminuição dos lucros provenientes do charque e com o progressivo decréscimo do número das charqueadas. Para poder se inserir mais uma vez no cenário nacional, o município investiu na produção de arroz e frutas, contudo essa transformação econômica não gerou a mesma riqueza que o período antecessor.

No âmbito nacional, o século XX apresentou-se como um período de mudanças sociais e políticas. Naquele contexto, a sonhada República finalmente era implementada no Brasil, mas os brasileiros bradavam por melhorias, principalmente, para que o país pudesse superar o passado monárquico, escravocrata e aristocrático. Uma das medidas adotadas para a modernização do país foi a efetivação das reformas urbanas nas grandes cidades – inspiradas no modelo francês de Haussmann – Rio de Janeiro, Belo Horizonte, São Paulo, Porto Alegre e Pelotas se modernizaram.

Na Princesa do Sul, implantou-se a iluminação pública e os bondes elétricos passaram a circular, as praças foram ajardinadas e as vias públicas foram pavimentadas para facilitar o fluxo de pedestres e veículos. Foram introduzidos também cuidados com a higiene, mediante o combate as enfermidades, da instalação de banheiros e bebedouros públicos e da construção de uma rede de água encanada e de tratamento de esgoto.

A cidade de Pelotas constitui-se no cenário da presente tese e deste primeiro capítulo. E os motivos são variados e têm relação com afeto, importância histórica, particularidade, beleza, familiaridade. Por este cenário circularam muitas personagens, sobre as quais nos deteremos na continuidade. Neste capítulo, priorizamos a apresentação do cenário ao leitor, para que ele pudesse melhor

compreender os ambientes onde as personagens irão circular e também produzir as suas interpretações acerca da urbe pelotense.²⁸³

Dentre as personagens, escolhemos os **fotógrafos**, que percorreram as ruas de Pelotas e registraram, sob os mais diferentes ângulos, a cidade e seus moradores, e os **literatos**, que, além de terem vivido os efeitos dos projetos de modernização urbana da Princesa do Sul, os registraram em artigos ou crônicas. As percepções destas personagens sobre Pelotas e sobre seus moradores nos guiarão nos próximos capítulos da tese.

²⁸³ A geografia/espaco na qual as coisas acontecem e as personagens circulam, seguindo a ótica de Franco Moretti.

CAPÍTULO II

O MODERNO CIRCUNSCRITO AO CENTRO: A CONSOLIDAÇÃO DO ESPAÇO URBANO

“Saí cedo, para rever a cidade. [...] Impressionara-me aquele súbito avanço. A remodelação ia-se impondo. Estava já quase completa a instalação da rede de esgotos, preparava-se a próxima inauguração dos bondes elétricos, cuidava-se da reforma do calçamento. [...] O mercado apresentava-se outro, na elegância de seus torrões. [...] E no coração da urbs a Praça da República, desdobrava-se ainda mais bela, como se a vara mágica das Fadas houvesse operado o milagre de embelezar a própria beleza. [...] Fica se encantado! [...] E esse magnífico aspecto da cidade, há dois anos, remoçado no encanto dos seus jardins, no ar risonho da sua nova edificação, na conservação de sua topografia, com suas ruas retas, direitas, limpas, bem calçadas, higiênicas revivia novamente para mim [...] Por isso, nesse dia azul em que eu passeava e recordava a cidade do meu nascimento, das minhas ilusões, das minhas ânsias de futuro [...] Diante do desdobramento de Pelotas de agora, sentindo a vida nova nos elétricos que passavam velozes, atestando a ideia da pressa e da energia, que são os maiores fatores da vida moderna, parei em cada esquina; [...] entrei nas salas cheias de luz e de paz da Bibliotheca; fui recordar de perto as luxuosas dependências, incomparáveis em todo o Brasil, do Club Comercial; alegrei-me ante o aspecto do nosso teatro renovado; sorri, contente, às fachadas dos palacetes elegantes que vão surgindo por toda a parte, aformoseando ruas, alguns com jardins, outros ostentando apenas a linha de sua arquitetura [...] todos comprovando, como os bondes que passavam, como as praças alinhadas, como as ruas limpas, como o ar atraente da urbs, o aspecto simpático dos transeuntes, a vida urbana toda ela vivificada pela seiva nova – e era outra que a cidade atravessa, o momento presente da Princesa do Sul, os dias mais viris, mais intensos, mais prometedores de Pelotas de agora. Foi um perambular cotidiano – a pé, de bonde, em automóvel. O [...] seu progresso, a sua cultura, o seu ambiente social, toda a prodigiosa expansão urbana de Pelotas de agora – mas ainda e sempre e sobretudo pelo encanto de suas mulheres, a cidade maravilhosa dos jardins ambulantes.”²⁸⁴

O extenso fragmento acima, escrito por Abadie Faria Rosa, apresenta a cidade de Pelotas a partir do olhar encantado do viajante que, assim como a personagem Selbor do romance *Satolep*, regressa para a urbe e encontra-a

²⁸⁴ ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. *Almanach de Pelotas*, Pelotas, ano VI, 1918, p.180-182.

reformulada e moderna, diferente daquela que povoava as suas memórias. Novos elementos passam a fazer parte do cotidiano local: o bonde, o calçamento, o ajardinamento, a energia elétrica, o automóvel, as fábricas, a arquitetura, o teatro, o parque, o mercado, a praça, enfim, todos esses aspectos, juntos, fascinam o espectador e chamam a sua atenção – inclusive nos arrabaldes do município. É justamente nesses espaços urbanos que ocorrem as sociabilidades e o cotidiano passa a ser escrito e vislumbrado para além das entrelinhas da umidade pelotense. No entanto, será que esse encanto pela Princesa do Sul, como demonstra Abadie, era perceptível a todas as personagens que circulavam pela cidade? Afinal, cada pessoa concebe e interpreta o mundo a partir da sua sensibilidade, vivências, experiências, personalidade, classe social, entre outras perspectivas que distinguem uns dos outros.

Diante disso, e sabendo que uma urbe apresenta inúmeras “cidades invisíveis”²⁸⁵, a intenção deste capítulo é percorrer alguns caminhos feitos por Abadie Faria Rosa, como se ele apresentasse a localidade ao leitor, ou seja, o objetivo é que ele atue como um “fio-condutor” da narrativa. Entretanto, essa cidade também será escrita e narrada por outras personagens que a vivenciaram cotidianamente, durante os anos 1920, e a descreveram através de crônicas publicadas na imprensa local.²⁸⁶ Todavia, a finalidade do capítulo não é apenas analisar as narrativas literárias sobre Pelotas, mas, também, aprofundar a discussão sobre o processo de modernização urbanística a partir da imagem fotográfica.²⁸⁷

A proposta de análise parte de uma indagação feita pelo filósofo e historiador Louis Marin, na qual ele questiona-se sobre a possibilidade de ler uma pintura da mesma forma que lemos um texto. Para ele, era necessário compreender o “legível e o visível no quadro e no texto”.²⁸⁸ Consequentemente, a análise de ambas as representações – literária e fotográfica – permitem identificar os espaços em que as personagens circulavam e as (in) visibilidades do mundo urbano. À esta provocação, associamos a abordagem de Franco Moretti, de forma que o espaço da

²⁸⁵ Retomando a perspectiva de CALVINO.

²⁸⁶ Extraídas dos jornais: *A Opinião Pública, Correio Mercantil, Diário Popular, O Rebate e O Libertador*.

²⁸⁷ Extraídas das publicações: *Almanach de Pelotas, Álbum de Pelotas e Ilustração Pelotense*.

²⁸⁸ MARIN, Louis. Ler um quadro – uma carta de Poussin em 1639. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p.117-118.

cidade se torna o centro da narrativa, na medida em que influencia a escrita dos literatos e as imagens dos fotógrafos.

Abadie Faria Rosa, assim como as demais personagens que circularam em Pelotas – os literatos e os fotógrafos – atuam – tanto nesse capítulo, quanto na tese como um todo – como *flâneurs*. Na definição proposta por Walter Benjamin, o *flâneur* apresenta-se como um indivíduo que vagueia pela cidade moderna:

[...] entre as fachadas dos prédios, sente-se em casa tanto quanto o burguês entre suas quatro paredes. Para ele, os letreiros esmaltados e brilhantes das firmas são um adorno de parede tão bom ou melhor que a pintura a óleo no salão do burguês; muros são a escrivaninha onde apoia o bloco de apontamentos; bancas de jornais são suas bibliotecas, e os terraços dos cafés, as sacadas de onde, após o trabalho, observa o ambiente.²⁸⁹

Essa atmosfera da urbe era algo novo, assim como a própria figura do *flâneur*, uma vez que foi conquistada a partir da modernidade do século XIX. Como um observador, ele percebeu as mudanças ocorridas em Paris, fazendo da rua a sua moradia e do ambiente citadino o seu lugar de observação por excelência. Portanto, entendemos que os escritores, ao criarem as suas narrativas, e os fotógrafos, ao registrarem os ambientes da cidade, atuaram como *flâneurs*, pois fizeram do ambiente urbano o seu lugar de contemplação, inspiração, percepção e reflexão, além de ser um espaço de negócios. Em razão disso, os tópicos deste capítulo levarão em consideração os prováveis caminhos feitos pelo narrador.

2.1 “Sai cedo, para rever a cidade”:

Não é possível saber como Abadie Faria Rosa chegou à cidade de Pelotas. Não obstante, uma das hipóteses é a de que ele tenha desembarcado na Estação Férrea (figura 06). Essa construção remete ao ano de 1884 e foi determinante para o desenvolvimento de um novo eixo de crescimento urbano, pois foi erguida na zona oeste, pouco povoada naquele momento.

²⁸⁹ BENJAMIN, Walter. O flâneur. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.35.

Figura 06: Estação Ferroviária



Legenda: Estação da Viação Férrea em Pelotas (16 x 10 cm).
Fonte: **Almanaque de Pelotas**, Pelotas, ano XII, 1924, s/p.

Como se pode observar, a Estação é o centro da fotografia (figura 06), ocupando a maior dimensão espacial e visual. Possivelmente, a intenção do fotógrafo era também demonstrar as obras que vinham sendo feitas ao redor do prédio, como por exemplo, a pavimentação das ruas, as calçadas, a limpeza das vias e os postes de iluminação, já que esses aspectos ocupam o primeiro plano da imagem. Apesar disso, no canto esquerdo da imagem é perceptível a presença de pequenas casas, de apenas um andar, que compõem o Bairro Simões Lopes, construído entre 1914 e 1916.

Os pequenos casebres são, no entanto, ofuscados pela monumentalidade da Estação e do perímetro urbano ao redor, tanto do ponto de vista arquitetônico, quanto pela ótica da invisibilidade social.²⁹⁰ Sobre essa prática, Peter Burke destaca que um fotógrafo, ao escolher uma determinada imagem, por exemplo, a de um

²⁹⁰ No capítulo seguinte será abordado o Bairro Simões Lopes e a sua invisibilidade na narrativa imagética e na perspectiva urbanística.

cortiço ou de uma cidade em franca modernização, faz uma escolha orientada por motivações e significados políticos.²⁹¹ Boris Kossoy aprofunda essa perspectiva, ao afirmar que a imagem fotográfica é “uma representação resultante do processo de criação/construção do fotógrafo”²⁹², tendo em mente que ele escolhe o enquadramento, a luz, o foco, o sentido e o tema a ser registrado, ou seja, “transforma a realidade tridimensional do referente na superfície bidimensional do papel”.²⁹³

Essa discussão pode ser ampliada, ao levarmos em consideração o circuito social da fotografia – produção, circulação e consumo. Nesse caso específico, a imagem foi publicada nas páginas do *Almanach de Pelotas* cujo objetivo era ser a “propaganda de sua querida terra, do seu progresso e a exaltação de suas virtudes, dos atributos e dos alevantados atos dos conterrâneos qual tal preito tivessem feito e hajam de fazer jus”.²⁹⁴ Assim sendo, as escolhas visuais da publicação encontram-se atreladas à proposta de enaltecer o progresso e a administração da cidade. E ele residia justamente nas melhorias que vinham sendo realizadas ao redor do prédio da Estação Férrea.

Outro questionamento que a imagem suscita refere-se à localização da Estação. A pesquisadora Maira Schmitz defende a ideia de que o empreendimento se concentrou na zona periférica de Pelotas, pois a edificação, os trilhos e a ponte do Canal São Gonçalo – pelo qual passava o trem em direção a Rio Grande – caracterizavam-se como elementos limítrofes. Para afirmá-lo, ela considera o período de construção, visto que no século XIX a região era ocupada apenas por essa edificação²⁹⁵, ou seja, ficava isolada do ambiente citadino. No entanto, se considerarmos que na década de 1920 esse ambiente já era ocupado pelos habitantes do bairro Simões Lopes e contava com uma infraestrutura, pode-se afirmar que a Estação não se encontrava fora da área urbana de Pelotas.

²⁹¹ BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. São Paulo: UNESP, 2017, p.131.

²⁹² KOSSOY, Boris. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999, p.30.

²⁹³ MONTEIRO, Charles. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatahy. ROSSINI, Miriam de Souza. SANTOS, Nádya Maria Weber (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.148.

²⁹⁴ **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p. 02.

²⁹⁵ SCHMITZ, Maira Eveline. **Nas asas do vapor...** Construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS (fim do séc. XIX – início do séc. XX). 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013, p.79-81.

A linha de trem modificou não apenas o aspecto citadino de Pelotas – através da construção do prédio, dos trilhos, da instalação da linha de bonde, do calçamento, da iluminação – mas, também, contribuiu para ampliar a circulação de viajantes no município e movimentar a economia local por intermédio do comércio e da rede hoteleira.²⁹⁶ De acordo com José de Moraes, a ferrovia apresenta-se como uma “revolução” no âmbito dos transportes, uma vez que ela representava a possibilidade de uma locomoção mais rápida e eficiente de pessoas, matérias primas e alimentos para abastecer as cidades. Conseqüentemente, para o autor, a locomotiva tornou-se o símbolo do progresso durante o século XIX.²⁹⁷

Ao chegar a uma cidade por trem, a primeira visão de um passageiro era a da Estação Férrea e, por mais que esse espaço não transmitisse sua essência, ele deixava transparecer alguns indícios sobre ela, logo, tudo o que estava ao redor dos trilhos tornava-se importante para causar uma boa impressão naquele indivíduo que chegava ou saía da localidade. A imponência da edificação, por exemplo, era um desses elementos. Entre chegadas e partidas, a arquitetura permanecia na lembrança daquele que se deslocava.

Em razão disso, a edificação foi um dos elementos enfatizados na figura 06. Entretanto, o trem apresenta em si a ideia de movimento, de ruído, de multidão, e esses aspectos não são evidenciados na fotografia acima, provavelmente, porque o fotógrafo realizou a captura da imagem em um momento de pouca circulação, trazendo o foco para a construção em si e para o seu entorno. Todavia, a chegada à estação era sempre algo festivo, afinal era marcada pelo indivíduo que chegava para conhecer ou para retornar à cidade – como Abadie Faria Rosa. As justificativas para os deslocamentos são variadas, e abarcavam desde a realização de negócios até razões de ordem afetiva, apontando para a vivacidade e o dinamismo deste espaço que recebia e reunia tantas pessoas (figura 07 e 08).

²⁹⁶ Sobre a temática, ver: MÜLLER, Dalila. **A hotelaria em Pelotas e sua relação com o desenvolvimento da região: 1843-1928**. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2004.

²⁹⁷ MORAES, *op. cit.*, p.13.

Figura 07: Chegada de Idelfonso Simões Lopes



Legenda: Chegada de Sua Excia. (Estação de Estrada de Ferro) (11 x 7,5 cm)
Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.29.

Figura 08: Chegada de Idelfonso Simões Lopes



Legenda: O préstito na Rua 7 de Abril (11,3 x 6,3 cm)
Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.29.

As imagens acima retratam a chegada do Ministro da Agricultura, Indústria e Comércio Idelfonso Simões Lopes. Ao retornar para Pelotas, sua cidade natal, Lopes foi recebido com muitos festejos, provavelmente organizados por amigos, familiares e simpatizantes. Conforme a figura 07, um público considerável foi recebê-lo, aparentemente composto exclusivamente de homens, comprovando a ideia de que a política, à época, era um assunto reservado a eles. Vale observar que o objetivo do fotógrafo já não era mais destacar a grandeza do prédio, mas, sim, a agitação daquele ambiente, demonstrando a sua relevância social. É plausível supor que o fotógrafo tenha também, em algum momento, se comportado como os indivíduos que esperavam o desembarque de Simões Lopes. Embora, na ocasião do registro visual, ele estivesse em cima de um carro com tração animal, visto que ele inclui, através do enquadramento, uma parte das cabeças dos animais.

A chegada do Ministro foi seguida de um cortejo, quase que em procissão, como demonstra a fotografia seguinte (figura 08). Podemos nos perguntar: Será que essa prática era realizada exclusivamente para as grandes personalidades? Aparentemente, não. Embora as fontes imagéticas registrem a chegada de pessoas importantes, como o Ministro da Agricultura e o Bispo Joaquim Ferreira de Mello²⁹⁸, Maira Schmitz informa que essa era uma prática bastante comum, já que os jornais publicavam diariamente as chegadas e partidas na estação, informando, ainda, quem eram os indivíduos que nela desembarcariam.²⁹⁹ Isto pode ser observado através da notícia, divulgada pelo jornal *Diário Popular*, de 1926, acerca da chegada de uma caravana paulista na cidade e sobre como foram recebidos com um cortejo de centenas de automóveis até a praça principal.³⁰⁰ Assim, o número de pessoas à espera do desembarque parece corresponder diretamente ao prestígio do viajante que seria recebido na Estação.

Se levarmos em conta que Abadie Faria Rosa chegou a Pelotas de trem, e que, após deixar a Estação, se propôs a alcançar o “coração da urbs” – a Praça da República –, ele se locomoveu – praticou a *flânerie* – pelas vias públicas do município. É sobre o provável trajeto que Abadie percorreu e a respeito de suas

²⁹⁸ Esse conjunto de imagens encontra-se no *Álbum de Pelotas*. Sobre a chegada do Ministro Dr. Idelfonso Simões Lopes foram publicadas cinco fotografias; já sobre a chegada do Bispo na cidade existem 08 fotografias. Em ambos os casos, o conjunto imagético encontra-se na mesma página da obra.

²⁹⁹ SCHMITZ, *op. cit.*, p.153-154.

³⁰⁰ O que se diz sobre Pelotas o comendador Norberto Jorge, da caravana paulista ao “Diário da Noite” de S. Paulo. *Diário Popular*, Pelotas, 11 nov. 1926, p.01.

impressões com relação aos prédios, praças e ruas da *Princesa do Sul* que nos debruçaremos nos próximos tópicos.

2.2: “Ruas retas, direitas, limpas, bem calçadas, higiênicas revivia novamente pra mim”:

Como observado nas imagens anteriores, Abadie Faria Rosa poderia deslocar-se da Estação Férrea para o centro da cidade através dos bondes elétricos ou, então, dos automóveis. Na condição de alguém que regressava para sua cidade natal – e atuando como um flâneur – interessado em ver as mudanças que Pelotas teria vivenciado – vamos supor que ele percorreu a Princesa do Sul a pé, examinando as calçadas, as ruas, os transeuntes, os jardins, os estabelecimentos comerciais, ou seja, tudo o que poderia despertar sua atenção e que não estava registrado em suas memórias do passado.

Ao deixar a Estação Férrea, invariavelmente, Abadie Faria Rosa teve que percorrer a extensa Rua Sete de Abril³⁰¹ (figura 08) que foi demarcada já em 1830, no segundo loteamento, mas que passou a ser mais frequentada após a instalação da linha férrea. Segundo Maira Schmitz, no ano seguinte à inauguração do empreendimento, em 1885, houve a efetiva construção da avenida que ligava o centro da urbe até a estação.³⁰² O calçamento da rua permitia tanto o deslocamento de automóveis como a instalação de linhas de bonde.

Na figura 08, percebe-se a presença dos dois meios de locomoção, demonstrando que tanto o transporte público (o bonde), quanto o privado (o automóvel) compartilhavam o mesmo espaço. Embora o ângulo não facilite a visão do observador, outro aspecto perceptível diz respeito à amplitude da Rua Sete de Abril, tendo em vista a presença dos dois meios de transporte e da calçada para os transeuntes (figura 09).

³⁰¹ Atual D. Pedro II

³⁰² SCHMITZ, *op. cit.*, p.98.

Figura 09: Rua 07 de Abril



Legenda: Um trecho da Rua 07 de Abril (12 x 8,7 cm)³⁰³
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.16.

O registro fotográfico acima permite visualizar a Estação Férrea, quase despercebida, visto que não era a intenção do fotógrafo evidenciá-la. No entanto, o que desperta a atenção do espectador são as evidências de uma cidade colonial ao lado de outra moderna. A urbe colonial está representada nas construções mais simples e de um pavimento, já a cidade moderna pode ser observada nas ruas pavimentadas, nos meios de transporte que nelas circulam – automóveis e bondes – além dos elementos que remetem à sociabilidade.³⁰⁴ No entanto, a proposta da fotografia, como menciona a legenda, era enfatizar a extensão da Rua Sete de Abril – uma construção tipicamente moderna.

Ao percorrer as ruas da cidade, incluindo a Sete de Abril, Abadie Faria Rosa, com certeza, constatou que o município dispunha de vias “[...] retas, direitas, limpas, bem calçadas, higiênicas [...]”³⁰⁵ Esta descrição remete ao momento em que ele regressa para Pelotas, isto é, após a modernização da cidade, pautada nos ideais

³⁰³ Essa imagem também foi publicada na **Ilustração Pelotense** Pelotas, ano VI, n.12, 16 jun.1924.

³⁰⁴ POSSAMAI, *op. cit.*, p.36-37.

³⁰⁵ ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.180.

de higienização e embelezamento, efetivadas durante o governo de Cypriano Corrêa Barcellos, como abordado no capítulo anterior.

Vale lembrar que desde a fundação da Freguesia de São Francisco de Paula, Pelotas foi destino de diversos viajantes que visitavam a Província do Rio Grande do Sul, os quais, assim como o recém-chegado Abadie, deixaram seus registros sobre a cidade. Os europeus Auguste de Saint-Hilaire e Arsène Isabelle, ao conhecerem a localidade, observaram que embora fosse pequeno, o lugar era muito bonito contando com ruas bem amplas e alinhadas³⁰⁶, além de dispor de calçadas largas que serviam para embelezar, atrair estrangeiros e favorecer o comércio.³⁰⁷ A maioria dos viajantes que passaram por Pelotas, ao longo do século XIX, enfatizaram a questão da amplitude das vias públicas, algo que a diferenciava de Porto Alegre, que possuía vários becos, ladeiras e ruas estreitas, algumas com uma média de seis metros de largura.³⁰⁸

Julio Nunes Vieira, outro personagem e observador contemporâneo a Abadie Faria Rosa, publicou um texto no qual discute a questão da largura das ruas e a importância delas para a organização espacial de Pelotas. Para ele, a maior amplitude das vias favorecia o arejamento das habitações, o acesso às residências, interligar dois ou mais pontos do município e a criação de uma rede de esgoto, água, luz, energia, gás, telefone, etc.³⁰⁹ Vieira salienta que seus antepassados desenvolveram na cidade um sistema baseado em ruas paralelas e perpendiculares – o plano em tabuleiro de xadrez.

Essa estrutura das vias públicas foi constantemente elogiada por viajantes que visitaram Pelotas no século XIX, como por exemplo, A. Augusto de Pinho, que, ao chegar ao município em 1869, afirmou que: “o arruamento de Pelotas é talvez o mais bem traçado que possui o Império do Brasil, e bem poucas cidades da Europa o terão tão perfeito e regular.”³¹⁰ Vieira não deixa, no entanto, de tecer críticas a esta disposição das ruas, afirmando que era uma estrutura rígida e que deveria ser repensada.

³⁰⁶ SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad.** Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002, p.114.

³⁰⁷ ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834.** Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983, p. 80-81.

³⁰⁸ MONTEIRO, *Modernização...*, p.72.

³⁰⁹ VIEIRA, Julio Nunes. A largura das ruas. **A Opinião Pública.** Pelotas, 27 dez. 1927, p.01.

³¹⁰ PINHO, A. Augusto de. **Uma viagem ao sul do Brasil.** Rio de Janeiro: Tip. F.A. de Souza, 1872, p.48.

Outra personagem importante do período, que também se dedicou a narrar os acontecimentos cotidianos de Pelotas, foi Alberto Coelho da Cunha. Ao abordar o crescimento da cidade, com destaque para as vias públicas, o autor afirma que o traçado original pelotense satisfazia as pretensões do século XIX, sendo mais modestas que as formas contemporâneas, afinal:

[...] mentiria a sua época se ela apresentasse em nossos dias como se houvesse saído inteirinha das mãos de Pereira Passos, o reformador do Rio de Janeiro, ou de Otavio Rocha, o remodelador de Porto Alegre.³¹¹

Como se pode constatar, tanto para Vieira, quanto para Cunha a forma antiga de arruamento era adequada para as décadas anteriores, encontrando-se defasada. A implementação da energia elétrica, bondes, calçamentos, ajardinamentos, entre outros, e o crescimento populacional demandavam outra forma de circulação dos moradores da cidade.

Para o século XIX, onde circulavam, em 1820, pela pacata São Francisco de Paula³¹² uma média de 3.200 indivíduos³¹³ e, em 1830, 4.300 habitantes³¹⁴, as vias públicas eram efetivamente amplas e largas. No entanto, para o século XX, no qual 36.243 habitantes³¹⁵ transitavam pelo município, juntamente com as linhas de bondes, carroças, automóveis, entre outros, a ideia de amplitude das vias pode ser contestada. Afinal, elas não haviam sofrido grandes modificações como as que haviam sido efetivadas em Paris, no Rio de Janeiro e em Porto Alegre.

Com efeito, Pelotas se modernizou, mas sem alterar o seu traçado urbano original. Nesse sentido, a estrutura mantinha-se a mesma para uma população que crescia anualmente e que incorporava no seu cotidiano elementos modernos que precisavam de mais espaço. O crescimento demográfico foi, efetivamente, um

³¹¹ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas: Cidade em crescimento. **A Opinião Pública**, Pelotas, 23 abr. 1929, p.01.

³¹² Em 1820, como Freguesia de São Francisco de Paula e, em 1830, como Vila de São Francisco de Paula.

³¹³ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 19 out. 1928, p.01.

³¹⁴ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 22 out. 1928, p.01.

³¹⁵ A população, em 1911, totalizava 62.701 indivíduos e encontrava-se dividida da seguinte forma: 36.243 habitantes na zona urbana e 26.458 na zona rural (05 distritos). Cf. MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1914, s/p.

problema para várias cidades brasileiras durante a Primeira República, como apontou José Murilo de Carvalho, principalmente porque, em sua maioria, apresentavam uma estrutura insuficiente – em termos de habitação e de oportunidades de emprego – para abarcar o crescimento populacional.³¹⁶ Para Julio Nunes Vieira, a modernização das vias urbanas de Pelotas deveria, necessariamente, considerar a superação do

[...] paralelismo das ruas, uniformidade nas dimensões das quadras ou blocos, uniformidade nas larguras das ruas e no seu aprovisionamento para o tráfego de veículos, largura constante nos passeios, ou calçadas para tráfego [de] pedestres.³¹⁷

Esses obstáculos advinham, segundo Vieira, do simples fato de a cidade ter parado no tempo, mantendo as suas características coloniais. Somava-se, ainda, na visão do escritor-observador, a necessidade de um tratamento diferenciado das ruas, pois um *boulevard* não era igual a uma rua em um bairro operário. Desta afirmação, deduz-se que havia um público diferente para cada via e isso deveria ser levado em consideração pelos gestores públicos, pois isto se refletiria diretamente na arquitetura das casas e nas condições higiênicas. Para Vieira, a antiga organização urbana tratava todas as ruas de forma igualitária e isso não deveria mais acontecer, pois cada uma exercia uma função específica e apresentava um status diferenciado dentro do ordenamento urbano.

A organização do núcleo citadino da antiga Freguesia e Vila de São Francisco de Paula observava critérios de funcionalidade³¹⁸, como por exemplo, existia a Rua da Cadeia (atual Barão de Santa Tecla), da Igreja (atual Anchieta), do Comércio (atual Félix da Cunha), etc. Durante a segunda metade do século XIX houve uma “redescoberta da rua” e, por conta disto, os *boulevards* e as amplas avenidas passaram a ganhar destaque em uma cidade que se autoproclamava Princesa do Sul. Afinal, “o aburguesamento da cidade e a consolidação de uma nova ordem trazia em seu bojo exigências, valores e critérios. Impôs-se uma redefinição do solo

³¹⁶ CARVALHO, *op. cit.*, p.15-18.

³¹⁷ VIEIRA, Julio Nunes. A largura das ruas. **A Opinião Pública**. Pelotas, 27 dez. 1927, p.01.

³¹⁸ Nesse momento histórico, as ruas seguiam a perspectiva da funcionalidade. Posteriormente, com a República, elas receberam outras nomenclaturas para evidenciar o novo regime. Essa prática foi comum tanto em Pelotas como em Porto Alegre.

urbano e de sua ocupação pelos indivíduos”.³¹⁹ Era, portanto, imperioso transformar uma cidade “colonial” em urbe “moderna”, deixar no século passado a precariedade das estruturas sanitárias, das habitações e da organização citadina, para trazer à tona os elementos burgueses, ou seja, as avenidas, praças, jardins e, principalmente, difundir novos hábitos para a população local. Entretanto, como tornar um município moderno sem a realização de grandes obras?

Ainda segundo a visão do cronista Julio Nunes Vieira, a solução mais simples era pensar em um novo *layout* para a urbe. Como era inviável reestruturar todo o plano urbano de Pelotas – como demonstraram as propostas de Fernando Rullmann e Saturnino de Brito – o mais plausível, para o escritor, era diminuir a largura das ruas a partir da criação de um jardim no meio da via pública, como por exemplo, a que se via na Rua General Osório (figura 10).

Figura 10: Rua General Osório



Legenda: Um trecho da Avenida General Osório (11 x 8 cm)
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.17.

³¹⁹ PESAVENTO, *O espetáculo...*, p.38.

Evidencia-se, na imagem acima, a ideia proposta pelo cronista, ou seja, a de instalar um jardim no meio da via pública, visando melhorar a circulação dos pedestres e automóveis, bem como baratear os custos com o calçamento da cidade, além de deixar a rua mais arborizada e bela, tornando-a um *boulevard*. No entanto, apesar de o sítio urbano pelotense estar organizado de maneira ordenada arquitetonicamente – com ruas paralelas e perpendiculares retas e bem traçadas – existia uma discrepância quanto a largura das ruas, pois elas não eram todas iguais.

Uma das exceções era justamente a Rua General Osório – considerada a artéria mais larga de Pelotas³²⁰ – que possuía entre 20 a 25 metros de largura³²¹ possibilitando a construção de jardins no seu centro. Para o Intendente Municipal Pedro Luís Osório, “a árvore nas ruas, como elemento vegetal, que é, melhora as paisagens urbanas e as beneficia com a sua sombra tão procurada em dias de calor”.³²² Contudo, para essa efetivação, foi necessário transpor alguns obstáculos, como a localização dos condutores de gás, água e esgoto.³²³ Após estas reformas, esse ambiente se tornaria, segundo o jornal *Diário Popular*, provavelmente o predileto na hora do *footing*.³²⁴ Todavia, apesar da opinião do periódico, a Rua General Osório não se tornaria a preferida para a realização da *flânerie* pelos pelotenses, mas, sim, a Rua XV de Novembro.

No entanto, era necessário compreender como era o fluxo das vias públicas, isto é, saber o movimento em cada uma. Segundo noticiou o jornal *A Opinião Pública*, após a reforma na Rua General Osório, “parece-nos que perdeu essa parte da cidade o título simples de rua. Hoje é mais uma avenida, um *boulevard*, do que, propriamente uma rua.”³²⁵ Evidencia-se que essa via foi elevada à categoria de *boulevard* mesmo sem a Intendência realizar grandes reformas urbanas, apenas consolidando um projeto de ajardinamento e calçamento, uma vez que a amplitude da via já era uma característica adquirida historicamente.

³²⁰ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p. 89.

³²¹ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigas de Pelotas: Cidade em crescimento. *A Opinião Pública*, Pelotas, 22 abr. 1929, p.01.

³²² MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p. 89.

³²³ A reforma na Rua General Osório foi realizada pelo engenheiro Benjamin Gastal. Cf. *Diário Popular*, Pelotas, 27 mai. 1921, p.01.

³²⁴ *Diário Popular*, Pelotas, 27 mai. 1921, p.01.

³²⁵ Vida urbana. *A Opinião pública*, Pelotas, 16 out. 1924, p.1.

Era preciso, ainda, garantir a manutenção desses jardins. Segundo relatou o escritor Otairive, após a administração do Intendente Pedro Luís Osório, houve um completo abandono desses ambientes por parte da administração municipal. Algumas plantas haviam sido arrancadas pela força do vento, deixando buracos nos jardins, e outras morreram pela ausência de chuva. Com isso, existiam falhas no ajardinamento, “prejudicando a estética da cidade”.³²⁶ Um viajante que chegou do Rio de Janeiro, relatou nas páginas d’*A Opinião Pública*, que, ao percorrer as ruas da cidade, havia percebido que faltavam os renques de árvores copadas e simétricas. O governo municipal compreendeu, então, que deveria escolher qual o tipo mais adequado de plantas para o clima frio e úmido característico da cidade que pretendia deixar de ser Princesa para se tornar Rainha.³²⁷

A principal preocupação do cronista Julio Nunes Vieira era propor uma reestruturação das vias públicas, porém, nem todas eram passíveis de uma mudança estrutural. Um fator decisivo para aferir a importância de certas ruas em detrimento de outras era o seu sentido geográfico. As vias norte/sul eram mais prestigiadas – como a General Osório e a XV de Novembro, por exemplo –, devido ao fato de possuírem edificações de indivíduos da aristocracia pelotense. Já as vias do sentido leste/oeste eram ocupadas por construções mais módicas e indivíduos mais simples.³²⁸ Apesar disso, havia um contratempo, verificado por Glenda Pereira da Cruz, no que diz respeito ao sentido do escoamento das águas pluviais, pois as ruas no sentido oeste/leste acumulavam menos água que as do eixo norte/sul. Segundo a autora, esse aspecto foi apontado no século XIX a partir do Código de Posturas Policiais de 1834.³²⁹

Diante dessa preocupação, fica evidente que a rua era o principal agente do mundo urbano, uma vez que tudo acontecia naquele espaço: os indivíduos pegavam o bonde para o trabalho, as damas observavam as vitrines, os cavalheiros discutiam as questões políticas nos cafés, os automóveis aguardavam os passageiros na saída da matinê, as famílias dirigiam-se para os espetáculos teatrais, logo, o cotidiano acontecia naquele espaço. Mais do que isso, era na rua que todas as ideias de modernidade estavam congregadas e evidenciadas, como narrou Abadie

³²⁶ OTAIRIVE. Arborização da cidade. **O Libertador**, Pelotas, 22 abr. 1929, p.02.

³²⁷ SILVARES, Alberto. Pela arborização de Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 11 mar. 1920, p.01.

³²⁸ SOARES, *Del...*, p. 44.

³²⁹ CRUZ, *op. cit.*, p.117.

Faria Rosa. Além do mais, a via permitia colocar, lado a lado, a burguesia e o proletariado, pois comerciantes, operários, políticos, negociantes, bancários, advogados, motoristas, vendedores, ricos e pobres circulavam e se cruzavam nesse espaço dinâmico por excelência. É exatamente por esses aspectos que ela era tão convidativa para a prática da *flânerie* e para o registro fotográfico, pois estar na rua implicava ver e ser visto. Afinal, como afirma Walter Benjamin, é justamente nela que o *flâneur* sente-se em casa, a ponto de ela tornar-se a sua moradia.³³⁰

Ao percorrer as ruas de Pelotas, certamente Abadie Faria Rosa ficaria encantado com a dimensão espacial e com a estrutura que elas possuíam – como ele mesmo relatou em seu texto. Entretanto, o seu olhar ficaria maravilhado ao chegar à Rua XV de Novembro. A Intendência, vale lembrar, buscou modernizar primeiramente os espaços em que a elite circulava e, justamente por isso, a escolha recaiu sobre a Rua XV de Novembro (figura 11 e 12). Vanessa Devantier constatou que os “problemas locais mais afastados ([...] falta de esgotos, calçamentos ou instalações hidráulicas) não estavam presentes, posto que a Rua XV servisse como uma vitrine, a “alma” da cidade alcunhada de Princesa do Sul”.³³¹ Nesse sentido, como uma vitrine tradicional, deveria mostrar apenas aquilo que era belo e desejável a todos.

³³⁰ BENJAMIN, *O flâneur...*, p. 35.

³³¹ DEVANTIER, Vanessa. **Visões do urbano: A rua XV de Novembro, Pelotas/RS**. 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2013, p.36.

Figura 11: Rua XV de Novembro



Legenda: Um trecho da Rua 15 de Novembro, vendo-se o alto e antigo templo do Redentor (12 x 8 cm)

Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.14.

Figura 12: Rua XV de Novembro



Legenda: Um trecho da Rua 15 de Novembro (12 x 8 cm)

Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p. 16.

As fotografias acima, como o leitor pôde observar, foram tomadas de ângulos diferentes da Rua XV de Novembro objetivando enfatizar as suas particularidades. A partir da legenda da figura 11, nota-se que o objetivo da imagem era chamar a atenção do observador para a torre da Igreja do Redentor – que, de fato, era o elemento visual que mais se destacava em virtude da sua monumentalidade arquitetônica e da sua verticalidade. Em meio a habitações menores, de um pavimento, o campanário destacava-se naturalmente. Todavia, existem três elementos que merecem destaque em nossa análise. O primeiro deles diz respeito à dimensão da via, que se perde no horizonte. Ao compararmos essa fotografia com a subsequente (figura 12), percebe-se uma clara diminuição do seu tamanho, isto é, a sensação que temos é que se trata de lugares completamente diferentes. Em outras palavras, se as imagens não fossem acompanhadas de legenda, o leitor acreditaria que se tratava de vias distintas, pois elas não têm semelhança alguma.

Conforme Alberto Coelho da Cunha, a partir do urbanismo moderno, as vias mais estreitas, como por exemplo, a Rua XV de Novembro, não eram bem vistas pelas administrações municipais e, por isso, houve uma correção na sua largura, tornando-a mais espaçosa, a partir da Rua Tiradentes³³², no sentido sul. Por conta disso, a figura 11 apresenta uma dimensão espacial diferente, pois foi um elemento corrigido pela Intendência para adequar a cidade ao projeto de modernização do século XX, mas sem fazer perfurações no solo ou desalojar os moradores de suas residências.

Soma-se a isso o segundo elemento que deve ser destacado na análise, a presença de trabalhadores, possivelmente, realizando a manutenção da via pública. Não fica claro se eles estão higienizando-a ou realizando a conservação do calçamento. O fato é que quase passam despercebidos do olhar do espectador, visto que além de encontrarem-se bem na margem da fotografia (e por que não dizer na social também), a legenda enfatiza outro ponto de observação, logo, o olhar do observador é deslocado para outro elemento visual. Por fim, o último aspecto a ser salientado na imagem diz respeito aos transeuntes que caminham tranquilamente nas calçadas, observando as vitrines.

³³² CUNHA, Alberto Coelho da. Antigas de Pelotas: Cidade em crescimento. **A Opinião Pública**, Pelotas, 22 abr. 1929, p.01.

Na figura 12, o destaque da imagem fica para o prédio comercial de dois andares “Torre Eiffel”, na margem esquerda, localizada entre as esquinas da Rua XV de Novembro e Marechal Floriano. Além disso, a fotografia evidencia os principais elementos urbanos: o movimento mais intenso dos transeuntes (damas e cavalheiros), o automóvel que trafega bem ao fundo da imagem, a linha dos bondes elétricos, o calçamento, os postes de iluminação e a fiação aparente. A Praça da República deveria estar no canto direito da imagem, mas foi enquadrada pelo fotógrafo, provavelmente, para enfatizar a Rua XV em si e os seus elementos modernos. Escreve o nosso narrador, “parei em cada esquina”³³³, como quem diz: contemplei com vagar todas as transformações urbanas. Mas esta forma de apreciar a cidade não foi realizada apenas por ele.

Assim como Abadie, que vagueou pelas ruas da cidade, também os fotógrafos,³³⁴ que registraram os elementos do mundo urbano, praticaram a *flânerie*. Um indício disto pode ser visto na fotografia anterior (figura 12), em que a tomada é feita pelo fotógrafo na condição de um pedestre, ou seja, de alguém que também para na esquina, contemplando o cenário urbano. Entretanto, o que os distingue de um cronista é que eles observam a cidade a partir de suas lentes fotográficas, registrando-as, transpondo-as para um suporte, a fim de oportunizar que outros indivíduos também possam visualizar essas particularidades. Evidentemente, a rua despertava o interesse dos fotógrafos não apenas em Pelotas, como evidenciam as pesquisas de Carolina Etcheverry e Zita Possamai sobre a capital gaúcha, além das realizadas por Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho a respeito de São Paulo.

Ao analisar as imagens produzidas pelos irmãos Ferrari, no século XIX, Etcheverry verificou que, de um total de 20 imagens produzidas pelos italianos, 06 enfatizavam as vias públicas. Assim como ocorreu em Pelotas, as imagens registradas na capital correspondiam às vias de maior movimentação, como a Rua dos Andradas (a mais moderna) e a Sete de Setembro (voltada para o comércio). Ao analisar o álbum organizado por Virgílio Calegari, produzido em 1912, a autora constata a publicação de 07 imagens sobre a temática, mas, ao contrário de seus

³³³ ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.180.

³³⁴ Novamente, é importante ressaltar que as imagens utilizadas na tese, com raras exceções, não apresentam autoria. Por conta disso, não é possível saber quem foi o fotógrafo que a realizou, apenas em que suporte ela foi disponibilizada para o público.

predecessores, Calegari fotografou outras ruas – como a Independência, a 13 de maio, a Avenida Bom Fim, a Marechal Floriano Peixoto e a Voluntários da Pátria – atestando visualmente o crescimento da cidade.³³⁵ Essa visão é corroborada pela pesquisa feita por Zita Possamai, que constata que as maiores incidências imagéticas são de ruas e avenidas, pois essa escolha estava pautada, precisamente, na importância desses espaços para a circulação urbana.³³⁶

Esse grau de importância atribuído às vias públicas nos álbuns das cidades também foi evidenciado pelas autoras Solange Ferraz de Lima e Vânia Carneiro de Carvalho. Ao analisarem as imagens produzidas sobre a capital paulista, as historiadoras também constataram que as ruas – dentro do padrão “circulação urbana” – são os motivos mais fotografados nas publicações editadas entre 1887 e 1919. Para elas, a escolha recai, principalmente, na carga simbólica desses ambientes, além de expressar a circulação, a pavimentação, os transeuntes e os veículos.³³⁷

A partir disso, fica evidente que a rua era uma categoria extremamente importante para o registro visual, ainda que nem todas elas tenham sido fotografadas, pois predominava as imagens das vias que contemplavam o maior número de elementos considerados modernos, como por exemplo, a Andradas (em Porto Alegre). No caso pelotense, a via pública que despertou a atenção dos fotógrafos, bem como dos transeuntes e dos *flâneurs*, foi a Rua XV de Novembro, pois agrupava os melhores cafés, confeitarias, casas de moda elegante e de comércio, restaurantes, livrarias, tabacarias, estúdios fotográficos, entre outros.

Em função disso, foi denominada a principal artéria de Pelotas³³⁸, visto que ela era perfeita para o *footing* diário de damas e cavalheiros que se dedicavam a olhar as vitrines em busca de artigos para o seu deleite. Conforme Ana Maria Mauad, esses espaços de aparência existiam para que os grupos sociais em ascensão se “identificassem no seu processo de vir a ser, à medida que só passariam a existir, como classe, em função de uma vivência social”.³³⁹ Apesar

³³⁵ ETCHEVERRY, *op. cit.*, p.88-120.

³³⁶ POSSAMAI, Zita. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**. São Paulo, v.27, 2008, p.262.

³³⁷ CARVALHO; LIMA, *op. cit.*, p.63-64.

³³⁸ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IV, 1916, p. 229.

³³⁹ MAUAD, Ana Maria. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da belle époque. In: PESAVENTO, Sandra. SOUZA,

disso, curiosamente, ela abrigava uma das mais importantes festas populares, o Carnaval, que envolvia todos os pelotenses, sem fazer teoricamente, distinção de classe social.

Tanto a Rua XV como o seu Carnaval serviram de inspiração para o romance *A Vertigem* do escritor Jorge Salis Goulart. A história narra o enlace entre Marina e Alfredo que, após alguns contratempos, podem desfrutar de seu relacionamento amoroso. A questão, aqui, não é nos determos nos pormenores do romance em si, mas, sim, analisar como Pelotas foi representada a partir da narrativa literária do autor:

Refluía para o estreito âmbito da Rua 15 de Novembro ou se espraiava em remanso no largo esperançoso da praça da República. Por toda parte a atmosfera se impregnava de um cheiro forte de éter que os lança perfumes expeliam. E as fitas esguias das serpentinas, em coleios multicolores, semelhavam miríades de serpentes flexíveis que se enroscassem pelos colos das mulheres. E aqui, ali, destacando-se do concerto uníssono das vozes amassadas numa imensa voz confusa, algum entusiasmo mais eloquente, explodindo num brado áspero, chamava por momentos de atenção dos que perpassavam numa ronda incessante em volta dos canteiros ou pelas calçadas estreitas da rua. Vendedores de doces, empurrando mesas ambulantes, a feição de pequenos carros, furavam o rumor, compacto do povaréu com o silvo estrídulo de buzinas ensurdecedoras. [...] Na Confeitaria Brasil, em frente, os empregadores, empunhando garrafas de cerveja [...]. E havia gente em pé, a esperar que as mesas repletas se esvaziassem, permitindo-lhes um pouco de repouso aos pés martirizados de tanto palmilharem pelas quadras de mais movimento, onde toda a gente se divertia e se esfalfava em acotovelamentos e em bruscos empurrões. Uma que outra pessoa, bolso mal aquinhoado, sentava-se, pedindo um simples cafezinho, que devorava em goles muito curtos, muito demorados, para que durasse aquele repouso paradisíaco, aquele instante de desafogo, livre já do aperto da rua abafada de gente e de calor. Diante de um pedido tão diminuto, tão reduzido [...] os empregados demoravam, teimando, até que finalmente aparecia a xícara pedida pelo freguês, pouco abastado. E aquele café, sorvido a longos e bem saboreados tragos, causava uma satisfação indescritível a sua garganta ressequida.³⁴⁰

Na passagem acima, o romancista registra as festas carnavalescas, repletas de foliões, serpentinas e lança perfume. No entanto, o que mais chama atenção na

Célia Ferraz de. (org.). **Imagens urbanas**: os diversos olhares na formação do imaginário urbano. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p.286.

³⁴⁰ GOULART, Salis. **A Vertigem**. Porto Alegre: Ed. do Globo, 1925, p.03-04.

narrativa literária diz respeito à interação entre a população endinheirada e os pobres da cidade. Jorge Salis Goulart era um membro da aristocracia, e, provavelmente, a sua visão elitista derivava disso, ou seja, o seu lugar de fala era de alguém da alta sociedade pelotense. A forma como o autor introduz as personagens desprovidas de recursos financeiros tem quase um tom irônico. Na principal vitrine da sociedade pelotense, o pobre tem apenas condições de tomar um simples cafezinho. O próprio atendente da confeitaria o deixa esperando, pois acredita que ele não tem condições financeiras de frequentar aquele ambiente. Como principal via pública ela pertencia a todos os pelotenses, mas “os seus códigos, práticas e sociabilidades definiam (ou tentavam definir) a quem ela pertencia”.³⁴¹

Mais do que isso, o escritor infere que aquele espaço era visitado pela população pobre somente durante o Carnaval. A modernidade da Rua XV não era acessível a todos os pelotenses e isso fica ainda mais notório ao compararmos a narrativa de Jorge Salis Goulart com outra imagem da via pública (figura 13).

Figura 13: Rua XV de Novembro



Legenda: Um trecho da Rua 15 de Novembro (12 x 8 cm)
Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.16.

³⁴¹ DEVANTIER, *op. cit.*, p.38.

Anteriormente, as tomadas da Rua XV eram feitas de uma distância maior, abrangendo planos amplos e enfatizando vários aspectos modernos da via pública. Entretanto, na figura 13, o campo de visão é mais fechado, focalizando nos indivíduos que transitam, tanto na calçada como no meio da rua. Invariavelmente, o elemento que mais chama atenção na imagem diz respeito à intensa presença de transeuntes, uns conversando e outros apenas caminhando pela principal artéria da cidade observando as vitrines do comércio³⁴² local e os cartazes pendurados nos postes. Existe claramente um predomínio do gênero masculino – observando rapidamente é quase imperceptível a presença feminina. Além disso, outra questão fundamental na fotografia é a elegância dos indivíduos, todos bem vestidos, a maioria deles de terno (predominantemente preto), gravata e chapéu. No entanto, a aparência masculina já havia sido alvo de críticas pelo cronista Crespinho:

Postado, em uma destas tardes, à porta de um dos cafés, da rua 15, pude contemplar a verdadeira legião de “almofadinhas”, que infestam a nossa Princesa do Sul. Ei-los que passam, todos irrequietos, saltitantes, em passos de tico-tico, com os pés, à guisa de japoneses, comprimidos em um mimoso sapatinho, impedindo-os de caminhar com o seu passo natural. Finíssimas meias de seda, cobrem-lhe as pernas [...] Do paletó, à similitude de espartilho, surge um cinto cujas extremidades termina uma fivela imensa [...] Chapéu enterrado até as orelhas [...] completam a figura desavergonhada e impudica do “almofadinha”. Tipos que deturpam completamente as nossas tradições, mormente as de gaúcho, pois substituem o traje amplo e cômodo pelo paletó afeminado, deveriam ser expurgados do nosso meio social de homens que não possuem a compenetração do sexo. Finalizando, [...] para os “almofadinhas” se adotaria bem a classificação [...] de gênero duvidoso.³⁴³

Embora esse texto soe extremamente preconceituoso para os dias atuais, no início do século XX ele era “aceitável”. Na visão do escritor, a moda dos ditos “almofadinhas” se chocava com a indumentária tradicionalista ou típica do gaúcho. No entanto, essa crítica remontava ao século XIX, quando estes mesmos indivíduos foram alvo de julgamentos ao voltarem da Europa com novos comportamentos e trajes. Mario Osório Magalhães afirma que os hábitos gauchescos não influíam tanto

³⁴² Posteriormente, a Casa Coates, a primeira edificação observada na fotografia, foi demolida para dar lugar ao edifício do Banco da Província.

³⁴³ CRESPINHO. Os almofadinhas. **A Opinião Pública**, 28 jan. 1920, p.01.

no cotidiano pelotense, pois “os costumes europeus é que foram sempre dominantes no comportamento coletivo.”³⁴⁴ Possivelmente, o autor do texto – que escreve sob o pseudônimo de Crespinho – não considerasse bonito esse tipo de indumentária e por isso a criticou, mas, pelo que se observa nas fotografias do período, existia um predomínio do uso dessa vestimenta e, provavelmente, o “duvidoso” era aquele que não seguia essa convenção social. Para circular na principal artéria de Pelotas era necessário “portar-se ou vestir-se” bem, seguindo as regras da etiqueta burguesa.³⁴⁵ Por isso, é possível verificar que todos os homens que irrompem o ato fotográfico apresentam o mesmo padrão visual – com raras exceções.

Supõe-se que os cidadãos expostos na fotografia eram abastados – os denominados “almofadinhas” – justamente pelas suas vestes, porém, é plausível conjecturar que um indivíduo socialmente tido como pobre pudesse adquirir uma bela roupa e vesti-la para, aos finais de semana, passear entre as calçadas e as vitrines da Rua XV. Mesmo que isso pudesse vir a acontecer, Jorge Salis Goulart acreditava que ficava perceptível a diferença social:

Era interessante o aspecto das operárias, muitas das quais só aparecem na Rua 15 em época de carnaval, trazendo fitas de cores espalhafatosas, vestindo roupas novas, fora da moda. Junto delas, namorados, trajando de cassineta ou envergando casacos de pano de dama [...] em contraste tocante com os grupos elegantes.³⁴⁶

Diante disso, observa-se que mesmo que o proletariado trajasse roupas para passear na “vitrine pelotense”, elas não seriam tão belas quanto às das damas que adquiriam seus vestidos na “*Au Petit Paris*” ou como as usadas pelos cavalheiros que frequentavam o Club Comercial. A partir do fragmento da obra de Salis Goulart torna-se possível questionar se os trabalhadores(as) somente frequentavam a principal artéria pelotense nos dias de festejos, como, por exemplo, o Carnaval, na medida em que aquele ambiente era um espaço de sociabilidade e lazer das classes dominantes.

A partir da representação imagética e literária, vislumbra-se que o aspecto social, hierárquico e aristocrático, se manifestava na urbe pelotense e isso

³⁴⁴ MAGALHÃES, *Opulência...*, p.134.

³⁴⁵ DEVANTIER, *op. cit.*, p.140.

³⁴⁶ GOULART, *op. cit.*, p.04.

transparecia no cotidiano local. Ademais, em certa medida, o domínio masculino demonstra uma representação da sociedade patriarcal da época, na qual o homem era visto como o progenitor e provedor da família, cabendo à mulher os cuidados domésticos.

Após a análise de algumas fotografias das principais ruas de Pelotas – Sete de Abril, General Osório e XV de Novembro – percebe-se um contraponto visual entre elas. Apesar da impossibilidade de delimitar em que período do dia o fotógrafo realizou a apreensão imagética, é interessante observar que todos os registros visuais da Rua XV (figuras 11, 12 e 13) apresentam dinamismo, movimento e ruído justamente porque se encontram próximas ao centro e a Praça da República. Ao contrário das demais ruas que são desertas e silenciosas (figuras 09 e 10). Essa diferença encontra-se justamente em função das atividades que elas exercem – a Rua XV é uma rua comercial e as demais são vias de acesso aos meios de transporte. Embora o projeto do Intendente Pedro Luís Osório tenha sido transformar a Rua General Osório em grande *boulevard* da cidade, observa-se que a Rua XV, como já mencionado anteriormente, era a preferida para a sociabilidade local. Além disso, fica clara a preferência – dos fotógrafos e escritores – pela Rua XV de Novembro e, conscientemente ou não, eles acabaram atribuindo o grau de importância das duas vias públicas – como discutia e questionava o cronista Julio Nunes Vieira.

2.3: “Sorri, contente, às fachadas dos palacetes elegantes”:

O perambular pelas ruas de uma cidade oferece outro elemento indispensável aos olhos do observador: a arquitetura. A cidade de Pelotas apresenta um traço particular, inspirado nos modelos europeus, como o neoclassicismo e o eclético. Para Carlos Alberto Avila Santos, as fachadas pelotenses – que fazia com que o narrador sorrisse encantado – atuavam como um espelho que refletia a riqueza, os ideais e o gosto dos proprietários. Além disso, elas operavam como um mostruário ou uma vitrine, na qual os artigos eram expostos – estátuas, platibandas, jardins, escadarias, etc. – de maneira instigante e harmônica para atrair a atenção dos

espectadores.³⁴⁷ Logo, ao caminhar pelas ruas da urbe, Abadie Faria Rosa encanta-se com os frontispícios dos prédios, adentra os locais, como a Bibliotheca Pública e o Club Comercial, admirando também as suas formas internas.

Em sua grande maioria, as residências particulares permaneceram com características do estilo colonial como: as construções geminadas ou em fitas, casas de porta e janela, de meia morada ou de morada inteira.³⁴⁸ Contudo, de acordo com Santos, essas construções mais simples foram acrescidas de elementos do estilo neoclássico e do eclético³⁴⁹ para deixá-las mais belas. Entretanto, na metade do século XIX, foram construídos os casarões que compõem o conjunto neoclássico da Praça da República – localizado na Rua Félix da Cunha – que, provavelmente, deixaram Abadie Faria Rosa ainda mais encantado com a cidade e mais próximo de suas memórias (figura 14 e 15).

Figura 14: Rua Félix da Cunha



Legenda: Um trecho da Rua Félix da Cunha (12 x 8 cm)
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.14.

³⁴⁷ SANTOS, Carlos Alberto Avila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas** – Pelotas, 1870-1930. Pelotas: EDUCAT, 2002, p. 36-37.

³⁴⁸ As residências de porta e janela são edificações de meia morada, que preenchem todo o espaço do terreno, e nas quais a sala de visita é ligada a sala de viver através de um corredor lateral. Por fim, a casa de morada inteira possui corredor central que liga a sala de visita a sala de viver. Cf. SANTOS, *op. cit.*, p.92-95.

³⁴⁹ *Idem, ibidem*, p. 40.

Figura 15: Rua Félix da Cunha



Legenda: Um trecho da Rua Félix da Cunha (12 x 8 cm)
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.15.

Em ambas as imagens, o propósito do editor do *Álbum de Pelotas* foi ressaltar a via pública, como fica claro na legenda das fotografias. No entanto, o que mais desperta o olhar do espectador diz respeito às construções residenciais. Na figura 14, na margem esquerda, nota-se o aglomerado de casarões que compõem o conjunto neoclássico – tombado pelo Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN) – construído em frente à Praça da República. Esses palacetes abrigaram famílias importantes da elite pelotense, como as do charqueador José Vieira Vianna e dos políticos Leopoldo Antunes Maciel e Francisco Antunes Maciel. Além disso, os sobrados expressavam a imponência da alta sociedade pelotense, demonstrando sua riqueza e refinamento – como espelhos da sociedade, na expressão de Carlos Santos.

Em virtude disso, as construções eram grandiosas, com dois pavimentos, porões, estátuas, jardins internos e ornamentos. A Rua Félix da Cunha, vale ressaltar, era limitada pela Praça da República, logo, era um espaço distinto dentro da cidade, pois contava com todos os elementos modernos – iluminação,

calçamento, ajardinamento e transporte. Porém, apenas a camada social privilegiada residia nessa quadra. Já na figura 15, verifica-se um contraponto, pois as construções diferem um pouco daquelas da imagem precedente.

No que diz respeito à arquitetura das residências, o cronista Armando Athayde chegou a sugerir ao Intendente Augusto Simões Lopes a criação de um concurso de fachadas artísticas, visando o desenvolvimento de uma nova estrutura visual para o município:

As construções das casas particulares devem se preocupar não só pela sua segurança e salubridade, mas também pelo seu lado arquitetônico, como arte, é aquela que melhor expressa as ideias e os sentimentos do povo. E Pelotas, nossa querida terra, que orgulhosamente chamamos de “Princesa do Sul” está a reclamar a atenção do poder municipal, pois que, sejamos sinceros, com respeito a linha arquitetônica de suas casas urbanas, é de uma chateza absoluta e de uma uniformidade enjoativa.³⁵⁰

Do mesmo modo que o escritor criticava a monotonia das edificações, ele também afirmava que elas apresentavam certa uniformidade, ou seja, elas eram muito semelhantes – como é possível perceber na imagem anterior. Como já observado, a arquitetura pelotense seguia a inspiração europeia e, com isso, as residências apresentavam praticamente o mesmo padrão – principalmente, as habitações no entorno da Praça da República. A manifestação de Athayde pautava-se no fato de que as novas construções se preocupavam em demasia com a questão da salubridade – um dos principais pressupostos das reformas urbanas nacionais e internacionais – e da segurança, deixando de lado a perspectiva estética.

Pensando nesses elementos, em 1920, foi criado o Código de Construções e Reconstruções para direcionar e supervisionar as novas edificações pelotenses. A partir dessa legislação, nenhuma obra poderia ser erguida ou restaurada dentro dos limites urbanos sem a licença prévia do município que seria responsável pela fiscalização no que tange à segurança, higiene e embelezamento. O construtor poderia escolher livremente a arquitetura do edifício, todavia este deveria ser

³⁵⁰ ATHAYDE, Armando. Do Rio. **A Opinião Pública**, 04 out. 1924, p.01.

harmônico e satisfatório quanto à estética, além de respeitar as regras gerais para uma edificação moderna.³⁵¹

Em 1928, o escritor Alberto Coelho da Cunha refletiu sobre a questão da construção civil pelotense. Conforme o autor, a Primeira Guerra Mundial (1914-1918) acarretou prejuízos econômicos para o município, haja vista os portos estrangeiros terem ficado fechados, o que impossibilitou a importação de materiais de construção. Assim, durante o período do conflito, houve a edificação de 401 prédios, enquanto que somente entre os anos de 1912 e 1913 foram erguidos 481. Após a guerra, a cidade de Pelotas vivenciaria, na visão do cronista, os efeitos da não observância do Código de Construções e Reconstruções de 1920, que definia regras para a execução dos prédios no perímetro urbano. Haviam, segundo ele, construções irregulares e desordenadas nos arrabaldes:

Por lugares onde não prevalece o alinhamento urbano e nem vigora o Código de Construções, como criações a parte, de regimento independente, se foram formando bairros e vilas, cuja ligação com ruas do centro urbano mal se atina, tão confusa e perturbante é, como a saída de um labirinto. Enquanto os capitalistas estudavam a aplicação do Código em construções a erguer e sobre ele dormiam formulando cálculos de renda de capital, as gentes de poucas posses, a essas cogitações se pondo alheias, delas fugindo, iam povoar casinhas modestas, bairro Simões Lopes, Vila do Prado, Estrada da Guabiroba, Três Vendas, Retiro e Domingos de Almeida. Produzia-se ao redor da cidade, [...] um povoamento desordenado, com um plano de edificação alheio [sic]. Se na cidade se construía um prédio, ao desafio lhe respondiam os subúrbios erguendo, pelo menos uma dúzia de moradias.³⁵²

A questão levantada por Alberto Coelho da Cunha refere-se justamente à preocupação com a edificação de “casas higiênicas e belas” no perímetro urbano. Segundo o escritor, enquanto a Intendência preocupava-se com a aplicação do Código na parte central da cidade, existia uma completa falta de fiscalização nos arredores da localidade culminando no aumento de residências sem obedecer aos termos legais da referida legislação.

³⁵¹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Código de Construções e Reconstruções do Município de Pelotas**. Pelotas: Tipografia Fábrica Guarany, 1920, p.07-12.

³⁵² CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas: Cidade em crescimento. **A Opinião Pública**, Pelotas, 29 dez. 1928, p.01.

Possivelmente, a ampliação do número de edificações na urbe derivasse desse crescimento desenfreado para fora do perímetro urbano. Segundo o levantamento predial realizado pelo próprio cronista, como abordado no capítulo anterior, ao longo do século XIX (1818-1900) foram erguidas 5.283 edificações e nas primeiras décadas do século XX (1901-1928) foram construídos 4.427 imóveis.³⁵³ Em apenas 27 anos, Pelotas duplicou o número de imóveis em relação ao período anterior, reafirmando o seu desenvolvimento urbano no novo século.

Mesmo que as edificações observadas na imagem acima (figura 15) fossem mais simples, elas ainda mantinham uma preocupação com o alinhamento da rua e conservavam uma arquitetura similar – como foi apontado por Armando Athayde. Em contrapartida, os sobrados da Praça da República podem ser considerados uma exceção arquitetônica, principalmente porque eles foram construídos em outro momento histórico.

Mais um elemento ornamental que foi criticado por Freitas Gomes, refere-se à ausência de monumentos e estátuas: "Uma cidade verdadeiramente singular, Pelotas; contendo em seu seio um respeitável núcleo de homens cultos, com tradições de cultura, [...] não tem manifestações dessa cultura [...]"³⁵⁴ A análise do escritor baseia-se na constatação da falta de símbolos, homenagens e estruturas comemorativas no município.³⁵⁵ Realmente, a cidade comportava poucas reminiscências do passado na forma de bustos, esculturas, estátuas e hermas. A obra mais significativa, edificada no século XIX, foi o Obelisco à causa republicana (1885) – considerado o único monumento público erguido no Brasil homenageando as ideias republicanas durante o período da Monarquia.³⁵⁶ Parece-nos, assim, que a crítica do cronista procedia, visto que a cidade não apresentava esses elementos de evocação da memória coletiva.

³⁵³ CUNHA, Alberto Coelho da. **Estatística predial da cidade de Pelotas a começar o ano de 1818**. Pelotas, 192?, 8f. (Manuscrito).

³⁵⁴ GOMES, Freitas. Pelotas, cidade de espírito artístico, sem manifestações de Arte. **A Opinião Pública**, Pelotas, 30 jan. 1920, p. 01.

³⁵⁵ Conforme Jacques Le Goff, o monumento apresenta-se como um sinal do passado, algo que pode evocá-lo, perpetuando a recordação LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2013, p.486.

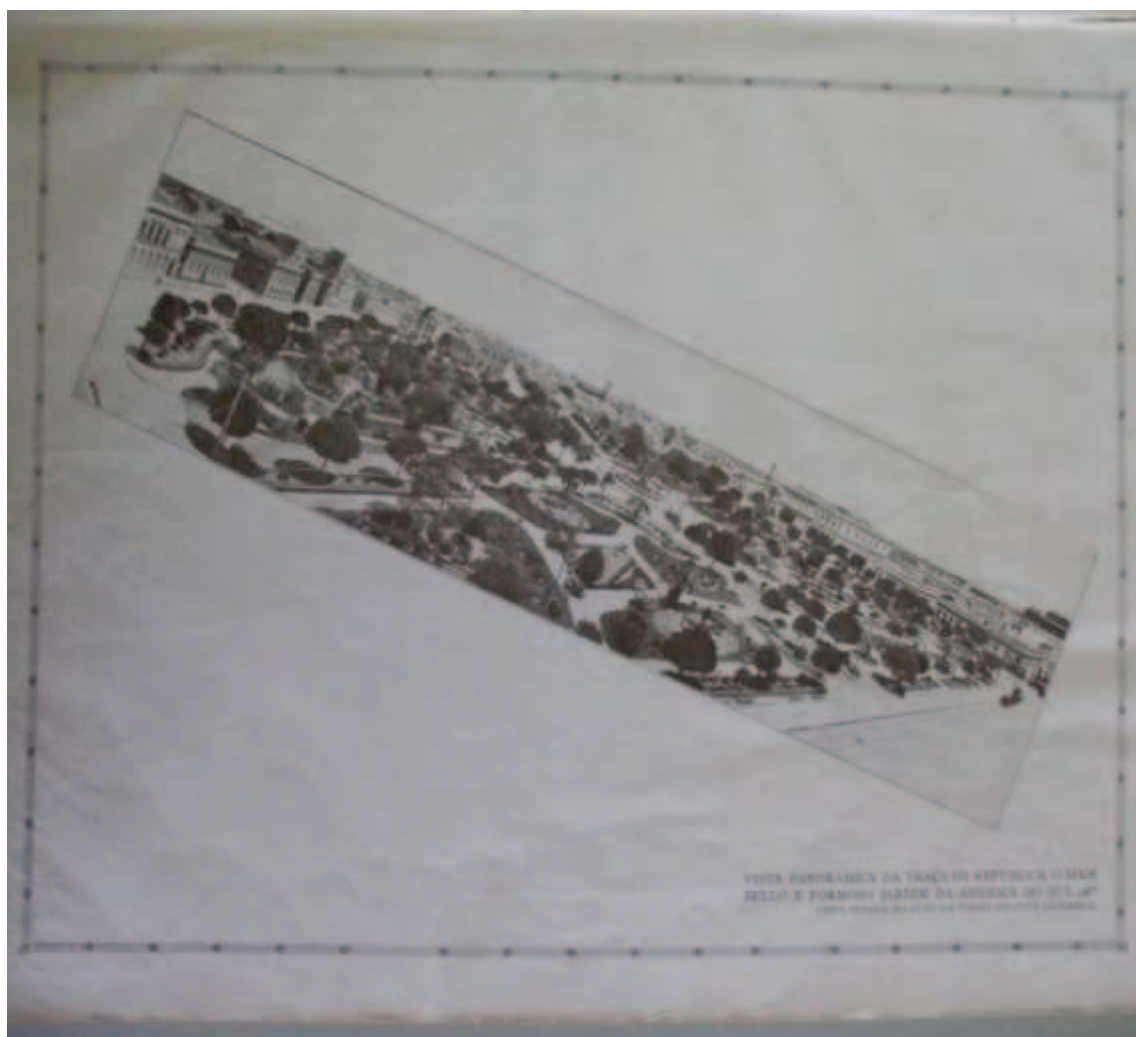
³⁵⁶ MAGALHÃES, Mario Osório. Obelisco. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.206.

2.4: “E no coração da urbs a Praça da República, desdobrava-se ainda mais bela”:

Após deixar a Estação Férrea e percorrer as ruas da cidade, Abadie Faria Rosa finalmente encontraria a Praça da República, identificando-a como o “coração da urbs”. Efetivamente, um núcleo urbano se consolida enquanto cidade quando implementa um espaço para edificar a sua praça e ao seu redor são construídos os prédios com funções de prestígio social, político e religioso.³⁵⁷ Por esse ângulo, a Praça da República (figura 16) simbolizava e refletia o apogeu da urbe pelotense, na medida em que as edificações que a circundavam expressavam o poder econômico, político, social e cultural do município.

³⁵⁷ PARADEDA, Maria Regina. **Arquitetura da paisagem e modernidade:** um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930). 2003. 341 f. Dissertação (Mestrado em história) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2003, p.161.

Figura 16: Panorâmica da Praça da República



Legenda: Vista panorâmica da Praça da República, o mais belo e formoso jardim da América do Sul. Vista tirada do alto da torre do clube Caixeiral (35 x 10 cm).

Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.11.

O primeiro efeito da fotografia acima é gerar um estranhamento e uma surpresa no espectador. Isso ocorre porque ela foi editada, no *Álbum de Pelotas*, de uma forma pouco usual, em diagonal, ocupando toda a página. Ou seja, o editor quis romper com a monotonia das imagens horizontais, fazendo com que o observador fixasse o olhar nos caminhos geometrizados da Praça da República. Vale lembrar que o modelo horizontal fotográfico era um padrão, tanto na publicação pelotense como em edições de outros municípios. Zita Possamai atribui essa característica ao

fato desse tipo de imagem oferecer continuidades maiores do espaço urbano, valorizando-o.³⁵⁸

No que tange à fotografia, a proposta da imagem (figura 16) era de ressaltar os jardins geometrizados e ordenados, sendo que esses elementos são destacados por meio da legenda que induz o leitor a acreditar que efetivamente naquele espaço havia o jardim mais belo da América do Sul. Em relação a esta questão, Carolina Etcheverry afirma que a intenção do fotógrafo é explicada por intermédio da legenda, pois ela funciona como um complemento ou como um auxílio à leitura por parte do observador.³⁵⁹ Peter Burke salienta que as “imagens são testemunhas mudas, e é difícil traduzir em palavras o seu testemunho”.³⁶⁰ Presumivelmente, a legenda traz consigo a ideia de interpretar e explicar uma determinada representação para quem a analisa. De acordo com Charles Monteiro, a fotografia é uma imagem ambígua e polissêmica. Por conta disso, ela pode ser passível de inúmeras problematizações e interpretações.³⁶¹ Ou seja, legendar uma fotografia nada mais é do que atribuir uma explicação para ela, sabendo que existem outras formas de entendê-la.

Ao contemplar a imagem, mesmo sem o auxílio da legenda, fica claro para o espectador a intenção do fotógrafo de referenciar os jardins da Praça, pois esse elemento apresenta o maior volume visual. O ajardinamento da Praça da República era uma preocupação constante dos intendentos, provocando, por isso, elogios e críticas ao governo municipal através da imprensa local. Afinal, a praça atuava como espaço de sociabilidade e cumpria aspectos estéticos, sendo considerado “o mais belo dos nossos logradouros públicos”³⁶² e o “orgulho dos pelotenses”.³⁶³ Apesar de a Intendência destinar mais recursos para a Praça da República, os demais espaços também recebiam a atenção dos políticos, mas em menor proporção.

A manutenção dos lugares públicos deveria ser constante, pois estavam sempre submetidas às intempéries do tempo e ao desleixo da população. Em 1926, o escritor Attila Sandivares chamou a atenção para a condição em que se achava a

³⁵⁸ POSSAMAI, Zita. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, n.53, 2007, p. 64.

³⁵⁹ ETCHEVERRY, *op. cit.*, p. 88.

³⁶⁰ BURKE, *op. cit.*, p.26.

³⁶¹ MONTEIRO, *Construindo...*, p.148.

³⁶² **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano X, 1922, p.283.

³⁶³ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XV, 1927, p.172.

Praça da República, destacando o mau estado em que se encontravam os canteiros, a relva descuidada, morta e esmaecida em sua grande totalidade.³⁶⁴ A esta crítica feita por Sandivares, se somaria outra, na qual se ressaltaria o quão importante era a Praça para a cidade: “O pelotense timbra em mostrá-la ao forasteiro e cada um de nós, ao percorrer-lhe [...] tem o orgulho natural do proprietário, que, afinal todos o somos.”³⁶⁵ É muito provável que, após as críticas, a Intendência tenha destinado verba e trabalhadores para arrumar a Praça.

Percorrendo os mesmos caminhos ajardinados que a Praça proporcionava aos seus transeuntes, o narrador encontraria um belo chafariz alocado na área central. Durante o século XIX, a elite pelotense, importou diversos produtos europeus para o seu lazer e para a administração municipal. Um desses artefatos foi o chafariz conhecido como “Fonte das Nereidas” (figura 17), que se situa no centro da Praça da República. Ao observarmos a panorâmica anterior, nota-se que todos os caminhos daquele ambiente levavam ao chafariz.

³⁶⁴ A Praça da República: de ontem e de hoje. **O Libertador**, Pelotas, 09 abri. 1926, p.04.

³⁶⁵ A Praça da República. **A Opinião Pública**, Pelotas, 11 mai. 1926, p.01.

Figura 17: Chafariz da Praça da República



Legenda: Vista do elegante chafariz ao centro da Praça da República (11,7 x 17 cm).
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.10.

A fonte ocupa o centro da fotografia acima e, por intermédio dela, percebe-se que existia uma estrutura ao seu redor, com postes de iluminação e calçamento. No capítulo anterior, mencionamos que uma das primeiras obras propostas pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos foi a elevação do chafariz para deixá-lo mais imponente e visível, como pode ser evidenciado na imagem (figura 17). A sua aquisição decorreu de um contrato, assinado, em 1871, pelo então governo da Província, para a implantação da Companhia Hydráulica Pelotense. O documento obrigava a instalação de outras quatro fontes³⁶⁶ na cidade, devido à implementação do serviço de água e esgoto.

Além de ser um empreendimento funcional, afinal servia para abastecer os habitantes com o recurso hídrico, o chafariz também cumpriria uma função estética, principalmente no século XX, quando o fornecimento de água passou a ser encanado, pelo menos na zona central da urbe. Logo, o chafariz era mais um

³⁶⁶ Em 1873 o segundo chafariz recebeu a autorização para ser alocado na frente da igreja matriz, porém ele foi retirado pela Intendência Municipal em 1916. O terceiro foi assentado, em 1874, na Praça Domingos Rodrigues e, atualmente, encontra-se no centro do calçamento da Rua Andrade Neves. Finalmente, o último foi situado na Praça Floriano Peixoto – atual Cypriano Barcellos. Além disso, também houve a importação de uma caixa d'água francesa – fixada na Praça Piratinino de Almeida – para auxiliar no abastecimento de água e atuar no embelezamento do logradouro.

atrativo para os frequentadores da Praça – na ausência de monumentos, a Fonte das Nereidas cumpriria esse papel. Tanto a forma geométrica dos jardins, quanto os caminhos que levavam até o chafariz podem ser também visualizados em uma imagem aérea da cidade (figura 18).

Figura 18: Pelotas vista do aeroplano



Legenda: Pelotas vista de aeroplano. (Ao centro a Praça da República – 10,8 x 8 cm)
Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VII, n.03, 01 fev.1925, p.10.

Além de esboçar a monumentalidade e a geometria do ajardinamento da Praça da República, a imagem acima contribui para a percepção do sistema de vias públicas em formato de xadrez e da sua respectiva linearidade. A vista aérea permite, ainda, ampliar o olhar do espectador em relação ao desenho urbano da cidade. Dessa forma, constata-se a ausência de arborização na área que circunda a Praça, pois as quadras ao redor são dominadas exclusivamente por residências particulares e prédios comerciais.

Essa característica pode ser encontrada na crônica intitulada *Os parques e a cidade*, na qual seu autor faz uma analogia entre a localidade e o corpo humano.³⁶⁷ Para o escritor Julio Nunes Vieira, o comércio representaria o coração da urbe, a rua seria o sistema circulatório, o governo dizia respeito ao cérebro, as virtudes e as aspirações do povo eram a alma e, por fim, as praças e os jardins corresponderiam aos pulmões da cidade. Nesse sentido, para o corpo humano funcionar plenamente, todos os órgãos deveriam trabalhar em harmonia, mas o autor não vislumbrava isso em Pelotas, pois o número de parques e jardins era diminuto se comparado ao número de indivíduos que habitavam a urbe. Na década de 1920, Pelotas contava com seis praças para uma população de cerca de 45.000 habitantes, somente na zona urbana. O cronista apontava, portanto, para aquilo que entendia ser uma deficiência do crescente processo de urbanização de Pelotas.

Ao abordar a temática dos jardins, o pesquisador Carlos Gonçalves Terra propõe uma analogia muito semelhante à do “corpo humano” empregada pelo cronista Julio Nunes Vieira. Para o autor, o ajardinamento abarca questões mais amplas que meramente visuais, pois elas lidam diretamente com os nossos sentidos:

Ele se mostra à nossa visão pelo conjunto de formas, volumes e cores de sua vegetação; ao nosso olfato pelo perfume de suas plantas odoríferas e suas flores; ao nosso tato pelo contato com a diversidade de superfícies que o compõem; ao nosso paladar pelo prazer que ele nos proporciona ao provarmos os frutos que ele oferece e, finalmente, à nossa audição pelo canto das aves que o povoam ou pelos diversos ruídos transmitidos pelo movimento da água em suas diversas formas – riachos, cascatas, etc.³⁶⁸

Sob esta perspectiva, além de ornamentar as cidades, os jardins também contribuíam para o atendimento de certas necessidades individuais ligadas ao lazer e à sociabilidade. Também o jornal *A Opinião Pública* propõe, em um editorial, uma

³⁶⁷ Ao refletir sobre a relação entre a história e a cidade, José D’Assunção Barros discute acerca das perspectivas de abordagem da temática. Uma delas era compreendê-la como um organismo vivo, ou seja, formado por órgãos com funções distintas. O autor constata que esse tipo de analogia remete a Idade Média, trazendo a tona o conceito de funcionalidade, por exemplo, camadas dirigentes equivaleriam ao cérebro enquanto os operários seriam os braços e pernas. Cf. BARROS, José D’Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012, p.29-31.

³⁶⁸ TERRA, *op. cit.*, p.76.

analogia muito semelhante à do cronista Julio Nunes Vieira e do historiador Carlos Gonçalves Terra:

Se das cidades as ruas são corredores e as praças são salas: a Praça da República é bem, e merecidamente, o luxuoso salão de honra de Pelotas. Na verdade, quer pela sua magnífica localização, quer pelo particular carinho que tem merecido a todos os administradores, e esse um famoso logradouro público, talvez o mais encomiado de todo o sul do Brasil.³⁶⁹

Como se pode constatar, Abadie Faria Rosa estava em sintonia com os seus contemporâneos, uma vez que a Praça da República era considerada o coração da cidade por todos aqueles que frequentavam esse espaço, logo era, também, o logradouro público mais fotografado, sob diversos ângulos que ressaltavam suas particularidades. Walter Benjamin critica essa ampla reprodutibilidade das imagens proporcionada pelo aparato fotográfico³⁷⁰, pois, assim, elas perderiam a sua aura, ou seja, a sua alma – elemento básico das pinturas, que são únicas e originais – em virtude da composição em massa.³⁷¹ Com o passar dos anos, a crítica do filósofo torna-se ainda mais justificada, já que hoje em dia a fotografia é facilmente obtida – por qualquer indivíduo e suporte digital – e prontamente descartada.

Contudo, a ideia de registrar cada recanto da Praça ligava-se justamente ao fato de que aquele ambiente contemplava as edificações mais representativas, do ponto de vista cultural, social e político de Pelotas. No seu entorno, encontravam-se os prédios da Intendência Municipal, Bibliotheca Pública, Theatro Sete de Abril, Clube Caixeral, Grande Hotel, Banco do Brasil e algumas residências particulares. O sentido de “coração da cidade” – atribuído por Abadie Faria Rosa – era vislumbrado,

³⁶⁹ **A Opinião Pública**, Pelotas, 16 nov. 1927, p.01.

³⁷⁰ Com a invenção da máquina *Kodak* (criada, em 1888, pelo fotógrafo George Eastman), as fotografias tornaram-se um objeto acessível a um maior número de pessoas, proporcionando um aumento de fotos e de fotógrafos nas cidades. A câmera portátil facilitou o processo de construção de representações do mundo, permitindo a qualquer pessoa produzir as suas imagens e colecioná-las. Ademais, com a facilidade proporcionada pela *Kodak*, houve um deslocamento dos estúdios fotográficos para o cotidiano urbano, ou seja, as ruas, praças, avenidas e os seus transeuntes ganharam os seus “instantâneos”. Contudo, as cidades já despertavam o interesse dos fotógrafos, desde o surgimento do *daguerreótipo*, todavia a obtenção de registros se tornou mais constante a partir da praticidade dos suportes portáteis. Logo, houve a possibilidade da obtenção de um número maior de registros, criando assim as coleções imagéticas. Cf. BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

³⁷¹ BENJAMIN, Walter. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2014, p.15-23.

de acordo com Francisca Michelin, mais no sentido metafórico do que físico, pois nesse ambiente “pulsava o sentimento de ser habitante e cidadão de uma próspera e bela cidade”.³⁷²

Figura 19: Praça da República – Intendência Municipal e Bibliotheca Pública



Legenda: Intendência e Bibliotheca – Pelotas (14,8 x 19,2 cm)
Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XIV, 1926, s/p³⁷³

A peculiaridade da imagem³⁷⁴ encontra-se justamente no ângulo pouco convencional do registro fotográfico, que foi feito no interior do jardim, fazendo com que o espectador tenha a impressão de estar dentro da Praça, observando, muito possivelmente sentado em um banco, os automóveis estacionados e as grandes construções públicas – Intendência Municipal (à esquerda) e Bibliotheca Pública (à direita). Em 1838, os vereadores municipais já se preocupavam com o

³⁷² MICHELON, *op. cit.*, p.298.

³⁷³ Uma imagem semelhante foi publicada no *Almanach de Pelotas* de 1927.

³⁷⁴ Não foi possível identificar o que significa a inscrição “Bazar Edição Edison” que consta na imagem. Segundo Francisca Michelin, essas imagens eram provenientes de cartões postais. Cf. MICHELON, *op. cit.*, p. 310.

embelezamento do espaço urbano e, por conta disso, propuseram a construção de dois sobrados simétricos – a Prefeitura e a Bibliotheca³⁷⁵ – para aformosar a “Praça do Teatro”.³⁷⁶ Contudo, essas edificações ganharam a sua pedra fundamental apenas em 1878, sendo que suas construções começaram efetivamente apenas da década de 1880.

No âmbito político, a Intendência foi construída no decênio de 1880 a 1889, possivelmente pelos projetistas José Izella e Romualdo de Abreu e Silva.³⁷⁷ Durante o período Monárquico, o prédio abrigou a Câmara Municipal, que exercia as funções legislativas e executivas. Posteriormente, com a Proclamação da República (1889), o Paço transformou-se em Intendência Municipal, o que perdurou até 1930. No âmbito cultural e social, a Bibliotheca foi constituída, em 1875, pelo jornalista Antônio Joaquim Dias. Além de proporcionar um amplo acervo para a leitura, o espaço foi projetado para a realização de concertos, reuniões, palestras, saraus, entre outros eventos. Visando facultar o acesso ao letramento, a instituição também procurou oferecer cursos noturnos destinados aos trabalhadores livres e libertos após a promulgação da Lei do Ventre Livre (1871). Inicialmente, o prédio contava com apenas um pavimento, fundado em 1881, mas, em 1913, foi inaugurado o segundo andar. Atualmente, ambos os prédios ainda mantêm a mesma finalidade proposta à época de sua construção.

A tomada (figura 19) enfatiza a imponentia das duas propriedades, principalmente no que se refere à arquitetura, uma vez que os seus aspectos políticos e culturais não podem ser mensurados através de uma imagem. Ambos os prédios, apesar de não centralizados na fotografia, compõem efetivamente a imagem, e o ângulo buscado pelo fotógrafo privilegia as suas características arquitetônicas, visto que é possível observar a grandiosidade do prédio, as janelas, a sacada, os ornamentos e as escadarias. Mesmo após a construção de seu segundo pavimento a Bibliotheca não ultrapassou a altura da Intendência, logo, os dois prédios atuavam praticamente como uma única imagem, pois são muito similares estruturalmente e esteticamente. Através desta fotografia, percebe-se que em frente

³⁷⁵ **Ata da Câmara Municipal de Pelotas.** Sessão ordinária – 15 de setembro de 1848. Cf. MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852).** Pelotas: Pallotti, 2012, p. 141.

³⁷⁶ Fazendo uma clara alusão a presença do Theatro Sete de Abril.

³⁷⁷ PARADEDA, *op. cit.*, p. 210.

às referidas construções ficavam estacionados os automóveis – apontando para a importância da Rua XV de Novembro para a urbe pelotense.

Constata-se, ainda, no primeiro plano da imagem (figura 19) a presença de bancos na praça e como a remodelação do espaço, realizada em 1914, alterou a visão do ambiente, pois através das árvores o espectador podia contemplar o que estava do lado externo, tendo, assim, um olhar mais amplo do espaço urbano. Além de cumprir funções estéticas, os indivíduos poderiam passear e apreciar as tardes quentes e as noites amenas sentados embaixo de uma bela árvore, reverenciando e se beneficiando da modernidade urbana e a arquitetura predial. Essa tranquilidade também poderia ser conquistada a partir da contemplação do lago (figura 20).

Figura 20: Lago da Praça da República



Legenda: Um aspecto da Praça da República (14,2 x 9 cm)
Fonte: **Ilustração Pelotense**, ano II, n.05, 01 mar. 1920, p.04.

Além de esteticamente bonito, o lago atuava como uma espécie de recorte da natureza no meio da cidade. Nota-se, por exemplo, a presença de gansos na calmaria das águas e de pequenas árvores ao seu redor. Evidencia-se ainda que

alguns indivíduos estavam posando para o fotógrafo, mas, muito provavelmente, o foco fosse o senhor de terno branco que se encontrava na ponte sobre o lago. De acordo com Carlos Gonçalves Terra, a edificação de chafarizes, a construção de lagos e pontes, a vegetação variada de plantas, entre outros elementos, são alguns exemplos de soluções paisagísticas utilizadas no Brasil, como se pode constatar em Pelotas.³⁷⁸

Outro elemento visualmente e socialmente importante localizado junto à Praça da República foi o Clube Caixeiral (figura 21 e 22). A edificação ganhou destaque, principalmente, devido à sua monumentalidade. Este clube teve também uma grande importância para os fotógrafos pelotenses, pois as panorâmicas da praça e das ruas ao seu redor eram obtidas do alto desse estabelecimento.

Figura 21: Clube Caixeiral



Legenda: Praça da República, vendo-se ao fundo o edifício do C. Caixeiral (13 x 8,3 cm)
Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.01, 01 jan.1920, s/p.

³⁷⁸ TERRA, *op.cit.*, p.91.

Na fotografia acima, supostamente, o objetivo do fotógrafo era demonstrar a suntuosidade do prédio do Clube, na medida em que, apesar de a fotografia ter sido obtida de longe, no centro da Praça, o prédio salta aos olhos do espectador devido a sua grandiosidade – uma construção de esquina, majestosa, por sua altura e detalhes arquitetônicos.³⁷⁹ A própria legenda demonstra a intenção do editor, isto é, que o leitor observe o estabelecimento pelo interior da Praça e que perceba que a edificação se sobressai em um ambiente com prédios bem menores, como fica claro na imagem subsequente (figura 22). Antes da construção do Grande Hotel³⁸⁰, o Clube Caixeiral era o mais imponente dos prédios do entorno da Praça.

Figura 22: Clube Caixeiral



Legenda: Vista do edifício do Club Caixeiral e parte da Praça da República (13,5 x 7,8 cm)
 Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.13, 01 mar.1920, p.08.

³⁷⁹ Atualmente, o prédio não possui as duas torres que ficavam no topo da fachada principal.

³⁸⁰ O Grande Hotel foi construído, em 1928, ao redor da Praça da República. Essa iniciativa foi saudada pela municipalidade, pois era “um estabelecimento na altura de seus foros de civilização e progresso, [...] desde logo começou a ser objetivo da preferência dos itinerantes e ponto de “rendez-vous” predileto da primeira sociedade.” Cf. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVII, 1929, p. 76.

A figura 22, foi feita a partir da Rua Marechal Floriano, e torna-se significativa por ser uma tomada pouco usual da Praça da República. É plausível pensar que sejam raras as fotos tiradas sob este ângulo, pois através dele, não eram valorizados os prédios imponentes da cidade, tais como, a Intendência Municipal, a Bibliotheca Pública e o conjunto de casarões neoclássicos, que destacavam o progresso e modernidade fundamentada sob a arquitetura clássica.

No entanto, na Rua Lobo da Costa, oposta à Rua Marechal Floriano, não existia nenhum prédio alto o suficiente para que o fotógrafo conseguisse obter uma panorâmica da Praça com o Clube Caixeral e o Theatro Sete de Abril ao fundo. Por conta disso, nas tomadas feitas dessa via pública, o fotógrafo geralmente encontrava-se no mesmo ângulo, ou seja, no alto da torre do Clube Caixeral, já que não havia outro prédio tão majestoso neste lado da Rua Marechal Floriano.

Percorrer a Praça da República para os viajantes e espectadores, como Abadie Faria Rosa muito provavelmente fez, era conhecer a parte mais importante da cidade, em virtude das edificações construídas no seu entorno. Mais do que isso, a praça simbolizava o principal espaço de sociabilidade dos pelotenses e o êxito do projeto de embelezamento da cidade, superando definitivamente a percepção que havia sobre ela no século XIX, quando se encontrava cercada, limitando, conseqüentemente, o acesso dos moradores a este espaço (figura 23).

Figura 23: Antiga Praça da República



Legenda: Praça D. Pedro II, hoje da República³⁸¹ (10,4 x 6,5 cm).
 Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.13, 01 jul.1920, p.10.

A Praça da República foi construída em 1829, a partir da doação do terreno por Mariana Eufrásia da Silveira, cujo propósito era a construção de um logradouro ou de uma Praça para a população.³⁸² No primeiro momento, ao redor da praça se deu a construção da Câmara Municipal, de uma escola pública e do Theatro Sete de Abril. Na área central, no lugar do chafariz francês, estava localizada a forca destinada aos escravizados. Esse instrumento de execução já havia sido erguido anteriormente, em frente ao cemitério, mas, em 1850, ele foi deslocado para esse ambiente.

Entretanto, analisando a fotografia acima (figura 23), tirada no sentido da Rua Marechal Floriano, percebe-se que antigamente a Praça da República era completamente cercada de grades. O cercamento visava evitar a entrada de escravos, futuros libertos e, também, de animais. Além disso, o restante do ambiente era descampado e sem vegetação, por isso, o local não ostentava nenhum atrativo

³⁸¹ Essa imagem também foi publicada nas edições de 07 de setembro de 1922 e 16 de junho de 1925 da *Ilustração Pelotense*.

³⁸² LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 30 dez. 1911, n.03, p. 41.

para a população e sequer era convidativa para o deslocamento dos transeuntes pelo seu interior.³⁸³ Olhando sob essa perspectiva, a Praça não se apresentava atrativa aos viajantes e aos moradores da cidade, uma vez que a cerca inibia o deslocamento por todos os espaços do ambiente.

Por intermédio da legenda, verifica-se que a praça teve seu nome alterado, o que ocorreu em virtude da visita do Imperador, em 1865. Antes disso, ela já havia recebido outros nomes, tais como Pelourinho, Povoação e Regeneração. Todavia, a partir de 1895, passou a ser denominada Praça da República – nomenclatura que perdurou até o ano de 1931, quando passou a se chamar Praça Coronel Pedro Osório, nome que mantém até hoje.

Após as reformulações, a Praça da República ganhou um status de espaço de sociabilidade para a elite local. Nela, muitos realizavam seu *footing* diário, os enamorados trocavam olhares, alguns conversavam à sombra de uma árvore, enquanto outros admiravam o belo lago e as roseiras ou, então, deslocavam-se entre os teatros Sete de Abril e Guarany. Ademais, esse recinto congregava todos os aspectos próprios da modernidade (figura 24), despertando a atenção do escritor Abadie Faria Rosa em seu regresso a Pelotas.

³⁸³ PARADEDA, *op. cit.*, p.246-247.

Figura 24: Praça da República



Legenda: Um trecho da formosa Praça da República, frente à rua 15 de novembro (26 x 18,6 cm).
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.12.

O primeiro aspecto que chama a atenção do observador diz respeito ao enquadramento da fotografia, pois ela foi dividida a partir de um poste de iluminação elétrica em um canteiro localizado na Rua XV de Novembro. Durante o século XIX, a luminosidade era fornecida por intermédio de lampiões, no entanto, eles apenas ofereciam noites com “uma claridade mortiça, entremeada de sombras, algumas vezes assustadoras”.³⁸⁴ Em 1850, eles foram substituídos por combustores a gás hidrogênio e, em 1891, houve uma tentativa para a instalação da energia elétrica no município a partir da disposição de uma usina na Rua General Osório esquina com a Rua Tiradentes. Como a proposta fracassou, em 1893 ocorreu uma nova tentativa de estabelecimento da luz através de proposição do Sr. Antonio Manoel de Azevedo Caminha, que, infelizmente, também não teve êxito.³⁸⁵ O empreendimento somente foi bem-sucedido em 1914, quando a energia elétrica foi efetivamente instalada no centro urbano, incluindo a Praça da República.

³⁸⁴ GUTIERREZ, *A arquitetura...*, p.215.

³⁸⁵ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p.110-111.

A partir de então, quando o sol se punha e a noite cobria a Princesa do Sul, as luzes se acendiam e o cotidiano não findava. Por mais que existisse uma mística da noite e, especialmente, em relação aos seus perigos, ela atraía os habitantes tanto pelo clima ameno no verão, quanto pela neblina das noites de inverno. Na penumbra da noite, os indivíduos se perdiam nas geometrias da urbe pelotense, nos espetáculos e nas diversões noturnas, apreciando a localidade a partir de outra perspectiva. Conforme Walter Benjamin, o fenômeno da rua associa-se ao desenvolvimento da iluminação – ainda a gás, na época de Baudelaire – justamente porque ela aumentava o grau de segurança da cidade e a multidão sentia-se em casa nela. O autor, no entanto, não deixa de manifestar sua tristeza, ao constatar que as estrelas e a lua já não eram mais dignas de menção³⁸⁶, sendo ofuscadas pelas luzes artificiais. A noite só não era atraente para os fotógrafos realizarem o seu ofício, na medida em que ainda não existiam tecnologias (como o *flash*) para facilitar a obtenção visual sem o recurso da luz natural.³⁸⁷

Outro elemento que chama a atenção do espectador na imagem anterior diz respeito à presença de indivíduos bem vestidos e apresentáveis – os homens trajam ternos e as mulheres vestidos. Provavelmente, essa fotografia foi realizada após a saída da matinê no Theatro Guarany. Essa hipótese baseia-se no ângulo sob o qual o fotógrafo realizou o registro visual – entre as ruas Marechal Floriano e XV de Novembro – e na quantidade de transeuntes que circulavam na Praça – o número de pessoas nas imagens anteriormente analisadas é ínfimo se comparado ao registrado nesta fotografia. É interessante perceber que, mesmo que a imagem tenha sido obtida entre duas esquinas, apenas a Rua XV foi evidenciada através da legenda.

Eventualmente, o motivo para a menção feita apenas à Rua XV tenha sido o grande contingente de automóveis (estacionados em frente à Intendência e Bibliotheca) em oposição ao número de carroças (em frente ao Sete de Abril), que constituíam um vestígio da cidade colonial. Vale lembrar que ainda eram poucos os pelotenses que possuíam recursos financeiros para adquirir um automóvel ou, então, para alugá-lo. É, por isso, plausível supor que ambos os meios de transporte aguardassem os espectadores das sessões de cinema ou teatro. Constata-se,

³⁸⁶ BENJAMIN, *O flâneur...*, p.47.

³⁸⁷ Apesar disso, foi possível o registro de algumas imagens noturnas, principalmente através da iluminação elétrica. No capítulo seguinte, analisaremos uma imagem realizada a noite.

ainda, que esses elementos nos fornecem uma ideia de organização espacial da cidade, sendo que cada um ocupava o seu espaço dentro do meio urbano. Além disso, a fotografia apresenta também uma ideia de movimento, aspecto que serviu de inspiração para J. Martinho:

Esta cidade, em verdade civiliza-se. Temos o reflexo de uma grande cidade. Basta transitar pela Rua 15 – artéria principal, ao depararmos com os guardas policiais, postados, com o seu pauzinho, a fim de evitar os choques, desgraças, devido ao acúmulo de autos, bondes, carruagens, próprios de uma população grandiosa. É que, sendo tal o movimento, os guardas cochilam e, ai, sonham, e despertados então pelo fon-fon de um auto, ou pelo esbravejar dos que esperam os celebrados bondes, em sua marcha sem horário.³⁸⁸

Parece-nos pertinente a analogia proposta por J. Martinho ao relacionar o movimento da urbe com a ideia de civilização. Entretanto, cabe a indagação: o que era ser civilizado? O termo em si remonta à França iluminista e seu sentido está vinculado à ideia de ser “bom, urbano culto e educado”, contrapondo-se à ideia de “barbárie, violência, selvageria”, ou seja, ser civilizado era um ideal a ser seguido por todos os países e os seus respectivos indivíduos.³⁸⁹ Não obstante, e aprofundando o debate, pode-se estender a questão também à percepção de cidade, como o próprio cronista sugere. Para isso, corrobora a análise feita por Zita Possamai, que constata a existência de duas visões sobre Porto Alegre. De um lado, a cidade colonial, com um traçado irregular, com becos e ruelas, pontes, portões, com carência de água potável, sem rede de esgotos, ruas mal pavimentadas e iluminadas. E, do outro, a urbe moderna, com ruas planejadas, com largas avenidas, com espaços verdes remodelados, com praças e com novos hábitos entre os moradores.³⁹⁰

Dessa forma, o ser civilizado era sinônimo de ser moderno. A mesma ideia foi observada por Ana Maria Mauad, que, em sua análise sobre o Rio de Janeiro, a então capital brasileira, constata que a organização do espaço e a introdução de novos meios de transporte no ambiente urbano, trazem à tona uma imagem de

³⁸⁸ MARTINHO, J. Croniqueta. **O Rebate**, Pelotas, 01 jun. 1921, p.01.

³⁸⁹ SILVA, Kaila Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. *Civilização*. In: SILVA, Kaila Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique (org.). **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 59.

³⁹⁰ POSSAMAI, *Cidade...*, p.36-53.

cidade transformada em cartão postal da modernidade³⁹¹, cuja narrativa visual contribuiria para evidenciar esse aspecto.

Sob esta perspectiva, a fotografia (figura 24) destaca esses elementos “civilizatórios”, tornando-se um cartão postal da modernidade pelotense. Esta, com certeza, pode ter sido a razão para que Abadie Faria Rosa tenha denominado a Praça da República como o coração do município. Caminhando por este espaço, o *flâneur* se deixou envolver pela arquitetura majestosa dos prédios, pelos jardins geometrizados, pelas casas comerciais, pelos meios de transporte e pelas pessoas que por ela circulavam. Na condição de recém-chegado à cidade, ele registra a urbe através de uma narrativa repleta de evocações e comparações com uma Pelotas que já não mais existia. Já o fotógrafo, registra a urbe civilizada com os olhos voltados para o futuro.

2.5: “Alegrei-me ante o aspecto do nosso teatro renovado”:

Ao circular nas imediações da Praça da República, Abadie Faria Rosa, com certeza, avistou o Theatro Sete de Abril “localizado no ponto mais central e frequentado da cidade.”³⁹² A casa de espetáculos foi inaugurada em 07 de abril de 1832, transferindo-se em 03 de dezembro de 1833 para o prédio atual, que se localiza no entorno da Praça da República.³⁹³ No decorrer de sua história, realizou espetáculos em prol da Santa Casa de Misericórdia, da Beneficência Portuguesa, do Asilo de Órfãos e Desvalidas ou em benefício da libertação dos escravos. Desde a sua inauguração, o Theatro despertou a atenção dos pelotenses e dos viajantes que desembarcavam na localidade.

Se para o viajante Arsène Isabelle, que visitou a cidade no século XIX, a Vila de São Francisco de Paula possuía um “teatro muito bonito, realmente elegante e cômodo”,³⁹⁴ para A. Augusto de Pinho, o teatro possuía um “edifício vistoso, ornado de colunas no revestimento exterior [...] a sala dos expectadores é espaçosa e

³⁹¹ MAUAD, *O espelho...*, p.286-287.

³⁹² **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.102.

³⁹³ O Theatro Sete de Abril encontra-se fechado ao público, desde 2010, devido a reformas em sua estrutura.

³⁹⁴ ISABELLE, *op. cit.*, p. 80.

ornada com três ordens de camarotes, o palco está bem colocado e disposto”.³⁹⁵ Como se pode constatar, ambos ressaltaram a beleza arquitetônica do prédio, entretanto Augusto de Pinho afirmou que “[...] a pintura interna como externa está, porém muito estragada, e a iluminação nas noites de espetáculos é insuportável”.³⁹⁶ Esta situação só foi contornada no ano de 1916, quando o edifício foi inteiramente reformado e remodelado (figura 25) para aumentar o conforto dos espectadores, dos artistas e a fim de melhorar a sua aparência externa.³⁹⁷

Figura 25: Theatro Sete de Abril



Legenda: Fachada do Theatro 7 de Abril (9 x 12 cm)
Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.102.

³⁹⁵ PINHO, *op. cit.*, p. 51.

³⁹⁶ *Idem, ibidem*, p. 51.

³⁹⁷ Após sofrer uma reestruturação, o teatro passou a contar com 500 lugares na plateia e 300 nas galerias, 26 camarotes no primeiro andar e 18 no segundo. Cf. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano V, 1917, p. 190.

A imagem que retrata o Theatro Sete de Abril se distingue das que já analisamos porque foi tirada no sentido vertical. Provavelmente, essa escolha foi feita para enfatizar o prédio em si – que domina completamente a fotografia. Para Zita Possamai, as tomadas verticais são geralmente realizadas de edificações com vários pavimentos, isolando o prédio do seu contexto e, por isso, valorizando-o morfológicamente.³⁹⁸ De fato, como se pode observar, a imagem que analisamos deixa muito evidente os ornamentos do prédio, a fachada, as portas, as janelas, a marquise de ferro sobre as portas, entre outros elementos. Era inegável a relevância do Sete de Abril³⁹⁹ tanto para os pelotenses, quanto para a Província do Rio Grande do Sul, afinal, ele era a melhor casa de espetáculos do início do século XIX.⁴⁰⁰ Abadie Faria Rosa, inclusive, manifestará sua alegria ao ver as mudanças ocorridas naquela importante casa de espetáculos. Contudo, um novo empreendimento cultural movimentou a cidade de Pelotas: a construção do Theatro Guarany (figura 26).

Inaugurado em 1921, o prédio era importante pela sua grandiosidade, tanto por seu projeto arquitetônico, quanto em termos culturais. Por conta disso, o *Almanach de Pelotas* classificou o evento como o “acontecimento do ano”.⁴⁰¹ Do ponto de vista estrutural, o prédio contava com 81 camarotes – divididos em dois andares – 1.088 lugares na plateia e 1.200 na geral.⁴⁰² O novo teatro teve sua construção atrelada à criação do cinematógrafo, que, por ser acessível a um número maior de espectadores, era extremamente lucrativo. Além disso, faltava um espaço de grande porte para acomodar essa produção, uma vez que o Sete de Abril era um ambiente restrito e, geralmente, estava locado para espetáculos teatrais. Por esse motivo, houve a construção daquele que viria ser conhecido, à época, como o “maior cinema-teatro do país”.⁴⁰³

³⁹⁸ POSSAMAI, *Narrativas...*, p.64.

³⁹⁹ Devido a sua importância cultural e arquitetônica, em 1979, o teatro foi tombado pelo Patrimônio Histórico Nacional.

⁴⁰⁰ SANTOS, Klécio. **O teatro do Imperador**. Porto Alegre: Libertos, 2012, p.17.

⁴⁰¹ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano X, 1922, p.293.

⁴⁰² CALDAS, Pedro Henrique. SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Guarany**: o grande teatro de Pelotas. Pelotas: Semeador, 1994, p.24.

⁴⁰³ *Idem, Ibidem*, p.14.

Figura 26: Theatro Guarany



Legenda: Vista do Theatro Guarany (12 x 8 cm)
Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano X, 1922, s/p.

A tomada feita pelo fotógrafo permite que o observador perceba a imponência do prédio que possui quatro andares, diversas esculturas no topo da estrutura e uma marquise na parte frontal. O espectador encontra-se entre duas esquinas – Rua Lobo da Costa e a Gonçalves Chaves – e o ângulo escolhido visa demonstrar a grandiosidade do prédio e as suas características arquitetônicas. A imagem ainda é ornada com alguns traços gráficos, com a finalidade de emoldurar o teatro.

No entanto, é interessante ressaltar que embora o público já desfrutasse do cinema e das peças teatrais há um ano, a parte lateral do estabelecimento não contava com calçamento. Isto parece demonstrar que apesar de o Guarany ser um dos espaços mais importantes da cidade e estar localizado na zona central, mais precisamente a uma quadra da Praça da República, as reformas urbanas (calçamento) não eram tão simples de serem efetivadas, pois demandavam recursos da administração municipal.

Não obstante, pode-se imaginar a movimentação dos cavalheiros e das damas elegantes da aristocracia pelotense chegando ao deslumbrante teatro e enchendo os seus pés de terra da via pública. A circulação de transeuntes e de automóveis foi, com certeza, prejudicada com as dificuldades de acesso, mas isso não diminuiu a beleza do empreendimento e o afluxo dos pelotenses ao teatro, tanto que até hoje ele é referência na cidade.

Classificados como os acontecimentos do ano, a construção e a inauguração do Guarany conquistaram diversas páginas de jornal, sendo reverenciados por três cronistas. Primeiramente, o escritor J. Costa Siqueira falou sobre as suas impressões acerca da edificação:

Ali, tudo obedece à estética, à arte, ao bom gosto, ao conforto, ao belo, ao maravilhoso, tanto é próprio para o frio, como para o calor, há ventilação, há higiene, há luzes, deslumbrantes escadarias, terraços, bar, saguões, salas de espera e uma infinidade de compartimentos próprios e um monumento desta ordem, e que me seria difícil enumerá-los. A decoração extasia, deleita, encanta, faz até lembrar os museus da antiga Grécia. [...] O frontispício então é um mimo. A entrada é simplesmente deslumbrante. Colunas à direita e colunas à esquerda, um verdadeiro labirinto aprimorado pelo bom gosto [...]⁴⁰⁴

A proposta do escritor era justamente a de enfatizar os aspectos modernos que o prédio apresentava, como por exemplo, a iluminação, a exuberância arquitetônica e a higiene. Além disso, ele fez questão de exaltar a estética do empreendimento, fazendo até alusão à Grécia antiga. Curiosamente, no decorrer do século XIX, Pelotas além de ser conhecida como a *Princesa do Sul* também recebeu a denominação de *Atenas do Sul*: “Esta designação só poderia ter uma cidade cuja acolhida da cultura, da arte e da erudição fosse intensa, através da constituição de sociedades literárias, companhias dramáticas e saraus”.⁴⁰⁵

Já o cronista Semper – possivelmente um pseudônimo – escreveu cinco artigos sobre o Theatro Guarany. Além de classificar a obra como grandiosa, imponente e formosa, ele enalteceu o “yankismo” dos criadores Francisco Santos,

⁴⁰⁴ SIQUEIRA, J. Costa. Minhas impressões. **O Rebate**, Pelotas, 25 fev. 1921, p.01.

⁴⁰⁵ BORGES, Luís. KOSCHIER, Jacqueline. Literatura. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.181.

Rosauro Zambrano e Francisco Vieira Xavier, em razão do investimento de uma “colossal fortuna na construção [...], precisamente no momento que se recolhem grandes fortunas improdutivamente aos bancos [...] neste momento de incertezas, só esse fato seria necessário para que lhe déssemos o título de beneméritos”.⁴⁰⁶ Cabe ressaltar que a construção do Guarany aconteceu logo após o término da Primeira Guerra Mundial, ou seja, quando houve uma recessão econômica mundial, e qualquer empreendimento requeria certos cuidados.⁴⁰⁷ Após enaltecer a obra e os seus criadores, o cronista opta por discutir sobre qual seria a vestimenta mais apropriada para participar da inauguração daquele espaço cultural:

Não restará a menor dúvida que a um resumido grupo de “parvenus” é muito agradável a exigência feita não sabemos porque, nem por quem, de frequentar-se o teatro lírico casualmente trajado. Convenhamos – falando com toda a sinceridade – que envergar-se uma casaca dez, quinze e até vinte noites a seguir, sem descanso, não só é uma massada, mas como é um ótimo meio de afastar-se grande número de pessoas do teatro. O uso da casaca no teatro lírico é desculpável nos grandes centros, nas grandes capitais, [...] mas, nos centros “médios” como o nosso, esse não absolutamente não se justifica. [...] a empresa proprietária do grandioso Teatro Guarany vai fazer forte campanha para ser abolida a casaca entre os seus frequentadores, pois essa empresa deseja que o público frequente aquele bellissimo teatro como um caso muito natural, sem *toillets* especiais, de modo que possa ir do cinema ao teatro e do teatro à mais íntima visita e daí a um café, a um jardim, sem obrigar a mudança de roupas.⁴⁰⁸

O primeiro elemento a ser considerado na crônica de Semper é o fato de a indumentária causar um debate na imprensa local. A partir do momento em que a reivindicação do escritor foi levada em consideração pela administração do teatro, percebe-se que havia a intenção de torná-lo mais acessível aos pelotenses, não havendo a obrigatoriedade de adoção de um traje específico, o que fica evidenciado na aceitação da proposta feita pelo cronista que, em texto subsequente, afirma:

⁴⁰⁶ SEMPER. Theatro Guarany. **O Rebate**, Pelotas, 12 mar. 1921, p.02.

⁴⁰⁷ Em 1916, inaugurou-se em Pelotas o suntuoso prédio do Banco Pelotense (entre as ruas Andrade Neves e Marechal Floriano). Em 1926, inauguraram-se os prédios do Banco da Província do Rio Grande do Sul e do Banco do Brasil (ambos no entorno da Praça da República).

⁴⁰⁸ SEMPER. Theatro Guarany. **O Rebate**, Pelotas, 17 mar. 1921, p.02.

[...] enquanto aqui fora a multidão mudamente [sic] delirava, lá dentro, um sorriso franco e jovial perpetuamente passava nos lábios formosos das encantadoras senhoras e senhorinhas, enquanto os cavalheiros (felizmente em esmagadora minoria casacalmente [sic] vestidos) nos seus trajes de paletós, acompanhando o nosso grito sincero de “abaixo as casacas”, lá estavam, também, alegres e satisfeitos, enchendo a vasa plateia. Era a satisfação geral, o contentamento de todos.⁴⁰⁹

A partir do registro feito pelo escritor, sabe-se que o público adotou a sua proposição e que, para a ocasião, se trajou de uma maneira mais despojada. É interessante perceber a relação estabelecida entre o cronista e o público leitor, na medida em que ao analisar as duas crônicas conjuntamente, percebe-se a resposta dos leitores ao autor, pois ele havia solicitado a ausência de casacas e ele mesmo aferiu, no texto posterior, que a população acatou a sua sugestão. Nesse sentido, Semper estabeleceu um elo entre ele e o público, uma perspectiva típica desse gênero literário.⁴¹⁰

Além de propor que o teatro deveria aceitar o ingresso de pessoas vestidas mais casualmente, a fim de abarcar uma coletividade maior, outra medida para atrair os espectadores foi baratear os custos das apresentações e das exibições cinematográficas a partir da oferta de um plano mensal. Na realidade, a estratégia da administração não era efetivamente de tornar o ambiente mais acessível, mas, sim, de atender os interesses das classes dominantes que viajavam para a campanha ou para as praias de veraneio e não frequentavam o teatro no período do verão, além dos seus próprios interesses. Dessa maneira, a assinatura anual foi transformada em mensal.⁴¹¹ “O pelotense que ama a sua terra, que sabe dar valor ao trabalho alheio, que compreende o quanto de grandeza representa a majestade do “Guarany”, sem perda de tempo, deve ir tomar a sua assinatura”.⁴¹²

De acordo com Pedro Caldas e Yolanda dos Santos, os valores cobrados pelos espetáculos no Theatro Guarany eram bem inferiores àqueles que eram cobrados pelo Sete de Abril. Ainda assim, uma parcela da população tinha

⁴⁰⁹ SEMPER. Theatro Guarany. **O Rebate**, Pelotas, 02 mai. 1921, p.02.

⁴¹⁰ De acordo com Chalhoub, Neves e Pereira, a crônica é um gênero de diálogo entre autor e público: “se o cronista fazia dos seus artigos um modo de intervir na realidade, influenciando os leitores, por outro ele também era influenciado por eles, cujas expectativas e interesses ajudavam a definir temas e formas”. Cf. CHALHOUB; NEVES; PEREIRA, *op. cit.*, p. 17.

⁴¹¹ SEMPER. Theatro Guarany. **O Rebate**, Pelotas, 01 abr. 1921, p.02.

⁴¹² SEMPER. Theatro Guarany. **O Rebate**, Pelotas, 01 abr. 1921, p.02.

dificuldade para adquirir uma assinatura completa ou entradas avulsas, o que fez com que a organização programasse um dia de “teatro lírico popular”, visando disponibilizar uma sessão mais acessível.⁴¹³ Para o escritor Sylvio, a vantagem do Guarany era a sua amplitude, podendo abarcar espetáculos com preços mais módicos.⁴¹⁴

No entanto, baratear a entrada nos espetáculos e facultar o acesso de espectadores com vestes menos formais não significava que todos os pelotenses usufríssem do teatro, uma vez que a população negra foi proibida e impedida de frequentar aquele espaço cultural. No dia 11 de junho de 1921, ou seja, no mês seguinte à inauguração do Guarany, foi publicada uma crônica, assinada sob o pseudônimo X – devido à natureza delicada e ao viés político do tema –, que falava sobre a revolta dos negros:

É a nota do dia a questão da revolta da raça etiópica, contra a empresa do teatro “Guarany”, que proibiu a entrada de gente de cor na plateia. Ora, essa celeuma, essa algazarra dos pretos não tem razão de ser por um lado, pois qualquer proprietário pode vedar a entrada de quem quer que seja; por outro lado existe razão pela raça reprimida: porque nós brasileiros, infelizmente, não temos essa aristocracia de “sangue” nobre. Basta lermos a nossa história para certificar-nos.⁴¹⁵

Ao analisar a citação⁴¹⁶ acima, uma questão salta aos olhos do leitor, o fato de o cronista desconsiderar a população afrodescendente na cidade de Pelotas e a utilização de termos pejorativos, tais como: “gente de cor”, “preto” e “raça etiópica”. Como mencionado no capítulo anterior, no período áureo das charqueadas, a população escravizada em Pelotas cresceu significativamente devido às atividades que desempenhava nos saladeiros, fazendo com que em 1890, dois anos, portanto, após a assinatura da Lei Áurea, aproximadamente um terço da população urbana pelotense fosse formada por negros.⁴¹⁷ A presença de negros na cidade está evidenciada nas diversas entidades mutualísticas, nos clubes carnavalescos e nos

⁴¹³ CALDAS; SANTOS, *op. cit.*, p.56.

⁴¹⁴ SYLVIO. Teatro Guarany. **O Rebate**, Pelotas, 14 de out. 1921, p.01.

⁴¹⁵ X. Coisas do dia. **O Rebate**, Pelotas, 11 jun. 1921, p.01.

⁴¹⁶ É preciso enfatizar o caráter combativo que o jornal *O Rebate* possuía, na medida em que ele era uma publicação de oposição ao Partido Republicano.

⁴¹⁷ LONER, Beatriz Ana. Negros. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.202.

jornais que eles fundaram com a finalidade de promover o convívio social, de lutar contra o preconceito e de fortalecer redes de compadrio, entre outros aspectos.

Vale lembrar que nos anos finais do século XIX e na primeira década do século XX, escritores do período como Silvio Romero e Nina Rodrigues afirmavam que o problema brasileiro era a “mistura das raças”. Para eles, a “mestiçagem, longe de ‘branquear’ a população, ou de ser capaz de criar no futuro um ‘mestiço superior e civilizado’, era um mal a ser combatido, pois, ao invés de ‘elevar as raças inferiores’, acabaria por ‘rebaixar os brancos’”.⁴¹⁸ A partir da década de 1910, a eugenia passou a ser legitimada por políticos e intelectuais, que defendiam a intervenção do Estado nos grupos sociais e nas famílias. Esta interferência deveria se dar através da imposição de hábitos de higiene – como, por exemplo, a criação dos sanitários públicos abordados no capítulo anterior – da obrigatoriedade de cuidar da saúde, da interdição de casamentos inter-raciais, do afastamento de indivíduos com doenças físicas e mentais e do isolamento de grupos considerados “racialmente inferiores”.⁴¹⁹ Nesse sentido, a proibição da entrada de pessoas negras no Guarany era tributária desta visão discriminatória e se inseria dentro deste contexto.

Diante dessa perspectiva, o escritor afirmava que os negros deveriam aceitar a posição assumida pela administração do Theatro Guarany, afinal eles poderiam proibir qualquer indivíduo de frequentar o estabelecimento privado. O certo é que, diferentemente de um negro, um indivíduo pobre não teria negada a sua participação nos eventos. Apesar de a administração ter se preocupado em facilitar o acesso ao teatro, eliminando a obrigatoriedade de vestes formais para os espetáculos, os negros, mesmo aqueles com condições financeiras para comprar os ingressos, se viram privados de participar da cena cultural pelotense. A exclusão social dos negros pode ser também observada nas fotografias publicadas na revista *Ilustração Pelotense* (figura 27).

⁴¹⁸ NAPOLITANO, *op. cit.*, p.46.

⁴¹⁹ *Idem, Ibidem*, p.46.

Figura 27: Praça da República após a vespéral do Guarany



Legenda: A praça da República após a vespéral do Guarany (10,5 x 6 cm)
 Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VII, n.02, 16 jan. 1925, p.11.

Ao analisarmos a fotografia acima, reforça-se a ideia de que o cinematógrafo e as peças eram espetáculos que levavam muitos pelotenses para os teatros. De acordo com a legenda e, pela própria luminosidade captada pelo fotógrafo, constata-se que a imagem foi realizada no turno da tarde, provavelmente, no final de semana, devido à quantidade de pessoas que circulavam na Praça após o vespéral. Aparentemente, não é perceptível a presença de indivíduos negros na fotografia, o que parece corroborar o texto da crônica anterior sobre a sua proibição no Guarany. Dois elementos são importantes para compreender as omissões presentes na imagem acima (figura 27). A primeira delas relaciona-se com a proibição dos negros de frequentarem o Theatro Guarany, o que se traduziria na sua ausência nas imagens.⁴²⁰ Outro aspecto importante da fotografia acima diz respeito ao suporte em que ela foi divulgada – a *Ilustração Pelotense*. Essa publicação caracterizava-se

⁴²⁰ Boris Kossoy entende que se faz necessário a contextualização histórica que “circunscreveu no tempo e no espaço o ato da tomada do registro.” A partir disso, a fotografia deixa de ser uma mera ilustração e passa a ser um indício para tentarmos desvendar o passado. KOSSOY, *Realidades...*, p.24.

por ser uma obra voltada para o “mundo elegante”⁴²¹ e, por conta disso, difundia imagens de homens, mulheres e crianças da aristocracia pelotense. Em função disso, indivíduos que não faziam parte desse conjunto restrito – como, por exemplo, operários, negros e pobres – estavam ausentes da publicação.

Essa prática também foi observada na Revista do Globo (década de 1930) por Cláudio de Sá Machado Júnior, que, ao analisar a sociedade porto-alegrense através dessa publicação, percebeu que nela os negros não estavam representados nas fotografias, somente a elite detentora de certo privilégio na cidade.⁴²² Não obstante, outra minoria despertou a atenção do nosso narrador: as mulheres, que circulavam pela cidade e frequentavam os teatros.

2.6: “A cidade maravilhosa dos jardins ambulantes”:

Flanando pela cidade de Pelotas, Abadie Faria Rosa, além de se deparar com as melhorias que a modernidade havia proporcionado para Pelotas, com certeza, encontrou-se com as mulheres pelotenses nos teatros, nas missas ou desfrutando das horas de lazer nos espaços públicos. Recorrendo a uma analogia com os jardins, o autor classificou o gênero feminino como belo e encantado, algo que as fotografias seguintes (figura 28, 29, 30 e 31) parecem sugerir.

⁴²¹ **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano I, n.01, 01 jan. 1919, p.01.

⁴²² MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Imagens da Sociedade Porto-Alegrense: Vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

Figura 28: Saída da matinê



Legenda: Regressando da matinê (10,5 x 7 cm).

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.04, 15 fev. 1920, p.07.

A imagem acima nos traz novamente o registro de pessoas saindo da matinê no teatro. Apesar da campanha contra o uso de casacas, como visto anteriormente, as duas imagens anteriores (figura 27 e 28), parecem demonstrar que os frequentadores se vestiam com esmero, utilizando chapéus, ternos e sapatos sociais para ir a casa de espetáculos. Presumivelmente, o público retratado pelo fotógrafo estava cruzando o entorno da Praça da República, o que se deduz pela presença do bonde e pela vegetação ao fundo. Dois aspectos merecem ser destacados nas figuras 27 e 28, em especial, na última. O primeiro diz respeito às meninas que, vestidas à semelhança das adultas, muito provavelmente, suas mães, foram registradas pelo fotógrafo. O segundo aspecto que merece ser destacado é o número expressivo de mulheres nas duas imagens, o que parece confirmar a frequência aos teatros e aos demais espaços de sociabilidade e lazer da cidade (figura 29, 30 e 31).

Figura 29: Senhoras na Praça



Figura 30: Senhoras na Praça



Legenda: Senhorinha Moreira e Fournier, na Praça da República (10 x 6 cm).

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.12, 16 jun. 1920, p.13.

Legenda: Na Praça – Três lindas pelotenses (6 x 9 cm)

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.04, 15 fev. 1920, p.05.

Figura 31: Senhoras no chafariz



Legenda: Gentes pelotenses na Praça da República (14,2 x 4,5 cm)

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano III, n.01, 01 jan.1921, p.07.

As imagens acima destacam pontos diferentes da Praça da República – os jardins e o chafariz. No entanto, eles parecem ficar em segundo plano, já que o centro das fotografias está nas mulheres que circulam no ambiente urbano. Assim como nas imagens anteriores, percebe-se que as vestimentas que estas mulheres usam as distinguem socialmente de outras pelotenses, já que usam vestidos, chapéus, sapatos de salto e algum tipo de acessório, como por exemplo, colares e bolsas. As fotografias são acompanhadas de legenda, que as adjetivam como “senhoras lindas e gentis”, logo, mulheres casadas. Era bastante comum que a *Ilustração Pelotense* empregasse adjetivos para as damas fotografadas, dentre os quais se destacam os termos galante, graciosa, mimosa, interessante, entre outros. Nesse sentido, fica claro que o objetivo da publicação era o de retratar, a elite local, com destaque para as “damas” que integravam a aristocracia pelotense.

Deve-se, no entanto, questionar a representatividade feminina no espaço urbano, pois nas imagens anteriormente analisadas, elas não se faziam presentes, como por exemplo, na figura 13. Uma possível justificativa para a ausência ou a presença de mulheres em certas tomadas fotográficas da cidade de Pelotas pode estar ligada ao meio de sua divulgação. Vale lembrar que as fotografias da Rua XV (figura 13) encontram-se no *Álbum de Pelotas* e que as imagens das damas na Praça foram publicadas na *Ilustração Pelotense*. Essa diferenciação é importante, na medida em que cada um dos periódicos apresenta objetivos distintos e isso fica evidente na seleção das imagens que divulgam. No primeiro caso, a finalidade era divulgar o município em um evento sobre o Centenário da Independência do Brasil, enquanto que a revista almejava ser a publicação do mundo elegante, ou seja, difundir as fotografias como uma representação da elite local.

Deve-se, ainda, considerar que as mulheres até podiam frequentar espaços de sociabilidade, como a praça e o teatro, mas sempre acompanhadas do marido ou do pai. A análise que Cláudio de Sá Junior fez dos retratos femininos publicados na Revista do Globo revelou que algumas fotografias eram acompanhadas do nome do marido e de sua profissão, atestando a condição de submissão em que elas se encontravam. Assim, embora as mulheres da elite estivessem presentes nas fotografias, elas não tinham autonomia ou liberdade para circularem pelos espaços de sociabilidade da urbe. No caso da Revista do Globo, a publicação primava por

fazer enquadramentos do rosto feminino,⁴²³ algo que também pode ser observado na *Ilustração Pelotense*, em que as fotos das damas eram acompanhadas de legendas que reforçavam sua beleza e amabilidade e, especialmente, de comportamentos sociais valorizados e tidos como adequados.

Em um estudo sobre o material escrito por mulheres, para e sobre elas na revista, Taiane Mendes Taborda constatou um progressivo aumento nesse tipo de publicação ao longo dos anos, devido a um novo nicho de mercado encontrado pelos editores – o mundo feminino. Mas, de acordo com a autora, “a narrativa é a mesma: a mulher tem um papel definido que gira em torno do mundo masculino, sob o controle do pai e depois do cônjuge”.⁴²⁴ Mais do que isso, a revista difunde um perfil feminino que atendia a expectativa de um público leitor que pretendia manter as mulheres no lar e devotadas à família: “Senhorinhas educadas, dóceis, religiosas e satisfeitas com suas vidas eram ilustradas nas páginas da revista”.⁴²⁵ Existia, portanto, um modelo idealizado de mulher e de sociedade que pode ser observado nas fotografias. Principalmente, se levarmos em consideração que a publicação era editada por homens.

Isto significa dizer que apesar de estarem sendo registradas pelos fotógrafos, as mulheres seguiam tendo um papel bem definido socialmente – de filha, esposa e mãe. A despeito disto, deve-se ressaltar o fato de que as imagens atestam que as mulheres circulavam nas vias públicas da cidade e que frequentavam esses espaços de sociabilidade. E a literatura muito contribui para evidenciar sua presença nas ruas, mesmo que invisibilizada em algumas das fotos que compartilhamos com o leitor. Para Jorge Salis Goulart, as mulheres “eram infinidades de flores humanas, borrifadas de joias e de sorrisos, arfando os seios entumecidos debaixo da seda das vestes, num desabrochar maravilhoso de delicadeza e de bom gosto.”⁴²⁶ O autor, assim como Abadie Faria Rosa, enxergava as mulheres como jardins. Outros cronistas também escreveram sobre a beleza das damas pelotenses:

⁴²³ MACHADO JÚNIOR, *op. cit.*, p. 168-170.

⁴²⁴ TABORDA, Taiane Mendes. **Senhorinhas perfeitas**: A representação de mulher ideal através das páginas da revista *Ilustração Pelotense* na década de 1920. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2012, p. 102.

⁴²⁵ *Idem, ibidem*, p.102.

⁴²⁶ GOULART, *op. cit.*, p.05.

É pelas ruas, afinal de contas, que a gente melhor pode seguir a moda. Os figurinos não passam de uma reprodução [...] do que se usa. É no corpo das mulheres que melhor se apreende, em verdade, a elegância ou a excentricidade dos modelos que ela nos impõe. Ficar parado, a um canto de esquina, em tarde de grande movimento na cidade, é folhear com os olhos uma série de figurinos vivos e animados [...]⁴²⁷

Pelas ruas, lindezas que passam. Mulheres... como tudo é formoso! Na Confeitaria Nogueira, adoçam ainda mais os seus sorrisos, pequenas encantadoras... Lucy Amaral Bordini, acompanhada da sra. Alice Kramer Amaral [...]. Um auto que desliza distrai-me a atenção e deixo a Confeitaria.⁴²⁸

Constata-se, a partir dos dois excertos, que para estes escritores a figura feminina merecia ser destacada por suas vestes e por sua beleza. Michelle Perrot adverte que nos registros de observadores e de cronistas, “em sua grande maioria masculina, a atenção que dispensam às mulheres é reduzida ou ditada por estereótipos. É claro que falam das mulheres, mas generalizando”.⁴²⁹

Embora alguns escritores tenham inserido a mulher em uma coletividade despersonalizada, como Abadie Faria Rosa e Chiffon, na citação acima, o escritor Dagoberto nomeia cada uma delas, dando a entender que integravam a elite pelotense e eram conhecidas. Essa hipótese parece se confirmar quando levamos em consideração a passagem anteriormente analisada sobre o carnaval, na qual o literato Salis Goulart classifica as mulheres pobres como operárias, sem referências ou distinções. Michelle Perrot critica o fato de as mulheres não conseguirem se expressar pela sua própria voz, razão pela qual são representadas a partir de um viés descritivo e superficial – como os escritores que enfatizam aspectos estéticos. E quando algumas, as que pertenciam à elite, conseguiam se expressar, como nas páginas da *Ilustração Pelotense*, a elas estava reservado um lugar bem demarcado de fala.

Independentemente do como as mulheres eram retratadas nos periódicos, a Praça da República seguiu sendo o espaço que congregava o maior número de pelotenses, sendo desfrutado tanto por homens, quanto por mulheres. A população

⁴²⁷ CHIFFON. Vida social: nas ruas. **Diário Popular**, 13 mar. 1925, p.03.

⁴²⁸ DAGOBERTO. Pelotas social. **A Opinião Pública**, 30 mai. 1930, p.04.

⁴²⁹ PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017, p. 17.

transitava por seus jardins, a fim de chegar aos teatros; os bondes e os automóveis partiam dali rumo aos seus destinos; nela a política era discutida, a cultura era reverenciada, enfim, a praça era vivida cotidianamente pelo “simpático dos transeuntes.”⁴³⁰

2.7: “O mercado apresentava-se outro, na elegância de seus torrões”:

Retomando sua caminhada pelas ruas da Princesa do Sul, o viajante Abadie Faria Rosa se depararia com o prédio do Mercado Central (figura 32). Esse importante centro econômico começou a ser construído em 1845 no terreno localizado no sentido sul/diagonal com a Praça da República e limitado pela Rua XV de Novembro, ou seja, em um local privilegiado. Ao contrário de outras cidades brasileiras, o Mercado pelotense foi construído no centro da cidade com a finalidade de promover o embelezamento da área em que se encontrava.⁴³¹

⁴³⁰ ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.181.

⁴³¹ A opção por instalá-lo na área central da cidade ocorreu porque Pelotas não se caracterizava como uma cidade portuária. Cf. SOARES, *Del...*, p. 51.

Figura 32: Mercado Central de Pelotas



Legenda: Mercado Central de Pelotas (12 x 18 cm)⁴³²
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.10.

O primeiro elemento que chama a atenção do observador deve-se a grande movimentação de indivíduos e, principalmente, de carroças. Como mencionado anteriormente, a continuidade desse meio de transporte na cidade era um indício de seus traços ainda coloniais. Provavelmente, elas pertenciam a agricultores e comerciantes que levavam os seus produtos para abastecer o Mercado. Outro aspecto importante é que a fotografia retrata o prédio após sua remodelação, como destacado por Abadie Faria Rosa, visto que a estrutura já contava com os quatro torrões em suas extremidades, além de toda a disposição urbana, tais como calçamento, iluminação e linhas de bonde.

Entretanto, ao analisarmos as pessoas que estão circulando pelo Mercado, a percepção que temos é que elas pertencem a diversas classes sociais, pois não se observa a existência de um padrão único como em algumas fotos da área próxima da Praça da República. Essa é a mesma impressão que temos ao analisar a

⁴³² Essa fotografia também foi publicada na **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VII, n.08, 16 abr. 1925, p.08.

imagem que retrata o banheiro público do Mercado Central (figura 33), pois os sujeitos que estão posando para a fotografia, aparentemente, considerando as roupas que usam, são habitantes mais pobres. Vale lembrar que o sanitário público foi construído com o objetivo de familiarizar esses indivíduos com as novas medidas de saneamento básico. Corrobora com essa percepção, o editorial do jornal *A Opinião Pública*, que menciona a criação dos banheiros públicos como “indispensáveis à classe operária, exposta ao sol e a poeira, e que sentem, por isso, necessidade da facilitação do emprego dessa salutar medida higiênica”.⁴³³

Figura 33: Sanitário público do Mercado Central



Legenda: Sanitário à praça 7 de julho, “Water-closet” e banheiro público (17,1 x 11,1 cm)⁴³⁴.
Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.10.

Aparentemente, todos os indivíduos que estão posando para a lente do fotógrafo são do sexo masculino. Essa percepção parece confirmar que a circulação das mulheres estava restrita, de fato, a certos espaços públicos da cidade – a Praça

⁴³³ Impressões da plataforma do Dr. Augusto Simões Lopes. **A Opinião Pública**, Pelotas, 13 set. 1924, p.02.

⁴³⁴ Essa fotografia também foi publicada na **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VII, n.08, 16 abr. 1925, p.07.

da República e a Rua XV de Novembro – além de sugerir que o Mercado Central e os “*Water-closet*” não eram frequentados pelas damas pelotenses.

A edificação do sanitário público segue o mesmo padrão arquitetônico e visual do restante do prédio. Embora a legenda a classifique como uma praça, nota-se que a mesma não apresenta características típicas desses ambientes públicos, tais como os bancos e os jardins. Conclui-se que esse espaço foi planejado para cumprir uma finalidade bem específica, ou seja, fornecer à população, supostamente aos trabalhadores do Mercado, um local de higiene – através da instalação de banheiros e de bebedouros localizados no canto direito da imagem, em primeiro plano.

Como bem observado por Boris Kossoy, a fotografia caracteriza-se como a criação de um indivíduo, ou seja, ela existe por um motivo, uma finalidade específica, sendo resultado de um “processo de criação/construção do fotógrafo”.⁴³⁵ Neste caso, o objetivo da fotografia acima era registrar a construção e a funcionalidade do banheiro público, como a própria legenda demonstra. É preciso, no entanto, ressaltar, que a área que ficava do lado esquerdo do sanitário, e que não foi enquadrada pelo fotógrafo, era conhecida como “bairro sujo”.

De acordo com Melissa Gouvêa, essa região era cotidianamente alvo do jornal *O Rebate*, em virtude da alta incidência de crimes e práticas desordeiras, devido às bebedeiras e à presença de prostitutas.⁴³⁶ Percebe-se, então, que, ao enquadrar a imagem, o fotógrafo tinha a clara intenção de destacar exclusivamente este aspecto de modernidade da cidade – a introdução de novas normas de higienização. Por isso, ele exclui o lado desordeiro e “sujo” de Pelotas, uma região ocupada pelos elementos marginalizados da cidade que serão abordados no capítulo subsequente.

No entorno do prédio do Mercado Central, havia um espaço destinado à locação de veículos para transportar passageiros e cargas. Já em seu interior, havia uma cisterna que auxiliava no abastecimento de água para a população, e no pátio interno circulavam artistas, quitandeiras e leiteiros.⁴³⁷ Outro elemento que se

⁴³⁵ KOSSOY, *Realidades...*, p.32.

⁴³⁶ GOUVÊA, Melissa Xavier. “**Crimes sobre crimes**”: a cidade de Pelotas nas páginas do jornal *O Rebate* (1914-1923). 2012. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2012, p.73-77.

⁴³⁷ GUTIERREZ, *Arquitetura...*, p.220.

localizava na parte interna do prédio e que muito contribuiu para realçar a estética do Mercado Central foi a torre do relógio (figura 34).

Figura 34: Torre do Mercado Central



Legenda: Vista da torre do Mercado Central (19,2 x 12 cm)⁴³⁸
Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.10.

Essa imagem, assim como aquela que foi tirada do Theatro Sete de Abril, foi feita pelo fotógrafo no formato vertical, possivelmente em um dos torrões. A escolha da forma e do ângulo relaciona-se com a altura da torre e com a impossibilidade de

⁴³⁸ Essa fotografia também foi publicada na **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VI, n.11, 16 dez. 1924, p.08.

retratá-la, em sua totalidade, no sentido horizontal. A torre do relógio, que lembrava a Torre Eiffel, foi importada de Hamburgo, e contribuiu para trazer mais um elemento moderno a zona central. Do ponto de vista estrutural, o relógio também servia como um mirante para que a população observasse a cidade, e, através do registro fotográfico, nota-se que alguns indivíduos se encontravam na parte intermediária.

Ao contrário da Praça da República, o Mercado Central não foi amplamente fotografado. Uma das razões pode ser estar ligada às condições higiênico-sanitárias do prédio e de seu entorno, denunciados pelo escritor J. Pedrozo. Assim como Abadie Faria Rosa, Pedrozo ficou ausente por alguns anos de Pelotas e, ao regressar, surpreende-se com o que vê:

Acabei de chegar em Pelotas, de onde me havia afastado por espaço de dez longos anos, por determinação de meus deveres profissionais. Como tudo havia mudado! As ruas, as casas, os jardins, tudo melhorou, aumentou, cresceu, tomou ares de civilização, dando-nos a impressão nítida de que muitos se tem feito, para vestir como se faz mister, a encantadora Princesa do Sul. [...] Domingo último, à tarde, visitei o nosso mercado. Infelizmente a impressão foi desoladora! Encontramos, pasmem todos! Uma banca com dois carneiros que haviam sobrado das vendas da manhã cobertos absolutamente cobertos de MOSCAS VAREJEIRAS!!! Fiquei horrorizado, tive vontade de chamar a polícia; [...]. Daí fui ver os nossos açougues. Tive a mesma desilusão – cheio de moscas, sem tela de arame, sujos, imundos!!⁴³⁹

O relato parece mostrar que a cidade não era totalmente moderna, como muitos queriam, visto que no Mercado Público Pedrozo não encontrou o atendimento às normas sanitárias básicas. Em várias oportunidades, a imprensa criticou a administração local, chamando a atenção para o descaso com o saneamento da cidade.⁴⁴⁰ Também Augusto Simões Lopes, ao assumir a administração municipal, se deparou com a situação desoladora, conforme registro feito por Pedrozo e denunciada pelos jornalistas. De acordo com o Intendente, a cidade jamais seria considerada salubre enquanto não fossem observadas as normas sanitárias básicas e se ela ainda estivesse cercada de banhados pantanosos e atravessada por pequenos cursos de água: “A mosca e o mosquito, o

⁴³⁹ PEDROZO, J. Aspectos. **O Libertador**, Pelotas, 07 jan. 1927, p.04.

⁴⁴⁰ Principalmente, os periódicos de oposição ao Partido Republicano, como: *A Opinião Pública*, *O Libertador* e *O Rebate*.

matadouro, mas charqueadas, a falta de esgotos em grande número de prédios e a má localização de algumas indústrias, muito concorrem para criar mal ambiente”.⁴⁴¹

É importante frisar que em seu programa o Intendente fez também alusão aos saladeiros que, ao longo do século XIX, foram os responsáveis pelo mau cheiro e pelos dejetos que tornavam a cidade insalubre, ou seja, esse problema vinha há anos no município. Conforme os dados apresentados pelo administrador, Pelotas era o sétimo município do Brasil, entre 1.310 localidades, no quadro geral de rendas, contando com uma quantia de 2.749:265\$000 para o ano de 1919. Todavia, em 1924, o número chegava à quantia de 4 mil contos.⁴⁴² A partir dos dados, nota-se que a cidade possuía recursos para implementar uma boa estrutura sanitária, mas esbarrava na definição das prioridades.

O jornal *A Opinião Pública*, em seus editoriais, manifestou-se sobre o programa de governo do novo Intendente, ressaltando que a higiene das casas e dos alimentos eram providências de caráter social, cabendo a intervenção dos poderes públicos. A fiscalização dos gêneros alimentícios, segundo o jornal, promoveria o bem-estar de todos os habitantes, evitando a proliferação de doenças.⁴⁴³ Na fotografia anterior (figura 34), observa-se uma banca, provavelmente, de venda de carne, em lugar aberto, exposto ao sol e chuva e a toda sorte de insetos, logo, sem qualquer cuidado em relação à sua conservação e qualidade para consumo. Foi em razão das inúmeras denúncias que, em 1929, foi criado o Matadouro Modelo, com o objetivo de fiscalizar a carne e evitar os problemas higiênicos relatados por J. Pedrozo.

Ao contrário do escritor J. Pedrozo, que ficou chocado com os problemas decorrentes da falta de saneamento e higiene no Mercado Central, Abadie Faria Rosa mostrou-se encantado com a elegante arquitetura do prédio e com a modernidade que a construção representava. A fotografia do Mercado, publicada na *Ilustração Pelotense* (figura 35), parece também celebrar a modernidade da construção, inserindo-a em um espaço em que as ruas são calçadas e os bondes

⁴⁴¹ Governo Municipal: O programa administrativo do Dr. Augusto Simões Lopes. **A Opinião Pública**, Pelotas, 03 set. 1924, p.01.

⁴⁴² Governo Municipal: O programa administrativo do Dr. Augusto Simões Lopes. **A Opinião Pública**, Pelotas, 03 set. 1924, p.01.

⁴⁴³ Impressões da plataforma do Dr. Augusto Simões Lopes. **A Opinião Pública**, Pelotas, 10 set. 1924, p.02.

circulam. Muito distante, portanto, das impressões e das condições sanitárias denunciadas por Pedrozo.

Figura 35: Mercado Central



Legenda: Uma vista de Pelotas, vendo-se uma face do Mercado Central (13 x 7,8 cm).
Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.10, 16 mai. 1920, p.06.

Ao analisarmos a fotografia acima, impõe-se o prédio do Mercado, mas, ao fundo da imagem, à esquerda, consegue-se visualizar o prédio da Intendência Municipal (com dois pavimentos). Essa fotografia evidencia a proximidade entre o Mercado e a Praça, que apesar de se interligarem geograficamente, não tinham as mesmas funções e não atendiam os mesmos grupos sociais de Pelotas.

No primeiro plano da imagem, o espectador observa o calçamento da via, os postes de iluminação e algumas árvores plantadas ao redor do Mercado, além da linha de bondes elétricos. Aliás, o fotógrafo fez a imagem justamente no momento em que o coletivo trafegava próximo do Mercado. O trajeto passava pela Praça da República – muitas linhas saíam dali –, pela rua lateral do Mercado e seguia seu

curso ao longo da Rua XV de Novembro, chegando até a Rua 07 de Abril, onde Abadie Faria Rosa pode ter desembarcado, caso tenha chegado à cidade de trem.

2.8: “Sentindo a vida nova nos elétricos que passam velozes, atestando a ideia de pressa e energia”:

As cidades que se viram transformadas pelos projetos de modernização urbana precisaram se acostumar com algo que era pouco familiar aos seus habitantes: o barulho. Assim, muito provavelmente, um viajante recém-chegado a uma localidade interiorana esperaria encontrar calma e tranquilidade. Mas esta não foi a realidade vislumbrada pelo *flâneur*, “que já não sente mais o perfume requintado das flores”,⁴⁴⁴ ouvindo o som do apito das fábricas, o barulho dos elétricos, a buzina dos automóveis, acompanhada do cheiro da fumaça. O cronista J. Martinho chegou a mencionar que os *fon-fons* dos automóveis despertavam os guardas municipais.⁴⁴⁵ Nesse momento, a localidade já contava com uma Inspetoria de veículos, mais de mil automóveis, bombas de gasolina⁴⁴⁶, ou seja, modificou-se a estrutura de transportes urbanos.

Mais do que isso, a própria organização das cidades e dos indivíduos foi alterada, pois, agora, as pessoas precisavam cuidar do horário dos bondes, os pontos de partida, o caminho a ser percorrido e o tempo que o transcurso levaria, modificando profundamente a relação das pessoas com o tempo, como observado pelo nosso “viajante” Abadie. Walter Benjamim, refletindo sobre essas novas situações trazidas pelo transporte coletivo – o trem, ônibus e bondes – nos chama a atenção para o fato de que a maioria das pessoas ficava se olhando por horas sem dirigir uma palavra a outra.⁴⁴⁷ Assim, ao mesmo tempo em que a modernidade levava as pessoas para o ambiente público, como já demonstramos, ela também podia produzir o afastamento.

Na imagem anterior (figura 35) tomamos contato com essa nova forma de locomoção na cidade, os bondes elétricos. Uma característica desse meio de

⁴⁴⁴ BENJAMIN, *O Flâneur...*, p.36.

⁴⁴⁵ MARTINHO, J. Croniqueta. **O Rebate**, Pelotas, 01 jun. 1921, p.01.

⁴⁴⁶ PEDROZO, J. Aspectos, **O Libertador**, Pelotas, 07 jan. 1927, p.04.

⁴⁴⁷ BENJAMIN, *O Flâneur...*, p.36.

transporte diz respeito ao seu percurso que já estava previamente definido, diferentemente de outros meios de locomoção. Francisca Michelin chama a atenção para as diferenças entre o transporte coletivo e os automóveis privados: o carro proporcionava aos passageiros a desobrigação do horário e da rota, além de ser livre de trilhos e cabos. Além do mais, ele era um meio de transporte que preconizava a individualidade, sintetizando “a marcha urbana, aperfeiçoada pelo rumo seguro do progresso que tinha na técnica e nas formas mecânicas a inquestionável sentença da superioridade.”⁴⁴⁸

No mesmo sentido, Nicolau Sevchenko chama atenção para o status que o automóvel possuía nas cidades ditas modernas. Para o autor, o veículo era considerado o último grau de ostentação e se impunha como uma “moldura mecânica sofisticada de poder”.⁴⁴⁹ A ordem diária era o uso da buzina e a máxima aceleração. Isso refletia nos acidentes envolvendo pedestres e os veículos, uma vez que não havia regulamentação do trânsito, bem como existia uma necessidade de demonstrar a agilidade e a pressa dos autos (figura 36).

⁴⁴⁸ MICHELON, *op. cit.*, p. 268-269.

⁴⁴⁹ SEVCENKO, *op. cit.*, p.74.

Figura 36: Acidente de trânsito



Legenda: A excessiva velocidade dos automóveis causando as inevitáveis consequências. O último choque ocorrido domingo, 23 do mês passado, à rua 15 de Novembro, entre o belo carro Willlys Knight, do Sr. Alvaro Moreira Rosa e o bonde safety n.13 (10 x 6,5 cm)

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VI, n. 19 e 20, 02 dez 1924, p.10.

Na fotografia acima, o fotógrafo registrou o acidente de trânsito envolvendo um bonde elétrico e um automóvel em plena a Rua XV de Novembro. A imagem é parcial, pois apenas conseguimos observar o bonde e algumas pessoas ao redor dele, talvez os passageiros. A principal crítica envolvendo ambos os meios de transporte era a sua velocidade. Como um elemento advindo da modernidade, a ideia era demonstrar a agilidade dos veículos que passavam acelerados pelas ruas da urbe. Sevcenko, em sua análise, destaca que o automóvel herdou um estigma da sociedade escravista que associava a posição de poder com o exercício da brutalidade.⁴⁵⁰

Ao contrário do automóvel, o bonde era um transporte que trazia no seu âmago a ideia da coletividade, isto é, implicava a necessidade de dividir o espaço com outras pessoas. Esse aspecto também gerou problemas para a administração

⁴⁵⁰ SEVCENKO, *op. cit.*, p.74.

municipal, na medida em que nem sempre a empresa cumpria os horários de partidas e chegadas, como referiu o cronista Martinho, que menciona que os indivíduos esbravejavam com o atraso das linhas ou com a velocidade dos coletivos.

Além disso, como era um espaço comunitário, algumas regras de etiqueta deveriam ser cumpridas e respeitadas. O cronista, que escrevia sob o pseudônimo era “Fiscal Honorário” – dado o seu propósito de atuar como inspetor da Intendência –, registrou o comportamento de um usuário do transporte:

Nos bondes que trafegam nas linhas da Light lê-se, em letras bem visíveis – “É proibido cuspir no chão”, “É proibido fumar”. Duas medidas de salutar efeito – A primeira como higiene, a segunda como prova de bons costumes e de cortesia. – Mas nenhuma, nem outra são observadas. Ainda ontem no bonde da linha do Parque presenciei uma cena edificante. Um passageiro, imundo, maltrapilho, de tamancos, fedorento, tomou lugar no centro do carro. Desenrolou um cigarro de um fumo repugnante, nauseabundo e, pigarreando e fumando, incomodava horrivelmente umas senhoras que, sentadas logo atrás, eram forçadas a receber a fumaça horrível de tão mal educado passageiro. Fatos como este, se repetem e se observam todos os dias, em todos os instantes e em todas as linhas... Que impressão desagradável não terá um nosso visitante, ao presenciar tal cena?!⁴⁵¹

A partir do fragmento, observa-se que a empresa *Light & Power* adotou medidas de higiene, introduzindo cartazes que deixavam claro que era proibido aos passageiros cuspir no chão e fumar. Iniciativas deste tipo estão em sintonia com a construção dos sanitários públicos, como os que foram instalados junto ao Mercado Central, pois a administração almejava que a população se acostumasse com os preceitos de higiene e auxiliasse na manutenção das melhorias conquistadas há pouco tempo, tais como a água encanada e o esgoto. É preciso, no entanto, lembrar que um número expressivo de pelotenses não contava com estas melhorias em suas habitações, logo a conduta recriminada pelo cronista fazia parte de suas práticas cotidianas.

A crônica também enfatiza a questão social do passageiro em si, ele era pobre, maltrapilho e fedorento. Ao narrar esse acontecimento, o autor preocupa-se muito mais com a imagem que isso geraria para algum turista que chegasse a

⁴⁵¹ HONORARIO, Fiscal. Para o Dr. Intendente ler. **O Libertador**. Pelotas, 23 mai. 1927, p. 01.

cidade, ou seja, que impressão ele teria da Princesa do Sul em que os habitantes andam maltrapilhos e comportam-se sem educação. Diante disso, pode-se comprovar que o bonde era um meio de transporte mais acessível para a população, isto é, todos os seguimentos sociais conseguiam trafegar entre as suas linhas.

2.9: “As praças alinhadas”:

Após perambular por diversas ruas e espaços da Princesa do Sul, é muito provável que Abadie Faria Rosa buscasse também pelos templos religiosos da cidade. É importante lembrar que Pelotas passou a contar com o título de Freguesia após a edificação da capela de São Francisco de Paula. O Padre Felício da Costa Pereira foi o porta-voz da causa, alegando que era complicado para os habitantes se deslocarem para Rio Grande a fim de assistirem aos cultos religiosos, razão pela qual era imprescindível a edificação de uma capela no território.⁴⁵²

Foi em torno da igreja na Praça da Matriz – atual Catedral e Praça José Bonifácio – que se organizou o primeiro loteamento do povoado. Ao contrário de outras freguesias e vilas, Pelotas não recebeu um terreno do governo para a sua edificação, por isso contou com a doação de terras de alguns habitantes⁴⁵³, como por exemplo, de Antonio Francisco dos Anjos. No seu terreno, foi edificado o primeiro loteamento de Pelotas, contando com habitações mais simples ao redor da sede episcopal (figura 37).

⁴⁵² MAGALHÃES, *Opulência...*, p.24-25.

⁴⁵³ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**, Pelotas, 30 dez. 1911, n.03, p. 41.

Figura 37: Praça da Matriz



Legenda: A Catedral de Pelotas (13 x 8,5 cm)

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.03, 01 fev. 1920, p.15.

O que chama a atenção daquele que vê esta imagem é a dimensão da Catedral, que se impõe no cenário se comparada às casas localizadas ao seu redor – todas simples e de um pavimento. Observa-se que, apesar de ser considerada uma Praça, nela existem poucos elementos que a caracterizam como tal. No século XIX, na frente da Praça da Matriz, foi alocado um chafariz que objetivava fornecer água para a população. Entretanto, em 1916, ele foi retirado para que o espaço sofresse nova reformulação. Com isso, o ambiente ganhou um refúgio ajardinado, calçado, com bancos e iluminação⁴⁵⁴ para acomodar os fiéis. O aspecto curioso é que a fonte desapareceu depois de ser retirada da Praça da Matriz⁴⁵⁵, pois ela não foi instalada em nenhum outro lugar e o seu paradeiro ainda é um mistério.

Outra peculiaridade que pode ser visualizada na imagem diz respeito ao fato de a catedral episcopal não estar edificada na principal praça da cidade, como era

⁴⁵⁴ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos**. Pelotas, 1916, p.48.

⁴⁵⁵ XAVIER, Janaina Silva. Chafarizes. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.64.

comum nas demais cidades. Como um símbolo do poder religioso, ela deveria ter sido construída ao lado das demais instituições de poder local como, por exemplo, a Intendência Municipal. Em Porto Alegre, a Praça da Matriz constituía-se em espaço que reunia os órgãos administrativos e onde se iniciavam as procissões e os festejos religiosos.⁴⁵⁶ Contudo, no caso de Pelotas, a distinção decorria do processo histórico do município, já que a Igreja de São Francisco de Paula foi erguida no primeiro loteamento do povoado enquanto que a Praça da República fez parte do segundo loteamento. Em virtude disso, ocorreu uma tentativa de transferir a Catedral⁴⁵⁷ para a nova praça, mas essa ideia não chegou a ser colocada em prática.

Curiosamente, Abadie Faria Rosa classificou a Praça da República como o “coração da urbe” e as demais apenas como “praças alinhadas”. A distinção feita pelo narrador vai ao encontro da visão administrativa do município, uma vez que as outras praças foram visivelmente preteridas em relação à Praça da República. Por conta disso, a imagem acima (figura 37) revela que o refúgio em frente à Catedral era bem menor e mais simples se comparado ao da principal praça do município. Esta distinção também pode ser observada em outras praças da cidade (figura 38 e 39).

⁴⁵⁶ MONTEIRO, *Urbanização...*, p.26.

⁴⁵⁷ Posteriormente, em 1950, foi inaugurada a reforma na Catedral que contava com a pintura do italiano Aldo Locatelli e do decorador Emilio Sessa.

Figura 38: Praça Marechal Floriano



Legenda: Praça Marechal Floriano – Pelotas (9 x 14,2 cm)
Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XIV, 1926, s/p.

A fotografia cima registra a Praça da Rua Marechal Floriano – atual Praça Cypriano Barcellos e, popularmente, conhecida como “Praça dos Enforcados”. É uma das poucas imagens contidas no *Almanach de Pelotas* que foram publicadas no sentido vertical. Provavelmente, a intenção do fotógrafo era demonstrar a profundidade da trilha das palmeiras que delimitava o caminho dos transeuntes – lembrando, em certa medida, o percurso de palmeiras do Jardim Botânico do Rio de Janeiro. Além disso, esse trajeto culmina em um chafariz – retirado da antiga pracinha da Rua 07 de setembro⁴⁵⁸ – que pode ser observado bem ao fundo da imagem.

⁴⁵⁸ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p.227.

A ideia de movimento inexiste nessa imagem, pois nenhum indivíduo irrompe o ato fotográfico, posando ou simplesmente se encontra vagando pelo ambiente. Essa ausência de frequentadores parece reforçar a percepção de que a Praça da República era, de fato, o “espaço preferido por todos”⁴⁵⁹ da Princesa do Sul.

Figura 39: Praça Piratinino de Almeida



Legenda: A Praça Dr. Piratinino de Almeida, vendo-se ao fundo a Santa Casa de Misericórdia (13 x 8,5 cm).

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.01, 01 jan.1920, s/p.

Outra praça importante da cidade denominava-se Piratinino de Almeida (figura 39) e sua principal finalidade era dar suporte à Santa Casa de Misericórdia.⁴⁶⁰ A particularidade desse espaço público, que anteriormente se chamava Praça da Caridade, encontra-se justamente na Caixa D'água de ferro. Sua organização é muito similar à Praça Marechal Floriano, isto é, todos os caminhos da Praça levam

⁴⁵⁹ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVII, 1929, p.75.

⁴⁶⁰ Sobre a temática, ver: TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência**: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922). 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

ao grande reservatório de água que se encontra no centro do terreno e que atendia a população que ainda não contava com sistema de água encanada.

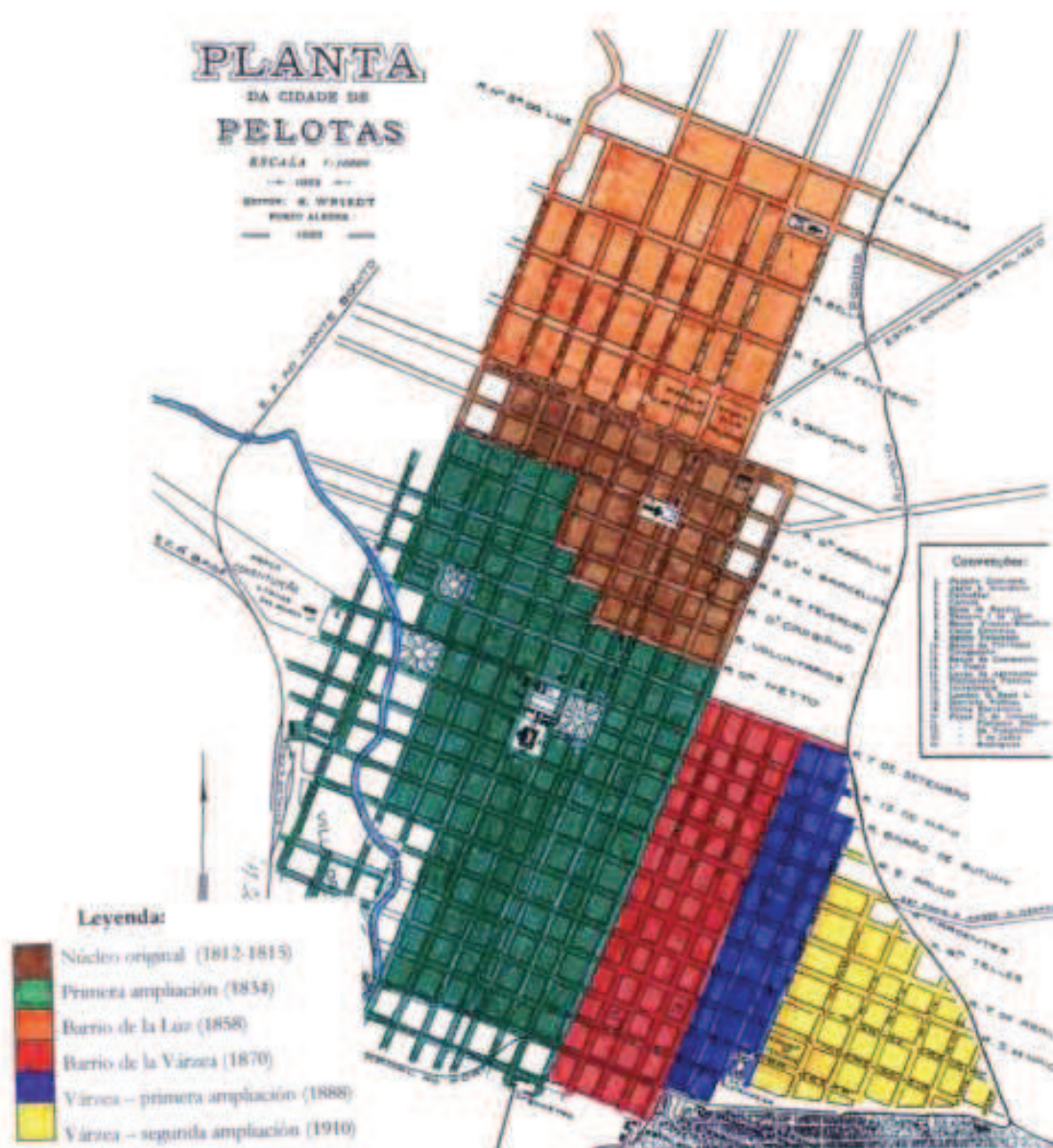
Na referida imagem, tanto a Santa Casa, quanto a caixa d'água prendem a atenção do espectador por fazerem parte de um conjunto harmonioso como registrado na apreensão fotográfica, mas também os postes de luz, os transeuntes e os jardins chamam a atenção daquele que observa a fotografia. De acordo com Maria Regina Paradedda, esse espaço não pode ser classificado como de sociabilidade e de lazer, pois sua estrutura propicia apenas que seus frequentadores, sentados nos bancos, desfrutem da sombra das árvores. Na realidade, a única atração era a vista que se tinha do mirante da caixa d'água, da qual era possível observar uma parte da cidade.⁴⁶¹ Muito provavelmente, a praça não era vista pela população como um espaço de sociabilidade, por estar localizada próximo de um hospital, instituição que remetia à doença e ao silêncio guardado por aqueles que visitavam seus parentes.

Ao transitar pelas ruas da cidade de Pelotas, Abadie passeou pela Praça da República, se deparou com o prédio do Mercado Central, passou em frente do Theatro Sete de Abril, observou que a cidade contava já com linhas do bonde elétrico e automóveis. Esses elementos de modernidade foram introduzidos na cidade no século XX e modificaram o cotidiano de Pelotas, na medida em que a colocaram em sintonia com as reformas urbanísticas que vinham ocorrendo no Brasil e no mundo.

⁴⁶¹ PARADEDDA, *op. cit.*, p.314.

2.10 Epílogo: “Foi um perambular cotidiano”:

Figura 40: Planta da cidade



Fonte: SOARES, *op. cit.* p.49.

Ao observarmos a planta de Pelotas (figura 40), percebe-se que a incipiente povoação foi organizada de maneira ordenada e que seu crescimento observou certas orientações e delimitações. No primeiro momento, a concentração das edificações esteve restrita ao terreno cedido por Antonio Francisco dos Anjos (parte marrom). Nesse espaço, Abadie Faria Rosa encontrou as residências do primeiro loteamento urbano (ou núcleo central) e a Igreja na Praça da Matriz. No seu entorno, começaram a surgir as primeiras construções residenciais, “modestas e alegres, algumas casinhas de material e telha”.⁴⁶² Esta é a razão para a simplicidade das habitações edificadas ao redor do templo religioso.

Posteriormente, após a doação dos terrenos por Mariana Eufrásia da Silveira, observa-se um deslocamento do eixo norte/central do vilarejo para o sul, próximo ao Canal São Gonçalo (parte verde). “A cidade nasce da necessidade de se organizar um dado espaço no sentido de integrá-lo e aumentar sua independência visando determinado fim”.⁴⁶³ Neste caso, o município surgiu para dar um suporte urbano à atividade dos saladeiros que crescia progressivamente⁴⁶⁴, pois os charqueadores necessitavam de um ambiente que possibilitasse, através da instalação de casas comerciais, o desenvolvimento e o crescimento econômico das suas nascentes indústrias. Foi nesta parte da cidade que Abadie Faria Rosa melhor exercitou os olhares de um *flâneur*. Em cada esquina, em cada via pública, ele parou e observou as modificações que Pelotas havia vivenciado, por isso o destaque dado à Bibliotheca Pública, ao Theatro Sete de Abril, ao Club Comercial, ao Mercado Central, à Intendência Municipal e à Praça da República.

As narrativas dos cronistas e os registros fotográficos revelam que a administração municipal investiu suas atenções e recursos especialmente nesta área que compreendia o núcleo original do município. E para simbolizar o processo de modernização da cidade, tanto os fotógrafos, quanto os cronistas elegeram a Praça da República, apresentada como o “coração da cidade”, “formosa”, “bela”, o espaço, por excelência, de sociabilidade da elite pelotense. Praticamente tudo acontecia ao redor desse recinto: os transeuntes caminhavam para as confeitarias da Rua XV, ou se deslocavam para os teatros, os comerciantes vendiam os seus produtos, as damas flanavam ao redor dos jardins, os leitores adentravam a

⁴⁶² **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p.66.

⁴⁶³ CARLOS, *op. cit.*, p.57.

⁴⁶⁴ CRUZ, *op. cit.*, p.118.

biblioteca, os forasteiros se hospedavam nos hotéis e os políticos discutiam os rumos da municipalidade.

Por intermédio de tomadas panorâmicas, os fotógrafos destacavam a amplitude de seus jardins, o seu alinhamento, o conforto trazido pela iluminação e pelos bancos, o movimento dos transeuntes, o tráfego dos bondes e dos automóveis na proximidade, a pavimentação das ruas, a monumentalidade das construções no seu entorno, as vias públicas ao seu redor, entre outros aspectos. A definição deste espaço como símbolo da modernidade da cidade esteve, inegavelmente, condicionada às intenções de políticos e de fotógrafos, que recorrem a alguns periódicos – como o *Almanach de Pelotas*, a *Ilustração Pelotense* e o *Álbum de Pelotas* – para divulgá-las. Já os cronistas⁴⁶⁵ nos trazem informações sobre o cotidiano da população que frequentava estes espaços centrais, destacando suas particularidades: o dia a dia nos bondes elétricos, o movimento dos automóveis, as matinês e os carnavais, a arquitetura dos prédios, a organização das vias públicas, entre outros...

Conseqüentemente, ela era digna da atenção dos Intendentes locais, que não mediram esforços para reformar o lago e o jardim, aumentar o número de bancos à disposição dos frequentadores, diversificar os tipos de flores e arbustos, aprimorar a iluminação elétrica e o calçamento, como demonstram os relatórios da Intendência. Esta parece ser a razão pela qual os administradores locais não se preocuparam com as outras praças da cidade – como a Piratinino de Almeida e a Cypriano Barcellos que abordamos em tópicos anteriores – que, por sua localização, não conferiam visibilidade e distinção social aos seus frequentadores.

As fotografias e as narrativas privilegiam a área central de Pelotas, procurando, desta forma, mostrá-la como uma cidade moderna. Mas será que era efetivamente assim? A planta da cidade (figura 40) nos revela a existência de outros espaços para além da área central, como o bairro da Luz e o da Várzea. Em algumas passagens deste capítulo, chegamos a referir a presença de moradores destes ambientes periféricos nas festas de Carnaval, no Theatro Guarany, nos bondes, na Rua XV e no Mercado Central.

⁴⁶⁵ Julio Nunes Vieira, Alberto Coelho da Cunha, Semper, Alberto Silves, Freitas Gomes, Dagoberto, Chiffon, Otairive, Armando Athayde, Attila Sandivares, Crespinho, J. Martinho, J. Pedrozo, J. Costa Siqueira, entre outros.

Cabem, portanto, as perguntas: quem registrou os espaços dos arrabaldes da *Princesa do Sul*? Como os moradores dos bairros perceberam os projetos de modernização da urbe? Por que eles estavam na invisibilidade? No próximo capítulo, procuramos responder a estes questionamentos, a partir do olhar do nosso narrador. Se Abadie Faria Rosa chegou pelo porto, o que será que ele visualizou?

CAPÍTULO III

NA MARGEM DO ESPAÇO URBANO: A CIDADE PERIFÉRICA

*“Saí cedo, para rever a cidade. [...] Em arrabaldes, como no Porto, surgiram fábricas, centros de produção manufatureira, como essa de Fiação e Tecidos, que é bem uma colmeia intensa de esforço e labor, a congregar em torno da sua atividade toda uma turba de criaturas dignificadas pelo trabalho e por ele tornadas honestas. Era assim também nas outras áreas suburbanas da cidade. [...] A ponte de pedra fora reedificada. Ao lado do Santa Bárbara havia uma praça ajardinada. Para além, a caminho do Parque, que dizem agora esplendente, era um novo bairro que se intensificava com as magníficas instalações da Força e Luz. [...] Do Porto à Luz, da Costa ao Fragata andei sempre tendo o que ver e ainda não fora visto, porque cada arrabalde destes é uma outra localidade que surge ao lado da própria cidade, com as suas igrejas, as suas escolas, a sua dependência policial, a sua atividade de comércio, a sua existência florescente, congregando esforços para o mesmo fim – o futuro radioso desta linda cidade que os dados me deram por berço”.*⁴⁶⁶

Ao reencontrar a cidade de Pelotas, Abadie Faria Rosa revive as suas memórias e estabelece uma relação com os novos elementos presentes no cenário urbano. O viajante, contudo, não fica restrito apenas à zona central da localidade, na medida em que o entendemos como um *flâneur*, que caminha pelos diversos recantos da Princesa do Sul e identifica outros aspectos da modernidade para além da Praça da República e do núcleo citadino. No capítulo anterior, trabalhamos com a possibilidade de Abadie ter chegado à cidade através da via férrea e, em função disto, ter vivenciado determinada experiência ao percorrer certos caminhos que levavam ao centro da cidade. Nesse capítulo, no entanto, levantamos a hipótese de o viajante ter chegado a Pelotas pela via fluvial. Para desenvolvê-la, formulamos os seguintes questionamentos: Quais teriam sido as suas percepções ao desembarcar no cais do porto de Pelotas? Teria ele, também, ficado encantado com a “Princesa do Sul” que viu pelos caminhos que percorreu?

O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito ao entendimento do escritor de que aquele ambiente da cidade era um arrabalde, ou seja, era um subúrbio que

⁴⁶⁶ ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.180-181.

não necessariamente integrava-se com o resto do sítio urbano, uma vez que ele era praticamente independente, pois contava com uma estrutura econômica e social própria. Vale lembrar que com o desenvolvimento do capitalismo, no século XIX, floresceu uma sociedade urbano-industrial que revelou um “outro lado”, isto porque “nas cidades, o contraponto a riqueza, do luxo, da ostentação burguesa dá-se pela emergência dos pobres, dos populares, dos subalternos, dos proletários”.⁴⁶⁷ No capítulo anterior, já havíamos referido a presença desses indivíduos em alguns ambientes centrais da cidade, ressaltando que eles se encontravam praticamente despercebidos tanto no registro fotográfico como nas crônicas da urbe. Apesar disso, eles estão presentes nas ruas, nas fábricas, nas escolas, nos cortiços, nos subúrbios e, mais do que isso, estão circulando pela cidade. Por que, então, essas personagens e suas histórias são invisibilizados? Por que suas vozes e presenças são silenciadas pelos detentores do poder?

De acordo com Jean-Claude Schmitt, a história, durante muitos séculos, foi escrita a partir do “centro” – representado pela elite do poder, da cultura ou da fortuna – e, por conta disso, apenas essas narrativas – detentoras da “verdade” – eram as únicas importantes no discurso histórico. Em razão disso, todos os elementos e indivíduos que fugissem desse enquadramento eram considerados desimportantes e supérfluos. Com o desenvolvimento da Nova História, percebeu-se que é impossível escrever a História a partir do centro, uma vez que ela não abarca a totalidade e a complexidade das sociedades humanas, pois a “compreensão brota da diferença: é preciso, para tanto, que se cruzem múltiplos pontos de vista [...] múltiplas faces diferentes, reciprocamente ocultas”.⁴⁶⁸

A procura pelas diversas “cidades invisíveis”, por suas particularidades e pelos indivíduos presentes no mundo urbano é uma tarefa complexa, tendo em vista que as fontes históricas sobre os excluídos da sociedade emanam do “centro” e não das margens.⁴⁶⁹ Apesar destas dificuldades, o objetivo deste capítulo é de analisar Pelotas a partir deste outro enfoque sobre o traçado urbano. A proposta é seguir os passos de Abadie Faria Rosa e dos demais narradores – cronistas e fotógrafos –, apresentando e discutindo de que forma eles vivenciaram esse espaço

⁴⁶⁷ PESAVENTO, *Os pobres...*, p.08.

⁴⁶⁸ SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p. 262.

⁴⁶⁹ *Idem, ibidem*, p.284.

considerado à margem e como esses atores sociais excluídos se relacionavam com o ambiente urbano.

3.1 “Saí cedo, para rever a cidade”:

Foi transpondo as águas tranquilas do Canal São Gonçalo, que historicamente contribuiu para o desenvolvimento econômico da Princesa do Sul, que Abadie Faria Rosa chega a Pelotas. Apesar de sua importância notável, existem poucas informações sobre os primórdios da instalação desse espaço, que, provavelmente, formou-se a partir da necessidade dos habitantes de obterem mercadorias para fins comerciais e pessoais.⁴⁷⁰ Embora Pelotas não se caracterizasse como uma cidade portuária, como, por exemplo, Rio Grande, o município surgiu em função das charqueadas que se organizaram às margens do Arroio Pelotas e do Canal São Gonçalo. A ligação comercial por intermédio da via fluvial⁴⁷¹ foi, portanto, imprescindível para o desenvolvimento econômico da urbe, através da exportação da carne salgada para os demais estados brasileiros e, também, para outros países.

O Porto de Pelotas, local em que Abadie desembarcou, localizava-se no Bairro da Várzea,⁴⁷² cuja denominação pode apontar para dois sentidos, como observado por Cintia Essinger. O primeiro remete à ideia de um ambiente baixo, alagadiço e úmido; e o segundo pode estar associado a um local no qual se instalou a população empobrecida.⁴⁷³ Em 1832, a Câmara de Vereadores da então Vila de São Francisco de Paula apresentou uma proposta de abertura da barra do Canal São Gonçalo, visando atrair vantagens comerciais para a cidade⁴⁷⁴, uma vez que as

⁴⁷⁰ LONER, Beatriz. Porto. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.218.

⁴⁷¹ As charqueadas estabeleceram trapiches privados para facilitar a exportação de suas mercadorias.

⁴⁷² Limitada ao sul pelo Canal São Gonçalo, ao norte pela Rua General Neto, ao leste pela Avenida Juscelino K. de Oliveira e ao oeste pela rua Almirante Barroso. Cf. MOURA, *op. cit.* p.120.

⁴⁷³ ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua: A Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário**. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974). 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas - UFPel, 2009, p.13.

⁴⁷⁴ Ata da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão ordinária – 16 de Outubro de 1832. Cf. MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Pallotti, 2011, p. 93.

charqueadas se encontravam instaladas em suas margens. Também foi sugerida a construção de um trapiche, onde os barcos pudessem atracar⁴⁷⁵, a fim de favorecer o abastecimento e o transporte de mercadorias. O objetivo da administração pública era de concentrá-las em um único ponto e escoá-las a partir do canal.⁴⁷⁶ Apesar das tentativas, nas primeiras décadas do século XIX, o ambiente ainda não dispunha de uma estrutura própria para a organização populacional, como pode ser observado na planta abaixo, do ano de 1835 (figura 41).

⁴⁷⁵ Ata da Câmara Municipal de Pelotas. Sessão ordinária – 10 de Outubro de 1832. Cf. MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Pallotti, 2011, p. 84.

⁴⁷⁶ GANDRA, Edgar Ávila. SILVA, Thiago Cedrez da. Porto público de Pelotas: breves apontamentos históricos sobre sua construção. **História em revista**, Pelotas, v. 21/22, dez. 2015 e 2016, p. 395.

Figura 41: Planta da cidade de Pelotas (1835)



Fonte: Banco de dados do Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA) da Universidade Federal de Pelotas.

A partir da análise da planta da urbe pelotense (1835)⁴⁷⁷, percebe-se que a região que compreendia o Bairro da Várzea e o cais do Porto não possuía arruamento e tão pouco existiam habitações perto da margem do Canal São Gonçalo. O mapa acima foi elaborado no ano em que a localidade teve elevada sua categoria de Vila de São Francisco de Paula para cidade de Pelotas. Com isso, percebe-se o incremento populacional – através do número expressivo de edificações – no entorno do primeiro loteamento da urbe, ao redor da Praça da Igreja Matriz. Compreende-se, dessa forma, que o crescimento do município ocorreu de forma gradual, em boa medida voltado para a região sul da cidade – local em que foram construídos, nos anos subsequentes, o Mercado Central e a Praça da República.

Nota-se, ainda, que os terrenos ao sul estavam vazios e aptos para serem ocupados pela população que chegava aos poucos àquela incipiente cidade. Sob este aspecto, Pelotas difere de outras localidades – como Rio de Janeiro e Rio Grande, por exemplo – cuja estrutura urbana se desenvolveu a partir do litoral rumo ao centro. No caso pelotense, o município se estrutura do centro – primeiro e segundo loteamento – em direção ao litoral – Canal São Gonçalo e Bairro da Várzea.

A análise da planta acima revela, ainda, a presença de uma série de chácaras ao redor do sítio urbano pelotense. De acordo com Glenda Pereira da Cruz, a produção primária de subsistência era realizada com mão de obra familiar e poucos escravos, com base nesses estabelecimentos que circundavam a cidade e que se estendiam ao longo de algumas estradas de acesso, como, por exemplo, a Domingos de Almeida cujo principal remanescente do período é a Chácara da Baronesa.⁴⁷⁸ Não obstante, esses espaços de produção não foram tão evidenciados

⁴⁷⁷ As doze vias públicas, construídas em sentido longitudinal norte-sul, representadas no mapa foram demarcadas ainda no primeiro planejamento urbano, em 1815, acrescidas de mais 07 transversais no sentido de leste-oeste. Conforme a planta: Rua da Boa Vista (atual Marcílio Dias); Rua da Lagoa (atual Santos Dumont); Rua da Cadeia (atual Barão de Santa Tecla); Rua da Santa Bárbara (atual Marechal Deodoro); Rua Augusta (atual General Osório); Rua das Flores (atual Andrade Neves); Rua de São Miguel (atual XV de Novembro); Rua da Igreja (atual Anchieta); Rua do Comércio (atual Félix da Cunha); Rua Alegre (atual Gonçalves Chaves); Rua de Serro Largo (atual Santa Cruz); Rua das Fontes (atual Almirante Barroso).

⁴⁷⁸ Atualmente, esse ambiente compreende o Museu Municipal da Baronesa, criado pela prefeitura, em 1982, com vistas à preservação da arquitetura do espaço e a memória da família. A residência foi construída, em 1864, para servir de moradia ao casal Aníbal Antunes Maciel (o Barão dos Três Cerros) e Amélia Hartley de Britto. O espaço foi utilizado pelos descendentes da família até 1960, permanecendo fechada até 1978, quando a prefeitura passou a se responsabilizar pelo local. A área

pela historiografia local, na medida em que as charqueadas foram os locais produtivos mais importantes da cidade⁴⁷⁹ e, em razão disso, são mais enfatizados.

Na perspectiva do viajante Nicolau Dreys, assim que Pelotas se aproximasse das margens do Canal, ela se desenvolveria e poderia ser considerada como uma das mais importantes praças de comércio do país.⁴⁸⁰ Entretanto, para que isso ocorresse era necessário resolver um problema fundamental que a zona portuária enfrentava no início do século XIX: o baixo calado do Canal São Gonçalo. Em decorrência disso, os navios de grande porte ficavam impossibilitados de adentrarem no porto pelotense, prejudicando o desenvolvimento econômico da urbe, uma vez que eles precisavam deslocar a produção para Rio Grande.⁴⁸¹

Em outras palavras, Pelotas deixava de arrecadar os valores provenientes do transporte fluvial em virtude da sua incapacidade de receber grandes embarcações.⁴⁸² Esse contratempo foi relatado por alguns viajantes que desembarcaram na urbe no início do século XIX. De acordo com A. Augusto de Pinho, um dos entraves para elevar o município pelotense como uma das localidades mais importantes da Província do Rio Grande do Sul era justamente a obstrução do Canal, devido aos bancos de areia, que permitia apenas a livre entrada de navios de pequeno calado – reclamação também feita também pelo Conde D'eu.⁴⁸³ Além disso, o autor acrescenta:

externa, totalizando 7 hectares, possui um jardim francês com chafariz, casa de banho, dois lagos artificiais e uma gruta. Cf. GASTAUD, Carla. Museu da Baronesa. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.198.

⁴⁷⁹ CRUZ, *op. cit.*, p.114.

⁴⁸⁰ DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990, p.82.

⁴⁸¹ A importância do porto de Rio Grande encontra-se na sua ligação com o oceano e, em razão disso, recebeu maiores incentivos e investimentos em sua estrutura portuária. Cf. GANDRA; SILVA, *op. cit.*, p. 397.

⁴⁸² Segundo a análise de Milton Vargas, o Brasil apresentava um sistema de portos defasado ao longo do século XIX. O autor ressalta que, apesar da “abertura dos portos as nações amigas”, o país não possuía um cais para atracação direta, logo, era necessário ancorar no largo e dele partiam barcos que se encostavam ao pequeno cais carioca. De acordo com Vargas, juntamente com as primeiras linhas de navegação que ligaram o Brasil à Europa, efetivada em 1850, houve empenho em melhorar as condições dos portos brasileiros, incluindo no porto de Rio Grande. Neste contexto, o governo ofereceu garantias e amortização de capitais para que a iniciativa particular propusesse obras portuárias (Lei n. 3314 de 16 de outubro de 1886). Através dessa proposta, houve a construção do cais de Santos – o mais importante do país – permitindo a atracação de navios transoceânicos. Cf. VARGAS, Milton. Construção de portos. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: Uma perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994, p.67-69

⁴⁸³ Segundo o francês, assim que a cidade conseguisse resolver o problema dos bancos de areia do Canal São Gonçalo, Pelotas alcançaria uma superioridade em relação a Rio Grande, cujo porto se

A entrada pelo canal do S. Gonçalo é de bem mesquinha aparência, a ponte do desembarque está a cair aos pedaços, o largo irregular que lhe fica em frete é todo em barrancos, que a menor chuva transforma em profundos lamaçais, o que também acontece as demais praças e ruas por não serem calçadas. Este mal é de tão fácil remédio, que admira o zelo da câmara municipal ainda o não tenha sanado [...]⁴⁸⁴

O viajante Augusto de Pinho menciona o estado desolador do ambiente, tanto do ponto de vista estrutural como estético. Conjectura-se que esse descaso por parte da administração pública, mencionado pelo escritor, estava amparado na utilização dos atracadouros particulares nas charqueadas, logo, o porto da cidade era preterido em função de cada estabelecimento possuir um trapiche próprio⁴⁸⁵, perspectiva defendida igualmente por Conde D'eu. Diante desse obstáculo, a municipalidade firmou um contrato com a *Companhia da Desobstrução da Foz do S. Gonçalo*⁴⁸⁶ – cujo objetivo era expandir a estrutura para o recebimento de grandes navios, ampliando, assim, o comércio e a economia do município. “Finalmente, depois de quarenta e quatro anos de esforços, em 1876 foi oficialmente recebida como de serviço público a obra executada”.⁴⁸⁷ Beatriz Loner destaca que, devido a esse aperfeiçoamento, o porto passou a receber embarcações de até 700 toneladas⁴⁸⁸, registrando⁴⁸⁹ em abril de 1882 a presença de cinquenta e quatro navios.⁴⁹⁰

A partir desse momento, vislumbrou-se uma autonomia portuária – além de econômica – pois o porto pôde exportar diretamente o charque aos mercados

achava aberto aos ventos e apresentava um acesso difícil e, por vezes, perigoso. Cf. D'EU, *op. cit.*, p. 139.

⁴⁸⁴ PINHO, *op. cit.*, p.48-49.

⁴⁸⁵ Embora a cidade dependesse diretamente das vias marítimas para exportar a produção de carne salgada, João Simões Lopes Neto afirma que os charqueadores eram obrigados a destinar as suas mercadorias em pequenos iates (de baixo calado) até os navios estacionados em Rio Grande, para assim exportar aos demais estados brasileiros e outros países. Conforme o escritor, a importação de mercadorias também era onerada em virtude da impossibilidade de atracar navios maiores no porto pelotense⁴⁸⁵. Cf. LOPES NETO, João Simões. A desobstrução da foz do rio São Gonçalo. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 29 fev. 1912, n.05, p. 69.

⁴⁸⁶ LOPES NETO, João Simões. A desobstrução da foz do rio São Gonçalo. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 29 fev. 1912, n.05, p.70.

⁴⁸⁷ *Idem, ibidem*, p. 70.

⁴⁸⁸ LONER, *Porto...*, p. 218-221.

⁴⁸⁹ João Simões Lopes Neto relata com entusiasmo sobre a chegada à cidade da embarcação americana *Tampico* que possuía onze palmos e meio de calado. Cf. LOPES NETO, João Simões. A desobstrução da foz do rio São Gonçalo. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 30 mar. 1912, n.06, p. 96.

⁴⁹⁰ SMITH, *op. cit.*, p. 136.

consumidores, além de importar produtos para a elite local. Impulsionada pela obra de desobstrução do canal e, a partir da ligação do arrabalde ao centro da cidade, iniciou-se a ocupação efetiva do Bairro da Várzea, no transcurso da década de 1870. Do ponto de vista estrutural, primeiramente, houve o acréscimo de quatro vias públicas – a Rua Constituição⁴⁹¹, Aquidabã⁴⁹², Liberdade⁴⁹³ e Bento Martins – que facilitariam o deslocamento de indivíduos e dos meios de transporte –, além da linha de bonde, movida a tração animal, inaugurada em 1873, que se deslocava entre a Praça Domingos Rodrigues (zona portuária) e a Praça da República.⁴⁹⁴ Apesar das melhorias, o naturalista norte-americano Herbert Smith retratou que as vias da região apresentavam um “aspecto sujo, com armazéns desguarnecidos e caiados e algumas vendas”.⁴⁹⁵ Se, para o viajante, o porto era um espaço sobre o qual não se podia dizer nada muito agradável, o centro, ao contrário, era bem traçado, com ruas largas e belos edifícios. Em certa medida, esses elementos podem ser vislumbrados na fotografia abaixo (figura 42):

⁴⁹¹ Atual Coronel Álvaro Chaves

⁴⁹² Atual Alberto Rosa.

⁴⁹³ Atual Dr. João Pessoa.

⁴⁹⁴ ESSINGER, *op. cit.*, p. 28.

⁴⁹⁵ SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuiabá**: notas de um naturalista. São Paulo: Companhia de melhoramentos de S. Paulo, 1922, p.135-136.

Figura 42: Porto de Pelotas



Legenda: A chegada do Grêmio Esportivo Brasil, campeão regional (12 x 8,5cm).
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.104.

A imagem acima foi capturada – provavelmente realizada dentro de uma embarcação nas águas do Canal São Gonçalo – em um dia de festividade no município, devido à chegada dos atletas do Grêmio Esportivo Brasil após a conquista do campeonato regional. Em outro momento da tese, levantou-se a hipótese de o *Álbum de Pelotas* publicar fotografias feitas anteriormente por outros fotógrafos. A imagem acima corrobora com essa suposição, uma vez que o clube sagrou-se campeão do campeonato gaúcho de futebol⁴⁹⁶, realizado em Porto Alegre, no ano de 1919, e o álbum foi publicado apenas três anos depois. Entretanto, também é possível supor que por ter sido considerado um acontecimento importante para a cidade, tenha sido registrado nas páginas da publicação.

Primeiramente, o que mais chama a atenção do espectador ao olhar a fotografia é a quantidade de pessoas, em sua maioria, homens, que aguardavam a

⁴⁹⁶ Além do Grêmio Esportivo Brasil, o município já contava com o Esporte Clube Pelotas, criado em 1908. Posteriormente, em 1926, fundou-se o Grêmio Atlético Farroupilha. Atualmente, eles são os principais clubes de futebol do município.

chegada do time de futebolistas no atracadouro.⁴⁹⁷ Na realidade, pode-se deduzir que a presença de indivíduos bem trajados no cais se devesse ao fato de ser uma situação especial, pois o ambiente em si não convidava para a prática de sociabilidade. Como se pode observar, havia a presença de poucas edificações – simples, de um pavimento apenas – e postes de iluminação ao redor da estrutura portuária. Assim, ao contrário da Estação Férrea, que possuía um espaço pavimentado, bem iluminado, mais alteroso e com uma vila operária próxima, a zona portuária somente aos poucos ganhava alguns tímidos contornos de modernidade. Ademais, o espaço caracterizava-se por ser um ambiente industrial, com fábricas, chaminés e vilas, destinado, portanto, a outro tipo de frequentadores. Essa fisionomia da região alterava-se apenas nos dias em que as embarcações partiam ou chegavam à urbe (figura 43).

Figura 43: Porto de Pelotas



Legenda: Aos dias de saída de vapores (11,3 x 6cm)

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano IV, n.17 e 18, 07 set. 1922, p.15.

⁴⁹⁷ Historicamente, no Brasil, a prática do futebol era realizada e associada ao gênero masculino. Apesar disso, nem todos os homens poderiam jogar profissionalmente nos principais clubes municipais, por exemplo, negros e pobres foram banidos por anos dessa prática associada às elites. De acordo com Luiz Carlos Rigo, o Grêmio Esportivo Brasil venceu o campeonato citadino, em 1917, com a participação do jogador negro Babá. A partir desse momento, aumentou a presença de negros na agremiação, contribuindo para que ele se consolidasse como o clube mais popular da cidade. Cf. RIGO, Luiz Carlos. Futebol. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p. 144-145.

Essa imagem prioriza o registro da saída de moradores ou a chegada de visitantes à Pelotas. Em ambas as fotografias (figura 42 e 43), percebe-se a presença de pequenas embarcações nas margens do Canal São Gonçalo, possivelmente transportando produtos tais como: carne, arroz, charque, couro, cerveja, entre outros. Como já mencionado, a localidade enfrentava dificuldades com os navios de grande calado em virtude da obstrução do canal. Esse obstáculo era permanente, uma vez que a área necessitava de reparos, manutenções e investimentos⁴⁹⁸ e, nem sempre, a Intendência destinava recursos para esse fim, visto que esta região da cidade não atraía os olhares da imprensa e da elite local.

No governo de Cypriano Corrêa Barcellos, a zona portuária contou com alguns pequenos reparos, como, por exemplo, a demolição do sobrado de Domingos Rodrigues⁴⁹⁹, construído em 1784, com o propósito de alargar o porto.⁵⁰⁰ De acordo com o *Almanach de Pelotas*, a infraestrutura do cais era feita em estaca de madeira de lei, com guarnição de pedra e ferro.⁵⁰¹ É muito provável que devido justamente à rusticidade do espaço, Abadie Faria Rosa não tenha tecido qualquer comentário sobre ele, destacando apenas o aspecto fabril da zona portuária que crescia vertiginosamente e associava-se ao desenvolvimento econômico da urbe.

Também a viajante Julia Lopes de Almeida, que desembarcou no porto de Pelotas, não apresenta qualquer informação ou descrição sobre a estrutura do recinto. Em seu livro de memórias, a autora relata que sempre almejou conhecer os costumes, o clima extremo e as paisagens da região sul do Brasil e, visando realizar esse desejo, embarcou no Rio de Janeiro rumo à capital gaúcha, visitando diversas cidades sulinas, como Rio Grande, Torres, Pedras Altas, Bagé, entre outras. Júlia esteve em Pelotas duas vezes, registrando-as da seguinte maneira:

O casco do *Itaberá* passou no Rio Grande das ondas salgadas do mar para a água doce do rio. Deslizamos agora suavemente, como

⁴⁹⁸ Foi autorizada, em 1878, a instalação de uma Mesa de Rendas na cidade, porém, em 1881, o município de Rio Grande conseguiu a sua retirada, alegando que o ambiente era péssimo para navegação, além de não coibir o contrabando na região e afetar diretamente os negócios do território riograndino. Com isso, o retorno da Alfândega para Pelotas ocorreu apenas em 1907. Nesse mesmo ano, a Intendência encaminhou um projeto para o arruamento da região e melhoria na sua infraestrutura. Cf. LONER, *Porto...*, p. 218.

⁴⁹⁹ Em 1855, na região do sobrado de Domingos Rodrigues foi construída uma praça que leva o seu nome.

⁵⁰⁰ Cidade de Pelotas: Notícia histórica. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p.65.

⁵⁰¹ A. H. Pelotas na atualidade. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p.227.

que dentro de uma aquarela inglesa. O ar está úmido, a manhã desmaiada. Desembarco. Tenho pressa de ir fazer a minha reverência à Princesa do Sul, como os rio-grandenses denominam Pelotas. Temos apenas uma hora para espaiar; não basta para fazer uma ideia de uma cidade; noto, entretanto, a regularidade das suas ruas traçadas em xadrez e a lindeza da sua praça central, perfeitamente ajardinada. Uma cidade que ama as flores inspira-me sempre simpatia.⁵⁰²

Chego assim pela segunda vez à cidade mais aristocrática do Estado. Na primeira, mal lhe pisei as pedras das calçadas, numa volta rápida [...]. Tinha-me dito a bordo um inglês, conhecedor do Brasil, de norte a sul, que em parte alguma deste país os homens se podem gabar de ter um clube tão completo nem tão luxuoso como o Club Comercial de Pelotas. Até parece feito por ingleses! Terra de nomes e de fortunas tradicionais [...]. Assisto a festas animadas [...] onde vejo reunida a fina flor da sociedade pelotense; passeios, visitas, recepções em que ouço dizer versos dos poetas do sul. [...] Desço então sozinha a passear a pé pela cidade.⁵⁰³

A análise dos trechos acima revela que a autora teceu comparações entre as águas pelotenses – tranquilas e doces – com as da cidade vizinha, Rio Grande. De acordo com seu relato, era o centro da localidade que lhe despertava curiosidade, pois naquele ambiente ela, com certeza, encontraria a verdadeira Princesa do Sul – transformada e moderna. Embora a Intendência viesse realizando algumas obras para aprimorar a infraestrutura do porto – nota-se a presença de postes de energia elétrica nas imagens – o ambiente parecia, de fato, não conquistar os viajantes que ali desembarcavam. Na sua segunda visita à cidade, a viajante percorreu as ruas, entrou nos estabelecimentos, se hospedou no Hotel Aliança, conheceu a cultura da cidade (festas, doces, poetas), atuando efetivamente como um *flâneur*. No entanto, a zona portuária novamente passa em branco nas páginas de memórias da autora. Qual teria sido a razão para este desinteresse ou apagamento? É preciso considerar que o maior propósito da viajante era de encontrar uma “cidade imaginada”⁵⁰⁴ e, por isso, ela percorreu o centro da urbe, a fim de confirmar suas expectativas.

A análise de relatos de outros viajantes que visitaram Pelotas durante o século XIX revela que todos tiveram percepções semelhantes, isto é, que o porto era

⁵⁰² ALMEIDA, Julia Lopes de. **Jornadas do meu país**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920, p.30.

⁵⁰³ *Idem, ibidem*, p.197-209.

⁵⁰⁴ Fazendo referência à análise de Sandra Pesavento sobre Porto Alegre. Cf. PESAVENTO, *espaço...*, p. 173.

um ambiente feio e precário, enquanto que o centro de Pelotas traduzia bem a sua condição de Princesa do Sul. Estes relatos evidenciam o olhar do estrangeiro, ou seja, daquele que possui os seus próprios parâmetros de análise – no caso de Júlia, era o Rio de Janeiro, e para os demais, era a Europa.

Visando ao aprimoramento da zona portuária, a Intendência realizou algumas obras no decorrer da década de 1920. A primeira delas foi a construção do Mercado do Porto (figura 44), cujo objetivo era assegurar o abastecimento da população do bairro. De acordo com o *Almanach de Pelotas*, além do mercado, foi determinada a construção de um banheiro público a fim de garantir os mínimos preceitos de higiene à população que o frequentava, e aprovada a construção, perto da Praça Domingues Rodrigues, da escola Carlos Laquintini.⁵⁰⁵ Estas melhorias realizadas pela Intendência ajudam a confirmar a observação feita por Abadie Faria Rosa de que cada arrabalde podia ser considerado outra localidade, pois apresentava a sua própria atividade comercial e de ensino.

Figura 44: Mercado do Porto



Legenda: Mercado do Porto da cidade (15,8 x 10 cm)

Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, 1924, s/p.

⁵⁰⁵ Progresso de Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XI, 1923, p. 331.

No registro fotográfico acima, o foco está no prédio que se encontra em primeiro plano, ou seja, ele é o centro da imagem. Ao invés de registrar amplamente o cenário urbano, o fotógrafo optou por enquadrar apenas a edificação. Possivelmente, essa escolha tenha decorrido da ausência de elementos visuais modernos ao redor da construção – como pode ser visto nas figuras 42 e 43. Inevitavelmente, consegue-se traçar um paralelo entre ele e o Mercado Central, especialmente do ponto de vista estrutural e arquitetônico, uma vez que ambas as estruturas foram criadas com o objetivo de ser um “espaço de intercâmbio”⁵⁰⁶ e para facilitar o acesso a mercadorias e trocas comerciais.

Visualmente, o Mercado do Porto apresenta uma composição muito mais simples e de menores dimensões, logo, ele não é tão imponente como a construção original. Se o prédio central contava com calçamento, iluminação, banheiros e bancas de mercadorias, a rua que circundava o Mercado do Porto não era pavimentada e, aparentemente, a região não possuía sequer iluminação elétrica, embora nas imagens anteriores seja possível perceber a presença de postes de luz. A proposta era que o prédio fosse algo funcional para os habitantes do arrabalde, auxiliando as embarcações que atracavam no porto, como pode ser observado nos mastros dos barcos que aparecem atrás do prédio. É possível questionar em que medida a Intendência também não queria deixar os moradores e trabalhadores do Bairro da Várzea concentrados naquela região da cidade, a fim de que não circulassem pela zona central.

Conforme Murillo Marx, historicamente as cidades brasileiras construíram o mercado municipal junto à região do porto em decorrência dos produtos recém desembarcados, além da existência de espaço para edificá-lo. Segundo o autor, esses prédios eram o símbolo da ação reguladora do Estado e da sua responsabilidade com o abastecimento de mercadorias para a população.⁵⁰⁷ Embora ambas as edificações pelotenses apresentassem propostas semelhantes, nota-se, a partir da fotografia, que o investimento no bairro era menor do que na zona central – tanto do ponto de vista da construção como da infraestrutura disponibilizada no seu entorno. É preciso lembrar que o prédio central foi construído no século XIX e que,

⁵⁰⁶ CRUZ, *op. Cit.*, p. 117.

⁵⁰⁷ MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 1980, p.81-82.

portanto, seguiu a arquitetura própria daquele contexto histórico. Mas, na primeira década do século XX, ele passou por reformas, visando torná-lo mais moderno.

Independentemente disto, o Mercado do Porto caracterizou-se por apresentar uma estrutura menos sofisticada, orientada para o cumprimento de uma determinada função comercial para um grupo específico de moradores e trabalhadores. Nesse caso, o prédio se enquadra na caracterização feita por Murillo Marx, segundo a qual os mercados municipais geralmente eram estruturas singelas de madeira ou alvenaria, com simples coberturas ou pátios fechados.⁵⁰⁸ A administração municipal empenhou-se, no entanto, no embelezamento e modernização tanto do Mercado Central, quanto do Mercado do Porto, a ponto de o *Almanach de Pelotas* informar que “seus dois mercados (Mercado Central e do Porto) causam agradável impressão pelo estilo, ordem e asseio e, ainda, pela grande variedade de frutos e produtos”.⁵⁰⁹

A principal melhoria do Porto, no entanto, veio a ser realizada apenas no final da década de 1920, mediante a assinatura de um contrato⁵¹⁰ com o governo do Estado do Rio Grande do Sul – administrado por Getúlio Vargas – que previa a construção e a consolidação do cais de Pelotas como um dos principais espaços portuários gaúchos – juntamente com Porto Alegre⁵¹¹ e Rio Grande. Os jornais locais descreveram da seguinte maneira a situação em que se encontrava o cais antes da aprovação da medida:

E, ao lado da estética – que, em muito, ganhará com a construção do novo porto – proporcionando ao visitante que, por via marítima, aporta a nossa cidade uma impressão de relativo conforto – hoje a primeira vista desoladora, com o cais em ruína e os trapiches mal alinhados e deselegantes aumentará também grandemente, pelo lado econômico, isto é, pela facilidade maior e mais eficiente do seu comércio. Por todos os lados, pois, que se encare o melhoramento que vai se inaugurar, é ele motivo de francos regozijos.⁵¹²

⁵⁰⁸ *Idem, ibidem*, p. 82.

⁵⁰⁹ PARADEDA, Florentino. Pelotas por alto. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVI, 1928, p. 74.

⁵¹⁰ Decreto n. 18.553 de 31 de dezembro de 1928.

⁵¹¹ Entre os anos de 1913 e 1920, após ser aterrado um grande trecho da praia do Guaíba, iniciou-se a construção do cais do porto, realizada pelo governo do Estado, paralela a melhoria da Barra do Rio Grande. Essas obras propiciaram um desenvolvimento da navegação fluvial através do rio Jacuí e de seus afluentes. Somado a isso, ocorreu a ampliação das linhas férreas ligando o oeste do Rio Grande do Sul. Diante disso, a capital conseguiu desenvolver extraordinariamente a indústria e o comércio, tornando-se a mais importante do estado. Cf. MONTEIRO, *Urbanização...*, p.37.

⁵¹² O porto de Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 17 nov. 1928, p.01.

A construção do porto, porém, impunha-se ainda como necessidade indiscutível, por outros motivos, de não somenos relevância. O porto de Pelotas, com o seu velho cais de madeira, oferecia um desolador contraste com a beleza e a riqueza da cidade, sem favor nenhum considerada como a segunda do Rio Grande do Sul, quer pela sua importância comercial, quer pela sua importância social, quer ainda pelo vulto de riqueza e de trabalho que contem e representa. A faixa de terra junto a esse porto antiquado e inestético, [...] oferecia também, sob o ponto de vista higiênico, um perigo evidente, com as suas águas paradas que são focos permanentes de infecção.⁵¹³

Apesar de os excertos serem de periódicos diferentes, é interessante perceber que eles expõem o estado desolador em que se encontrava o cais. Do ponto de vista estético, o ambiente não apresentava elementos que despertassem a atenção e o deslumbramento de um *flâneur*, o que pode ser observado na ausência de comentários feitos sobre o espaço tanto por parte de Abadie Faria Rosa como por Julia Lopes de Almeida.

A região portuária, além de não favorecer o transporte e o comércio de mercadorias para a cidade, se diferenciava do centro, onde já vigoravam os principais conceitos da modernidade urbana. Como relatado pelo *Diário Popular*, o ambiente portuário também apresentava problemas no que diz respeito ao saneamento básico, visto que contava com águas paradas, que, conseqüentemente, favoreciam o risco de contaminação. Tanto as autoridades municipais quanto os médicos e sanitaristas entendiam que o porto era o responsável pelas doenças que acometiam as pessoas que viviam na região. Essas enfermidades ocasionalmente que poderiam se estender à zona central da cidade.⁵¹⁴

O engenheiro Sylla Borrvalho, em um artigo divulgado na imprensa, descreveu Pelotas como um “precioso diamante gaúcho”, como uma das localidades mais progressistas do Estado, devido ao traçado das ruas, aos serviços públicos e aos suntuosos prédios particulares, com destaque para o Theatro Guarany e o Grande Hotel, locais que irradiavam conforto e elegância. Entretanto, ao falar do porto, ele afirma que o ambiente contrastava com a beleza da urbe pelotense e que o local clamava por melhorias em suas estacas de madeira.⁵¹⁵

⁵¹³ O porto de Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 24 nov. 1928, p.01.

⁵¹⁴ MOURA, *op. cit.*, p. 52.

⁵¹⁵ BORRALHO, Sylla. Pelotas o diamante gaúcho. **Diário popular**, Pelotas, 16 mai. 1928, p. 03.

Apesar de diversas fontes apontarem para a situação que vivia a região portuária, poucas foram as fotografias que localizamos do cais do porto – apenas as duas que incluímos neste capítulo. É plausível supor que a ausência de fotografias desta região da urbe decorra da falta de interesse dos fotógrafos pelo espaço e da carência de atrativos para os que, assim como *flâneur* Abadie, ao desembarcarem no porto, não encontraram nada que evocasse a modernidade urbana.

Em 1929, o Presidente da República Washington Luís assinou o contrato de concessão que autorizava a construção do Porto pelo Estado do Rio Grande do Sul.⁵¹⁶ No primeiro momento, a estrutura compreenderia 500 metros edificadas em cimento armado – como o porto de Niterói – orçado em 4.000 contos de réis.⁵¹⁷ A estimativa e a planta foram realizadas por Antonio Meirelles Leite e Antonio Pradel.⁵¹⁸ Contudo, ainda não estava claro o modo como a obra seria executada e como seria o seu andamento.⁵¹⁹ Apesar disso, o resultado do contrato com o governo estadual gerou um otimismo na cidade, principalmente, no que dizia respeito à economia industrial e comercial, como destacou o periódico *Diário Popular*:

E assim, Pelotas encantadora e dominante, habitada por uma elite de escol que ama o belo e faz a sociedade num acolhimento fidalgo e generoso, conquista agora uma das suas maiores aspirações na modernização de seu porto, vendo no seu governo a individualidade austera e digna do Sr. Dr. Py Crespo, que saberá elevar ainda mais alto, o seu coeficiente de progresso tão eloquente no Estado do Rio Grande do Sul [...] ⁵²⁰

A reformulação do cais do porto⁵²¹, como se pode observar, foi vista como mais um elemento da modernidade urbana pelotense. Não obstante, o fragmento

⁵¹⁶ O porto de Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 03 jan. 1929, p.02.

⁵¹⁷ Interesses locais: O cais – interessantes notas. **O Libertador**, Pelotas, 05 jan. 1929, p.01.

⁵¹⁸ Interesses locais: O cais – interessantes notas. **O Libertador**, Pelotas, 05 jan. 1929, p.01.

⁵¹⁹ Interesses locais: O cais – interessantes notas. **O Libertador**, Pelotas, 05 jan. 1929, p.01.

⁵²⁰ Pelotas e o seu porto. **Diário Popular**, Pelotas, 28 dez. 1928, p.01.

⁵²¹ Apesar das notícias, a obra foi postergada em alguns anos. Em 05 de outubro de 1933, foi assinado um contrato com a firma Costa & Boegh para a construção de 464 metros de cais e três armazéns. Contudo, a empresa decretou falência em 28 de novembro de 1936 gerando um contratempo na referida obra. Por isso, houve a criação de uma Comissão das Obras do Porto de Pelotas (COPP), passando a responsabilidade diretamente para o Estado, mas as obras seguiram em um ritmo lento. Por intermédio da Associação Comercial, foram realizadas diversas reclamações na imprensa, pois a economia da cidade estava diretamente prejudicada pelo atraso da obra. Somente em 11 de maio de 1942, foi contratada outra firma (Gruen & Bilfinger) para dar continuidade

destaca que a elite local amava o que era belo e que, em razão disso, realizaria as melhorias na região portuária. O que é curioso, tendo em vista que o bairro se caracterizou pela presença de operários e não pela aristocracia ou burguesia. É muito provável que o único momento em que a elite pelotense circulava pela Várzea fosse para embarcar ou desembarcar de um navio de turismo. Majoritariamente, o bairro era popular, com o predomínio de trabalhadores e de fábricas que contribuíram para o desenvolvimento econômico e para a atração de novos investimentos no município. Mas como o *flâneur* percebeu a presença destes trabalhadores, destes indivíduos considerados marginais? Nos próximos tópicos, procuramos responder a este questionamento.

3.2. “Em arrabaldes, como no Porto, surgiram fábricas, centros de produção manufatureira”:

Após desembarcar no cais do porto e ao caminhar pelo Bairro da Várzea, provavelmente o que mais chamou a atenção de Abadie Faria Rosa foi a transformação urbana que o arrabalde sofreu a partir da edificação de imponentes fábricas. Os primórdios da indústria na cidade de Pelotas se confundem com a produção de carne salgada, na medida em que parte do lucro obtido nas charqueadas foi destinado para o desenvolvimento de manufaturas e oficinas artesanais⁵²² ainda no século XIX. Em virtude disso, as principais mercadorias fabricadas no município eram derivadas da pecuária – como sabão, couro e vela. Porém, o comércio não ficava restrito apenas a esses produtos, uma vez que existia uma produção de outras mercadorias de bens de consumo – como chapéus, roupas, máquinas, remédios, entre outros. Essa perspectiva é corroborada pelo relato de um viajante que chegou a Pelotas, vindo do Rio de Janeiro, e que teceu alguns comentários sobre a economia do município:

ao serviço. Contudo, em 1940, o município inaugura o porto como uma forma de conseguir a atenção do Estado e a retomada da obra. Cf. GANDRA; SILVA, *op. cit.*, p. 401-403.

⁵²² Posteriormente, a maioria das oficinas e manufaturas transformou-se em fábricas movidas a motores. Cf. AQUINI; LONER, *op. cit.*, p. 113.

[...] há uma espantosa eclosão de inúmeras indústrias, das mais adiantadas, fábricas que rivalizam com as melhores de São Paulo e da capital da República. Pelotas quase produz tudo. A maneira porque aqui se tratam os negócios bovinos, equinos, porcinos, o braço forte dado à avicultura, revelam a capacidade de ação difícil de encontrar em outros núcleos populosos do Brasil. Sempre me agradou apreciar o desenvolvimento comercial de Pelotas: um comércio sério, altivo, progressista, representado por inúmeras firmas de uma respeitabilidade que não pode ser excedida.⁵²³

Desde as décadas finais do século XIX e dos primeiros anos do século XX, Pelotas caracterizou-se por manter uma diversidade econômica, como atestou o viajante carioca, ao conhecer a urbe em 1920. A comparação que o *forasteiro* faz entre Pelotas, o Rio de Janeiro e São Paulo, contudo, nos parece um pouco despropositada, visto que as duas últimas cidades concentravam um maior número de fábricas e também de operários. Apesar da assimetria na comparação, a cidade gaúcha, no entanto, caracterizou-se efetivamente por ofertar uma gama de serviços e atividades comerciais que a tornaram atrativa para o estabelecimento de novos grupos sociais.⁵²⁴

Segundo a análise realizada por Marcos Hallal dos Anjos, no último quartel do século XIX verificou-se a presença de um número significativo de imigrantes, participando ativamente da economia pelotense por intermédio da criação de fábricas e casas comerciais. Contudo, a principal particularidade no caso pelotense diz respeito à consolidação de pequenas propriedades – localizadas a noroeste, na região serrana de Pelotas – criadas, quase que exclusivamente, através de capital particular e de forma intensiva pelos imigrantes. Um exemplo dessa singularidade foi a efetivação, em 1841, de uma fábrica de sabão, velas e colas nas margens do Arroio Pelotas, pelo alemão Luiz Eggers.⁵²⁵ Iniciativas como esta nos permitem

⁵²³ As impressões de um forasteiro sobre Pelotas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 08 mar. 1920, p. 01.

⁵²⁴ Na cidade, destaca-se a presença de imigrantes, em especial, dos alemães e italianos. O incentivo à imigração no território brasileiro aconteceu seguindo dois propósitos diferenciados e complementares. O primeiro, de iniciativa particular e estimulado pelo governo, visava ao fornecimento de mão de obra agrícola – ameaçada pela Lei Eusébio de Queirós, que proibia o tráfico de escravos. O segundo, de iniciativa oficial, buscava estabelecer colônias de imigrantes, em pequenas propriedades, para preencher os vazios demográficos e formar uma futura classe operária. É precisamente o segundo propósito que se tornou hegemônico no estado do Rio Grande do Sul. Cf. ANJOS, *op. cit.*, p.63-64.

⁵²⁵ É importante assinalar que esse registro foi feito pelo viajante alemão Roberto Avé-Lallement, no ano de 1858. A empresa contava com caldeiras para fundir, máquinas de cortar e provido de trilhos a margem do rio, facilitando a exportação em embarcações próprias. Para o viajante, Eggers merecia um lugar de destaque entre os iniciadores e promotores da indústria pelotense, pois instalou uma

afirmar que foi a partir de uma mentalidade estrangeira que houve o início da diversificação da produção pelotense.⁵²⁶

Posteriormente, outras empresas foram instaladas na cidade, muitas delas com a participação ativa dos imigrantes e do seu capital financeiro. Em 1845, Carlos Ruelle fundou a primeira fábrica de seges e carroças da urbe, contando com máquinas e aparelhos diversos. Além disso, o francês instalou “uma serraria a vapor e moinho para trigo e milho, a primeira, no gênero, como também o motor que nela funcionava foi o primeiro empregado em Pelotas.”⁵²⁷ As fábricas de Eggers e de Ruelle foram importantes por seu pioneirismo, demonstrando o potencial de renovação econômica feita pelos estrangeiros, com destaque para o ramo de curtumes, sabão e velas, fumo, massas, cervejarias e chapéus.⁵²⁸ Simbolizando esse momento, criou-se na cidade a Fábrica Lang (figura 45).

fábrica de produtos locais que concorria diretamente com as importações europeias. Mario Osório Magalhães chama a atenção para o fato de Avé-Lallement ser o primeiro observador a criticar a cidade, especialmente em um período que o próprio autor julgava ser o ápice econômico pelotense. As críticas do alemão se baseiam nas condições insalubres das charqueadas – o mau cheiro, a matança de gado e o sangue. Para Magalhães, essas críticas eram válidas, mas o viajante não poderia negar a melhoria econômica desenvolvida na cidade devido à produção e comercialização do charque. Ele acrescenta ainda que Avé-Lallement reclamava do pouco contingente de estrangeiros que residiam em Pelotas e, em razão disso, destacava a indústria de velas elaborada por seu compatriota que utilizava material proveniente das charqueadas. Cf. Avé-Lallement, Roberto. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953, p. 387-391. MAGALHÃES, Mario Osório. **Pelotas: toda a prosa – primeiro volume (1809-1871)**. Pelotas: Armazém literário, 2000, p.134-137.

⁵²⁶ CRUZ, *op. cit.*, p. 113.

⁵²⁷ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 25 nov. 1911, n.02, p. 08.

⁵²⁸ ANJOS, *op. cit.*, p. 90-91.

Figura 45: Fábrica Lang (1861)



Legenda: Vista parcial dos estabelecimentos da importante fábrica Lang (16,8 x 11 cm)
 Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, 1920, ano VIII, s/p.

A empresa foi fundada pelo alemão Frederico Carlos Lang, em 1864, após a aquisição da antiga propriedade de Eggers. Com isso, ele passou a produzir, em pequena escala, velas e sabão para o mercado local. Posteriormente, em 1870, o proprietário transferiu a empresa para a região intitulada “Arroio Pepino”⁵²⁹, construindo um pequeno galpão, onde ampliou a sua produção, incorporando a fabricação de sabonetes e sabão perfumados – uma novidade na cidade – fomentando a aquisição de tecnologia para aprimorar a fabricação de suas mercadorias.⁵³⁰ A fotografia acima foi feita do complexo fabril edificado no Bairro da Luz, zona norte de Pelotas. Percebe-se que a fábrica contava com um espaço considerável, apresentando várias estruturas – de diferentes tamanhos – e chaminés. A imagem, obtida pelo fotógrafo no sentido horizontal, valoriza a

⁵²⁹ Atual Domingos de Almeida.

⁵³⁰ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 29 fev. 1912, n.05, p. 72.

grandiosidade do prédio e a amplitude do seu terreno, porém o estabelecimento encontra-se visualmente isolado. Em razão disso, o complexo que circundava a instituição – ruas e residências – não pode ser, infelizmente, analisado a partir da imagem.

Na visão de Paulo Soares, a empresa representou o avanço técnico, tecnológico e social, agregando valor aos resíduos das charqueadas e introduzindo máquinas modernas na cidade, marcando, assim, a industrialização do município.⁵³¹ Como fica evidenciado no *Almanach de Pelotas*, ao fazer referência à empresa: “É esse, sem dúvida, um dos mais antigos e bem montados estabelecimentos industriais de seu gênero [...]”⁵³² Mais do que isso, ela tornou-se competitiva, conseguiu exportar seu produto, chegando até a conquistar prêmios em exposições nacionais e internacionais.⁵³³

Ademais, a Lang também contribuiu para o desenvolvimento da cultura do arroz. Em 1903, associando-se a Maximiliano Saenger, os herdeiros Frederico Carlos e Ernesto Lang investiram na rizicultura, prepararam cerca de sessenta hectares de terra, empregando cem sacos de sementes e contando com um sistema de irrigação que vinha, através de uma bomba, do Arroio Pelotas. Apesar do empreendedorismo, os dois primeiros anos de colheita não foram proveitosos e Saenger desistiu da empresa. Posteriormente, outros dois investidores assumiram a firma e o negócio começou a dar lucro após a instalação de um engenho para beneficiar o grão.⁵³⁴ Como se pode observar, no início do século XX algumas lideranças de Pelotas começaram a pensar em alternativas para suprir a crise da indústria do charque.⁵³⁵

⁵³¹ SOARES, *Del...*, p. 234.

⁵³² As indústrias de Pelotas: Fábrica Lang. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, 1920, ano VIII, p. 280.

⁵³³ Medalha de bronze na exposição do Rio de Janeiro (1866), menção honrosa em Paris (1867), medalha ao progresso no Rio de Janeiro (1875), ouro em Porto Alegre (1881), grande prêmio em Chicago (1893), ouro e prata em Porto Alegre (1901), primeiro prêmio em Porto Alegre (1905), ouro em pelotas (1905), ouro no Rio de Janeiro (1908) e em Pelotas (1910). Cf. LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 29 fev. 1912, n.05, p. 73.

⁵³⁴ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 29 fev. 1912, n.05, p. 73.

⁵³⁵ Por todos esses elementos relacionados acima, a fábrica Lang pode ser vista como um marco da industrialização pelotense ainda no século XIX. A peculiaridade desse empreendimento encontra-se intimamente relacionada com a principal produção econômica da cidade: a pecuária. Em outros estados brasileiros, como por exemplo, a Bahia, as primeiras fábricas surgiram com o objetivo de produzir tecidos de baixa qualidade para serem destinados aos escravos e pobres. Mais tarde, ocorreu um deslocamento da produção para o Centro-sul, com foco em São Paulo. Cf. FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2014, p. 161.

De acordo com Beatriz Loner, Pelotas formava, juntamente com Rio Grande, um dos principais polos industriais do estado rio-grandense no período final do Império. Contudo, apesar da proximidade geográfica entre os municípios do extremo sul, havia uma diferenciação entre eles. Em Rio Grande, predominavam os grandes estabelecimentos (como, por exemplo, a Companhia União Fabril de Carlos Rheingantz), enquanto que Pelotas apresentava uma estrutura mais equilibrada entre as empresas de grande e pequeno porte (como, por exemplo, a Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense e as oficinas mais simples).⁵³⁶ Conforme Evangelia Aravanis, as maiores unidades produtivas pelotenses trabalhavam, em boa medida, voltadas para o mercado nacional, beneficiando os produtos derivados da pecuária. Já as pequenas unidades produziam compotas, licores, charutos, entre outras.⁵³⁷

O outro polo industrial do estado rio-grandense era formado por Porto Alegre, Caxias do Sul e a região do Vale dos Sinos.⁵³⁸ Segundo Célia Ferraz de Souza e Dóris Maria Müller, o crescimento econômico desse centro encontra-se vinculado a chegada, em 1824, dos imigrantes alemães no território sulino. Com isso, houve a incorporação da agricultura diversificada, baseada na pequena propriedade e na mão de obra livre, que atuou como fator de desenvolvimento para a capital gaúcha que passou a potencializar o seu porto – que ligava o rio dos Sinos, o Caí e o Jacuí/Taquari. Em razão disso, os estabelecimentos comerciais voltados para a diversificação dos produtos cresceram em Porto Alegre. No final do século, em 1875, chegaram ao estado os italianos, que ocuparam basicamente a região de Caxias do Sul, dedicando-se também à agricultura.⁵³⁹

Em um contexto mais amplo, a industrialização brasileira foi considerada uma atividade recente, se comparada com a produção têxtil originada na Inglaterra nos decênios finais do século XVIII. Conforme destaca Tania Regina de Luca, o primeiro surto industrial brasileiro ocorreu em meados de 1880, mas isso não significa dizer que não houve a fundação de fábricas no período predecessor – como nos casos de Pelotas e Rio Grande. Segundo a historiadora, o café – que em 1830 já era o principal produto de exportação brasileira – beneficiado pela elevação do preço

⁵³⁶ LONER, Construção de classe, p. 44-52.

⁵³⁷ ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, UFSC, vol.2, n.3, janeiro-julho, 2010, p.150-151.

⁵³⁸ *Idem, ibidem*, p. 151.

⁵³⁹ MÜLLER, Dóris Maria. SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007, p. 54-57.

internacional e pelo crescimento da produção, proporcionou tanto a criação de uma malha ferroviária como a introdução do trabalho imigrante. Contudo, um dos principais efeitos da expansão da cafeicultura foi a criação de uma infraestrutura de serviços e de melhoramentos urbanos. Assim, a maioria das fábricas fundadas em São Paulo concentrava-se na região cafeeira, uma vez que parte dos lucros advindos da produção foi aplicada nesse novo segmento econômico.⁵⁴⁰

Sandra Pesavento propõe um exercício comparativo entre a industrialização paulista e a rio-grandense. Para a historiadora, a disponibilidade de capital industrial foi menor no caso gaúcho, principalmente porque dependeu de uma acumulação proveniente do gênero agropecuário, menos valorizado internacionalmente e com um mercado interno menor. Ao contrário de São Paulo, que projetava toda a sua organização política e econômica no café – exportado em grande quantidade –, que proporcionava acumulação de capital e a possibilidade de investimentos em novas tecnologias, bem como melhorias nos seguimentos urbanos. Nesse sentido, a autora pontua que no “[...] *fin de siècle* a renovação capitalista partiu do complexo colonial imigrante e não do complexo da pecuária tradicional”⁵⁴¹ que, por muitas décadas, pautou a economia pelotense. Por conta disso, o Rio Grande do Sul confirmava sua vocação de “celeiro do país”, a partir da produção de “indústrias naturais” que utilizavam a matéria prima da agropecuária e abasteciam o mercado nacional com produtos de subsistência.⁵⁴²

Pedro Bandeira ocupou-se de traçar algumas características entre os dois centros, o porto-alegrense e o sul rio-grandense, durante a virada do século XIX para o XX, a fim de compreender os motivos da decadência da região sul do estado no contexto da Primeira República. Ambos, segundo o autor, eram praticamente equivalentes no que diz respeito ao número de operários. Enquanto Porto Alegre empregava 4.888 trabalhadores, o eixo Pelotas/Rio Grande concentrava 5.082 funcionários. Contudo, Bandeira constata que essa era a única característica semelhante entre os núcleos econômicos. No que se refere ao número de estabelecimentos, a capital apresentava 114 fábricas, enquanto que Pelotas registrava 56 e Rio Grande apenas 21. Um aspecto interessante deriva do fato de

⁵⁴⁰ LUCA, Tania Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001, p. 13-21.

⁵⁴¹ PESAVENTO, Sandra. **O cotidiano da República: elite e povo na virada do século**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995, p. 16.

⁵⁴² PESAVENTO, *O cotidiano...*, p. 16.

que apesar de o interior apresentar um índice de fábricas menor, elas empregavam um número maior de trabalhadores por estabelecimento (66% contra 42,9% da capital), pois eram grandes unidades produtivas. Ademais, as fábricas porto-alegrenses eram mais diversificadas, além de contarem com uma rede de transportes – marítimo e ferroviário – que as favorecia e de uma estrutura urbana que beneficiava a população. A combinação desses fatores resultou na supremacia da indústria porto-alegrense em detrimento da sul rio-grandense.⁵⁴³

Apesar desses pormenores, Pelotas investiu nas indústrias locais destinadas ao consumo interno e para exportação. A análise de Pedro Bandeira baseou-se nos dados organizados pelo Centro Industrial do Brasil, produzido em 1907. Anteriormente, em 1891, foi realizado pela Diretoria de Estatística Municipal de Pelotas, um levantamento econômico que mapeou a presença de 88 fábricas, 291 oficinas e 626 negócios.⁵⁴⁴ Comparando ambos os dados, percebe-se que houve uma queda no número de indústrias na cidade. Essa diminuição esteve relacionada com a derrocada das charqueadas durante a virada do século XIX para o XX, provocada, principalmente, pela Abolição dos escravos, a concorrência platina e a entrada dos frigoríficos na região.⁵⁴⁵

Não obstante, a partir do século XX, Pelotas se reorganizou através de novas estruturas econômicas – como a rizicultura⁵⁴⁶ e a produção de frutas e legumes para conserva – e, no ano de 1910, segundo João Simões Lopes Neto, a cidade apresentava 188 fábricas, 278 oficinas e 822 casas de negócios, que, em sua grande

⁵⁴³ BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José. BENETTI, Maria. BANDEIRA, Pedro (org.). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, 1994, p. 23-28.

⁵⁴⁴ A diferença entre as três classificações deriva do tipo de atividade: as fábricas eram de cerveja, sabão, café; as oficinas eram consideradas estúdios fotográficos, alfaiataria, carpintaria e, por fim, os negócios eram as lojas e casas comerciais, como por exemplo, os hotéis. Cf. MOURA, Euclides B de. **Boletim apresentado a Intendência Municipal da cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891**. Pelotas: Livraria Universal, 1891, p.43-45.

⁵⁴⁵ Esses aspectos foram trabalhados no primeiro capítulo da tese.

⁵⁴⁶ A partir do sucesso obtido pelos proprietários da Lang, o Coronel Fernando Osório também se dedicou ao cultivo de arroz a partir do ano de 1907, sendo que, em sua granja Cascalho, foram destinados trinta hectares de terra e quarenta sacos de semente para principiar a produção. A sua primeira colheita rendeu apenas seiscentos sacos, pois o terreno apresentava um desnível. Para resolver esse pormenor, Osório chamou o engenheiro Gabriel Gastal, que nivelou o espaço, o que possibilitou uma colheita, no ano seguinte, de cinco mil sacos. Anualmente, Osório ampliava os hectares de terra e os rendimentos provenientes da rizicultura e, por conta disso, ficou conhecido pela alcunha de “Rei do arroz”. Cf. A agricultura em Pelotas: plantações de arroz. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p. 139-141.

maioria, havia sido criada recentemente.⁵⁴⁷ Dez anos depois, no levantamento realizado por Alfredo R. da Costa, Pelotas contava com 742 fábricas na totalidade.⁵⁴⁸ Para o ano de 1922, Fernando Luís Osório realizou um inventário industrial, relacionando algumas empresas que funcionavam na cidade com os seus respectivos endereços. Esse levantamento possibilitou a visualização da localização das indústrias no plano urbano da cidade (tabela 01).

⁵⁴⁷ LOPES NETO, João Simões. **Revista do 1º Centenário de Pelotas**. Pelotas, 15 out. 1911, n.01, p. 13.

⁵⁴⁸ De acordo com Alfredo da Costa, Pelotas contava com: 08 fábricas de fumo, 11 de coroas de flores, 02 de refino de açúcar, 02 de móveis, 02 de chapéus, 04 de torrar e moer café, 02 cervejarias, 38 curtume, 06 de preparar charque, 28 moinhos, 02 de massas, 01 de fogos de artifício, 01 de tecidos, 02 estaleiro, 22 de conservas, 24 de cerâmicas, 10 de vela e sabão, 01 de vidro, 01 de gelo, 15 de carros, 02 de biscoitos, 24 padarias, 02 de cola, 03 de vinho, 03 de chapéus de sol, 02 de malas, 08 de escovas, 01 de louça de ferro, 05 de mobílias de vime, 05 de preparos medicinais, 01 de beneficiar arroz, 45 alfaiatarias, 72 barbearias, 45 sapatarias, 03 fotografias, 63 marcenarias e carpintarias, 14 tamancarias, 06 relojarias, 10 ourivesarias, 16 funilarias, 06 engraxatarias, 05 colchoarias e tapeçarias, 80 ferrarias, 03 serrarias, 05 tinturarias, 09 casas de confecção de moda, 03 tornearias, 09 tipografias, 02 gravadores, 24 correarias, 04 tanoarias, 03 marmorarias, 30 gabinetes dentários, 17 serralheiros e caldeiros, 04 escultores, 05 amoladores e 23 curtumes. Cf. COSTA, Alfredo da. **O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920, p. 73.

Tabela 01: Localização das fábricas de Pelotas (1922)

LOCALIZAÇÃO (RUA)	TOTAL DE FÁBRICAS
Praça da República	03
Praça Floriano Peixoto	01
Praça da Constituição	07
XV de Novembro	18
Andrade Neves	14
General Osório	13
Av. 20 de Setembro (atual Av. Duque de Caxias)	10
Paissandu (atual Barão de Santa Tecla)	06
Santa Cruz	03
General Neto	02
Voluntários da Pátria	02
Marechal Floriano	03
Sete de Setembro	05
Sete de Abril (atual D. Pedro II)	05
Riachuelo (atual Lobo da Costa)	01
Marechal Rodrigues	07
24 de Fevereiro (atual Doutor Amarante)	01
Gonçalves Chaves	09
Félix da Cunha	03
General Vitorino (atual Anchieta)	03
Marechal Deodoro	06
Conde de Porto Alegre	01
Marquês de Caxias (atual Santos Dumont)	04
Benjamin Constant	03
Três de Maio	01
TOTAL	131

Fonte: Tabela organizada pela autora a partir de OSÓRIO, *op. cit.*, p.227-229.

As fábricas arroladas por Fernando Osório variavam tanto em relação às mercadorias que produziam⁵⁴⁹, quanto em termos de sua localização na malha urbana pelotense. A tabela demonstra que havia uma grande concentração de

⁵⁴⁹ Fábricas de cerveja, conservas, alimentos, chapéus, mosaicos, tijolos, roupas, móveis, máquinas, produtos químicos, entre outros.

empresas nas áreas limítrofes da urbe. Acredita-se que a opção por essa região esteja relacionada com a existência de terrenos aptos para a construção de grandes edificações. A localização de fábricas no Bairro da Várzea dava-se em função da sua proximidade com o porto pelotense e o ramal ferroviário⁵⁵⁰, facilitando o escoamento da produção. Ao redor da Praça da Constituição e nas proximidades do Canal Santa Bárbara e da Estação Férrea, havia sete fábricas, o que parece comprovar que essas construções se encontravam próximas de locais de fácil escoamento de mercadorias. Para Maria Auxiliadora Decca, a construção de fábricas nestes bairros seguia uma lógica básica, que era ocupar terras com preços mais baixos, considerando, também, o fácil acesso aos meios de transportes.⁵⁵¹

Não obstante, também existiam fábricas na zona central do município, no primeiro e segundo loteamento, como observado por Fernando Osório, que destaca as empresas edificadas na Rua XV de Novembro. Esse aspecto torna-se significativo, na medida em que reforça os elementos já abordados no capítulo anterior, no qual apresentamos aquela via como a principal artéria da cidade. Em virtude disso, os estabelecimentos ali edificados – como, por exemplo, a fábrica de chapéus para senhoras, de máquinas de escrever, de roupas e a livraria Echenique – estavam voltados para o atendimento de uma elite, que circulava pela via. Entretanto, por mais que esses estabelecimentos alterassem o aspecto da rua, com destaque para suas vitrines, eles não apresentavam uma estrutura ampla, isto é, uma chaminé que se impunha no cenário da cidade e um expressivo contingente de trabalhadores como as fábricas de grande porte.

Observa-se – a partir da análise conjunta das informações fornecidas por João Simões Lopes Neto, Alfredo da Costa e Fernando Osório – que os dados variam no que diz respeito à quantidade de empresas e, ainda, em relação a sua classificação, pois ora elas são entendidas como fábricas, ora como indústrias. Apesar disso, os dados parecem indicar que Pelotas era uma cidade que apresentava um potencial econômico – apesar da crise que se abateu sobre as charqueadas – e que ofertava para a população uma gama de produtos e serviços. No início do século XX, a indústria representava um novo momento para a história

⁵⁵⁰ Esse ramal, criado em 1906, ligava o porto com a Estação Férrea.

⁵⁵¹ DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas**: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934). Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987, p. 18.

econômica brasileira, uma vez que o trabalho escravo,⁵⁵² predominante ao longo da Monarquia⁵⁵³, havia sido, durante a República, substituído pela mão de obra livre e assalariada.

Embora as fábricas se encontrassem espalhadas por todo o sítio urbano pelotense, as empresas de grande dimensão estavam localizadas na zona portuária – à exceção da Lang. A primeira que ganhou destaque, no século XX, foi a Fiação e Tecidos Pelotense (figura 46), fundada em 1910, por iniciativa de Alberto Rosa, Arthur Rios e Plotino Duarte. De acordo com Fernando Osório, a empresa foi criada⁵⁵⁴ a partir de uma conversa, que definiu que Rosa e Rios deveriam viajar à Europa, a fim de adquirir o maquinário para a fábrica, enquanto que Duarte deveria permanecer em Pelotas para angariar capital.

⁵⁵² Para Angela de Castro Gomes, a importância da Abolição não estava na quantidade de escravos que foram libertos e nem mesmo na imagem de uma princesa redentora, mas, sim, no princípio de equidade política – todos os homens passavam a ser, de fato, iguais perante a lei. Para a autora, uma das principais características na luta por direito dos trabalhadores no Brasil foi a necessidade de enfrentar o passado escravista que marcou a sociedade e a forma de pensar o trabalhador. Diante disso, os primeiros anos da República foram fundamentais para a construção de uma identidade do trabalhador e marcou o momento inicial das lutas por direitos sociais. Cf. GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

⁵⁵³ A Escravidão também esteve presente durante o período do Colonial, a partir do século XVI.

⁵⁵⁴ Cíntia Essinger realizou uma série de entrevistas com os antigos operários da fiação visando compreender como estes estavam organizados no espaço da fábrica e do bairro da Várzea. A autora teve acesso a um documento, fornecido por um entrevistado, que afirmava que a criação da empresa se deu pela percepção de seus idealizadores de que os navios que levavam charque para o nordeste voltavam vazios, onerando o valor do frete. Foi em razão disso que eles resolveram trazer algodão e edificar a fábrica de fiação e tecidos em Pelotas. Essinger buscou outras fontes a fim de comprovar essa versão, no entanto, não foi possível confirmá-la. Cf. ESSINGER, *op. cit.*, p.56-57.

Figura 46: Fiação e Tecidos Pelotense



Legenda: Companhia Fiação e Tecidos Pelotense (11 x 6,5cm)
 Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VII, n.10, 16 mai. 1925, p.12

O engenheiro responsável pela obra foi Benjamin Gastal.⁵⁵⁵ A construção principiou em junho de 1908 e foi concluída apenas em 1910. Observa-se, a partir da fotografia acima, a grandiosidade do empreendimento, que ocupou um quarteirão do Bairro da Várzea – entre as ruas Almirante Tamandaré, Uruguai, Xavier Ferreira e Garibaldi. O primeiro aspecto a ser considerado diz respeito à imponência do prédio, que contava com dezenove ambientes internos divididos em galpões para tecelagem e fiação, depósitos, espaço para máquinas e caldeiras, tinturaria, escritório administrativo, entre outros.⁵⁵⁶ Infelizmente, não é possível visualizar na imagem, mas o telhado da fábrica foi feito em *sheds* – em forma de serra – objetivando à entrada de luz natural. Na fábrica trabalhavam mulheres e crianças e, conforme Fernando Osório, o número de operários chegou a 600 pessoas⁵⁵⁷, evidenciando a importância do empreendimento para a cidade.

⁵⁵⁵ O capital inicial da empresa foi de 1000 contos. Cf. OSÓRIO, *op. cit.*, p. 226.

⁵⁵⁶ ESSINGER, *op. cit.*, p. 60.

⁵⁵⁷ OSÓRIO, *op. cit.*, p. 226.

A fábrica têxtil foi uma das principais indústrias brasileiras em sua fase inicial, seguida pela produção de alimentos (incluindo bebidas e vestuário). Para Boris Fausto, a indústria têxtil foi verdadeiramente fabril, tendo em vista a quantidade de capital investido e devido ao número expressivo de operários que nela labutavam, já que, em algumas, havia mais de mil funcionários. Segundo o historiador, por volta da Primeira Guerra Mundial, 80% do tecido consumido no território brasileiro eram de empresas nacionais. Contudo, havia uma carência de indústrias de base (como máquinas, equipamentos, ferro, etc.) sendo necessária a sua importação.⁵⁵⁸

Um elemento que chama bastante atenção na fotografia (figura 46) é a imponente chaminé de 36 metros de altura⁵⁵⁹ – simbolizando e caracterizando aquele ambiente e a nova sociedade industrial que se consolidava na Primeira República. Conforme E. P. Thompson, as sociedades industriais se relacionam com o tempo de uma maneira diferente das comunidades primitivas ou rurais. Nesse novo contexto capitalista, o tempo torna-se moeda: “ninguém passa o tempo, e sim o gasta”.⁵⁶⁰ O apito da fábrica apresentava efetivamente essa função, ordenar o ritmo de trabalho, ou seja, avisar os funcionários que estava na hora de entrar ou sair da fábrica. Essa perspectiva é corroborada pela análise que Sandra Pesavento faz da noção de tempo da sociedade capitalista e como ela introjetou nos habitantes da cidade a ideia de “relógio moral”, isto é, que cada indivíduo deveria utilizar o tempo para produzir e promover o seu próprio sustento e da sua família frente as novas necessidades trazidas pela vida urbana.⁵⁶¹

Outra fábrica que se distinguiu na zona portuária foi o Frigorífico de Pelotas (figura 47), criado em 1920, a partir de uma tentativa de reerguimento da indústria do charque no município, após um período de entusiasmo derivado da Primeira Guerra Mundial. Entretanto, a forma tradicional da produção do charque que levou Pelotas a ser a principal cidade do estado do Rio Grande do Sul não era mais viável e, por isso, essa indústria precisou se modernizar, e a solução para isso foi a instalação de um frigorífico no município. De acordo com o *Almanach de Pelotas*, a construtora

⁵⁵⁸ FAUSTO, *op. cit.*, p. 162.

⁵⁵⁹ A indústria em Pelotas: Fiação e Tecidos Pelotense. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p. 252.

⁵⁶⁰ THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: THOMPSON, E. P. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 272.

⁵⁶¹ PESAVENTO, *O cotidiano...*, p.33.

Scott and Hume, de Buenos Aires, foi a responsável por erguer o prédio e trazer o maquinário especializado.⁵⁶²

Figura 47: Frigorífico de Pelotas



Legenda: Vista do frigorífico de Pelotas apanhado do rio S. Gonçalo (15 x 8,6 cm)
 Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, s/p.

Esse tipo de indústria ganhou destaque durante o século XX, uma vez que conseguia armazenar melhor a carne. Segundo Gonçalo Abreu, o interesse nas charqueadas vinha decrescendo e os frigoríficos, sob a proteção das leis conseguiam vantagens excepcionais que os antigos estabelecimentos não alcançavam. Em certa medida, na visão do escritor, essas indústrias contribuíram para o término dos saladeiros na cidade, que, em 1918, contava com apenas cinco estabelecimentos.⁵⁶³

⁵⁶² Frigorífico de Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, p. 291-293.

⁵⁶³ ABREU, Gonçalo. A indústria do charque em Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VIII, 1920, p.293-295.

O elemento fundamental a ser observado na fotografia acima refere-se à proximidade da indústria com a zona portuária e com as margens do Canal São Gonçalo – tudo indica que o fotógrafo registrou o prédio a partir de uma embarcação que navegava nas águas tranquilas do Canal. Esse aspecto encontra-se intimamente relacionado com a facilidade de exportação da carne e dos seus derivados (miúdos, couros, graxas e óleos⁵⁶⁴) para o mercado exterior. No seu primeiro ano de atividade, o frigorífico abateu 2.949 animais, dos quais 1.034 viraram charque e o restante foi congelado para ser exportado para a Inglaterra através do Porto de Rio Grande.⁵⁶⁵ No âmbito arquitetônico, a construção era grandiosa e abarcava um número expressivo de trabalhadores e de setores especializados – com 13 câmaras frias com capacidade de armazenamento de 3.000 toneladas cada uma.⁵⁶⁶

Para ligar a zona central da urbe à área portuária, em 1927, foi pavimentada a Rua Benjamin Constant (figura 48), que passou a contar também com a linha de bondes elétricos que realizavam o deslocamento dos habitantes entre os diversos espaços do sítio urbano pelotense. No ano anterior, o *Almanach de Pelotas* já havia afirmado que este logradouro, com os seus passeios alargados, oferecia “outra impressão” aos viajantes que chegavam à cidade pelo porto.⁵⁶⁷ A ideia era que os visitantes que atracassem no porto de Pelotas pudessem ter uma outra impressão da cidade, não se detendo nas mazelas do atracadouro e nas dificuldades de dragagem.

⁵⁶⁴ A graxa e o óleo eram vendidos para a Europa e Argentina. O sangue e o guano eram utilizados nos países do norte, sem especificação, como fertilizantes para o campo. Cf. Frigorífico de Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, p. 293.

⁵⁶⁵ Frigorífico de Pelotas. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano IX, 1921, p. 291-293.

⁵⁶⁶ Sobre o frigorífico, ver: MICHELON, Francisca. Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: as imagens do passado nas fotografias do presente. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012.

⁵⁶⁷ **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XV, 1927, p.172.

Figura 48: Rua Benjamin Constant



Legenda: Vista da rua Benjamin Constant após sua nova pavimentação e arborização
(16,2 x 10,3 cm)

Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XVI, 1928, s/p.

A partir de então, ao desembarcar no atracadouro, portanto, o viajante teria outra visão do Bairro da Várzea – diferente daquela que possivelmente Abadie Faria Rosa que regressou à cidade alguns anos antes –, pois o espaço apresentava pavimentação, ajardinamento, iluminação e bondes elétricos. Ademais, a Rua Benjamin Constant também possuía uma característica típica da cidade de Pelotas – a amplitude da via pública para o tráfego de indivíduos, automóveis e transporte coletivo, ou seja, ao olhar a fotografia, o observador acabava se perdendo na profundidade da rua e na sua largura. Nota-se, ainda, a presença de uma chaminé em pleno funcionamento, caracterizando novamente aquela região como fabril. Se, anteriormente, os turistas que desembarcavam no Porto desprezavam ou se eximiam de tecer comentários sobre aquele espaço, agora, ele atestava a modernidade obtida a partir dos recursos e das demandas da economia capitalista fabril.

3.3 “Uma colmeia intensa de esforço e labor”:

Ao caminhar pela zona portuária, Abadie Faria Rosa enaltece a presença de operários, apresentados como “criaturas dignificadas pelo trabalho e por ele tornadas honestas”.⁵⁶⁸ Apesar de o narrador chamar a atenção para eles, as fotografias anteriormente analisadas – das fábricas Lang, Fiação e o Frigorífico – nos apresentam exclusivamente os prédios monumentais e de grande porte, caracterizados por uma estrutura produtiva ampla. Duas hipóteses podem ser levantadas para a ausência dos trabalhadores nas fotografias. A primeira delas deriva da percepção surgida a partir da Revolução Industrial, que colocava a máquina como principal elemento do processo produtivo, desqualificando, em certa medida, os indivíduos que labutavam. Um exemplo disso é a descrição feita pelo *Diário Popular* – reproduzida nas páginas do *Almanach de Pelotas* – sobre a inauguração da Fábrica de Fiação e Tecidos:

A fábrica estava em plena atividade. Uma multidão de operários, diligentes e silenciosos, entregava-se aos labores, enquanto as máquinas, impelidas pelas transmissões e estas movimentadas pelo vapor enchiam todo o vasto âmbito daquela grandiosa colmeia de um ruído estrepitoso de trabalho e de vida.⁵⁶⁹

O escritor descreve a presença de uma “multidão” de operários, mas que são silenciosos e zelosos, entregando-se aos seus afazeres. Enquanto isso, as máquinas enchem o ambiente fabril de sons e produtos. O jornal apresenta a ideia de que quem trazia vida e ruído para aquele ambiente eram os instrumentos e não os indivíduos. Nesse sentido, uma possível explicação para a ausência dos trabalhadores nas fotografias possa derivar do fato de que, para os observadores da cidade, a arquitetura fabril e a ligação dela com a máquina faziam mais sentido do que pensar no operário em si.

A outra explicação plausível para a ausência de trabalhadores no registro fotográfico advém da própria invisibilidade social a que esses indivíduos se

⁵⁶⁸ ROSA, Abadie Faria. Pelotas de agora. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p.180.

⁵⁶⁹ A indústria em Pelotas: Fiação e Tecidos Pelotense. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano II, 1914, p. 251.

encontravam relegados na cidade. Pensando no plano urbano de Pelotas, a maioria dos operários encontravam-se na zona portuária, enquanto que os narradores da urbe – cronistas e fotógrafos – priorizavam a sua *flânerie* pela área central do município. Por que essa “outra” Pelotas não era atrativa para os olhares dos fotógrafos? Os poucos registros existentes sobre essa região nos fornecem alguns indícios que podem nos auxiliar a responder esse questionamento. De acordo com o cronista Manoel Bordallo:

Depois dirige-se aos arrabaldes das cidades e encontra ali, por todos os cantos, crianças nuas, velhos maltrapilhos, mulheres esqueléticas e famintas, com os seios sumidos, dando de mamar a uma criança o pouco sangue que ainda possui. Mais tarde dirige-se às grandes fábricas e encontram ali, perto dos monstros de aço e ferro, centenas de homens todos rasgados, de pés no chão, com um misero boné, que, por vergonha, o colocam em os cabides lustrosos, e muitas crianças e mulheres, fabricando fazenda, calçados, chapéus, perfumes esquisitos, cheirosos pós para o rosto e finas meias. Chega-se para cidade e encontra muitos homens e mulheres em belos automóveis, desde manhã até a noite, e homens de *pince-nez* e flor ao peito, passar, sem nada produzir, vê os cafés cheios, os cinemas apinhados, os campos de futebol abarrotados [...]⁵⁷⁰

Primeiramente, o elemento que se destaca da narrativa do escritor é a constatação de que o arrabalde era sinônimo de pobreza e miséria, além de existir uma clara diferenciação entre o bairro e o centro – do ponto de vista econômico e social. O “processo que dá margem a esta percepção é o próprio desenvolvimento do capitalismo e o florescer da sociedade urbano-industrial, que tem um “outro lado” a revelar: [...] o contraponto da riqueza [...] dá-se pela emergência dos pobres”.⁵⁷¹ O que fica evidente era que nem todos os indivíduos conseguiam acessar as benesses da sociedade moderna, isto é, apenas um grupo seletivo tinha acesso a habitações higiênicas, à energia elétrica, ao saneamento básico e ao transporte público. Isso não se restringia apenas a Pelotas, e, na verdade, era a realidade das grandes cidades brasileiras que vinham realizando reformas urbanas de grande porte.

⁵⁷⁰ BORDALLO, Manoel. O pensamento. **A Opinião Pública**, Pelotas, 19 fev. 1920, p.01.

⁵⁷¹ PESAVENTO, *Os pobres...*, p. 08.

No entanto, é possível questionar até que ponto o escritor está, efetivamente, fazendo uma denúncia das mazelas sociais e da administração municipal que se furtava de investir nestas melhorias e de inserir esses indivíduos na cidade. O texto de Bordallo parece também reforçar uma percepção de que naquele ambiente havia pessoas maltrapilhas e sujeitas a doenças, logo era um espaço no qual deveria ser realizado um saneamento moral – extinguindo as moradias coletivas, aumentando o controle higiênico, entre outras medidas questionáveis principalmente pelo seu componente autoritário.

Outro aspecto importante que podemos vislumbrar na crônica de Bordallo deriva da clara oposição entre a população opulenta e a empobrecida. Enquanto que a aristocracia desfrutava dos cafés, automóveis, cinemas e artigos de luxo, os pobres se deslocavam para a labuta diária nas fábricas, com roupas maltrapilhas e com pés descalços – mesmo que metaforicamente – para fabricar produtos que eles não conseguiriam consumir. Essa questão também se relaciona com o baixo salário que os trabalhadores recebiam e as dificuldades que tinham para adquirir certos bens e para pagar o aluguel – como será abordado mais adiante.

O escritor também faz menção à presença de crianças e mulheres nas fábricas. Na realidade, essa composição do operariado não era uma exclusividade pelotense, tendo em vista que nas primeiras décadas do século XX, o proletariado brasileiro era constituído, em grande parte, por mulheres – a maioria imigrante – e menores.⁵⁷² Esse predomínio ocorria principalmente nas empresas de fiação e tecelagem – e, em São Paulo, representou, para o ano de 1901, 72,74% do operariado.⁵⁷³ Nas indústrias de outros ramos – como metalurgia e siderurgia – eram raras as participações de mulheres, pois eram considerados trabalhos que exigiam maior qualificação e força.⁵⁷⁴

Margareth Rago chama a atenção para o fato de que, apesar do número expressivo de trabalhadoras no ramo industrial, elas não foram substituindo o homem e conquistando o mercado de trabalho. Ao contrário, elas serão

⁵⁷² RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578-580.

⁵⁷³ *Idem, Ibidem*, p. 581.

⁵⁷⁴ De acordo com Michelle Perrot, com a Primeira Guerra Mundial, essa perspectiva foi alterada na França, pois os homens foram mobilizados para as frentes de batalha. Nesse contexto, as mulheres passaram a substituí-los nas indústrias, e as fábricas aceleraram a divisão do trabalho, reorganizando o espaço fabril e incluindo locais para aleitamento e superintendentes femininas. PERROT, *op. cit.*, p. 120.

gradativamente expulsas das empresas com o avanço do processo de industrialização.⁵⁷⁵ Conforme Maria Valéria Pena, elas representavam, em 1872, 76% do trabalho assalariado nas fábricas, contudo, em 1950, o número decresceu para apenas 23%.⁵⁷⁶

Não obstante, foi no contexto das sociedades industriais que o trabalho feminino foi colocado em pauta, em especial, no que diz respeito às condições das mulheres conciliarem a tarefa doméstica com a labuta fabril.⁵⁷⁷ Essa questão foi abordada pelo escritor Carlos Minuto, na crônica intitulada “Vida Operária”⁵⁷⁸:

Não é somente o braço masculino o mais sacrificado; e, diga-se de passagem, não é unicamente para variar o assunto que vem a tona os benefícios colhidos por toda a coletividade pelo braço da mulher produtora; o que equivale dizer-se que é ela quem nos mostra em todos os tempos as consequências que arrasta por causa desta luta imensa que intitulamos desigualdades de condições. Depois de uma vida angustiosa e cheia de privações, ela surge aos nossos olhos qual uma apoteose dos preconceitos, ou um espectro de remorso pela nossa inércia em prol da sua emancipação social. Ela que nunca pode trabalhar por si: ora porque foi escrava de seus pais; ora porque é escrava de um esposo insinuado pelos preconceitos lhe conserva encarcerada, tendo de momento a momento a ameaça de um abandono, mergulha-se na reflexão; e tem a desilusão de ser feliz. Abandonada! Tendo sobre si o ódio da sociedade; trabalhar em uma fábrica ganhando o depauperamento vital e sujeita pela insuficiência do salário, as propostas imorais dos homens inconscientes que se arrojam como dragões sobre as vítimas infelizes. E depois? Elas perdidas para sempre; o mundo as detesta como se fora um cão leproso. E o sedutor com os bolsos recheados de ouro, passa por essas desprotegidas com o riso da ironia sobre os lábios. E a sociedade repudia a prostituta que ela mesmo criou como uma mãe degenerada abandona o filho, fruto de um desejo escandaloso.⁵⁷⁹

Apesar de extenso, o fragmento apresenta vários elementos importantes sobre a relação da mulher com o mercado de trabalho e as mazelas que esse vínculo ocasionou para a figura feminina na sociedade patriarcal do início do século XX. Primeiramente, o cronista expõe a exploração sofrida pelo gênero feminino na

⁵⁷⁵ RAGO, *op. cit.*, p. 581.

⁵⁷⁶ PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981, p.14.

⁵⁷⁷ PERROT, *op. cit.*, p 109-119.

⁵⁷⁸ O jornal *A Opinião Pública* publicou uma série de crônicas intituladas “Vida Operária”, com diferentes autores.

⁵⁷⁹ MINUTO, Carlos. Vida operária. **A Opinião Pública**, Pelotas, 03 nov. 1925, p.01.

indústria. A rotina de trabalho era muito pesada e contava com jornadas exaustivas que variavam entre 10 a 14 horas diárias. Durante esse período, as mulheres (e crianças) labutavam em um ambiente insalubre – com falta de higiene, em espaços apertados e sem ventilação –, além de sofrerem com os riscos de acidentes, tendo-se em mente que não existia um cuidado ou proteção adequada para lidar com o maquinário. Ademais, as suas tarefas eram menos especializadas e mal remuneradas⁵⁸⁰, o trabalho era cíclico – sem possibilidade de crescimento na empresa – além de monótono, repetitivo e extremamente disciplinado – não sendo permitidos atrasos e pausas.⁵⁸¹ A baixa remuneração está associada à percepção de que o homem é o responsável pelo sustento da família, enquanto que a mulher atuava como uma trabalhadora complementar de renda.⁵⁸²

Outra questão interessante suscitada pelo cronista refere-se ao fato de a mulher sempre ser vista como “escrava”. Segundo Tania Regina de Luca, em vários momentos, a imprensa operária associava o emprego assalariado ao escravo. Isso ocorria, principalmente, na visão da historiadora, do fato de que as relações de trabalho estavam fortemente impregnadas por padrões herdados do período escravista. Dessa forma, “a mão de obra ainda era encarada como algo que deveria ser usado e abusado sem limites”.⁵⁸³ Esse aspecto fica evidente se levarmos em consideração a extensa jornada de trabalho e os ambientes precários a que estavam sujeitos os trabalhadores, uma vez que, sob a lógica capitalista, uma produção, obtida com uma mão de obra barata, gerava lucro. Em certa medida, o que diferenciava esses operários dos escravizados era o salário, pois a exploração da força de trabalho se dava, a despeito dos castigos físicos aplicados nos últimos, de forma muito semelhante.

De acordo com Michelle Perrot, é preciso ter em mente que as mulheres sempre trabalharam. Contudo, a labuta era da ordem do segmento familiar, ou seja, sem remuneração e praticamente invisível. Para a historiadora, as sociedades jamais teriam se desenvolvido e se reproduzido sem os afazeres domésticos femininos. Diante disso, existia um deslocamento social, antes elas desenvolviam esse trabalho na casa dos pais e, depois, na residência que passavam a administrar

⁵⁸⁰ RAGO, *op. cit.*, p. 584.

⁵⁸¹ PERROT, *op. cit.*, p. 119-120.

⁵⁸² PENA, *op. cit.*, p. 14.

⁵⁸³ LUCA, *Indústria...*, p. 25-26.

após o casamento. Logo, quando a mulher rompia esse sistema e ia trabalhar na indústria têxtil, por exemplo, existia um choque cultural e social – tanto em Pelotas como em qualquer outra localidade – conforme demonstrou o escritor Carlos Minuto.

Um problema enfrentado pelas operárias era o assédio sexual, na medida em que os cargos de diretor, assistente e mestre cabiam aos homens e eles se valiam da sua posição de poder para impor a sua vontade. Margareth Rago afirma que, ao estudar o passado da mulher trabalhadora, o que mais chamou a sua atenção foi a associação entre a operária e a moralidade social. O mundo do trabalho representava, nas primeiras décadas do século XX, uma ameaça à honra feminina. Assim, ela não deveria abandonar o lar e os filhos para trabalhar, uma vez que isso desestruturaria a base familiar. Sob esta perspectiva, elas deixariam de “ser mães dedicadas e esposas carinhosas se trabalhassem fora do lar, desinteressando-se pelo casamento e pela maternidade”⁵⁸⁴, sendo, também, mal vistas pela sociedade. Como salienta Claudia Fonseca, “em vez de ser admirada por ser “boa trabalhadora”, como o homem em situação parecida, a mulher com trabalho assalariado tinha de defender a sua reputação [...]”⁵⁸⁵

Apesar do preconceito e de todas as dificuldades enfrentadas, o número de trabalhadoras era expressivo. As mulheres pobres passaram a trabalhar porque precisavam ajudar suas famílias, dado o elevado custo de vida nas cidades ou, então, porque tinham a aspiração de possuir uma profissão. Em razão disso, muitas começaram a labutar bem cedo, entre 12 e 13 anos, permanecendo no emprego até o casamento ou o nascimento do primeiro filho. Em alguns casos, a mulher voltava a trabalhar quando os filhos já estavam criados ou até mesmo junto com ele.⁵⁸⁶ Já nos primeiros anos de implantação da indústria brasileira, o número de crianças empregadas nas fábricas era expressivo, sendo que, segundo Lilia Schwarcz e Heloisa Starling, as crianças começavam a trabalhar a partir dos cinco anos de idade.⁵⁸⁷

Em 1927, foi criado um Código de Menores que previa a regulamentação de jovens no mercado de trabalho. Entretanto, o seu cumprimento nunca foi efetivado

⁵⁸⁴ RAGO, *op. cit.*, p. 585.

⁵⁸⁵ FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 516.

⁵⁸⁶ PERROT, *op. cit.*, p. 119.

⁵⁸⁷ SCHWARCZ; STARLING, *op. cit.*, p. 336.

na prática e o número de trabalhadores com menos de catorze anos era considerável.⁵⁸⁸ Os menores deixavam tanto a guarda dos pais como a sua infância para trabalhar em atividades mal remuneradas e, segundo Sandra Pesavento, eram os primeiros a sofrerem acidentes de trabalho, tornando-se inválidos.⁵⁸⁹ Conforme Maria Auxiliadora Decca, todos os membros das famílias operárias da década de 1920 trabalhavam em virtude do alto custo de vida.⁵⁹⁰ Em contrapartida, para o empregador, contratar mulheres e crianças para as fábricas era extremamente vantajoso, uma vez que os seus salários eram mais baixos e a exploração era maior.⁵⁹¹

Tanto nas crônicas, como nos registros fotográficos que levantamos e analisamos, as mulheres são, majoritariamente, apresentadas sob o ponto de vista masculino. A exceção, no caso da presente pesquisa, refere-se à *Ilustração Pelotense*, que era feita *para* o gênero feminino – embora, a edição e a redação fossem atribuições masculinas. Observa-se que alguns textos e imagens publicados enfatizam a figura feminina, existindo, contudo, o predomínio de imagens associadas à mulher aristocrática, conforme abordado no capítulo anterior. Localizamos apenas uma fotografia, impressa no ano de 1920, que registra as operárias da cidade de Pelotas (figura 49).

⁵⁸⁸ LUCA, *Indústria...*, p.26.

⁵⁸⁹ PESAVENTO, *O cotidiano...*, p. 31.

⁵⁹⁰ DECCA, *op. cit.*, p. 24.

⁵⁹¹ RAGO, *Do cabaré...*, p. 186.

Figura 49: Operárias da Ilustração Pelotense



Legenda: As nossas esforçadas operárias que tomam parte no êxito da Ilustração
(7 x 12 cm)

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano II, n.03, 01 fev.1920, p.19.

O primeiro aspecto que diferencia as operárias (figura 49) das mulheres contempladas no capítulo anterior (figura 29, 30 e 31) refere-se à sua vestimenta. Nessa fotografia, as damas encontram-se desprovidas de chapéu, salto alto ou bolsa, e a sua aparência parece mais pesada e uniforme, pois elas não trajam vestidos de seda em tons claros. Outra particularidade é que na legenda, as trabalhadoras não aparecem identificadas como gentis ou lindas, mas como “esforçadas”, ou seja, apenas sua força de trabalho e não sua beleza é ressaltada, na medida em que não “ditam” o comportamento social referido nas páginas da revista.

Ainda na imagem é possível perceber que o fotógrafo enquadra as mulheres, não destacando o espaço no qual elas se encontram. É plausível supor que a fotografia tenha sido tirada em um bairro operário, pois as construções são mais

simples e têm apenas um pavimento. Traçando um paralelo com as fotografias analisadas no capítulo anterior, nota-se que as operárias não se encontravam flanando na Praça da República, mas, muito provavelmente, estivessem em seu horário de folga.

Mais um elemento interessante na imagem acima diz respeito ao fato de que as cinco mulheres representadas são brancas. A partir da fotografia não é possível saber se elas eram imigrantes, mas é importante pontuar que a maioria das mulheres enfrentava problemas e preconceitos, e que as negras sofriam ainda mais discriminação. Após a Abolição, elas passaram a atuar como empregadas domésticas, cozinheiras, lavadeiras, vendedoras de rua, prostitutas e doceiras, não tendo sido retratadas como trabalhadoras na documentação analisada. Apesar de sua invisibilidade nas fontes históricas, sabe-se que elas compunham a mão de obra fabril e comercial do município.

Ademais, outro elemento que chama nossa atenção na imagem refere-se à percepção que as operárias não estavam acostumadas com o registro fotográfico. Afinal, elas não fazem poses, pouco sorriem para o fotógrafo e não sabem muito bem o que fazer com seus braços. Pode-se, portanto, inferir que se, por um lado, as aristocratas já estavam acostumadas com a difusão dos retratos e de estúdios fotográficos desde o século XIX⁵⁹², por outro, as operárias ainda não sabiam lidar com o aparato fotográfico e com as poses que ele demandava dos fotografados.

Durante a Primeira República (1889-1930) os trabalhadores, em geral, estiveram sujeitos a péssimas condições de trabalho, além de serem submetidos a salários baixos e jornadas exaustivas, o que os levou a lutar por melhorias e por seus direitos. As primeiras manifestações dos trabalhadores em Pelotas foram as greves dos tipógrafos (1890), chapeleiros (1893), carroceiros (1893) e do centro telefônico (1898)⁵⁹³, sendo que estes movimentos se fizeram presentes em diversas

⁵⁹² Lilia Schwarcz ressalta que no século XIX a fotografia já era vista como um símbolo da modernidade, além de intensificar o status e a ideia de civilização de uma minoria que detinha o poder político e social. Com isso, os indivíduos eram atraídos aos estúdios fotográficos para registrar a sua autoimagem em imponentes cenários montados pelo fotógrafo – com vestimentas, tapetes, almofadas e uma série de instrumentos para valorizar a cena – depois essa reprodução (*carte de visite*) poderia ser utilizada para presentear ou para trocar com outros indivíduos. Cf. SCHWARCZ, Lilia. *A revolução do daguerreótipo entre nós*. SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador**: D. Pedro II, um monarca dos trópicos. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p. 349.

⁵⁹³ PESAVENTO, *O cotidiano...*, p. 29.

categorias de trabalho e suas reivindicações variavam de acordo com cada uma delas.

Para os historiadores Benito Schmidt e Sílvia Petersen, as primeiras formas de organização dos empregados gaúchos foram as “associações de socorro mútuo”. Fundadas por representantes dos mais variados grupos étnicos, ofícios específicos ou até pelas próprias empresas, essas entidades defendiam a causa dos trabalhadores. Nesse período, começaram a circular no Estado do Rio Grande do Sul as ideias socialistas e anarquistas, que se difundiram através dos imigrantes, que ingressavam nos portos de Porto Alegre, Rio Grande e Pelotas.⁵⁹⁴ Essas correntes ideológicas⁵⁹⁵ marcaram o movimento operário do início do século XX, culminando com a criação de entidades de caráter político como a Liga Operária (Pelotas), União Operária (Rio Grande) e a Liga Operária Internacional (Porto Alegre).⁵⁹⁶

Depois de organizados, os operários passaram a enfrentar os empregadores com mais disposição e preparo, culminando com a greve de 1906, em Porto Alegre⁵⁹⁷, que levou à criação da Federação dos Operários do Rio Grande do Sul (FORGS).⁵⁹⁸ Entretanto, segundo Tania de Luca, no contexto da Primeira Guerra Mundial, o país vislumbrou um período áureo das agitações operárias (1917-1920), pois o conflito provocou uma escassez de produtos e um aumento do custo de vida⁵⁹⁹, contribuindo para as reclamações e reivindicações dos trabalhadores. A principal greve de Pelotas foi a de 1917, que congregou diversas categorias cuja pauta era o aumento do salário e a redução da jornada de trabalho (de 8h para horas para homens e de 6h para mulheres e crianças). Além disso, os grevistas reivindicaram o tabelamento dos produtos de primeira necessidade (pão e carne) e a

⁵⁹⁴ PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. KÜHN, Fábio [et. al.]. **Capítulos da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p.210.

⁵⁹⁵ O Anarquismo pregava a derrubada do Estado, criticava a Igreja e rejeitava a política partidária e as eleições, contestando qualquer autoridade considerada uma fonte de opressão e controle. Suas ideias foram difundidas por meio da imprensa e do teatro. Já a corrente socialista pregava a tomada do Estado pelo operariado. Dentro desse contexto, surge em 1922, o Partido Comunista do Brasil. Cf. LUCA, *Indústria...*, p.32-34.

⁵⁹⁶ PETERSEN; SCHMIDT, *op. cit.*, p. 211.

⁵⁹⁷ Em 1906, ocorreram greves no porto do Rio de Janeiro e, no ano seguinte, ocorreu a famosa greve geral de São Paulo em prol das jornadas de trabalho de oito horas. Cf. LUCA, *Indústria...*, p. 36.

⁵⁹⁸ KÜHN, *op. cit.*, p. 110.

⁵⁹⁹ LUCA, *Indústria...*, p. 38.

diminuição nos impostos sobre os aluguéis. Para Beatriz Loner, o movimento grevista foi positivo, na medida em que a maioria das reivindicações foi atendida.⁶⁰⁰

Havia um entendimento por parte dos trabalhadores de que apenas reivindicando coletivamente, eles conseguiriam conquistar os seus objetivos. De acordo com a perspectiva de Angela de Castro Gomes, torna-se necessário ter clareza de que durante o período da Primeira República não houve um vazio organizacional, pois a população conhecia a luta por direitos e as formas de associação.⁶⁰¹

3.4 “Cada arrabalde destes é uma outra localidade”:

Na percepção de Abadie Faria Rosa, cada bairro apresentava certa autonomia, uma vez que contava com escola, igreja e comércio. Nenhum destaque, no entanto, foi dado por ele ao estado das moradias que os constituíam. Para Michelle Perrot, durante muito tempo, uma das maiores reivindicações dos trabalhadores relacionava-se com o pagamento do aluguel, que incidia fortemente sobre o orçamento familiar, e não, propriamente, com as condições das habitações. Questões como conforto, espaço, tamanho dos cômodos e mobília não eram pauta de luta dos trabalhadores urbanos. Para a historiadora, a ambição dos operários parisienses era pagar o mínimo possível pelo alojamento – devido à impossibilidade da aquisição de uma habitação própria – principalmente porque a maioria deles vinha de regiões rurais onde ela não custava nada. Segundo a mesma autora, o amontoamento extremo e a precariedade caracterizavam as residências operárias das grandes cidades.⁶⁰²

Esses problemas próprios da realidade industrial europeia foram transpostos para a capital brasileira que, desde as décadas finais do século XIX, passava por um momento de reestruturação urbana e social. De acordo com José Geraldo Moraes, com a expansão das cidades, tornou-se rara a existência de terrenos centrais

⁶⁰⁰ LONER, *Construção...*, p. 309-312.

⁶⁰¹ GOMES, *op. cit.*, p. 21.

⁶⁰² PERROT, Michelle. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história: operários, mulheres e prisioneiros**. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017, p. 108-110.

vazios, provocando uma alta no preço das habitações. Além disso, as construções encareceram e, conseqüentemente, faltavam residências e o preço dos alugueis aumentava intensamente. A saída encontrada por grande parte da população foi ocupar moradias coletivas.⁶⁰³ Dois elementos que devem ser levados em consideração dizem respeito, primeiramente, à libertação dos escravos – que deixavam a senzala e passavam a ocupar a malha urbana – e, em segundo lugar, à chegada dos imigrantes. As cidades contavam com um número limitado de serviços – moradias, saneamento básico, transporte, iluminação – e precisavam absorver e dar suporte a esses indivíduos. E a solução encontrada pelos trabalhadores foi a moradia nos cortiços.⁶⁰⁴

Sidney Chalhoub destaca que não existia uma clareza quanto ao significado do termo cortiço, mas que essa expressão era utilizada, principalmente, pelas autoridades públicas quando eles desejavam estigmatizar uma habitação coletiva. Para o autor, esses ambientes eram vistos como um problema, pois eram ocupados pelos pobres, as denominadas “classes perigosas”, constituindo-se, também, em uma ameaça em termos de higiene⁶⁰⁵, na medida em que eram tidos como “focos de enfermidades” – febre amarela, tuberculose, cólera – devendo ser excluídos da malha urbana. Em razão desta percepção, o governo criou instrumentos legais – como leis e códigos de posturas – com o propósito de acabar com essas moradias, bem como de expulsar os pobres das áreas centrais, levando-os a ocuparem os espaços limítrofes, longe dos olhos da elite e da administração municipal. Essa perspectiva fica clara na notícia veiculada *n’A Opinião Pública*, no qual seu autor solicitava a demolição de um cortiço na zona central:

À Rua General Vitorino, quadra entre a Dr. Cassiano e 3 de Fevereiro⁶⁰⁶, um cortiço existe que de há muito já deveria ter desaparecido. Não só pelo espetáculo pouco decoroso que seus moradores oferecem às famílias residentes nas imediações, como por seu um foco anti-higiênico, esse cortiço está a merecer da municipalidade formal condenação. Antiga cocheira, transformada em quartos de madeira, sem ar, sem luz e sem higiene, **esse**

⁶⁰³ MORAES, *op. cit.*, p.15.

⁶⁰⁴ De acordo com Rosa Rolim de Moura, em Pelotas, houve a ocupação de porões, casas antigas subdivididas, conjunto de pequenos compartimentos, etc. Todas essas tipologias receberam o nome genérico de cortiço. Cf. MOURA, *op. cit.*, p. 80.

⁶⁰⁵ CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial**. São Paulo: Companhia das letras, 2017, p. 36-46.

⁶⁰⁶ Atual Rua Anchieta, Dr. Cassiano e Major Cícero, respectivamente.

aglomerado infecto em pleno coração da cidade é um contraste desagradável ante o progresso de Pelotas [...]. Por tudo isso, é de esperar que a demolição do indesejável cortiço não se faça demorar, dando lugar a construção de um edifício que venha sanear e embelezar a quadra. E já não é sem tempo [grifo nosso]⁶⁰⁷

Os subterfúgios utilizados para a destruição da moradia coletiva era associá-la à ausência de higiene e de moralidade. Em momento algum, o periódico demonstra uma preocupação com as pessoas que ali residiam, pois a proposta era expulsá-los para outro ambiente, longe do coração da cidade. Essa perspectiva foi igualmente utilizada pelo Poder Público do Rio de Janeiro para demolir o célebre cortiço intitulado “Cabeça de Porco”. A municipalidade da capital da República alegava que o espaço apresentava-se como um “valhacouto de desordeiros” e, por isso, merecia ser eliminado. Para Chalhoub, torna-se difícil compreender porque esse ambiente foi destruído de forma tão violenta e abrupta, sem que, ao menos, fosse tomada uma providência para acomodar as centenas de moradores envolvidos.⁶⁰⁸

A matéria denunciando a moradia coletiva na zona central de Pelotas foi publicada em 1929, mas, no século anterior, a administração pública já havia criado medidas, através dos Códigos de Posturas, para tentar coibir essas edificações. Rosa Maria Rolim de Moura estudou e mapeou a localização dos cortiços no plano urbano pelotense e, conforme a pesquisadora, em 1881, os vereadores da urbe decidiram proibir as construções coletivas dentro do perímetro central da localidade – entre as ruas Barão de Santa Tecla, Senador Mendonça, Gonçalves Chaves e Dom Pedro I – espaço que compreendia o primeiro e segundo loteamento urbano. Para a historiadora, o poder público não estava proibindo a edificação das residências coletivas no município, apenas colocando-os em ambientes mais afastados⁶⁰⁹, ou seja, menos visíveis para os frequentadores da zona central e dos respectivos visitantes da urbe, como, por exemplo, Abadie Faria Rosa. Como se pode constatar, este espaço acabou por instituir uma barreira social entre a zona central e a suburbana.

⁶⁰⁷ Vida urbana: um cortiço indesejável. **A Opinião Pública**, Pelotas, 04 mar. 1929, p. 02.

⁶⁰⁸ CHALHOUB, *op. cit.*, p.22.

⁶⁰⁹ MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950):** entre políticas públicas e investimentos privados. 2008. 248 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2008, p. 55-57.

Posteriormente, em 1888, foi aprovado outro Código de Posturas que continha uma nova restrição em relação às habitações populares. Essa legislação definia o que a administração pública entendia como cortiço:

Chama-se cortiço, [...] todo o prédio em que residir mais de um indivíduo ou família com economia separada e em cuja edificação não sejam observadas as regras normais de disposição das habitações e as estipuladas nestas posturas.⁶¹⁰

Provavelmente, essas normas diziam respeito aos aspectos higiênicos que não eram cumpridos, em virtude do excessivo número de moradores por residência. Essa compreensão é a mesma que Sidney Chalhoub propõe para o caso do Rio de Janeiro.⁶¹¹ Ademais, ficou estabelecido, através do Código, o pagamento de 500 réis para cada metro quadrado de edificação, o que causou uma reação negativa nos proprietários, pois eles acreditavam que a medida havia sido efetivada justamente para eliminar esse tipo de domicílio.⁶¹²

De acordo com Sandra Pesavento, os cortiços eram moradias importantes tanto para os habitantes pobres como para a elite da cidade, na medida em que ela era uma fonte de renda para os proprietários de casarões centrais, assim como o loteamento de zonas periféricas também era lucrativo para a burguesia emergente que investia na especulação imobiliária – apresentando-se como uma nova forma de acumulação capitalista.⁶¹³ Ainda segundo a historiadora, a presença dos cortiços promíscuos e pouco higiênicos era uma imagem que deveria ser afastada, isto é:

Na divisão do espaço que obedecia à assimetria social, os subalternos deveriam ser varridos da área central, levados aos subúrbios, aos arrabaldes, às novas áreas que eram loteadas, sob o influxo da mesma atividade imobiliária que remodelava o centro da cidade. Para essa operação, ao mesmo tempo saneadora, moralizante e especulativa, mas sempre baseada em critérios classistas [...]⁶¹⁴

⁶¹⁰ Código de Posturas de 1888 *Apud Habitação...*, p.59.

⁶¹¹ CHALHOUB, *op. cit.*, p. 47.

⁶¹² MOURA, *Habitação...*, p.60.

⁶¹³ PESAVENTO, *O cotidiano...*, p. 36-37.

⁶¹⁴ *Idem, Ibidem*, p.39.

Compreende-se que os governos municipais não mediram esforços para eliminar os cortiços das cidades, bem como para expulsar essa população do ambiente central, como se observa nas reformas urbanas de Haussmann e Pereira Passos, por exemplo. Em Pelotas, os dois Códigos de Posturas (editados em 1881 e 1888) procuravam proibir a edificação dos cortiços nas áreas consideradas “nobres” do município, razão pela qual este tipo de construções se concentrou, conforme Rosa Rolim de Moura, ao sul da Praça da República – centralizada na Rua Tiradentes e na Várzea do Arroio Santa Bárbara – ou em regiões próximas dos estabelecimentos industriais.⁶¹⁵ A autora chama atenção para o fato de que se, por um lado, os Códigos não conseguiram findar com as moradias coletivas dentro do perímetro, por outro, eles contribuíram para evitar novas implantações.⁶¹⁶

Em 1891, Pelotas contava com 124 cortiços, nos quais “se aglomera gente da ínfima classe, especialmente de cor preta, que são os focos de todas as imundices [...]”⁶¹⁷ Apesar das restrições impostas pelos Códigos, o município apresentava um número expressivo de moradias populares, ocupadas por um percentual significativo de indivíduos – operários, imigrantes e ex-escravos – que dependiam daquele espaço para viver na cidade. Entretanto, gostaríamos de destacar que parte da imprensa apoiou e contribuiu para efetivar as transformações urbanas e realizar uma “limpeza social” na cidade, como se observa no texto do cronista João Carlos:

Inicie S. Ex. a sua missão. Imagine-se em São Paulo, e execute aqui os processos lá postos em prática. Conjugue-os com o que estabelece o Código de Posturas e Regulamento de Higiene; arme-se de coragem; não se arreceie dos preconceitos; e faça, portanto, a obra de higiene; **elimine esses focos de enfermidade** que por aí abundam; **modifique certos cortiços** que usam como títulos pomposos de “Vilas”, e onde se vive em promiscuidade; [...] infelizmente, observe também os domicílios particulares, que encontrará alguns que infringem as disposições do Código. Assim praticando, S. Ex. terá, às vezes, que arcar contra obstinados e interessados em manter certos hábitos que aberram de todos os princípios de higiene. Mas, em compensação e prêmio aos seus relevantes serviços, terá a gratidão dos verdadeiros pelotenses, dos que almejam o bem e o progresso dessa terra [grifo nosso].⁶¹⁸

⁶¹⁵ MOURA, *Habitação...*, p. 77

⁶¹⁶ *Idem, ibidem*, p. 77

⁶¹⁷ MOURA, Euclides B de. **Boletim apresentado a Intendência Municipal da cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891**. Pelotas: Livraria Universal, 1891, p.29.

⁶¹⁸ CARLOS, João. Pró Pelotas (VII). **O Rebate**, Pelotas, 21 jan. 1921, p.02.

O escritor solicita ao Intendente de Pelotas que, sem medo de censura ou preconceito, elimine os cortiços da área urbana da cidade. No seu entendimento, aquele ambiente era foco de doenças e promiscuidades sociais e, por conta disso, deveria ser abolido do sítio urbano, fazendo valer o Código de Posturas municipais. O autor ainda recomenda que o administrador local deveria imaginar-se em São Paulo – que determinou a eliminação dos cortiços em 1894, a partir do Código Sanitário⁶¹⁹ – e realizar as mesmas obras. Afinal, Pelotas não queria ser considerada uma das localidades progressistas da Primeira República?

Salienta-se que a partir da implantação das indústrias, como mencionado anteriormente, a cidade atraiu diversos trabalhadores que ampliaram o percentual de habitantes no município. Com isso, o problema da moradia se agravou. A partir da década de 1910, o governo pelotense passou a tomar algumas medidas no que tange às habitações coletivas. Primeiramente, passou a transferir recursos públicos, através da isenção de impostos, aos investidores de imóveis. Em certa medida, a municipalidade acabou favorecendo os donos das propriedades que conseguiam construir novas residências e taxar os trabalhadores com os alugueis.

Conforme Nabil Bonduki, durante a Primeira República, 90% da população urbana de São Paulo – incluindo trabalhadores e classe média – alugava um imóvel, ou seja, inexistia qualquer forma de financiamento para a aquisição da moradia própria. O Estado não intervinha nem mesmo na cobrança do aluguel, cabendo o acordo entre o proprietário e o inquilino.⁶²⁰ A locação das residências afetava toda a população operária e, sobre isso, o escritor Lycurgo teceu alguns comentários:

Dos múltiplos problemas que, neste momento, agitam, por assim dizer, o público, um há que está exigindo eficaz ação local. É o da habitação. [...]. É impossível deixar de reconhecer que, cada vez mais, é mais complexa a situação do inquilino pobre ou mesmo remediado. A alta dos aluguéis vai num progressivo crescendo, ameaçando sempre o orçamento reduzido do proletário ou da classe média. Naturalmente, a procura e a conseqüente oferta valorizaram, como nunca, a propriedade. O número de casas é reduzido para uma população que não só aumenta por si mesma, como ainda pela chegada incessante de famílias dos municípios vizinhos, que se dirigem definitivamente para aqui. Resulta disso uma situação grave.

⁶¹⁹ RAGO, Margareth. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014, p. 224.

⁶²⁰ BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, vol. XXIX (127), 1994, p. 711-732.

Por outro lado, o preço desses aluguéis vai tornando difícil, se não impossível, ao proletário o habitar no centro da cidade, cujas condições econômicas exigem melhoramentos que, por sua vez, gravam a propriedade. Mas, porque não se desloca do centro para a zona dos subúrbios essa população operária? [...] há um fator de peso, no nosso modo de encarar a questão dos subúrbios de Pelotas, que, como se sabe, os possui em bom número e belíssimos. É a falta de transporte. [...] O proletário não poderá ter mais, no centro, a habitação higiênica e barata. Precisa procurar os subúrbios, como sucede em todas as cidades de certo progresso. Mas, entre nós, o subúrbio não apresenta as condições necessárias, pela falta do bonde. Nas capitais, o bonde vai à frente da população. Quer dizer: o bonde deve atrair o habitante e não o habitante atrair o bonde. Ou por outras palavras, o veículo barato deve preceder a construção barata. A organização de um serviço completo de bondes elétricos, abrangendo os principais subúrbios, além das vantagens que o comércio desfrutaria, pela vinda, mais fácil, de pessoas moradoras ali, à cidade, viria resolver o problema angustioso da habitação, entre nós. [...] A situação do inquilino pobre se agrava e há absoluta necessidade de lhe facilitar a condução para os arrabaldes, a fim de descongestionar a cidade, cada vez mais tornada inabitável pela valorização crescente da propriedade.⁶²¹

Embora extensa, a crônica de Lycurgo apresenta alguns indícios importantes no que diz respeito à relação do proletariado com a moradia. O escritor destaca que um dos elementos para o aumento na demanda por residências derivava efetivamente do crescimento demográfico do município. Ou seja, existiam poucas ofertas de moradia e isso gerava, conseqüentemente, um aumento do preço do aluguel. O autor alerta que era praticamente impossível que o trabalhador conseguisse se instalar no centro da cidade, pois o seu salário não pagava os elevados alugueis e nem assegurava todas as necessidades básicas de sua família. Para resolver essa mazela, ele sugere que os indivíduos se deslocassem para os bairros da localidade, como uma forma de fazer economia. No entanto, essa solução esbarrava no problema do transporte. Como morar em um bairro distante e que não oferecia uma estrutura mínima para os habitantes?

Se Lycurgo destacou apenas as questões ligadas à mobilidade urbana, os bairros também contavam com uma infraestrutura precária no que diz respeito à iluminação e ao calçamento. Morar na zona central da cidade significava poder usufruir das melhorias conquistadas a partir das reformas de Cypriano Corrêa Barcellos. Vale, no entanto, lembrar que, se por um lado, o bonde elétrico facilitava o

⁶²¹ LYCURGO. O problema da habitação em Pelotas. **Diário Popular**, Pelotas, 12 fev. 1920, p.01.

deslocamento dos assalariados pelo sítio urbano pelotense, por outro, implicava em poder pagar por esse serviço. Na realidade, a questão da moradia era parte de um problema maior para os proletariados, que era o alto custo de vida. Na mesma linha de pensamento, Carlos Minuto escreveu uma crônica para retratar as mazelas sociais a que estavam submetidos os operários:

Descrever em traços embora rápidos o que são as pobres vítimas deste estado de coisas atuais se torna um capítulo difícil porque aí estão aos olhos de todo o mundo, o sem número de andrajosos e descalços que perambulam pelas vilas e cidades. [...] A falta de casas com que lutam os trabalhadores, o paupérrimo salário que o percebem, os alimentos insuficientes que nutrem a si e a alguns filhos para uma jornada bastante longa, tudo desliza pelo mesmo declive para surgir no cérebro cansado de pensar do pobre proletário, a ideia de mais uns “cobres”, a ideia de arriscar no jogo, para conseguir folgar um mês no aluguel da casa, ou poder presentear aos filhos um calçado de passeio. Daí o resultado esperado: desastres consecutivos, perdas frequentes e desânimo na vida.⁶²²

O autor ressalta a questão da habitação, mas é preciso lembrar que o que mais afligia o operário era o baixo salário. Segundo a análise de Maria Auxiliadora Decca, em São Paulo, o poder de compra de um trabalhador no final da década de 1920 era muito baixo, sendo que seu salário era destinado ao pagamento do aluguel, alimentação e ao vestuário. Até mesmo os trabalhadores mais especializados enfrentavam essas condições precárias. De acordo com os dados da pesquisa realizada por Decca, entre os anos de 1932 a 1934, os operários investiam aproximadamente 25% dos seus rendimentos em moradia, 50% em alimentação, 15% em vestuário e o restante era destinado a compras parceladas, associações beneficentes ou para a diversão.⁶²³

Os dados para Pelotas se assemelham muito aos apresentados por Maria Decca. Conforme Moura, o trabalhador gastava 67,7% dos seus rendimentos com alimentação e 21,97% com habitação, o que significa dizer que quase 90% do salário do operário estava comprometido com itens fundamentais para a sua sobrevivência diária,⁶²⁴ o que o impedia de adquirir residência própria. O assalariado

⁶²² MINUTO, Carlos. Vida operária. **A Opinião Pública**, Pelotas, 03 set. 1925, p.01.

⁶²³ DECCA, *op. cit.*, p. 25-37.

⁶²⁴ MOURA, *Habitação...*, p. 101.

deveria reservar uma parte dos 10% restantes para gastar com o transporte público, com velas, lenha, fósforo e cubos de matérias fecais.⁶²⁵ Diante do exposto, cabe a pergunta: como um trabalhador conseguia, com seu salário, viver na cidade?

Além disso, de acordo com Carlos Minuto, os operários se sentiam atraídos pelos jogos, que os iludiam com a possibilidade de obter mais recursos financeiros para, assim, poderem respirar mais aliviados diante do volume de despesas do mês. Vale lembrar que ao receberem um dinheiro extra, o trabalhador também podia gastá-lo com roupas e distrações, que favoreciam o contato com os seus grupos de rua ou com as suas classes sociais.⁶²⁶ No caso da capital gaúcha, Charles Monteiro ressalta que houve uma verdadeira cruzada por parte da administração pública para acabar com os jogos, a vadiagem, o alcoolismo e a prostituição. O poder municipal pretendia combater esses hábitos ditos “populares”, a fim de formar um “homem novo” e com responsabilidades, eliminando as “ameaças à ordem social como pretendia o PRR”.⁶²⁷

O preço da habitação também foi abordado pelo escritor Luiz G. de Almeida:

Outra questão também que merece reparo e os devidos comentários, são os vertiginosos aumentos que os srs. Proprietários fazem nas casas para alugar, notadamente as destinadas às classes pobres e que na sua maioria são uns verdadeiros cortiços imundos, sem ar e sem luz! [...] mostrarei a conveniência que há dos trabalhadores se organizarem o mais breve possível para assim tratar em se defender dos abutres que os tentam devorar! Trabalhadores! Uni-vos e organizai-vos, para dar combate a tantíssimos inimigos que tendes. A formação da Liga dos Inquilinos se impõe, único meio de acabarmos com tantíssima exploração dos senhorios.⁶²⁸

Um dos principais aspectos na crônica de Luiz Almeida diz respeito à percepção de que a luta operária em prol de melhorias para a categoria era necessária. Provavelmente, inspirado em uma passagem do Manifesto

⁶²⁵ MOURA, *Habitação...*, p. 101.

⁶²⁶ PERROT, *Os operários...*, p. 109.

⁶²⁷ MONTEIRO, *Urbanização...*, p. 81.

⁶²⁸ ALMEIDA, Luiz G. de. Vida operária. **A Opinião Pública**, Pelotas, 08 dez. 1925, p.01.

Comunista⁶²⁹, o escritor propõe a união dos operários a partir da criação de uma Liga dos Inquilinos, a fim de fortalecerem suas reivindicações. Infelizmente, não encontramos documentos que comprovassem a existência dessa organização. Localizamos, no entanto, em uma edição d'A *Opinião Pública* de 1930, uma entrevista concedida por um cidadão pelotense – Sr. Pacífico da Silva Paz –, na qual ele afirma que se cogitava criar no município a Liga dos Inquilinos, em virtude dos altos preços dos aluguéis.⁶³⁰

Para tentar solucionar, em parte, o problema da habitação em Pelotas, Pedro Luís Osório, em 1922, escreveu sobre a necessidade da construção de residências para os trabalhadores, não como um “ato de beneficência, mas [sim] nas condições de operação comercial”⁶³¹. Na realidade, a proposta não estava apenas voltada às reivindicações dos operários, que almejavam pagar mensalidades mais acessíveis pelas moradias, mas, sim, ao mercado capitalista e aos benefícios econômicos trazidos aos investidores.

De acordo com Lorena Gill, existia uma diferença entre os cortiços e as vilas operárias. No primeiro caso, inexistiam serviços higiênicos, enquanto que no segundo existia uma legislação que obrigava, em parte, o cumprimento e atendimento dessas funções básicas.⁶³² Também Margareth Rago afirma que a solução encontrada pelos governantes foi a de eliminar os cortiços e criar as vilas operárias, dado que esses novos ambientes permitiriam estabelecer um controle disciplinar sobre a vida dos trabalhadores.⁶³³

Assim, a construção de vilas apresentou-se como a principal alternativa aos cortiços. Segundo o Intendente Pedro Luís Osório, no início da década de 1920, havia três Vilas⁶³⁴ na cidade de Pelotas – Prado, Gotuzzo e Simões Lopes –

⁶²⁹ “Proletários de todos os países, uni-vos!” Cf. ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **O Manifesto Comunista**. Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> Acessado em: 14 abr. 2018.

⁶³⁰ A cidade está cheia de casas vazias: Crise, alugueis altos, decréscimo da população? **A Opinião Pública**, Pelotas, 10 jan. 1930, p.01.

⁶³¹ MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório**. Pelotas, 1922, p. 36.

⁶³² GILL, Lorena de Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 10, nº 01, Jan-abr., 2006, p. 46.

⁶³³ RAGO, *Do cabaré...*, p. 230-231.

⁶³⁴ O termo passou a ser adotado no Código de Construções e Reconstruções (1920) e refere-se as pequenas habitações distribuídas ao longo de ruas internas. Cf. MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Código de Construções e Reconstruções do Município de Pelotas**. Pelotas: Tipografia Fábrica Guarany, 1920.

implantadas por iniciativa de Augusto Simões Lopes, Caetano Gotuzzo, Baldomero e Faustino Trapaga Filho. Esses loteamentos se localizavam na zona oeste⁶³⁵ da cidade e o acesso a eles dava-se por intermédio da Avenida 20 de Setembro (figura 50 e 51).

Figura 50: Avenida 20 de Setembro



Legenda: Vista de um trecho da linda Avenida 20 de setembro⁶³⁶ (17 x 11 cm).
Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VIII, 1920, s/p.

⁶³⁵ Atual Bairro Fragata.

⁶³⁶ Essa imagem também foi publicada no **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.20.

Figura 51: Avenida 20 de Setembro



Legenda: Um trecho da Avenida 20 de Setembro, vendo-se o cemitério (11,6 x 7,5 cm).
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p. 17.

Na primeira fotografia (figura 50), pode-se perceber certo paradoxo entre o título, a legenda e a própria imagem. Isso ocorre porque tanto a denominação da representação, quanto a sua legenda propõe uma visão da Avenida 20 de Setembro bastante distinta daquela que se percebe referida imagem. Parece-nos plausível questionar a qual progresso se refere o título da fotografia, tendo em mente que o *Almanach de Pelotas* reiteradamente classifica o que foi considerado progressista, como os bondes, a iluminação, o calçamento e o ajardinamento. Nota-se, no entanto, que esses elementos se encontram ausentes da fotografia supracitada. Evidencia-se a presença de árvores, porém elas não se encontram distribuídas de forma planejada e organizadas em um jardim simétrico, como por exemplo, o da Praça da República. Constata-se, ainda, a ausência de prédios de mais de um pavimento e inspirados na arquitetura europeia. Percebe-se, também, a inexistência de transeuntes flanando pela via pública. Já a charrete, registrada pelo fotógrafo, aponta para a presença de aspectos rurais nos arrabaldes da cidade.

Entretanto, duas hipóteses podem ser formuladas a partir da fotografia acima (figura 50). Talvez a imagem da Avenida 20 de Setembro tenha sido reproduzida desta forma para, efetivamente, dimensionar o quanto a cidade havia progredido. Assim, o título constituiria-se justamente em um alerta ao leitor de que a urbe havia conquistado melhorias, mas, naquele espaço, ainda não era possível observar os adventos da modernidade, como as que existiam nas vias públicas analisadas no capítulo anterior, tais como a Félix da Cunha e a XV de Novembro. Outra possibilidade de explicação pode estar relacionada com a especulação imobiliária, ou seja, pretendia-se, através da fotografia, demonstrar aos leitores e aos capitalistas da urbe que naquele ambiente existiam diversos lotes de terras que poderiam ser arrendados para, posteriormente, serem vendidos e/ou alugados para a população mais empobrecida.

A outra fotografia da Avenida 20 de Setembro (figura 51) apresenta alguns detalhes que não estavam presentes na imagem anterior. O primeiro elemento refere-se à extensão da via pública: a rua parece ter continuidade muito além do que os olhos de quem observa podem mensurar. Nela, também é possível comprovar que os bondes já haviam sido implementados na zona oeste pelotense, com o propósito de conectar o centro do município ao arrabalde.

Chamamos, ainda, a atenção para o lado esquerdo da fotografia, no qual destacam-se os muros que limitavam o terreno do cemitério, que contava com 220 metros de frente na Avenida e 440 metros de fundos.⁶³⁷ A construção dos estabelecimentos cemiterais afastados do centro se deu, principalmente, em decorrência da preocupação com os miasmas – ar e água como portadores e transmissores de doenças.⁶³⁸ A edificação do cemitério na Avenida remonta à década de 1850, quando ocorreu um surto de cólera, fazendo com que a Irmandade da Santa Casa sepultasse os indivíduos falecidos longe da zona central, tentando, desta forma, afastar o temor da propagação de enfermidades. Ironicamente, embora a elite evitasse frequentar o arrabalde porque o considerava uma ameaça a sua integridade e saúde, no final de suas vidas, era nele que seus corpos repousariam.

⁶³⁷ GILL, Lorena Almeida. SCHEER, Micaele Irene. Cemitérios. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.63.

⁶³⁸ RAGO, *Do cabaré...*, p. 220-226.

A linha do bonde percorria uma parte extensa da Avenida 20 de Setembro e findaria apenas no Parque Pelotense (figura 52). Criado em 1883, por iniciativa de José Alvares de Souza Soares, o espaço servia de residência para sua família e para abrigar o Laboratório Farmacêutico Souza Soares. Nele, a população podia desfrutar de jardins, bosques, lagos, aparelhos de ginástica, locais para jogos, entre outras atividades⁶³⁹, razão pela qual tornou-se o principal ponto de recreação da cidade durante o século XIX.

Figura 52: Parque Pelotense Souza Soares



Legenda: Avenida e entrada do Parque Souza Soares (14,2 x 9,2 cm)
Fonte: **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano XII, 1924, s/p.

Além de moradia familiar e local de lazer coletivo, o Parque Pelotense servia como um ambiente de “saneamento social”, pois todos os pelotenses, sem distinção de classe, podiam frequentá-lo. Nele, a elite podia mostrar sua “boa imagem”, e a

⁶³⁹ REIS, Carmem Souza Soares. SOARES, Leonor Almeida de Souza. Parque Souza Soares. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p. 210-211.

classe trabalhadora ser familiarizada com os hábitos higiênicos.⁶⁴⁰ Essa construção atuava como mais uma obra da iniciativa privada, criada na cidade com o objetivo de dar suporte à sociabilidade dos pelotenses. Na fotografia, observa-se que as linhas de bonde adentravam os hectares do parque, assegurando o transporte dos indivíduos que vinham desfrutá-lo e daqueles que habitavam as vilas da zona oeste, quanto dos que rumavam ao cemitério, a fim de visitar seus entes queridos.

Em uma tentativa de resolver o problema da habitação no município, Augusto Simões Lopes propôs, nos terrenos da família de Visconde da Graça, a criação, entre os anos de 1914 e 1916, de um bairro perto da Estação Férrea e da Avenida 20 de Setembro. De acordo com Paulo Soares, esse empreendimento foi pioneiro na cidade, culminando na promoção, loteamento e construção de casas baratas para o proletariado. Por conta disso, o autor classifica essa proposta como uma inovação importante do ponto de vista das formas de produção urbana.⁶⁴¹ Segundo a análise realizada por Glenda Pereira da Cruz, esse grande empreendimento contou com “cerca de 80 quarteirões que, se supusermos com 24 lotes cada, teríamos um total de 1.920 lotes, que abrigariam cerca de 7.680 hab. (4 hab./lote)”.⁶⁴²

Conforme o *Almanach de Pelotas*, o perímetro de construção do bairro estava limitado pela linha da Viação Férrea, o São Gonçalo e pela lagoa do Fragata, ou seja, “era um varzeado [sic] arenoso, eivado de inúmeras restingas!”⁶⁴³ No primeiro ano, foram construídas catorze moradias e, em 1915, foram edificadas mais dezessete. Além das trinta e uma casas construídas para os operários no arrabalde, descritas como “elegantes e confortáveis” (figura 53), foram também construídas duas praças e o pavilhão do Grêmio Esportivo Brasil⁶⁴⁴ – desde 1943, o estádio encontra-se edificado na zona central e recebe o nome de “Estádio Bento Freitas”. Esses espaços de integração social, segundo Maria Auxiliadora Decca, possibilitaram o incremento do lazer coletivo nos bairros⁶⁴⁵, com destaque para o futebol.

⁶⁴⁰ SOARES, *Modernidade...*, p.188.

⁶⁴¹ SOARES, *Del...*, p. 73.

⁶⁴² CRUZ, *op. cit.*, p. 133.

⁶⁴³ O Bairro Dr. Augusto Simões Lopes. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p. 183.

⁶⁴⁴ O Bairro Dr. Augusto Simões Lopes. **Almanach de Pelotas**, Pelotas, ano VI, 1918, p. 184.

⁶⁴⁵ DECCA, *op. cit.*, p. 41-42.

Figura 53: Bairro Augusto Simões Lopes



Legenda: Bairro Dr. Augusto Simões Lopes (12 x 6,3 cm)
 Fonte: **Álbum de Pelotas**, Pelotas, volume único, 1922, p.18.

Como pode-se observar, do ponto de vista estético, o empreendimento distingue-se daqueles instalados na zona central da cidade, pois não se caracteriza pelos ornamentos e nem por domicílios de dois andares. Apesar de as ruas não serem calçadas, as construções são de alvenaria e contam com iluminação elétrica. Em 1920, a administração pública mandou construir, também, uma rede de distribuição de água potável.⁶⁴⁶ Em relação às praças, sabe-se, conforme notícia divulgada no jornal *Diário Popular*, que a Intendência forneceu algumas plantas para sua arborização, assim como das avenidas e ruas daquele subúrbio. Independentemente de o *Álbum de Pelotas* ter reproduzido essa imagem em suas páginas, o arrabalde e os seus moradores ainda se encontravam na invisibilidade, como parece confirmar a única imagem relativa a todo o decênio de 1920 que encontramos. Sabe-se que, a fim de valorizar seu empreendimento, Augusto Simões Lopes deu início, também em 1920, à construção de sua residência no bairro que levaria o seu nome (figura 54).

⁶⁴⁶ A municipalidade e a iniciativa particular. *Diário Popular*, Pelotas, 18 mar. 1920, p.01.

Figura 54: Castelo Simões Lopes



Legenda: O solar do Dr. Augusto Simões Lopes, na noite de terça-feira última, quando a nobre família solarenza reviveu pelo cavalheirismo e fidalguia as nossas festas de antanho (11,5 x 8,8 cm).

Fonte: **Ilustração Pelotense**, Pelotas, ano VII, n.05, 01 mar. 1925, p.10.

Diferentemente das habitações construídas para os trabalhadores, a residência de Augusto Simões Lopes apresenta outros elementos arquitetônicos, tais como torres, terraços e uma inspiração medieval, sendo, por isso, popularmente chamada de castelo. Construída entre os anos de 1920 e 1923, a obra foi idealizada pelo arquiteto alemão Fernando Rullmann, contando com dois pavimentos, banheiro, porão habitável com adega de vinhos, acomodações para empregados, dormitórios e um escritório. Além disso, o castelo teria sido a primeira residência a contar com calefação em Pelotas.⁶⁴⁷ Um elemento interessante da fotografia (figura 54) é que ela foi feita à noite, constituindo-se na única que localizamos em nossa pesquisa. Os

⁶⁴⁷ BEZERRA, Miguel Tarouco. TORRES, Ariela da Silva. Castelo Simões Lopes: Um descaso com a história e o dinheiro público na cidade de Pelotas/RS. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 06, n. 02, p.129-138, abr/jun., 2015, p. 130-131.

traços arquitetônicos tornam-se, assim, mais perceptíveis e os elementos da modernidade – como a iluminação elétrica – ficam mais evidentes ao espectador.

O empreendimento no Bairro Simões Lopes não teve, contudo, o sucesso almejado por seu proponente, tornando-se um pequeno conjunto habitacional popular, que contou com apenas 53 residências.⁶⁴⁸ De acordo com Rosa Rolim de Moura, dentre as causas para o fracasso do ambicioso projeto original estavam as características do terreno, que, além de ser uma várzea, apresentava como barreira física a Estação Férrea e a linha do trem, e as dificuldades de comunicação com a zona central. Mas Simões Lopes não desistiu da construção de moradias populares.⁶⁴⁹

Em 1923, o jornal *Diário Popular* publicou uma matéria que informava seus leitores que Augusto Simões Lopes havia encaminhado um memorial ao Intendente Pedro Luís Osório, no qual comunicava sua intenção de retomar o projeto e construir uma vila operária junto a Avenida 20 de Setembro. O projeto partia do pressuposto de que os trabalhadores não conseguiriam edificar suas próprias residências na vila e, por isso, Lopes as construiria, sendo que o pagamento deveria ser realizado, por meio de aluguel, ao longo de dez anos pelos futuros proprietários.⁶⁵⁰ Conforme o despacho da Intendência, a vila contribuiria para “resolver o sério problema da habitação proletária, para o abrigo das classes menos favorecidas [...], e digna de conforto de acordo com as condições higiênicas compatíveis com a sua condição social”.⁶⁵¹ O jornal publicou também a planta da Vila (figura 55).

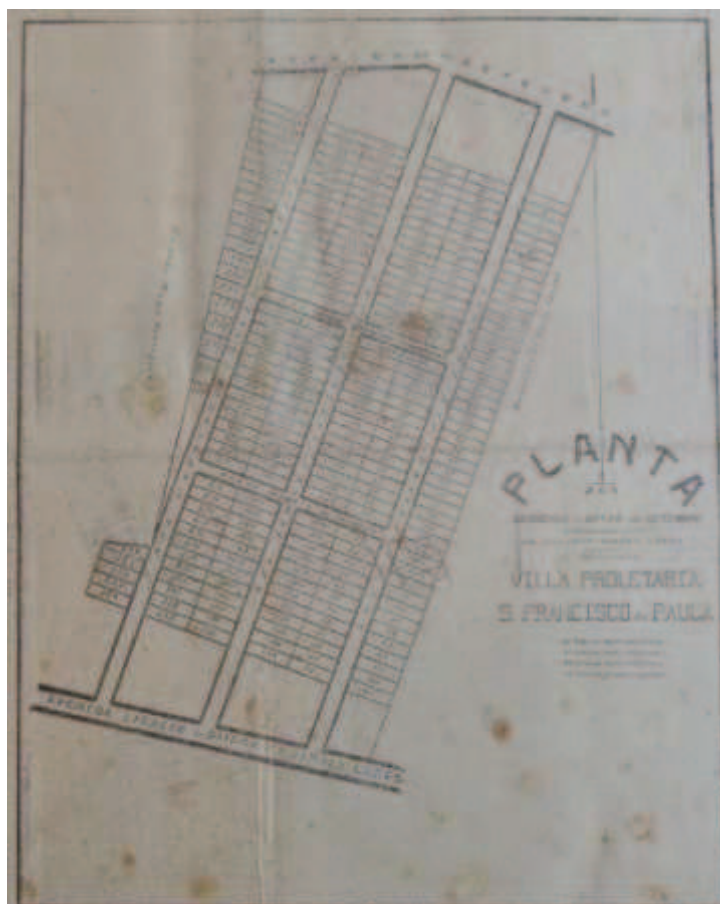
⁶⁴⁸ CUNHA, Alberto Coelho da. Formação suburbana. **A Opinião Pública**, 14 set. 1928, p.01

⁶⁴⁹ MOURA, *Habitação...*, p.188.

⁶⁵⁰ Após o pagamento de todas as parcelas, seria lavrada a escritura de compra e venda, transmitindo-se para o locatário a referida propriedade. Cf. Habitações operárias. **Diário Popular**, Pelotas, 06 jan. 1923, p.01.

⁶⁵¹ Nova vila proletária “S. Francisco de Paula”. **Diário Popular**, Pelotas, 05 jan. 1923, p.01.

Figura 55: Planta da Vila São Francisco de Paula



Fonte: **Diário Popular**, Pelotas, 05. Jan. 1923, p.01.

A análise da planta revela que a Vila São Francisco de Paula, proposta por Simões Lopes, era um projeto ambicioso, que previa um loteamento com 250 lotes que variavam de tamanho⁶⁵², e que se interligavam a partir de três ruas transversais. Segundo o cálculo do *Diário Popular*, se cada moradia contasse com cinco habitantes, a vila congregaria um total de 1.250 moradores.⁶⁵³ No dia seguinte, o mesmo periódico publicou um editorial sobre a proposta de construção da vila operária, destacando alguns de seus benefícios, tais como descongestionar as habitações superlotadas – com destaque para os cortiços – nas zonas centrais, além

⁶⁵² Conforme a divisão do terreno havia 90 lotes de 10 x 42 m², 73 lotes de 11 x 42 m², 64 lotes de 12 x 42 m² e 23 lotes de formato irregular. Cf. Nova vila proletária “S. Francisco de Paula”. **Diário Popular**, Pelotas, 05 jan. 1923, p.01.

⁶⁵³ Habitações operárias. **Diário Popular**, Pelotas, 06 jan. 1923, p.01.

de reduzir o preço dos aluguéis e acomodar um percentual considerável de moradores.

Conforme previsão do jornal, a iniciativa de Lopes incentivaria outros proprietários de terrenos centrais e suburbanos a edificar novas vilas operárias, uma vez que o periódico acreditava nas “inclinações altruístas” da elite “[...] solidariedade humana em nosso povo, sentimento esse que não permite aos ricos que se esqueçam dos pobres e que os olhem com sobrançeria”.⁶⁵⁴ Por mais que a publicação tentasse sensibilizar os proprietários de terra quanto à necessidade de ajudar os menos favorecidos da cidade, eles, com certeza, o fariam por outras razões. No caso específico de Simões Lopes, a bem-sucedida implantação da vila operária garantiu sua projeção política, e ele se tornou Intendente pelo Partido Republicano, e, posteriormente, elegeu-se deputado federal (1933-1935) e senador (1935-1937). De acordo com o jornal *A Opinião Pública*:

O Bairro Augusto Simões Lopes, fruto da sua iniciativa e da sua energia, que converteram aqueles terrenos em arrabalde de grande futuro; esse Bairro serve como um exemplo, exemplo que nos dá absoluta certeza de que o governo de S. E. será mais um elo na cadeia de serviços públicos que entrelaça, hoje, como ontem, como amanhã as gerações pelotenses que vão sucedendo sem fazer esmorecer, empalidecer sequer, o brilho deste grande amor à Pelotas que singulariza os seus filhos que pode, muitas vezes, ser exagerado, mas que sempre é amor, dedicação, em prol do progresso moral e material da Princesa do Sul.⁶⁵⁵

O fragmento acima foi extraído da notícia que divulga a posse do novo Intendente em Pelotas, na qual o articulista vincula o êxito do projeto de criação da vila operária à sua competência como administrador. Depois do sucesso da Vila São Francisco de Paula, Augusto Simões Lopes construiu mais uma vila operária, também no bairro Fragata, que recebeu o nome de Hilda (figura 56).

⁶⁵⁴ Habitações operárias. **Diário Popular**, Pelotas, 06 jan. 1923, p.01.

⁶⁵⁵ Governo municipal. **A Opinião Pública**, Pelotas, 02 set. 1924, p.01.

Figura 56: Planta da Vila Hilda



Fonte: **A Opinião Pública**, Pelotas, 17 jan. 1929, p.03.

Ao examinarmos a planta, observamos que a estrutura seguia os mesmos moldes da Vila São Francisco de Paula, prevendo 156 lotes de terra, que contavam com tamanhos variados. A propaganda desse empreendimento destacava que o espaço contava com luz, bonde e água – a divulgação desses elementos de modernidade visava atrair o público. Além disso, a publicação ressaltava as condições facilitadas para a compra parcelada do terreno.

Mas estas não foram as únicas vilas que existiram na cidade, como se pode observar nas figuras 57 e 58, que registram as condições em que viviam os moradores da Vila Prado.

Figura 57: Vila do Prado



Fonte: **A Opinião Pública**, 16 jan. 1929, p. 01.

Figura 58: Vila do Prado



Fonte: **A Opinião Pública**, 16 jan. 1929, p. 01.

As duas fotografias foram apresentadas sob o título “*As favelas de Pelotas*” e publicadas pelo jornal *A Opinião Pública*, em 1929, fazendo referência a Vila do Prado. Esse empreendimento havia sido idealizado, em 1915, por dois irmãos imigrantes espanhóis – Baldomero Trápaga e Zorrilla e Faustino Trápaga Filho,⁶⁵⁶ sendo que o projeto previa 145 lotes de terra para a construção de casas.⁶⁵⁷ Às fotografias se soma uma matéria jornalística – que conta com pequenas entrevistas feitas com moradores – e que se propunha a denunciar a condição em que eles viviam:

O “Ford” entra por uma das ruas da “Rainha das Favelas” de Pelotas, porque uma cidade que se preza não pode deixar de ter “favelas”. Não as tem o Rio? Como poderíamos ficar atrasados? [...] O auto marcha aos trancos por uma “rua”. [...]. Têm uma entrada e uma saída... dar a volta sobre o eixo da rua, impossível. [...]. De quando em vez, o auto geme, o motor para... são os buracos... [...] Pelotas, tão garrida, tão faceira, não pode continuar com essas mazelas. São *feridas* na sua dignidade. **Nem todos os habitantes conhecem esses detalhes da cidade. E, para que os conhecessem os nossos leitores, fizemos esta reportagem fotográfica.** [...] Cada divisão – pomposamente intitulada “casa” – do galpão azul comunica com outra pois o tabique separativo não vai até o teto de zinco. [...]. Entramos num destes compartimentos, parece um forno em brasas.

– E isto aqui, quanto custa?

– 25\$000 por mês. Ocupamos tudo isto! Explicou uma crioula esperta.

[...] Fomos ao outro grupo de “casas”: é um galpão mais apertado perpendicular ao primeiro. Espiamos por uma janela: nem divisão, nem assoalho, nem forro. [...] Ao lado (como se vê na fotografia) um ranchinho de palha, meio descoberto...

– E ali, quem mora? – indagamos.

– Está abandonado ou quase. [...]

É um rancho de barro e palha, a cair... Está construído numa faixa de terreno que tem cerca de 5 metros de largura, sem divisa alguma. [...] A voz do inquilinato é o segundo clichê que estampamos. Dolorosa cena. [...]

– Que tal? Como vive? [...]

– É um inferno. De dia, moscas; a noite, mosquitos e ratos. **Não há comodidade. É uma miséria.**

[...] A Vila do Prado nasceu, cresceu a revelia como um garoto, um enjeitado de riscos atirado à roda da miséria. É a grande, a maior “favela” de Pelotas. Não há ruas, nem escoamento de águas, nem remoção de matérias, nem zelo, nem limpeza. Miséria! Miséria e Pobreza! [grifo nosso]⁶⁵⁸

⁶⁵⁶ SOARES, *Del...*, p. 74.

⁶⁵⁷ SOARES, *Del...*, p. 74.

⁶⁵⁸ As favelas de Pelotas. *A Opinião Pública*, Pelotas, 16 jan. 1929, p. 01.

As duas imagens (figura 57 e 58) são divulgadas pelos editores com a intenção de chamar a atenção dos leitores, além de atuarem como uma espécie de “prova” ou “ilustração” daquilo que estava exposto na matéria jornalística. As fotografias, com certeza, devem ter causado um choque nos leitores, na medida em que fogem completamente das imagens de uma Pelotas progressista. No período, era pouco usual que a imprensa periódica publicasse matérias acompanhadas de fotografias – prática mais utilizada pelas revistas ilustradas e almanaques – logo, houve a real intenção dos editores de chocar e alertar os leitores, ao publicar a matéria na capa do periódico. Entretanto, pode-se questionar se a utilização dessas imagens não acabou por criar e/ou reforçar a visão já existente sobre os pobres pelotenses e ressaltar, em contraposição, um modelo de sociedade no qual os moradores deveriam se espelhar.

Ao analisarmos as duas fotografias, observamos que as habitações são extremamente precárias – galpões com paredes de madeira ou de barro cobertos por palha – não existia calçamento, iluminação ou saneamento básico. Esse tipo de moradia – de madeira – estava proibida no perímetro central desde o Código de Posturas de 1888. Em razão disso, casas que empregavam esses materiais só poderiam ser erguidas na zona suburbana pelotense, na qual o controle não era tão rígido, aspecto que foi mencionado por Alberto Coelho da Cunha, ao criticar o excessivo controle das habitações centrais e o descaso com as construções de bairros como a Vila do Prado, o Simões Lopes, o Retiro, entre outras.⁶⁵⁹

Percebe-se, ainda, que alguns dos residentes na Vila do Prado – os que posaram para o fotógrafo – eram negros. Vale ressaltar que a reportagem utilizou o termo *crioula*, de uma forma pejorativa, para se referir a uma moradora do bairro. Segundo Beatriz Loner, a maioria dos negros que permaneceram na cidade de Pelotas, após 1888, se dedicaram às mesmas atividades produtivas que realizavam anteriormente nas charqueadas, mas, também, se empregaram em fábricas, no porto e na construção civil. No início do período republicano, segundo a mesma autora, 30,7% do total de moradores urbanos do município eram afrodescendentes

⁶⁵⁹ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas: Cidade em crescimento. **A Opinião Pública**, Pelotas, 29 dez. 1928, p.01.

(7.035 indivíduos),⁶⁶⁰ sendo que boa parte deles residia nas vilas e nos arrabaldes da Princesa do Sul.

Outro problema crucial das vilas operárias, e que despertou a preocupação das administrações públicas ao longo das primeiras décadas do século XX, refere-se aos cuidados com a higiene tanto das casas quanto dos bairros em que haviam sido instaladas. No caso da Vila Prado, a matéria d'A *Opinião Pública* informa que, ao entrevistar um morador sobre como era realizada a remoção dos detritos, ele teria respondido ao repórter: enterra-se no solo. Havia, portanto, além do problema da precariedade do transporte – como mencionou o cronista Lycurgo – a falta de coleta de lixo domiciliar. Se o discurso republicano se centrava no combate às moléstias, como, então, permitia a existência desse tipo de moradia em Pelotas?

Os habitantes entrevistados referem, ainda, a presença de insetos e ratas, que contribuíam para a instalação e propagação de doenças que se abatiam sobre a população empobrecida, que vivia nas condições denunciadas pelos editores do jornal. O cronista Alberto Coelho da Cunha também teceu alguns comentários sobre o bairro:

A Vila do Prado já constitui um bairro de acelerado desenvolvimento. Ao lado da cidade é uma cidade em formação independente, cuja fundação, se por algum (continua) plano se rege, se por algumas regras se governa, é bem possível que estejam em contradição com os preceitos seguidos no quadro urbano para arruamento, colocação de prédios e outros. Possui ruas que são estreitas vielas, postas fora de toda a combinação com o quadro urbano, com o qual faz contraste [...]. Nesse bairro, em dezembro último, foram lotadas, para imposto predial suburbano, 359 casas, que dão abrigo a uma população de 2.100 almas [...]⁶⁶¹

O cronista chama a atenção para o desenvolvimento praticamente independente da vila – de forma muito similar à visão de Abadie Faria Rosa sobre os arrabaldes pelotenses –, mas não deixa de destacar que a infraestrutura era problemática, e que a vila contava com ruas estreitas e vielas. Embora existisse uma grande precariedade, como observado pelo escritor e pela reportagem, o número de

⁶⁶⁰ LONER, *Negros...*, p. 02-03.

⁶⁶¹ CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas: Formação suburbana. **A Opinião Pública**, Pelotas, 24 set. 1928, p.01. CUNHA, Alberto Coelho da. Antigualhas de Pelotas: Formação suburbana. **A Opinião Pública**, Pelotas, 25 set. 1928, p.01.

moradores na Vila era expressivo. Conforme os dados organizados pelo próprio escritor, a Vila Prado contava com um grande número de edificações, e, conseqüentemente, de moradores, que se viram, por muito tempo, privados de meios de transporte público e de condições infraestruturais, em especial, daquelas ligadas à higiene, que outras vilas operárias tiveram desde sua implantação.

3.5: “Criaturas dignificadas pelo trabalho e por ele tornadas honestas”:

Abadie Faria Rosa classificou os operários que labutavam na zona portuária como indivíduos dignos e honestos, pois se encontravam empregados. Essa perspectiva do escritor relaciona-se com o ideal de moralidade empregada durante a Primeira República na qual os habitantes das cidades deveriam trabalhar e evitar a ociosidade. Da mesma forma, eles precisavam apresentar condutas higiênicas, hábitos urbanos, pagar impostos e cultivar a moral e os bons costumes. Entretanto, essas “obrigações”, inevitavelmente, tencionavam o viver nas cidades, e a imprensa do período nos traz informações sobre a prática da vadiagem, de mendicância e de prostituição entre os pelotenses.

A ordem burguesa buscava controlar, ao máximo, as populações empobrecidas, para que estas não “fugissem” das normas pré-estabelecidas por elas. A República, como sabemos, procurou modernizar e civilizar a todo o custo a sociedade brasileira, pautando seu discurso tanto em termos de saneamento urbano – como abordado anteriormente – quanto moral. O que se observa, no entanto, é que nem todos os moradores da Princesa do Sul foram beneficiados com medidas que visaram a modernização dos meios de transporte e o saneamento urbano – como atestam as fotografias e crônicas anteriores.

As modificações feitas na cidade de Pelotas visavam aproximá-la das capitais europeias, tanto em termos arquitetônico-urbanísticos, quanto higiênico-sanitários, a fim de afastá-la de seu passado escravista e rural. A este esforço de sintonia com a modernidade, se somava o necessário controle dos vícios dos cidadãos. De acordo com Melissa Gouvêa, a primeira medida de saneamento moral em Pelotas ocorreu em 1902, com a criação da Polícia Administrativa, que tinha como objetivo prevenir os crimes no município. Para tanto, foram criados postos policiais e instituíram-se

medidas morais, como o controle de bêbados e das prostitutas que atrapalhavam o sossego dos moradores, além da prisão dos “turbulentos” por 24 horas. Entre os anos de 1903 a 1928, houve, segundo a historiadora, um predomínio de infrações contra a moralidade.⁶⁶²

Contra-pondo-se aos novos valores sociais em vigência na República, a vadiagem estava associada àquele indivíduo que simplesmente não trabalhava e vagava nas ruas, às vezes, cometendo pequenos delitos e perturbando a tranquilidade pública. O vadio era, portanto, aquela pessoa que não possuía um meio de subsistência estável, sendo considerada uma ameaça a sociedade burguesa.⁶⁶³ Também a mendicância era uma preocupação das elites da Princesa do Sul, na medida em que estes indivíduos perambulavam pelas ruas, pedindo esmolas nas igrejas e ocupando os bancos da praça. *A Opinião Pública* reforça essa perspectiva, ao escrever:

Sim, senhores! Não padece dúvidas que estamos mesmo fadados a viver numa cidade que tem estirpe, prosápia, isto é, linhagem de descendência nobre, sangue azul, aristocracia, fogos de artifício e toda a sorte que se chama chiquíssimo... [...] O pelotense não perde a linha: sabe que tem sangue azul; sabe que seus antepassados foram da nobreza; sabe que não deve se confundir com a plebe de sangue comum, vulgarismo, como o de qualquer mortal de meia tigela... Pelotas, ah, a Princesa do Sul, de verdade [...] Mas, há uma coisa que não fica bem nem para Pelotas, nem para os pelotense: Queremos nos referir a esse doloroso espetáculo que está aberto aos olhos do forasteiro, com essa procissão interminável de pobres, de pedintes, de mendigos, de aleijadinhos que lá vai se arrastando pelas ruas, na sua cantilena de todos os dias [...]⁶⁶⁴

A mendicância em Pelotas continua a constituir um sério problema. [...]. Até há pouco, contentavam-se em pedir durante o dia, mas hoje é também a noite, a porta dos teatros, das confeitarias, por toda a parte enfim. Ora, isso é por demais desagradável e constitui, perante o forasteiro, uma nota dissonante aos nossos foros de cultura e cidade progressista.⁶⁶⁵

⁶⁶² A autora apresenta um total de 23.577 crimes registrados pela Polícia, dos quais 10.390 (44%) eram de ofensa contra a moral, 8.072 (34%) representavam as prisões por embriaguez, 2.411 (10%) totalizavam os crimes de desordem e 2.704 (12%) referente à vadiagem. Cf. GOUVÊA, Melissa Xavier. “**Misera princesa destronada**”: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928). 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2014, p. 75-76.

⁶⁶³ MONTEIRO, *Urbanização...*, p, 83.

⁶⁶⁴ A miséria das ruas. *A Opinião Pública*, Pelotas, 26 nov. 1929, p. 01.

⁶⁶⁵ Sem título. *A Opinião Pública*, Pelotas, 30 dez. 1929, p.01.

Ambas as matérias enfatizam, com um ar preconceituoso, a ideia de que os indivíduos pobres apresentavam um triste espetáculo ao forasteiro que chegava a Pelotas e que, em razão disso, tinha comprometida a sua percepção sobre a verdadeira Princesa do Sul, aquela vivida pela “aristocracia de sangue azul” em seus teatros, cafés e confeitarias. Esses habitantes, que subvertiam a ordem da moral e dos bons costumes, deveriam ser extirpados do ambiente central e condicionados às novas regras vigentes.

Para Sandra Pesavento, a rua era o espaço mais ameaçador e, por conta disso, era preciso controlá-lo ao máximo,⁶⁶⁶ o que pode ser observado em uma notícia divulgada sobre o estado das vias públicas no município, incluindo a presença de mendigos na Rua XV de Novembro: “a nossa culta cidade, pelo elevado grau de progresso e adiantamento, não pode, [...] ostentar em suas ruas, esse quadro triste [...]”⁶⁶⁷ Por isso, reitera-se a importância da polícia como um elemento coercitivo para manter a ordem social e expulsar os “marginais” para as zonas periféricas.

Em outra matéria, *A Opinião Pública* propõe uma distinção entre os mendigos da urbe, classificando-os em duas categorias: os verdadeiros e os falsos. Por conta disso, a Intendência resolveu fornecer aos “pedintes autênticos” um atestado,⁶⁶⁸ que ratificava o seu estado de vulnerabilidade social. Assim sendo, apenas os indigentes que apresentassem o comprovante poderiam receber esmolas dos habitantes e das instituições competentes. No entanto, se o mendigo não comprovasse a sua condição, ele deveria ser denunciado às autoridades responsáveis.⁶⁶⁹ Para o caso de Porto Alegre, Monteiro verificou que a imprensa também adotou uma tipologia social que distinguia três tipos de mendicante: os legítimos, os vadios e os desocupados voluntários. De acordo com o autor, apesar de não haver a exigência

⁶⁶⁶ PESAVENTO, *Os pobres...*, p. 114.

⁶⁶⁷ Os quadros deploráveis das ruas. **A Opinião Pública**, Pelotas, 16 out. 1929, p.01.

⁶⁶⁸ “As pessoas reconhecidas como mendigos, notadamente aos inválidos, a subintendência fornecerá uma carteira, contendo todos os requisitos comprobatórios de miserabilidade e incapacidade, habilitando-as, assim, a recolher o seu óbolo. Só serão fornecidas as referidas carteiras depois de examinados pelo Instituto de Higiene. Haverá, na subintendência, um registro especial da moradia, estado civil e outros esclarecimentos dos verdadeiros mendigos”. Cf. Mendicidade Pública. **A Opinião Pública**, Pelotas, 09 fev. 1925, p. 03.

⁶⁶⁹ Mendicidade pública: louváveis medidas da sub-intendência. **A Opinião Pública**, Pelotas, 06 fev. 1925, p. 02.

da apresentação de um documento que atestasse sua condição de miserável, nos casos comprovados, eles eram internados em asilos ou casas de amparo.⁶⁷⁰

Percebe-se nos discursos da imprensa que a maior preocupação era com a sensação de permanente ameaça e, especialmente, com os constrangimentos que esses necessitados causavam aos membros da elite quando estes circulavam pela cidade. O ideal seria “[...] extinguir, de uma vez para sempre, esse espetáculo triste de velhos, mulheres e crianças a percorrerem ruas e praças [...] que, todos os dias, nos obriga a ver esses mendigos esfarrapados e tristes”.⁶⁷¹ O cronista João Carlos classificou esse problema como “deficiências sociais” da cidade e acrescentou:

[...] se não extinguir totalmente, pelo menos impedir o alastramento de certas anomalias que já destoam por completo do nosso meio social [...]. Assim, mesmo dentro da limitada órbita da sua ação, pode o subintendente trazer contingente forte ao bem geral. Reprimir – entre muitas outras coisas – a vagabundagem (principalmente de menores) e a falsa mendicância que por aí se alastram, é obra meritória e que terá aplausos da coletividade. O Sr. Coronel Subintendente, sem muito trabalho, terá ensejo de verificar o triste espetáculo, que neste assunto oferece aos nossos olhos, a cada instante. Juntam-se alguns infelizes dementes, esfarrapados, seminus que invadem os cafés, casas de negócio e etc. [...]. Se cogita dar maior beleza material à nossa cidade, não é justo que se lhe dê também maior beleza moral? [...] é necessário que a ação governamental lhes seja auxílio para completa extirpação dessas deficiências sociais.⁶⁷²

Nas entrelinhas, o escritor João Carlos pede ao Subintendente Abreu e Mello para que amplie o controle policial sobre esses transeuntes que vagueiam e perturbam os momentos de descontração da elite pelotense.⁶⁷³ Embora a manifestação do cronista estivesse relacionada com a mendicância nas vias públicas e nos estabelecimentos comerciais, a circulação de trabalhadores mais humildes pela cidade também era abordada nos periódicos diários. *A Opinião Pública* queixava-se dos engraxates que labutavam na Praça da República e isso

⁶⁷⁰ MONTEIRO, *Urbanização...*, p. 83.

⁶⁷¹ VICTOR. Mendicidade Pública. **A Opinião Pública**, Pelotas, 20 fev. 1925, p. 01.

⁶⁷² CARLOS, João. Pró Pelotas. **O Rebate**, Pelotas, 27 jan. 1921.

⁶⁷³ Em certa medida, até os dias de hoje, as administrações municipais realizam intervenções violentas e tentam invisibilizar os indivíduos que não se integraram à lógica capitalista de consumo e mercado. Com o agravamento das desigualdades sociais no Brasil, esse discurso encontra-se cada vez mais presente no cotidiano das grandes cidades.

apresentava um "contraste gigante [...] ante a beleza do ambiente".⁶⁷⁴ Além disso, o jornal reclamava que as bancas destes trabalhadores serviam para "ajuntamento de malandros".⁶⁷⁵ Havia, no caso dos engraxates, certa incongruência nas reclamações, na medida em que eles só conseguiam prestar seus serviços a pessoas, como os membros da elite pelotense que circulavam pela Praça da República, que pudessem pagar por eles.

Outra profissão que incomodava a aristocracia pelotense era a prostituição. Conforme Sandra Pesavento, nenhuma prática atentatória à moral foi mais combatida que o meretrício. As mulheres que se dedicavam a esta atividade protagonizavam, segundo cronistas e articulistas da imprensa, os distúrbios que ofendiam as famílias de bem, motivavam crimes e ajuntamento nas tabernas, desordem nos bailes e, em casos extremos, causavam o suicídio devido a amores não correspondidos.⁶⁷⁶ Havia, ainda, o estabelecimento de uma correlação da prostituição com outros vícios, como por exemplo, jogos e alcoolismo. Por serem percebidas como pessoas que "viviam na contramão da ordem"⁶⁷⁷, elas motivaram campanhas na imprensa que propunham a retirada das prostitutas da área central do município para áreas mais discretas, como se pode observar nesta matéria do jornal *A Opinião Pública*:

O assunto é de natureza grave, horrivelmente triste [...] É o quadro satânico do deboche, o leilão da carne a luz meridiana, fazendo bracejar no lodo, num despetalar de vida, em voluteio de aroma falso, as camélias da perdição e do vício... [...] Ora, não é novidade para ninguém que, mesmo nas ruas mais centrais da cidade, está localizado o ignóbil comércio com visível menosprezo ao decoro das famílias e das pessoas de responsabilidade que se veem obrigadas a presenciar espetáculos dessa natureza. Não sejamos inquisitoriais nem falsos pregadores: procuremos sim conciliar com os interesses sociais a liberdade de outrem. [...]. Esse, o dever do poder público, que não pode cruzar os braços diante de fatos que estão a desafiar os mais elementares deveres da pública administração. E nem se alegue que não há remédio para o caso [...]. Ainda, há pouco, a municipalidade de Porto Alegre resolveu o mesmo assunto fazendo desocupar as casas centrais da cidade, onde se alojará, de há muito, o meretrício, para pontos mais discretos e mais afastados, muito ao

⁶⁷⁴ Sem título. *A Opinião Pública*, Pelotas, 16 nov. 1927, p.01.

⁶⁷⁵ Vida urbana: a estética da Praça. *A Opinião Pública*, Pelotas, 04 jan. 1928, p.02.

⁶⁷⁶ PESAVENTO, *Os pobres...*, p. 67.

⁶⁷⁷ *Idem, Ibidem*, p. 62.

abrigo de alheios e respeitáveis escrúpulos das pessoas honestas e criteriosas.⁶⁷⁸

Um aspecto que merece ser destacado é a percepção de que o meretrício era uma atividade que não seria eliminada como queriam os pelotenses pregadores da moral. A proposta, neste caso, era a de expulsar essas pessoas tidas como “imorais” para bem longe do convívio com a população da zona central da cidade, procedimento igualmente adotado na capital gaúcha. Como bem observado por Charles Monteiro, a preocupação de esconder o meretrício do olhar público e de restringi-la aos espaços interiores estava em consonância com o projeto de reformas de Otávio Rocha e com as noções de intimidade doméstica e preceitos da moralidade sexual burguesa vigentes no período.⁶⁷⁹ No caso pelotense, *A Opinião Pública* passou a defender a criação de um local próprio para se localizar a prostituição:

A localização do meretrício é a solução mais adequada, por vir consultar os interesses de ambas as partes. O critério reside na escolha de local conveniente, para não sejam jogadas para fora da cidade, como entes desprezíveis ou indesejáveis, aquelas que por nossa própria culpa se viram forçadas a tal modo de vida.⁶⁸⁰

A questão do meretrício continua em foco. [...]. Ao passo que nas ruas onde a aglomeração é maior, como na Cassiano e 3 de Fevereiro, as ordens policiais se exercem com rigor, noutras verifica-se maior liberdade, criando-se, assim, um privilégio sem nenhuma razão de ser. [...] Uma coisa é coibir um abuso e outro é a anulação absoluta da liberdade individual. Demais, enquanto permanecerem espalhadas pela cidade, as casas de uma ou mais mulheres e as chamadas pensões, a moral da família continuará abalada, pois a sua vizinhança será sempre prejudicial aos bons costumes.⁶⁸¹

Nos dois fragmentos, o jornal deixa claro que sua posição era de não proibir a livre manifestação – e o trabalho – das mulheres na cidade, sendo necessário apenas definir um espaço mais adequado para a prática tida como “libertina”, para,

⁶⁷⁸ A localização do meretrício. **A Opinião Pública**, Pelotas, 03 set. 1929, p.01.

⁶⁷⁹ MONTEIRO, *Urbanização...*, p. 87.

⁶⁸⁰ O meretrício em Pelotas: a sua localização não se deve fazer demorar. **A Opinião Pública**, Pelotas, 13 mar. 1930, p.01.

⁶⁸¹ Ainda o meretrício: As medidas policiais e a localização. **A Opinião Pública**, Pelotas, 14 mar. 1930, p.01.

assim, assegurar a manutenção da moral familiar. Assim como os demais personagens da cidade que iam de encontro com os ideais pregados pela elite, a solução encontrada pela administração municipal e pelos jornais – que eram os porta-vozes dos detentores do poder social e cultural – era excluir esses indivíduos da área central do município, escondendo-os e culpabilizando-os pelas mazelas que caracterizavam suas vidas. Agindo desta forma, o poder público acreditava estar mantendo intacta a ordem, a moral e a saúde da elite pelotense.

3.6. Epílogo: “Foi um perambular cotidiano”

Em seu passeio pela cidade de Pelotas, Abadie Faria Rosa pôde observar os efeitos da reforma urbana realizada pelo Intendente Cypriano Corrêa Barcellos em todo o sítio urbano. Para além da área central da moderna Princesa do Sul, o narrador encontrou outra cidade, aquela que se circunscrevia ao Bairro da Várzea e à Vila do Prado, áreas nas quais os indivíduos não usavam chapéus e vestidos de seda, muito menos percorriam as vias públicas com belos automóveis ou estavam preocupados com as estreias do cinematógrafo. Naquele ambiente citadino, os indivíduos dedicavam-se cotidianamente às atividades que visavam assegurar o seu sustento e a sua sobrevivência diária em uma sociedade capitalista que buscava excluí-los.

Efetivamente, como apontado pelo escritor, os arrabaldes podiam ser considerados uma outra localidade, não apenas porque neles havia também mercado, igreja ou escola, mas porque não possuíam iluminação, calçamento, ajardinamento e saneamento básico. Ou seja, o discurso de que a cidade de Pelotas se apresentava moderna e fascinava os viajantes – encontrado nas fontes históricas – poderia ser questionado, ao deslocar o olhar para as áreas limítrofes da urbe pelotense. De fato, o narrador demonstrou-se atento aos ambientes considerados marginais, chamando a atenção do leitor para a relação de independência do bairro em relação à zona central. Contudo, essa autonomia dava-se a partir de barreiras sociais pré-estabelecidas que eram difíceis de ser transpostas pelos indivíduos considerados “marginais”.

Embora invisível socialmente, do ponto de vista econômico, o arrabalde era imprescindível para a administração local, na medida em que os bairros congregavam as indústrias pelotenses – como relatado por Abadie. Justamente por isso, os fotógrafos chegaram a fazer alguns registros imagéticos da arquitetura fabril, entretanto, como abordado neste capítulo, os operários que, efetivamente, moviam a economia da cidade a partir da sua mão de obra seguiam quase imperceptíveis nos registros visuais.

Ao contrário da zona central, na qual as personagens deslocavam-se observando as vitrines da Rua XV de Novembro ou sentavam-se à sombra de uma árvore na Praça da República, o lazer das pessoas que viviam nos subúrbios estava, em grande medida, reduzido a atividades associadas ao vício da bebida, à vadiagem e à prostituição – que deveriam ser combatidos por afetar a moralidade das famílias pelotenses, principalmente, em um contexto da Primeira República que reforçava a ideia do saneamento moral. Afastados da zona central, os “imorais” da cidade acabavam condenados a viver em moradias não suficientemente higiênicas, que não observavam as regras impostas pelo Código de Construções e feriam outro preceito básico que dizia respeito ao saneamento urbano.

A partir da análise das fotografias e das crônicas literárias, pôde-se perceber que houve a construção de uma barreira social que foi reproduzida no sítio urbano pelotense, isto é, optou-se por manter os marginalizados da sociedade literalmente às margens da zona central de Pelotas – considerada opulenta e moderna. Da mesma forma, as narrativas dos cronistas e os registros fotográficos revelam que a administração municipal investiu poucos recursos nesta área da cidade. Na realidade, houve um movimento contrário, a Intendência não mediu esforços para criar mecanismos para expulsar os pobres do centro da cidade – como atesta a criação dos Códigos de Postura, a destruição dos cortiços e as iniciativas de expulsão dos engraxates e prostitutas da área central, por exemplo.

Vale lembrar que as fontes que analisamos foram escritas por um grupo específico, que detinha o poder político, econômico e social na cidade de Pelotas, razão pela qual elas reproduzem a disputa entre as classes sociais antagônicas – entre burguesia e proletariado, entre elite pelotense e marginalizados – ou seja, aqueles que tinham voz e aqueles que não a possuíam. Neste capítulo, em especial, nos debruçamos sobre estes indivíduos tidos como marginais, discutindo as

representações que sobre eles foram feitas e as razões para condená-los à invisibilidade.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

*“Impressionara-me aquele súbito avanço”
(Abadie Faria Rosa)*

Assim como a personagem Selbor do romance *Satolep*, Abadie Faria Rosa regressou a Pelotas para caminhar pelas ruas e circular pelos espaços que constituíam a cidade de seu nascimento, de suas ilusões e ânsias futuras. Ao retornar, o narrador-viajante constatou que a localidade encontrava-se completamente modificada, distanciando-se de suas lembranças. Ao percorrer os caminhos geometrizados da Princesa do Sul, o narrador pôde vivenciar novas experiências: caminhou pelas amplas, calçadas e higienizadas vias públicas, passeou à noite pelas ruas iluminadas, percorreu os arrabaldes, observou as indústrias na zona portuária, encantou-se com as linhas arquitetônicas e com as praças, sentou-se na Praça da República para contemplar o ajardinamento, o chafariz e o lago, admirou a reconstrução do Mercado Central e deixou-se seduzir pelas damas pelotenses, experimentando, assim, as muitas cidades contidas em uma única Pelotas.

Nos capítulos que compõem a tese, priorizou-se a análise dos diferentes espaços que compunham a cidade de Pelotas nas primeiras décadas do século XX a partir da reconstituição dos hipotéticos caminhos percorridos pelo *flâneur*/narrador. Essa escolha foi inspirada na obra do crítico literário Franco Moretti, que entende o espaço como um ambiente no qual as personagens se deslocam e o enredo acontece. Dessa forma, nos detivemos nas descrições dos ambientes nos quais os cronistas e fotógrafos – as personagens da tese – circularam, almejando compreender as suas interpretações sobre o sítio urbano pelotense. Entendemos essas representações como uma *interpretação* feita a partir do real vivido pelas personagens. Ademais, elas foram perpassadas pelos interesses de quem as produziu ou do indivíduo que as divulgou na imprensa.

Antes de adentrar no universo dos intérpretes da cidade, no primeiro capítulo apresentamos um breve prelúdio sobre a formação urbana de Pelotas, a fim de compreender como ocorreu o processo de constituição do município e sua posterior

urbanização. É importante ressaltar que Pelotas foi a principal produtora de carne salgada do Brasil no transcurso do século XIX e, que, em razão disso, apresentou um crescimento econômico considerável, atraindo, assim, diversos viajantes europeus. As charqueadas tiveram um papel fundamental na estruturação do sítio urbano pelotense, definindo a primeira ocupação territorial do município. De acordo com a historiografia, Pelotas nasceu a partir da margem fluvial – Arroio Pelotas e Canal São Gonçalo, na qual estavam instalados os saladeiros – em direção ao centro – edificação da Igreja de São Francisco de Paula e o primeiro loteamento. Constituíam-se, assim, uma disparidade entre a zona central e a periférica, que se ampliou nas décadas iniciais do século XX, principalmente em termos sociais, uma vez que a população empobrecida foi afastada para as margens.

Além de definir o planejamento urbano pelotense, os saladeiros contribuíram para que a cidade experimentasse um período de significativo desenvolvimento econômico, cultural e social durante das décadas de 1860 a 1890. Com isso, a aristocracia local conseguiu estabelecer uma forte ligação com a Europa, por intermédio da importação de produtos para o seu bem-estar pessoal e para a administração pública, além de desenvolver um apreço pelas artes – em especial, pelo teatro, música, literatura, fotografia e pintura – através da atuação de profissionais provenientes de diversos países europeus que se estabeleceram no município.

Nos decênios finais da Monarquia, a crise das charqueadas – em decorrência da concorrência platina e da Abolição da escravidão – desencadeou profundas alterações na economia pelotense, que se materializaram no investimento feito na agricultura – processo que se observou também a nível estadual –, prioritariamente, na rizicultura.

Na virada do século XIX para o XX, constatou-se um aumento populacional e a consolidação de um ideário de modernidade urbana – a partir da eleição do Intendente Republicano Cypriano Corrêa Barcellos, em 1912. Os ambientes – vivenciados pelas personagens da tese – sofreram grandes transformações durante esse período, fundamentados principalmente no conceito de modernidade. Esse contexto caracterizou-se pela chamada *Belle Époque* – período de entusiasmo da sociedade capitalista obtida por intermédio de conquistas materiais e tecnológicas que alteraram o cotidiano dos habitantes das grandes cidades brasileiras. Na visão

das elites, o Brasil conseguiria resolver boa parte dos problemas vigentes – herdados do período colonial e imperial – adotando essa política de desenvolvimento urbano. Verificou-se, contudo, que essa proposta foi importada da capital francesa que, durante as décadas finais do século XIX, desenvolveu um amplo projeto de reforma urbana, após a consolidação do capitalismo, centralizada nos ideais de higienização, embelezamento e racionalização.

Ao executar o programa idealizado e realizado por Haussmann, o Rio de Janeiro transformou-se e modernizou-se. Pereira Passos, prefeito da capital, adotou os mesmos padrões parisienses ao construir grandes avenidas, alargar e calçar as antigas vias públicas, ao eliminar os prédios obsoletos, criar jardins e praças públicas, entre outras medidas circunstanciais. Entretanto, para efetivá-las, Passos expulsou a população empobrecida do centro da cidade, afastando-os para os subúrbios e morros cariocas. Esse processo, vale lembrar, foi entendido como um projeto político que correspondia às preocupações e aspirações das elites republicanas, razão pela qual foi adotado em diversas capitais brasileiras, como São Paulo, Belo Horizonte e Porto Alegre, e, também, em Pelotas.

Na Princesa do Sul, o programa de remodelação urbana foi pautado nas ideias de higienização e racionalização do espaço. Para o êxito deste projeto, Pelotas precisava deixar no passado aqueles aspectos coloniais – associados ao período das charqueadas – para tornar-se efetivamente uma cidade moderna. Para isso, a Intendência implementou reformas tidas como progressistas e indispensáveis para o cotidiano da população no contexto da *Belle Époque*, tais como a introdução da iluminação elétrica, pavimentação, ajardinamento, rede de esgoto, serviço de água, banheiros públicos, bondes elétricos e residências salubres. Posteriormente, para contornar os efeitos do crescimento demográfico do Município e sua expansão em direção às áreas limítrofes, a Intendência desenvolveu dois outros projetos – um deles, proposto pelo arquiteto Fernando Rullmann (1924) e, o outro, pelo engenheiro Saturnino de Brito (1927).

Esse espaço moderno e transformado foi o que Abadie Faria Rosa e outras personagens encontraram ao percorrer a cidade de Pelotas em busca de (re)encontros, memórias, afetos ou descobertas, que viriam a ser registrados em crônicas e fotografias. Essas personagens que destacamos na tese foram compreendidas como *flâneurs*, na medida em que vagaram e observaram esses

espaços e suas percepções, reflexões e interpretações se fizeram presentes nas narrativas literárias e imagéticas que construíram sobre a cidade.

Se no primeiro capítulo, nos detivemos na reconstituição da história da cidade de Pelotas e na efetivação do projeto político de urbanização do Município, no segundo e no terceiro, enfocamos as narrativas literárias e imagéticas produzidas sobre a cidade de Pelotas a partir da perspectiva da oposição entre centro e margem. Essa divisão baseou-se na hipótese de que existiam duas – ou mais – cidades em uma única Pelotas, separadas por uma barreira invisível que isolava alguns indivíduos do processo de urbanização.

As fontes imagéticas que analisamos na tese foram àquelas publicadas no *Almanach de Pelotas* (1920-1930), na *Ilustração Pelotense* (1920-1927) e no *Álbum de Pelotas* (1922), enquanto que as crônicas sobre as quais nos detivemos foram as veiculadas nos jornais periódicos *A Opinião Pública* (1920-1930), *Correio Mercantil* (1929-1930), *Diário Popular* (1920-1930), *O Libertador* (1926-1930) e *O Rebate* (1920-1923). A opção por estas narrativas pautou-se na particularidade de seus relatos e na possibilidade de compreender a cidade com base nas representações – visual e escrita – produzidas sobre o município e seus moradores a partir do olhar de indivíduos que estavam imersos no cotidiano local.

Para melhor avaliar se as duas representações – a imagética e a escrita – produziram discursos semelhantes ou diferentes sobre a cidade e visando responder a nossa hipótese, optamos por pensá-las a partir de duas situações hipotéticas vivenciadas pelo “nosso” *flâneur*. A primeira delas, examinada no capítulo dois, pressupôs que Abadie Faria Rosa chegou a Pelotas de trem, desembarcando na Estação Férrea, localizada na área central. Já a segunda, aprofundada no capítulo três, considerou que ele desembarcou no porto do Município, situado na zona periférica. Essa escolha recaiu na possibilidade de existirem múltiplas cidades invisíveis, como evocou Ítalo Calvino, dentro do perímetro urbano pelotense. Algumas indagações acerca da influência que o desembarque (via Estação ou Porto) causaria na percepção de Abadie sobre a cidade e como ela foi vislumbrada pelas personagens contemporâneas ao narrador pautaram a escrita dos capítulos dois e três da tese.

Como já anunciado, primeiramente, partimos do pressuposto de que o narrador desembarcou na estação férrea da cidade, um espaço já transformado,

como atestam as primeiras imagens fotográficas e os relatos feitos sobre aquele lugar. Para os recém-chegados, a estação materializava a modernização da cidade, pois a área contava com iluminação, calçamento e higienização no seu entorno. Ao deslocar-se pela cidade, após deixar a Estação, Abadie encontraria as ruas largas, limpas e pavimentadas, o que chamou sua atenção. Ainda no século XIX, o plano urbano da cidade já havia despertado certo entusiasmo em outros viajantes, como Auguste Saint-Hilaire e Arséne Isabelle, uma vez que a localidade contava com um traçado de vias paralelas e perpendiculares que priorizavam uma amplitude espacial desde o primeiro loteamento feito em 1812. As vias públicas, capturadas também pelas lentes dos fotógrafos, foram imprescindíveis para o desenvolvimento da urbe moderna, uma vez que favoreciam o deslocamento de indivíduos e dos meios de transporte, além de abarcar os postes de iluminação, as residências e a estrutura para o saneamento básico.

Deslocando-se entre as vias públicas da cidade, Abadie Faria Rosa pôde ver espaços tidos como indispensáveis para a funcionalidade do Município, como o Theatro Sete de Abril, o Mercado Central, a Bibliotheca Pública Pelotense, a Intendência Municipal e inúmeras evidências das mudanças urbanas operadas em Pelotas, tais como a energia elétrica, o calçamento, o transporte público e os jardins. A importância do centro estava justamente na presença dos espaços de poder – político, econômico, social e cultural – da urbe pelotense. Algumas fotografias que analisamos nesta tese comprovam esse discurso, como as feitas sobre a Praça da República, o espaço, por excelência da sociabilidade cidadina, em torno do qual estavam instaladas as instituições políticas e culturais da cidade. Por conta disso, ela foi o espaço mais fotografado, incluindo diversos ângulos que enfatizavam as suas particularidades – os registros visuais do chafariz, dos bancos, do lago, dos jardins geometrizados, dos prédios e dos automóveis ao seu redor. Devido a sua relevância, apenas esse ambiente ostenta imagens aéreas e panorâmicas que visavam retratar sua monumentalidade ao espectador.

A partir da análise das representações feitas sobre a Praça da República, constatou-se a presença de um grande número de indivíduos da elite pelotense que flanavam por esse espaço. Mas não apenas nos seus jardins circulavam homens, mulheres e crianças da elite pelotense. Na zona central da cidade, o narrador encontrou também a Catedral, as confeitarias, os cafés e as lojas da Rua XV de

Novembro, o Mercado Central, o Theatro Sete de Abril e a Biblioteca Pública, espaços que promoviam a sociabilidade e evidenciavam o nível de desenvolvimento econômico, social e cultural da Princesa do Sul.

Um aspecto que merece ser destacado no capítulo dois refere-se à quantidade de fotografias da área central, sendo que 33 delas foram analisadas nesta tese. Diante disso, percebe-se que a centralidade urbana foi amplamente registrada – por fotógrafos autônomos ou contratados – e referenciada pelas personagens que circulavam por Pelotas. Como procuramos demonstrar, as principais fontes da tese visavam expor ao público leitor, a beleza, o progresso e as obras realizadas pela administração municipal que encantavam os moradores e aqueles que visitavam a localidade. Justamente por isso, as imagens escolhidas pelos editores foram aquelas que corroboravam com esse discurso.

No terceiro capítulo, consideramos que o narrador desembarcou no porto de Pelotas, o que fez com que ele se deparasse com uma outra cidade, muito diferente daquela que descrevemos no segundo capítulo. Todas as mudanças no desenho urbano observadas na área central do município não seriam avistadas pelo recém-chegado na periferia da urbe, uma vez que as obras de iluminação e pavimentação e as medidas de higienização inexistiam ou eram ainda incipientes nessa região da cidade. O cais do porto, ponto inicial da segunda hipotética chegada de Abadie, era bastante precário, contando com uma estrutura de madeira, que impossibilitava o atracadouro de navios de grande porte e prejudicava a circulação de viajantes e mercadorias.

Após deixar a área de desembarque do porto, Abadie vislumbraria o bairro da Várzea, que demorou a passar por mudanças e, conseqüentemente, a oferecer melhores condições para seus moradores. Dentre algumas das medidas tomadas pela Intendência estava a construção do Mercado do Porto, que visava, por um lado, favorecer o acesso de mercadorias à população que vivia nos arrabaldes, e, por outro, desestimular a circulação dos moradores suburbanos no Mercado Central. Nessa região também foram instaladas algumas fábricas de grande porte, que contavam como um expressivo número de trabalhadores, inclusive, de mulheres e crianças, que se deslocavam a pé ou, posteriormente, em bondes elétricos pelas ruas da urbe. Devido à expansão fabril, foram projetadas vilas operárias que visavam concentrar os trabalhadores nas áreas próximas de seus locais de trabalho

e favorecer as ações de modernização centradas na higienização das camadas populares.

Para poder usufruir dos modernos serviços urbanos – banheiros públicos, iluminação elétrica, ruas pavimentadas, belos jardins – os indivíduos tidos como marginais precisavam deixar a periferia e rumar em direção à zona central. Muitos dos moradores dos arrabaldes se sentiam atraídos por estes espaços; outros ofereciam seus serviços na zona central da cidade e havia ainda aqueles que nela viam a oportunidade de vender suas mercadorias. Criavam-se, em razão disso, situações de convívio e, também, espaços, como o Mercado Central, no qual circulavam tanto os moradores da periferia da cidade, quanto homens e mulheres da elite. Ao analisarmos as fotografias do Mercado, constatamos a presença de carroças e de indivíduos com vestes mais simples posando junto ao sanitário público, bem como de indivíduos bem vestidos que também o frequentavam. Havia, ainda, outro espaço de potencial convívio entre os distintos grupos sociais da cidade: o Theatro Guarany, uma vez que a administração da casa de espetáculos instituiu um dia da semana em que os ingressos tinham um preço mais módico.

Embora fosse possível observar a presença de indivíduos mais empobrecidos no centro da cidade, era praticamente impossível visualizar o oposto, isto é, a elite circulando nas áreas periféricas. No centro da cidade, as casas contavam com serviço de tratamento de água e esgoto, havia iluminação elétrica e as ruas eram pavimentadas, os moradores podiam flunar pelas praças, observar às vitrines da Rua XV e circular de automóvel. A elite deixava a área central apenas em dois momentos: quando havia a necessidade de ir até o cais do porto – para partir ou recepcionar algum recém-chegado à cidade – ou quando necessitavam ir ao cemitério da cidade para um sepultamento.

Em sua incursão pelos arrabaldes, Abadie encontrou uma outra Pelotas, com características completamente distintas daquelas que encontramos em sua narrativa sobre a zona central da cidade. Na área periférica, as habitações eram precárias e não contavam com medidas sanitárias, as ruas não eram calçadas, a iluminação era deficitária, as praças ajardinadas estavam restritas a algumas vilas operárias e os bondes ainda não circulavam. Estas características parecem justificar o pequeno número de fotografias dos arrabaldes de Pelotas – apenas 15 – que localizamos nas fontes consultadas e que são analisadas na tese.

As opções feitas em relação ao que deveria ter visibilidade e ao que seria condenado à invisibilidade ligam-se, em certa medida, à memória que os editores dos periódicos e os fotógrafos pretendiam criar sobre a cidade, ou seja, o que não era considerado relevante seria esquecido – tanto pela fotografia como pela memória construída acerca da urbe pelotense. Portanto, ao analisar apenas essas imagens, o leitor possuiria uma percepção parcial da cidade, na medida em que as fontes priorizavam o discurso de modernidade hegemônico. Os cronistas e fotógrafos que se preocuparam em registrar as condições precárias de habitação e trabalho operário estavam comprometidos com a causa⁶⁸² e por isso levavam o tema ao grande público, mas, em alguns casos, foram tratadas de forma pejorativa.

A análise das narrativas imagéticas e literárias sobre a Pelotas que investigamos nesta tese apontou para a existência de múltiplas “cidades particulares”, comprovando a hipótese do trabalho. A Princesa do Sul era, a um só tempo, a cidade da elite, dos operários, dos negros, das mulheres, das crianças, dos pobres, dos cronistas, dos políticos, dos jornalistas, dos literatos e dos fotógrafos. Cada grupo social, através da sua vivência, compreendia a urbanização pelotense de forma diferente, afinal, a urbe é plural. Diante disso, classificar Pelotas como a Princesa do Sul moderna não acolhia a diversidade de olhares e personagens que a vivenciaram na década de 1910 e 1920.

A cidade que se conhece a partir do hipotético percurso feito por Abadie, que parte da Estação Férrea e se dirige até a Praça da República, não será a mesma que um recém-chegado que desembarca no porto poderá descrever, justamente porque ela é multifacetada e depende das referências pessoais do observador. Acreditamos que a relevância desta tese encontra-se justamente na tentativa de oferecer ao leitor um estudo sobre a cidade de Pelotas a partir da visão e da percepção das personagens que testemunharam a construção e efetivação do processo de modernidade urbana a partir de um olhar artístico e pessoal – literatura e fotografia – que oferece uma multiplicidade de percepções e que foi ainda pouco explorado na historiografia.

Nas memórias de Selbor, Pelotas é descrita como um lugar úmido e melancólico, pois, ao caminhar pelas ruas geometrizadas, ele se perdia na

⁶⁸² O mesmo não foi observado para os casos de mendicância e prostituição, uma vez que os escritores propunham esconder esses indivíduos nas zonas marginais da localidade.

penumbra fria da noite pelotense. Abadie Faria Rosa, ao contrário do narrador da obra *Satolep*, retratou a cidade através de uma perspectiva mais otimista, como um lugar moderno e avançado que o impressionará em seu reencontro. Ao flunar pela cidade em um dia de céu azul, “nosso” flâneur trouxe à tona recordações de seu passado e anteviu seu futuro naquele novo ambiente. Ao mesmo tempo, convidou o leitor a caminhar junto com ele pelas ruas pavimentadas e iluminadas, desviando do movimento de bondes e automóveis, adentrando os palacetes antigos ou nos teatros, sentando nos bancos da Praça da República em uma bela tarde de sol, observando as vitrines da Rua XV e os arrabaldes, experimentando as cidades invisíveis e particulares contidas na Princesa do Sul. Nesse sentido, Abadie deslocou-se pela urbe “*sempre tendo o que ver e ainda não fora visto*”.

FONTES:**1. Arquivo Histórico da Bibliotheca Pública Pelotense****1.1. Fundo: Álbuns e Periódicos. Série: Pelotas.**

Álbum de Pelotas, Pelotas/RS, 1922.

Almanach de Pelotas, Pelotas/RS, 1913-1918, 1920-1922, 1926-1929.

Ilustração Pelotense, Pelotas/RS, 1919-1922, 1924-1925.

Revista do 1º Centenário de Pelotas, Pelotas/RS, 1911 e 1912.

1.2. Fundo: Documentos Públicos Municipais. Série: Intendência Municipal de Pelotas

MOURA, Euclides B de. **Boletim apresentado a Intendência Municipal da cidade de Pelotas em sessão de 12 de maio de 1891.** Pelotas: Livraria Universal, 1891.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Código de Construções e Reconstruções do Município de Pelotas.** Pelotas: Tipografia Fábrica Guarany, 1920.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1912 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1912.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1913 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1913.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1914 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1914.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1915 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1915.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1916 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1916.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1917 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1917.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1917 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1918.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1920 pelo intendente Cypriano Corrêa Barcellos.** Pelotas, 1920.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1921 pelo intendente Pedro Luís Osório. Pelotas, 1921.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1922 pelo intendente Pedro Luís Osório. Pelotas, 1922.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1923 pelo intendente Pedro Luís Osório. Pelotas, 1923.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1924 pelo intendente Pedro Luís Osório. Pelotas, 1924.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1925 pelo intendente Dr. Augusto Simões Lopes. Pelotas, 1925.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Dr. Augusto Simões Lopes. Pelotas, 1927.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. Relatório apresentado ao Conselho Municipal em 20 de setembro de 1927 pelo intendente Dr. João Py Crespo. Pelotas, 1929.

1.3. Fundo: Alberto Coelho da Cunha

CUNHA, Alberto Coelho da. **Estatística predial da cidade de Pelotas a começar o ano de 1818. Pelotas, 192?, 8f. (Manuscrito).**

2. Hemeroteca da Bibliotheca Pública Pelotense:

A Opinião Pública, Pelotas/RS, 1920-1922, 1924-1930.

Correio Mercantil, Pelotas/RS, 1929 e 1930.

Diário Popular, Pelotas/RS, 1920-1921, 1923-1928.

O Libertador, Pelotas/RS, 1926-1929.

O Rebate, Pelotas/RS, 1920-1922.

3. Laboratório de Estudos Interdisciplinares de Cultura Material (LEICMA) da Universidade Federal de Pelotas:

Planta do São Gonçalo, 1838.

Planta da cidade de Pelotas, 1838.

4. Obras:

ALMEIDA, Julia Lopes de. **Jornadas do meu país**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves, 1920.

AVÉ-LALLEMENT, Roberto. **Viagem pelo sul do Brasil no ano de 1858**. Rio de Janeiro: Instituto Nacional do Livro, 1953.

BRITO, Saturnino de. **Obras completas de Saturnino de Brito, vol. XIII**. Rio de Janeiro: Imprensa Nacional, 1944.

COSTA, Alfredo da. **O Rio Grande do Sul: completo estudo sobre o estado**. Porto Alegre: Livraria do Globo, 1920.

D'EU, Conde. **Viagem militar ao Rio Grande do Sul**. São Paulo: Ed. da USP, 1981.

DREYS, Nicolau. **Notícia descritiva da Província do Rio Grande de S. Pedro do Sul**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1990.

GOULART, Salis. **A Vertigem**. Porto Alegre: Ed. do Globo, 1925.

ISABELLE, Arsène. **Viagem ao Rio Grande do Sul, 1833-1834**. Porto Alegre: Martins Livreiro, 1983.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1846-1852)**. Pelotas: Pallotti, 2012.

MUNICÍPIO DE PELOTAS. **Atas da Câmara Municipal de Pelotas (1832-1845)**. Santa Maria: Pallotti, 2011.

PINHO, A. Augusto de. **Uma viagem ao sul do Brasil**. Rio de Janeiro: Tip. F.A. de Souza, 1872.

PIMENTEL, Fortunato. **Aspectos gerais de Pelotas**. Porto Alegre: Tipografia Gundlach, 1940.

SAINT-HILAIRE, Auguste. **Viagem ao Rio Grande do Sul. Trad.** Adroaldo Mesquita da Costa. Brasília: Senado Federal, 2002.

SMITH, Herbert. **Do Rio de Janeiro a Cuiabá: notas de um naturalista**. São Paulo: Companhia de melhoramentos de S. Paulo, 1922.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

AL-ALAM, Caiuá Cardoso. **A negra força da princesa: Polícia, pena de morte e correção em Pelotas (1830-1857)**. Pelotas: Ed. do autor, 2008.

ALMEIDA, Pedro Fernando Cunha de. A gestação das condições materiais da implantação da indústria gaúcha – 1870-1930. **Ensaio FEE**. Porto Alegre, vol.13, n.02, p.546-577, 1992.

ANDRADE, Joaquim Marçal Ferreira de. **História da fotorreportagem no Brasil: a fotografia na imprensa do Rio de Janeiro de 1839 a 1900**. Rio de Janeiro: Elsevier, 2004.

_____. Do gráfico ao fotográfico: a presença da fotografia nos impressos. In: CARDOSO, Rafael (org.). **O design brasileiro antes do design: aspectos da história gráfica, 1870-1960**. São Paulo: Cosac Naify, 2005, p.60-93.

ANJOS, Marcos Hallal dos. **Estrangeiros e modernização: a cidade de Pelotas no último quartel do século XIX**. Pelotas: Ed. Universitária, 2000.

AQUINI, Daniel. LONER, Beatriz. Economia. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.112-115.

ARAVANIS, Evangelia. A industrialização no Rio Grande do Sul nas primeiras décadas da República: a organização da produção e as condições de trabalho (1889-1920). **Revista Mundos do Trabalho**, UFSC, v.02, n.03, p.148-180, 2010.

ARRIADA, Eduardo. **Pelotas – gênese e desenvolvimento urbano**. Pelotas: Ed. Armazém Literário, 1994.

BAKOS, Margareth Marchiori. **Rio Grande do Sul: Escravidão e Abolição**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1982.

BANDEIRA, Pedro Silveira. As raízes históricas do declínio da região sul. In: ALONSO, José. BENETTI, Maria. BANDEIRA, Pedro (org.). **Crescimento econômico da região sul do Rio Grande do Sul: causas e perspectivas**. Porto Alegre: FEE, p. 07-48, 1994.

BARBOSA, Marialva. **História cultural da imprensa: Brasil, 1900-2000**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2007.

_____. **História cultural da imprensa: Brasil, 1800-1900**. Rio de Janeiro: Mauad X, 2010.

BARROS, José D'Assunção. **Cidade e História**. Rio de Janeiro: Vozes, 2012.

BELTRÃO, Luiz. **Jornalismo opinativo**. Porto Alegre: Ed. Sulina, 1980.

BEM, Emmanuel de. População. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.216-218.

BENEVOLO, Leonardo. **História da cidade**. São Paulo: Perspectiva, 2015.

BENJAMIN, Walter. O flâneur. In: BENJAMIN, Walter. **Charles Baudelaire: um lírico no auge do capitalismo**. São Paulo: Brasiliense, 1989, p.33-65.

_____. **A obra de arte na época de sua reprodutibilidade técnica**. Porto Alegre: Zouk, 2014.

BERMAN, Marshall. **Tudo que é sólido desmancha no ar: a aventura da modernidade**. São Paulo: Companhia das letras, 2007.

BEZERRA, Miguel Tarouco. TORRES, Ariela da Silva. Castelo Simões Lopes: Um descaso com a história e o dinheiro público na cidade de Pelotas/RS. **PARC - Pesquisa em Arquitetura e Construção**, Campinas, v. 06, n. 02, p.129-138, 2015.

BLOCH, Marc. **Apologia da história ou, o ofício do historiador**. Rio de Janeiro: Zahar, 2001.

BONDUKI, Nabil Georges. Origens da habitação social no Brasil. **Análise Social**, Lisboa, vol. 29, n.127, p. 711-732, 1994.

BORGES, Maria Eliza Linhares. **História & fotografia**. Belo Horizonte: Autêntica, 2011.

BORGES, Luís. KOSCHIER, Jacqueline. Literatura. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.180-185.

BRESCIANI, Maria Stella M. **Londres e Paris no século XIX: O espetáculo da pobreza**. São Paulo: Brasiliense, 2013.

BURKE, Peter. **Testemunha Ocular**. São Paulo: UNESP, 2017.

CALDAS, Pedro Henrique. SANTOS, Yolanda Lhullier dos. **Guarany: o grande teatro de Pelotas**. Pelotas: Semeador, 1994.

CALVINO, Ítalo. **Cidades invisíveis**. São Paulo: Companhia das letras, 1990.

CANDIDO, Antonio. A vida ao rés-do-chão. IN: CANDIDO, Antonio (org.). **A crônica: o gênero, sua fixação e suas transformações no Brasil**. Campinas: Ed. da UNICAMP, 1992, p.13-22.

CARLOS, Ana Fani. **A cidade**. São Paulo: Contexto, 2005.

CARVALHO, José Murilo. **Os Bestializados: O Rio de Janeiro e a República que não foi.** São Paulo: Companhia das Letras, 1987.

CERTEAU, Michel de. **A escrita da história.** Rio de Janeiro: Forense Universitária, 1982.

CHALHOUB, Sidney. **Visões de liberdade: uma história das últimas décadas da escravidão na Corte.** São Paulo: Companhia das Letras, 1990.

CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda. Apresentação. In: CHALHOUB, Sidney. NEVES, Margarida de Souza. PEREIRA, Leonardo Affonso de Miranda (org.). **História em cousas miúdas.** Campinas: Ed. da UNICAMP, 2005, p. 11-22.

CHALHOUB, Sidney. Cortiços. In: CHALHOUB, Sidney. **Cidade febril: Cortiços e epidemias na Corte Imperial.** São Paulo: Companhia das letras, 2017, p 17-68.

CHARTIER, Roger. Por uma sociologia histórica das práticas culturais. In: _____. **A história cultural entre práticas e representações.** Portugal: DIFEL, 2002, p. 13-28.

CONSTANTINO, Núncia. A conquista do tempo noturno: Porto Alegre “moderna”. **Estudos Ibero-Americanos.** Porto Alegre, PUCRS, v. XX, n.2, p. 65-84, dez. 1994, p.65-77.

CRUZ, Glenda Pereira da. Pelotas espaço construído no início da República. In: WEIMER, Gunter (org.). **Urbanismo no Rio Grande do Sul.** Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992, p.109-134.

DECCA, Maria Auxiliadora Guzzo. **A vida fora das fábricas: cotidiano operário em São Paulo (1920-1934).** Rio de Janeiro: Paz e terra, 1987.

DEVANTIER, Vanessa. **Visões do urbano: A rua XV de Novembro, Pelotas/RS.** 2013. 198 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

ELEUTÉRIO, Maria de Lourdes. Imprensa a serviço do progresso. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil.** São Paulo: Contexto: 2008, p.83-102.

ENGELS, Friedrich. MARX, Karl. **O Manifesto Comunista.** Disponível em: <http://www.ebooksbrasil.org/adobeebook/manifestocomunista.pdf> Acessado em: 14 abr. 2018.

ESSINGER, Cíntia Vieira. **Entre a fábrica e a rua: A Companhia de Fiação e Tecidos Pelotense e a criação de um espaço operário. Bairro da Várzea, Pelotas, RS (1953-1974).** 2009. 178 f. Dissertação (Mestrado em Memória Social e Patrimônio Cultural). Universidade Federal de Pelotas - UFPEL, 2009.

ETCHEVERRY, Carolina Martins. **Visões de Porto Alegre nas fotografias dos irmãos Ferrari (c.1888) e de Virgílio Calegari (c.1912)**. 2007, 161 f. Dissertação (Mestrado em Artes Visuais). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2007.

FAUSTO, Boris. **História concisa do Brasil**. São Paulo: Edusp, 2014.

FOLLIS, Fransérgio. **Modernização urbana na Belle Époque paulista**. São Paulo: UNESP, 2004.

FONSECA, Cláudia. Ser mulher, mãe e pobre. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p.510-553.

GANDRA, Edgar Ávila. SILVA, Thiago Cedrez da. Porto público de Pelotas: breves apontamentos históricos sobre sua construção. **História em revista**, Pelotas, v. 21/22, dez. 2015 e 2016, p. 395.

GASTAUD, Carla. Museu da Baronesa. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.198.

GILL, Lorena de Almeida. Labirintos ao redor da cidade: as vilas operárias em Pelotas (RS) 1890-1930. **História Unisinos**, São Leopoldo, vol. 10, n. 01, p.45-52, 2006.

_____. **Um mal de século**: tuberculose, tuberculosos e políticas de saúde em Pelotas (RS) 1890 – 1930. Pelotas: Educat, 2007.

_____. SCHEER, Micaele Irene. Cemitérios. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.63.

GOMES, Angela de Castro. **Cidadania e direitos do trabalho**. Rio de Janeiro: Zahar, 2002.

GOUVÊA, Melissa Xavier. **“Crimes sobre crimes”**: a cidade de Pelotas nas páginas do jornal O Rebate (1914-1923). 2012. 89 f. Trabalho de Conclusão de Curso (Bacharelado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPEL), Pelotas, 2012.

_____. **“Mísera princesa destronada”**: crime e ordem pública em Pelotas (1902-1928). 2014. 131 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2014.

GUTIERREZ, Ester. A arquitetura pelotense: charqueada e cidade. In: MAESTRI, Mario. ORTIZ, Helen (org.). **Grilhão Negro**: Ensaio sobre a escravidão colonial no Brasil. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2009, p. 201-231.

_____. **Negros, charqueadas e olarias**: um estudo sobre o espaço pelotense. Passo Fundo: Ed. da Universidade de Passo Fundo, 2011.

HEINZ, Flávio. O historiador e as elites – à guisa de introdução. In: HEINZ, Flávio (org.). **Por outra história das elites**. Rio de Janeiro: Editora FVG, 2006, p. 07-15.

KOSSOY, Boris. **Fotografia e história**. São Paulo: Ateliê editorial, 2001.

_____. **Realidades e ficções na trama fotográfica**. São Paulo: Ateliê Editorial, 1999.

KÜHL, Júlio César Assis. Energia elétrica. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil: Uma perspectiva histórica**. São Paulo: Ed. da UNESP, 1994, p.251-291.

KÜHN, Fábio. **Breve história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Leitura XXI, 2011.

LE GOFF, Jacques. Documento/monumento. In: LE GOFF, Jacques. **História e memória**. São Paulo: Ed. da Unicamp, 2013, p.485-499.

LEITMAN, Spencer. **Raízes Sócio-econômicas da Guerra dos Farrapos: Um capítulo da história do Brasil no século XIX**. Rio de Janeiro: Ed. Graal, 1979.

LIMA, Solange Ferraz de. CARVALHO, Vânia Carneiro de. **Fotografia e cidade: da razão à lógica de consumo: Álbuns de São Paulo (1887-1954)**. São Paulo: FAPESP, 1997.

LONER, Beatriz. Negros: organização e luta em Pelotas. **História em revista**. Pelotas: UFPel, v.5, p. 01-17, dez., 1999.

_____. Negros. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.202-203.

_____. Porto. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.218-221.

LUCA, Tania Regina de. **Indústria e trabalho na história do Brasil**. São Paulo: Contexto, 2001.

_____. A grande imprensa na primeira metade do século XX. In: MARTINS, Ana Luiza. LUCA, Tania Regina de (org.). **História da imprensa no Brasil**. São Paulo: Contexto: 2008, p.149-178.

MACHADO JÚNIOR, Cláudio de Sá. **Imagens da Sociedade Porto-Alegrense: Vida pública e comportamento nas fotografias da Revista do Globo (década de 1930)**. São Leopoldo: Oikos, 2009.

MAESTRI, Mario. **O escravo gaúcho: resistência e trabalho**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1993.

MAGALHÃES, Mario Osório. **Opulência e cultura na Província de São Pedro do Rio Grande do Sul: um estudo sobre a história de Pelotas (1860-1890)**. Pelotas: EDUFPeL, 1993.

_____. **Pelotas: toda a prosa – primeiro volume (1809-1871)**. Pelotas: Armazém literário, 2000,

_____. Obelisco. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.206.

_____. Praças. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.222.

_____. Princesa do Sul. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.228.

MARIN, Louis. Ler um quadro – uma carta de Poussin em 1639. In: CHARTIER, Roger (org.). **Práticas de leitura**. São Paulo: Estação Liberdade, 2011, p. 117-140.

MARTINS, Ana Luiza. **Revistas em revista: imprensa e práticas culturais em tempos de República (1890-1922)**. São Paulo: EDUSP, 2008.

MARX, Murillo. **Cidade brasileira**. São Paulo: Companhia de Melhoramentos de São Paulo, 1980.

MAUAD, Ana Maria. Através da imagem: a fotografia e história, interfaces. **Tempo**, Rio de Janeiro, v. 1, n.2, p. 73-98, 1996.

_____. O espelho do poder: fotografia, sociabilidade urbana e representação simbólica do poder político no Rio de Janeiro da belle époque. In: PESAVENTO, Sandra. SOUZA, Célia Ferraz de. (org.). **Imagens urbanas: os diversos olhares na formação do imaginário urbano**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2008, p.281-292.

MCDOWALL, Duncan. **Light: A história da empresa que modernizou o Brasil**. Rio de Janeiro: Eudiuoro, 2008.

MICHELON, **Cidade de papel: a modernidade nas fotografias impressas de Pelotas (1913-1930)**. 2001. 547 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2001.

_____. Sociedade Anônima Frigorífico Anglo de Pelotas: as imagens do passado nas fotografias do presente. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012.

MONTEIRO, Charles. **Porto Alegre: Urbanização e modernidade. A construção social do espaço urbano**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1995.

_____. Urbanização e modernidade em Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul: República Velha (1889-1930)**. v. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.229-259.

_____. Construindo a história da cidade através de imagens. In: PESAVENTO, Sandra Jatáhy. ROSSINI, Miriam de Souza. SANTOS, Nádia Maria Weber (org.). **Narrativas, imagens e práticas sociais: percursos em história cultural**. Porto Alegre: Asterisco, 2008, p.148-171.

MORAES, José Geraldo V. de. **Cidade e cultura urbana na Primeira República**. São Paulo: Atual, 1994.

MORETTI, Franco. **Atlas do romance europeu (1800-1900)**. São Paulo: Boitempo, 2003.

MOSTAZA, Bartolomé. Editoriales. In: RUIZ, Nicolás Gonzáles (org.). **El periodismo: teoría y práctica**. Barcelona-México: Editorial Noguer, 1960, p.171-197.

MOURA, Rosa Maria Garcia Rolim de. Moradia popular e expansão urbana – as vilas proletárias pelotenses. **História em Revista**, Pelotas, v.12/13, p.79-96, dez.2006/dez.2007.

_____. **Habitação popular em Pelotas (1880-1950): entre políticas públicas e investimentos privados**. 2008. 248 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2008,

MÜLLER, Dalila. **A hotelaria em Pelotas e sua relação com o desenvolvimento da região: 1843-1928**. 2004. 158 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade de Caxias do Sul (UCS), Caxias do Sul, 2004.

MÜLLER, Dória Maria. SOUZA, Célia Ferraz de. **Porto Alegre e sua evolução urbana**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2007.

NAPOLITANO, Marcos. **História do Brasil República: da queda da Monarquia ao fim do Estado Novo**. São Paulo: Contexto, 2016.

NASCIMENTO, Mara Regina do. No movimento do bonde, a festa e a modernidade. In: NASCIMENTO, Mara Regina do. TORRESINI, Elizabeth (org.). **Modernidade e Urbanização no Brasil**. Porto Alegre: EDIPUCRS, 1998, p.119-132.

OGNIBENI, Denise. **Charqueadas pelotenses no século XIX: cotidiano, estabilidade e movimento**. 2005. 277 f. Tese (Doutorado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2005.

OSÓRIO, Fernando. **A cidade de Pelotas**. Rio de Janeiro – Porto Alegre – São Paulo: Editora do globo, 1962.

PARADEDA, Maria Regina. **Arquitetura da paisagem e modernidade: um estudo sobre representações e memória das Praças de Pelotas (1860-1930)**. 2003. 341 f.

Dissertação (Mestrado em história) Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2003.

PENA, Maria Valéria Junho. **Mulheres e trabalhadoras**: presença feminina na constituição do sistema fabril. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1981.

PERROT, Michelle. **Minha história das mulheres**. São Paulo: Contexto, 2017,

_____. Os operários, a moradia e a cidade no século XIX. In: PERROT, Michelle. **Os excluídos da história**: operários, mulheres e prisioneiros. Rio de Janeiro/São Paulo: Paz e terra, 2017, p. 107-132.

PESAVENTO, Sandra. **História do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Mercado Aberto, 1980.

_____. **O espetáculo da rua**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1992.

_____. **Os pobres da cidade**: Vida e trabalho (1880-1920). Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1994.

_____. **O cotidiano da República**: elite e povo na virada do século. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1995.

_____. Com os olhos de Clio ou a literatura sob o olhar da história a partir do conto O alienista, de Machado de Assis. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v. 16, n. 31 e 32, p.108-118, 1996.

_____. **O imaginário da cidade**: Visões literárias do urbano. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 1999.

_____. Espaço, sociedade e cultura: o cotidiano na cidade de Porto Alegre. In: BOEIRA, Nelson; GOLIN, Tau; RECKZIEGEL, Ana Luiza Setti; AXT, Gunter (org.). **História Geral do Rio Grande do Sul**: República Velha (1889-1930). v. 3. Passo Fundo: Méritos, 2007, p.163-227.

PETERSEN, Sílvia Regina Ferraz. SCHMIDT, Benito Bisso. O movimento operário no Rio Grande do Sul: militantes, instituições e lutas (das origens a 1920). In: GRIJÓ, Luiz Alberto. GUAZZELLI, Cesar Augusto Barcellos. KÜHN, Fábio [et. al.]. **Capítulos da história do Rio Grande do Sul**. Porto Alegre: Ed. da UFRGS, 2004, p.209-246.

POLLACK, Michael. Memória e identidade social. **Estudos Históricos**, Rio de Janeiro, vol. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

POSSAMAI, Zita. **Cidade fotografada**: memória e esquecimento nos álbuns fotográficos – Porto Alegre, décadas de 1920 e 1930. 2005. 287 f. Tese (doutorado em História). Universidade Federal do Rio Grande do Sul – UFRGS, Porto Alegre, 2005.

_____. Narrativas fotográficas sobre a cidade. **Revista Brasileira de História**. São Paulo, v.27, n.53, p.55-90, 2007.

_____. Fotografia, História e Vistas Urbanas. **História**. São Paulo, v.27, n. 02, p.253-277, 2008.

RAGO, Margareth. Trabalho feminino e sexualidade. In: PRIORE, Mary Del (org.). **História das mulheres no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1997, p. 578-606.

_____. **Do cabaré ao lar: a utopia da cidade disciplinar e a resistência anarquista: Brasil 1890-1930**. São Paulo: Paz e Terra, 2014.

RAMIL, Vitor. **Satolep**. São Paulo: Cosac Naify, 2008.

REIS, Carmem Souza Soares. SOARES, Leonor Almeida de Souza. Parque Souza Soares. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p. 210-213.

RIOS, Ana Maria. MATTOS, Hebe Maria. O Pós-Abolição como problema histórico: balanços e perspectivas. **Topoi**, v. 05, n. 08, jan.-jun, p.170-198, 2004.

RIGO, Luiz Carlos. Futebol. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p. 144-145.

SANTOS, Carlos Alberto Avila. **Espelhos, Máscaras, Vitrines: estudo iconológico de fachadas arquitetônicas – Pelotas, 1870-1930**. Pelotas: EDUCAT, 2002

SANTOS, Klécio. **O teatro do Imperador**. Porto Alegre: Libertos, 2012.

SCHERER, Marta. **Imprensa e Belle Époque: Olavo Bilac, o jornalismo e suas histórias**. Palhoça: Editora Unisul, 2012.

SCHMITT, Jean-Claude. A história dos marginais. In: LE GOFF, Jacques (org.). **A História Nova**. São Paulo: Martins Fontes, 1988, p.261-290.

SCHMITZ, Maira Eveline. **Nas asas do vapor... Construção do espaço ferroviário em Pelotas/RS (fim do séc. XIX – início do séc. XX)**. 2013. 246 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2013.

SCHWARCZ, Lilia Mortiz. A revolução do daguerreótipo entre nós. In: SCHWARCZ, Lilia. **As barbas do Imperador: D. Pedro II, um monarca dos trópicos**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.345-355.

_____. População e sociedade. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, p.35-83.

_____. Introdução: As marcas do período. In: SCHWARCZ, Lilia (org.). **História do Brasil Nação: A abertura para o mundo (1889-1930)**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2012, 19-33.

_____. STARLING, Heloisa. **Brasil: uma biografia**. São Paulo: Companhia das Letras, 2015.

SEGAWA, Hugo. **Ao amor do público: Jardins no Brasil**. São Paulo: FAPESP, 1996.

SEVCENKO, Nicolau. **Orfeu extático na metrópole: São Paulo, sociedade e cultura nos frementes anos 20**. São Paulo: Companhia das Letras, 1992.

SILVA, Izabel Pimentel da. Crespo, João Py. <http://cpdoc.fgv.br/sites/default/files/verbetes/primeirarepublica/CRESPO,%20Jo%C3%A3o%20Py.pdf> Acesso em 24 abr. 2018.

SILVA, Kaila Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique. Civilização. In: SILVA, Kaila Vanderlei. SILVA, Maciel Henrique (org.). **Dicionário de conceitos históricos**. São Paulo: Contexto, 2009, p.59-63.

SOARES, Paulo Roberto Rodrigues. Modernidade urbana e dominação da natureza: O saneamento de Pelotas nas primeiras décadas do século XX. **Anos 90**. Porto Alegre, n.14, p.184-201, dez. 2000.

_____. **Del proyecto urbano a la producción del espacio: morfología urbana de la ciudad de Pelotas, Brasil, 1812-2000**. Barcelona. 2002. 507 f. Tese (Doutorado em Pensamento Geográfico e Organização de Território). Universitat de Barcelona, Barcelona, 2002.

SOARES, Taís Castro. **A fotografia entre o distinto e o popular: uma memória dos estúdios Foto Robles e Del Fiol em Pelotas/RS (Século XX)**. 2007. 64 f. Monografia (Especialização em Memória, Identidade e Cultura Material). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2007).

TABORDA, Taiane Mendes. **Senhorinhas perfeitas: A representação de mulher ideal através das páginas da revista Ilustração Pelotense na década de 1920**. 2012. 136 f. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Federal de Pelotas (UFPel), Pelotas, 2012.

TERRA, Carlos Gonçalves. O prazer no jardim. In: MARZANO, Andrea. MELO, Victor Andrade de (org.). **Vida divertida: histórias do lazer no Rio de Janeiro (1830-1930)**. Rio de Janeiro: Apicuri, 2010,p.75-95.

THOMPSON, E. P. Tempo, disciplina de trabalho e capitalismo industrial. In: _____. **Costumes em comum**. São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.267-304.

TOMASCHEWSKI, Cláudia. **Caridade e filantropia na distribuição da assistência: A Irmandade da Santa Casa de Misericórdia de Pelotas – RS (1847-1922)**. 2007. 257 f. Dissertação (Mestrado em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio Grande do Sul – PUCRS, Porto Alegre, 2007.

VARGAS, Anderson Zalewski. **Os subterrâneos de Porto Alegre: Imprensa, ideologia autoritária e reforma social (1900-1919)**. Porto Alegre: Ed. Letra1, 2017.

VARGAS, Jonas. **Os Barões do charque e suas fortunas**: um estudo sobre as elites regionais brasileiras a partir de uma análise dos charqueadores de Pelotas (Rio Grande do Sul, século XIX). São Leopoldo: Oikos, 2016.

VARGAS, Milton. Construção de portos. In: MOTOYAMA, Shozo (org.). **Tecnologia e industrialização no Brasil**: Uma perspectiva histórica. São Paulo: Ed. da Unesp, 1994, p.67-84.

XAVIER, Janaina Silva. Chafarizes. In: GILL, Lorena Almeida. LONER, Beatriz Ana. MAGALHÃES, Mario Osório (org.). **Dicionário de história de Pelotas**. Pelotas: Ed. da UFPel, 2012, p.63-65.